

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TANISE DIAS FREITAS

**A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA COMO EXPANSÃO DAS
CAPACITAÇÕES: POR UMA SOCIOLOGIA DAS CONDIÇÕES DE
VIDA NA FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2015

TANISE DIAS FREITAS

**A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA COMO EXPANSÃO DAS
CAPACITAÇÕES: POR UMA SOCIOLOGIA DAS CONDIÇÕES DE
VIDA NA FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof^o Dr. Sergio Schneider

Coorientadora: Prof^a Dra. Marília Patta Ramos

Porto Alegre

2015

Catálogo

CIP - Catalogação na Publicação

Freitas, Tanise

A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA COMO EXPANSÃO
DAS CAPACITAÇÕES: POR UMA SOCIOLOGIA DAS CONDIÇÕES DE
VIDA NA FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL / Tanise
Freitas. -- 2015.

326 f.

Orientador: Sérgio Schneider.

Coorientadora: Marília Patta Ramos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Condições de Vida. 2. Capacitações. 3. Meios de
Vida. 4. Desenvolvimento Humano. 5. Fumicultura. I.
Schneider, Sérgio, orient. II. Patta Ramos, Marília,
coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TANISE DIAS FREITAS

**A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA COMO EXPANSÃO DAS
CAPACITAÇÕES: POR UMA SOCIOLOGIA DAS CONDIÇÕES DE
VIDA NA FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Data de aprovação: 10.07.2015

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Schneider (Orientador – Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS

Profa. Dra. Marília Patta Ramos (Coorientadora)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS

Prof. Dr. João Vicente R. Barroso da Costa Lima
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFAL

Profa. Dra. Virgínia Elisabeta Etges
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC

Prof. Dr. Marcelo Conterato
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS

Prof. Dra. Letícia Maria Schabbach
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS

Dedico esta tese à minha mãe, meu pai, à minha irmã, às pequenas Rafaela e Nicole e ao Maurício: pessoas a quem devo toda minha gratidão pelo apoio dado em cada momento desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de estudar em uma das melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil e referência internacional e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no qual conheci fantásticos profissionais. Aos professores com os quais tive a oportunidade de cursar as disciplinas, e que me acrescentaram muito como pessoa e profissional. Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) por proporcionar-me uma bolsa de estudos, pela qual pude dedicar-me com exclusividade ao período de doutoramento. Agradeço aos membros da banca por aceitarem meu convite: professor João Vicente, obrigada por apresentar-me os textos de Amartya Sen e participar de mais um momento importante em minha trajetória acadêmica; professor Marcelo Conterato pelo apoio dado no início do projeto que resultou neste trabalho; professoras Virgínia Etges e Letícia Schabbach por despenderem seus tempos e leituras com esta tese.

Apesar de ser um trabalho solitário e longo, acredito que esta tese não seria concluída se eu não tivesse o apoio de pessoas essenciais. Nesse sentido, gostaria de agradecer ao meu orientador Sérgio Schneider pelas aulas de Sociologia Rural e do Desenvolvimento, campos do conhecimento que eram desconhecidos e que hoje fazem parte deste trabalho e dos rumos profissionais que gostaria de seguir. Ainda, agradeço ao prof. Sérgio por compartilhar sempre seu vasto conhecimento, pelas conversas acalmando-me e colocando meus “pés no chão” em relação ao doutorado e à vida profissional; pelos valorosos conselhos na disciplina de Estágio Docente e pelas oportunidades em pesquisas e trabalhos ao longo desses anos.

Agradeço também à Marília Patta Ramos, com a qual tive a oportunidade de retomar meus estudos com Métodos Quantitativos e que resultou na orientação deste trabalho; obrigada pelos conhecimentos transmitidos ao longo destes anos e que certamente farão parte dos meus trabalhos futuros. Pela professora Marília também tive a oportunidade de fazer parte do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), pelo qual pude de entender um pouco mais sobre Políticas Públicas, temática esta que hoje me desperta cada vez mais interesse. Também é preciso lembrar o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, onde conheci pessoas muito importantes para este trabalho, que me deram conselhos sobre os caminhos a seguir na pesquisa, mas também com palavras de

apoio e incentivo, como a Anelise Rambo, professor Paulo Waquil, Ariane Fernandes, Alessandra Matte, Carolina Silva, dentre outros.

Ainda aqui tenho que mencionar meu agradecimento aos novos conhecimentos que esta tese proporcionou na realização do trabalho de campo, conhecimentos estes passados por profissionais que pouco são lembrados em nossas pesquisas: extensionistas rurais da EMATER/ASCAR do Rio Grande do Sul e profissionais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Para a realização de uma pesquisa com 250 famílias foi preciso andar por caminhos e estradas dos municípios do Vale do Rio Pardo e região central que, sem o apoio destas pessoas, eu jamais teria chegado. Além deste apoio logístico, agradeço a estes profissionais por terem aberto as portas de seus escritórios municipais e terem aguentado meu falatório e meus inúmeros questionamentos sobre a realidade rural da região e a troca de informações tanto no período em que eu ficava nos escritórios quanto nos longos deslocamentos pelo interior das localidades. A convivência com os extensionistas diariamente imersos na realidade rural agregou muito conhecimento a este trabalho e a minha pessoa.

Neste ponto, agradeço também aos colegas Ezequiel Redin e Leandro Junkherr Porto, os quais permitiram contato com pessoas certas para iniciar a pesquisa de campo; agradeço sem medidas às 250 famílias que me acolheram em suas casas e confiaram a mim informações sobre seu trabalho e sua vida, muitas vezes confidenciando problemas pessoais, conflitos, preocupações e desejos, mas que muito contribuíram a mim enquanto pessoa. Conviver por dez meses com esses agricultores e agricultoras, vivenciar seus trabalhos, suas rotinas engrandeceram esta pesquisa e proporcionaram um entendimento da realidade que é essencial ao pesquisador e que ultrapassa os muros da universidade e do conhecimento.

A partir daqui faço meus agradecimentos mais sinceros e emocionados às pessoas mais importantes para este trabalho e que para todo este processo de doutoramento tenha sido realizado com amor, dedicação e profissionalismo. Agradeço à minha mãe, Tania, que ao longo destes quatro anos mostrou-me o que é ser valente, guerreira e saber o momento certo de recuar e o de enfrentar abertamente os desafios, essa mulher que é meu eterno exemplo em todos os sentidos da vida. Mãe, este trabalho é escrito por mim, mas sem tuas palavras nas horas ao telefone, sem teu carinho e tua valentia para superar os desafios que a vida colocou à nossa família, eu jamais teria chegado ao fim, obrigada infinitamente. Agradeço ao meu pai, Enio, a pessoa que mais me ensinou sobre honestidade, integridade, responsabilidade e dedicação profissional e que, apesar das nossas eternas implicâncias infantis, agradeço pelos desafios que tu sempre colocaste a mim, como estímulo para nunca desistir dos desafios que a vida nos coloca todos os dias. Obrigada a vocês dois por sempre

fazer com que eu desse o melhor de mim em tudo, afinal eu sei que “não aceitam menos de 8,0” – espero que isto também se concretize neste trabalho.

Gabrielle (Gabi), minha irmã, certamente posso dizer “não sei o que seria desta tese sem você”! Não há palavras para te agradecer por tudo que tu representas na minha vida! Primeiro agradeço pelo aluguel gratuito da tua casa por quase dez meses, por ter aguentado minha falação sobre o trabalho de campo, meus lamentos e minhas aflições; neste ponto agradeço também ao meu cunhado Daniel, que me mostrou que é possível ficar trinta minutos sem conversar entre Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires por uma semana (risos). Minha irmã, obrigada por me ligar quase todos os dias para saber da tese, por me “puxar forte as orelhas” cada vez que eu parava a escrita para fazer concurso sempre dizendo “tá, faz essa prova e deu, e volta logo para tua tese que é isso que importa”, mas acho que não te dei 100% de atenção (risos!).

Talvez hoje ela não consiga ler, mas tenho dever de registrar nos agradecimentos o quanto tu fostes importante: Rafaela. Tu és a criança que me coloca o sorriso fácil no rosto e que tornou meu trabalho de campo algo mais prazeroso de ser realizado, pois chegar em casa depois de horas de pesquisa, e ver aquela criança brincando e esperando com um abraço e um carinho foi fundamental em cada dia de pesquisa. Outra pessoa que talvez venha a ler estes agradecimentos daqui a alguns anos é a querida Nicole, uma criança que, mesmo longe, preenche um espaço enorme na minha vida e transformou os momentos mais duros dessa caminhada pessoal em algo simples e suportável, com suas brincadeiras e travessuras.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao Maurício, meu namorado, amigo, companheiro e quem me suportou nesses quatro anos. Obrigado por cada final de semana sem sair de casa comigo, ajudando-me a escrever artigos, trabalhos e a própria tese, não tenho como agradecer teu apoio na pesquisa de campo aos sábados, domingos e feriados que tu poderias ficar descansando, mas tu estavas sempre disposto a pegar um carro e sair comigo para onde fosse e ainda aguentar eu dirigindo. Em relação à tese, meu eterno agradecimento pela ajuda com o banco de dados, com tuas fórmulas e raciocínios lógicos, com tua disposição em compreender minha teoria e meus dados e ainda por querer entender do SPSS nesses últimos meses só para me ajudar com qualquer cálculo estatístico. Enfim, obrigado por deixar tudo mais fácil e mais simples; obrigada pelas infinitas vezes que “emprestou teus ouvidos” para meus desabafos, reflexões, ideias, questionamentos teóricos e práticos, minhas revoltas e problemas diários, por me acalmar com essa tua paz e por sempre me permitir e me fazer ir mais além, obrigado!

Assim, diante de tantos agradecimentos e especiais colaborações, permito-me dizer que os limites deste trabalho são todos meus e os eventuais méritos são graças a estas pessoas mencionadas e a esta rede de conhecimento, amizade, carinho e companheirismo. Obrigada!

*Têm coisas que tem seu valor
Avaliado em quilates, em cifras e fins
E outras não têm o apreço
Nem pagam o preço que valem pra mim
Tenho uma velha saudade
Que levo comigo por ser companheira
E que aos olhos dos outros
Parecem desgostos por ser tão caseira
Não deixo as coisas que eu gosto
Perdidas aos olhos de quem procurar
Mas olho o mundo na volta
Achando outra coisa que eu possa gostar
Tenho amigos que o tempo
Por ser indelével, jamais separou
E ao mesmo tempo revejo
As marcas de ausência que ele me deixou
Carrego nas costas meu mundo
E junto umas coisas que me fazem bem
Fazendo da minha janela
Imenso horizonte, como me convém
Das vozes dos outros eu levo a palavra
Dos sonhos dos outros eu tiro a razão
Dos olhos dos outros eu vejo os meus erros
Das tantas saudades eu guardo a paixão
Sempre que eu quero, revejo meus dias
E as coisas que eu posso, eu mudo ou arrumo
Mas deixo bem quietas as boas lembranças
Vidinha que é minha, só pra o meu consumo...*

Pra meu consumo – Gujo Teixeira e Luiz Marengo

RESUMO

Este trabalho insere-se na temática do Desenvolvimento Humano e das Condições de Vida, analisando a realidade da Fumicultura no Rio Grande Sul por uma Sociologia das Condições de Vida. A presente proposta permite uma apreciação do desenvolvimento de forma multidimensional dando ênfase à variável humana, procurando ir além dos estudos baseados nos aspectos econômicos, como a produtividade, incremento de tecnologia e geração de riqueza. As considerações teórico-metodológicas fundamentam-se essencialmente na Abordagem das Capacitações e na perspectiva da Diversificação dos Meios de Vida, a fim de entender como realmente encontram-se os meios de vida das famílias produtoras de tabaco e como estas percebem suas próprias condições. Assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender como um processo de diversificação possibilita às famílias fumicultoras expandirem seus conjuntos capacitórios através dos seus meios e percepções de vida, criando, então, estratégias de sobrevivência e superação de um contexto de vulnerabilidade social. Logo, busca-se responder sobre quais meios e percepções comprometem esse processo de diversificação e quais fazem com que estes conjuntos de capacitações ampliem as oportunidades para melhorar as próprias condições de vida pela criação de estratégias de superação de um contexto de riscos e incerteza? Ainda, como uma maior dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco limita oportunidades das famílias para estabelecerem um portfólio de atividades que lhes permitam ampliar seu conjunto de capacitações e, portanto, lograr melhores condições de vida? Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa com aplicação de 250 questionários a famílias produtoras de tabaco em treze municípios localizados na Região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra, no RS, o que representa uma amostra significativa do total de estabelecimentos familiares fumicultores. A partir das concepções teóricas, elaboraram-se dois índices, um sobre os meios de vida (IMV) e outro das percepções (IPV), tendo como base cinco dimensões: física, financeira, humana, natural e social. A fim de responder às hipóteses, as informações da pesquisa de campo foram organizadas em um banco de dados, pelo qual foram realizados testes estatísticos de para comprovar a existência de diferença entre as médias dos índices, com grau de significância maior que 0,05, permitindo então inferir explicações para o universo da amostra. Por conseguinte, os resultados atestaram que, para o conjunto das 250 famílias, os meios e percepções mais vulneráveis deram-se nas dimensões financeira e social e os ampliadores ocorreram nas dimensões natural, humana e física. Além disso, foi possível comprovar que as famílias menos dependentes da CPT, ou seja, Diversificadas, apresentaram melhores condições de vida que as Especializadas, comprovando então as hipóteses propostas por esta tese. Estas diferenças revelaram-se estatisticamente significativas nas médias das percepções humana e financeira. Quanto às médias dos meios de vida, estas apresentaram diferenças nos meios financeiro, social, humano, natural e físico, nos seguintes indicadores: renda da fumicultura, diversidade de venda da produção, pluriatividade e plurirrendimentos, acesso a informação geral e técnico-produtiva, sucessão familiar na agricultura, distribuição do tempo de trabalho, educação, bem como forma de aquisição dos insumos químicos e lenha, ferramentas de trabalho e uso da área da unidade produtiva.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Condições de Vida; Capacitações; Meios de Vida; Fumicultura.

ABSTRACT

This work is part of the theme of the Human Development and Living Conditions, analyzing the reality of tobacco farming in Rio Grande Sul by a Sociology of Living Conditions. This proposal allows an appreciation of the development of multidimensional way emphasizing the human variable, seeking to go beyond the studies based on economic aspects such as productivity, technology development and wealth creation. The theoretical-methodological considerations underlie mainly on the Capability Approach and the perspective of diversification of livelihoods in order to understand how really find themselves the livelihoods of farming families of tobacco and how these perceive their own conditions. Thus, the objective of this study is to comprehend how a process of diversification enables tobacco growing families expand their capacítórios sets through its assets and perceptions of life, creating then, survival strategies and overcoming the context of social vulnerability. Therefore, the aim is to answer about what assets and perceptions affect this process of diversification and which make these sets of capabilities extend the opportunities to improve their own living conditions by creating strategies for overcoming the context of risk and uncertainty? Still, as a greater dependency on the Tobacco Production Chain limits opportunities for families to establish a portfolio of activities that allow them to broaden their set of skills and hence circumvent better living conditions? To this end, a quantitative research with application of 250 questionnaires to tobacco farming families was held in thirteen municipalities in the region of Vale do Rio Pardo and Central Serra, in RS, which represents a significant proportion of total tobacco growers family establishments. Starting from the theoretical concepts has been prepared two indexes, one on the livelihoods (IMV) and another on the perceptions (IPV), based on five dimensions: physical, financial, human, natural and social. In order to respond to hypotheses, the information of the field research were organized in a database for which statistical tests were performed to prove the existence of differences between the assets of indices, degree of significance greater than 0.05, thus allowing infer explanations for the universe of the sample. Therefore, the results believe that, for the set of 250 families, the most vulnerable assets and perceptions have given up in the financial and social dimensions and enlargers occurred in natural dimensions, human and physical. Moreover, it was possible to prove that less dependent families of CPT, Diversified, had better living conditions than the Specialized then confirming the hypothesis proposed by this thesis. These differences have proved to be statistically significant in the averages of human and financial perceptions. As for averages of livelihood, they showed differences in assets: financial, social, human, natural and physical, the following indicators: income from tobacco farming, diversity in the sale of production, pluriactivity and plurirrendimentos, access to general information and technical-productive, family succession in agriculture, distribution of working time, education, and form of acquisition of chemical products and firewood, work tools and use the productive unit area.

Keywords: Human Development; Living Conditions; Capabilities; Livelihoods; Tobacco Growing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pirâmide de Maslow e as Necessidades Humanas.....	48
Figura 2: Esquema conceitual da abordagem das capacitações.....	71
Figura 3: Framework dos Meios de Vida Sustentáveis.....	80
Figura 4: Framework de Ellis para análise da Diversificação dos Meios de Vida (adaptado de Scoones, 1998 e Carney, 1998).....	83
Figura 5: <i>Framework</i> teórico-metodológico.....	90
Figura 6: Região Fumicultora do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra – municípios pesquisados.	99
Figura 7: Organização dos Instrumentos de Pesquisa.....	105
Figura 8: Representação gráfica do IMV.....	106
Figura 9: Representação gráfica do IMV.....	107
Figura 10: Gráfico ilustrativo das possibilidades de combinação dos Conjuntos Capacitórios.	113
Figura 11: Possibilidades de combinações: grau de diversificação, meios de vida, percepções de vida.	114
Figura 12: Valor de Produção de Fumo (em folha em mil reais) – Unidades da Federação.	118
Figura 13: Modernização na fumicultura – fornos, estufas elétricas e defensivos agrícolas.....	120
Figura 14: Área plantada de fumo (hectares) por municípios do Rio Grande do Sul – 1990.....	120
Figura 15: Área plantada de fumo (hectares) por municípios do Rio Grande do Sul – 2013.....	121
Figura 16: Renda do tabaco e outros produtos.	123
Figura 17: Etapa 1: Cuidado com as mudas ainda nas bandejas (<i>float</i> e processo de poda antes do plantio.	124
Figura 18: Etapas de plantio, crescimento da planta do tabaco e colheita.	124
Figura 19: Etapas de secagem do tabaco nos fornos e processo de separação dos fumos (claros e escuros).	125
Figura 20: Condições de trabalho dos fumicultores nos galpões.....	127
Figura 21: Os problemas ambientais em áreas de produção de tabaco.	129
Figura 22: Organização das Dimensões de Vida em relação aos meios e percepções.	155
Figura 23: Estrada interdita no município de Rio Pardo.....	160
Figura 24: Condições das estradas – Candelária, Paraíso do Sul (acima), Agudo e Boqueirão do Leão (abaixo).	160

Figura 25: Mapa das Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul – 2012.	170
Figura 26: Biogramas das Dimensões por Categoria de Diversificação	194
Figura 27: Tecedeira de Fumo.....	201
Figura 28: Uso de Tratores para Cultura do Tabaco e Produção de Silagem.....	201
Figura 29: Unidade familiar com produção orgânica (incluindo tabaco) – Sinimbu/RS	213
Figura 30: Unidade familiar com estufas de morango e pepino para Agroindústria Familiar – Passo do Sobrado/RS.....	213
Figura 31: Técnica de conservação do solo – curva de nível, adubação verde, plantio direto e rotação de culturas (área em pousio).	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de pessoas por família.	132
Gráfico 2: Escolaridade dos Jovens até 18 anos por sexo.	134
Gráfico 3: Ocupação profissional dos adultos em relação ao sexo.....	138
Gráfico 4: Ocupação profissional dos adultos em relação à categoria de diversificação familiar.....	139
Gráfico 5: Ocupação profissional de mulheres com 60 anos ou mais.....	141
Gráfico 6: Ocupação profissional de homens com 60 anos ou mais.....	142
Gráfico 7: Ocupação profissional dos idosos em relação à categoria de diversificação familiar.	142
Gráfico 8: Área média das <i>households</i> em hectares.....	147
Gráfico 9: Condição da Unidade Familiar por Categoria de Diversificação.	148
Gráfico 10: Divisão da Área da Unidade Produtiva por Categoria de Diversificação.....	150
Gráfico 11: Biograma do Conjunto Capacitório das 250 famílias.	152
Gráfico 12: Biograma do IMV e IPV geral.	153
Gráfico 13: Dimensão Física – IMV e IPV.....	156
Gráfico 14: Área produtiva no total da área da Unidade familiar.....	158
Gráfico 15: Dimensão Humana – IMV e IPV.....	162
Gráfico 16: Dias de Trabalho na Fumicultura em 2006 – RS.	164
Gráfico 17: Dimensão Natural – IMV e IPV.....	167
Gráfico 18: Dimensão Financeira: IMV e IPV.....	172
Gráfico 19: Proporção da Renda proveniente da Fumicultura.....	177
Gráfico 20: Dimensão Social – IMV e IPV.....	179
Gráfico 21: Média dos Indicadores do Grau de Diversificação por Categoria.....	191
Gráfico 22: IMV, IPV e Conjunto Capacitório por Categorias de Diversificação.....	193
Gráfico 23: Biograma do IMV Geral por Categorias de Diversificação.....	195
Gráfico 24: Biograma do IPV Geral por Categorias de Diversificação.....	196
Gráfico 25: Biograma do Capital Físico por Categorias de Diversificação.....	197
Gráfico 26: Biograma da Percepção Física por Categorias de Diversificação.....	198
Gráfico 27: Biograma do Capital Humano por Categorias de Diversificação.....	205

Gráfico 28: Biograma da Percepção Humana por Categorias de Diversificação	205
Gráfico 29: Tempo de Trabalho destinado à Fumicultura por Categoria de Diversificação	207
Gráfico 30: Percepção sobre o Tempo de Trabalho dedicado à Fumicultura por Categoria de Diversificação.....	209
Gráfico 31: Percepção sobre a Importância da Educação dos filhos por Categoria de Diversificação	214
Gráfico 32: Biograma do Capital Natural por Categorias de Diversificação	217
Gráfico 33: Biograma da Percepção Natural por Categorias de Diversificação.....	217
Gráfico 34: Formas de Aquisição dos Insumos Químicos por Categoria de Diversificação.....	222
Gráfico 35: Biograma do Capital Social por Categoria de Diversificação.....	226
Gráfico 36: Biograma da Percepção Social por Categoria de Diversificação	226
Gráfico 37: Biograma do Capital Financeiro por Categoria de Diversificação.....	233
Gráfico 38: Biograma da Percepção Financeira por Categoria de Diversificação.....	233
Gráfico 39: Percepção sobre Pluriatividades e Plurirrendimentos por Categoria de Diversificação ...	238
Gráfico 40: Renda da Fumicultura por Categoria de Diversificação	241
Gráfico 41: Custos com a Fumicultura por Categoria de Diversificação	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios com maior Valor de Produção de Fumo – RS – 2013 e IDH 2000 e 2010.....	25
Tabela 2: Caracterização municipal – número de estabelecimentos e questionários.	99
Tabela 3: Idade dos designados como respondentes.	131
Tabela 4: Idade dos designados como respondentes.....	131
Tabela 5: Composição familiar por faixa etária e grau de diversificação.	133
Tabela 6: Número de jovens e idade média por gênero.....	134
Tabela 7: Ocupação profissional dos Jovens até 18 anos por gênero.....	135
Tabela 8: Adultos entre 19 e 59 anos por gênero e idade média.....	136
Tabela 9: Grau de escolaridade de homens e mulheres entre 19 e 59 anos.....	136
Tabela 10: Número de idosos com 60 anos ou mais por gênero e idade média.....	140
Tabela 11: Grau de escolaridade entre homens e mulheres com 60 anos ou mais.	143
Tabela 12: Panorama geral das 250 Unidades Produtivas Fumicultoras.....	145
Tabela 13: Características da Produção de Tabaco por Categorias de Diversificação.....	149
Tabela 14: Valores gerais do Conjunto Capacitório por Dimensão para as 250 famílias.	153
Tabela 15: Valores dos IMVs, IPVs e Conjunto Capacitório por Dimensão.....	154
Tabela 16: Dimensão Física - Média dos indicadores objetivos e subjetivos.....	157
Tabela 17: Percepção sobre a Área Produtiva.....	158
Tabela 18: Dimensão Humana - Média dos indicadores objetivos e subjetivos.....	162
Tabela 19: Percepção em relação ao Tempo Livre.....	163
Tabela 20: Dimensão Natural - Média dos indicadores objetivos e subjetivos.....	167
Tabela 21: Formas de consumo da lenha na fumicultura.	168
Tabela 22: Dimensão Financeira - Média dos indicadores objetivos e subjetivos.....	172
Tabela 23: Pluriatividade e Plurirrendimentos nas unidades familiares.....	174
Tabela 24: Dimensão Social - Média dos indicadores objetivos e subjetivos.....	180
Tabela 25: Percepção das 250 famílias em relação à continuidade na fumicultura.	181
Tabela 26: Frequência de participação familiar em atividades sociais.	183
Tabela 27: Percepção das famílias sobre a participação em atividades sociais.....	184

Tabela 28: Grau de confiança nas informações para agricultura em geral.....	185
Tabela 29: Indicadores do Grau de Diversificação.....	192
Tabela 30: Médias dos IMVs e IPVs por Categorias de Diversificação.....	195
Tabela 31: Indicadores do Capital Físico por Categorias de Diversificação.....	198
Tabela 32: Indicadores da Percepção Física por Categorias de Diversificação.....	199
Tabela 33: Ferramentas e Máquinas Agrícolas por Categoria de Diversificação.....	200
Tabela 34: Uso da Área Produtiva por Categoria de Diversificação.....	203
Tabela 35: Capital Humano por Categorias de Diversificação.....	204
Tabela 36: Percepção Humana por Categorias de Diversificação.....	204
Tabela 37: Tempo de Trabalho destinado a outras Atividades por Categoria de Diversificação.....	208
Tabela 38: Percepção sobre o Tempo de Trabalho dedicado a outras atividades por Categoria de Diversificação.....	210
Tabela 39: Educação dos membros das Famílias por Categoria de Diversificação.....	211
Tabela 40: Capital Natural por Categorias de Diversificação.....	218
Tabela 41: Percepção Natural por Categorias de Diversificação.....	218
Tabela 42: Práticas de Conservação do Solo por Categoria de Diversificação.....	219
Tabela 43: Formas de Aquisição da Lenha por Categoria de Diversificação.....	223
Tabela 44: Capital Social por Categorias de Diversificação.....	225
Tabela 45: Percepção Social por Categorias de Diversificação.....	225
Tabela 46: Formas de acesso às informações em geral por Categoria de Diversificação.....	227
Tabela 47: Presença de informações técnico-agrícolas por Categoria de Diversificação.....	229
Tabela 48: Sucessão Familiar na Fumicultura por Categoria de Diversificação.....	231
Tabela 49: Capital Financeiro por Categorias de Diversificação.....	234
Tabela 50: Percepção Financeira por Categorias de Diversificação.....	234
Tabela 51: Pluriatividades e Plurirrendimentos por Categorias de Diversificação.....	235
Tabela 52: Formas de Venda da Produção por Categoria de Diversificação.....	239
Tabela 53: Despesas com alimentação por Categoria de Diversificação.....	242

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Dimensões e Indicadores de Qualidade/Condições de Vida	58
QUADRO 2: Indicadores objetivos e subjetivos de acordo com <i>framework</i> teórico-metodológico ...	102
QUADRO 3: Banco de questões utilizados para medir Grau de Diversificação.	110
QUADRO 4: Questões utilizadas na composição da média do Grau de Diversificação	191
QUADRO 5: Índice Médio proposto para classificação de cada Categoria de Diversificação e Número de Famílias	191

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFUBRA – ASSOCIAÇÃO DE FUMICULTORES BRASILEIROS
CQCT – CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO
CV – CONDIÇÕES DE VIDA
CPT – CADEIA PRODUTIVA DO TABACO
D - DIVERSIFICADAS
DESER – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS
E – ESPECIALIZADAS
EFI – ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
EFC – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
G.D – GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICV – ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA
IDese – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IDH-M - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
IDR – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL
IMV – ÍNDICE DOS MEIOS DE VIDA
IPV – ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DE VIDA
INCA – INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER
IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
IQV-UFF – ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
IQVU-BH – ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA DE BELO HORIZONTE
IQV – ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA
OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
P.D – POUCO DIVERSIFICADAS
PGDR – PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO
PNB – PRODUTO NACIONAL BRUTO
PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Q.D – QUASE DIVERSIFICADAS

QV – QUALIDADE DE VIDA

RS – RIO GRANDE DO SUL

UP – UNIDADE PRODUTIVA

UPF – UNIDADE PRODUTIVA FAMILIAR

WHOQOL – WORLD HEALTH ORGANIZATION QUALITY OF LIFE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	24
2. POR UMA SOCIOLOGIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA	36
2.1. “CONSTRUINDO” UMA SOCIOLOGIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA.....	37
2.2. A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	40
2.3. AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE QUALIDADE/CONDIÇÕES DE VIDA	47
3. AS CAPACITAÇÕES E OS MEIOS DE VIDA: UM <i>FRAMEWORK</i> TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	60
3.1. AS CAPACITAÇÕES HUMANAS: DAS VULNERABILIDADES ÀS ESTRATÉGIAS DE VIDA	62
3.1.1. <i>Conceituando a Abordagem das Capacitações: contextualização, definições e usos.....</i>	<i>64</i>
3.1.2. <i>Os limites e problemas da Abordagem das Capacitações.....</i>	<i>73</i>
3.2. OPERACIONALIZANDO AS CAPACITAÇÕES: A PERSPECTIVA DOS MEIOS DE VIDA – LIVELIHOODS.....	77
3.2.1. <i>Os Meios de Vida: Contextualização, definições e usos.....</i>	<i>78</i>
3.2.2. <i>A Contribuição da Diversificação para os Livelihoods</i>	<i>81</i>
3.3. O <i>FRAMEWORK</i> TEÓRICO-METODOLÓGICO E O CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: DEFINIÇÕES PRÁTICAS.....	89
4. O CAMINHO METODOLÓGICO.....	95
4.1. UNIDADE DE ANÁLISE: “HOUSEHOLD”	96
4.2. CÁLCULO AMOSTRAL	97
4.3. A ESCOLHA E CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.	98
4.4. INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS	100
4.5. INSTRUMENTOS DE PESQUISA, ÍNDICES E BIOGRAMAS.....	103
4.6. GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO (G.D) E OS “TIPOS IDEAIS” DO HOUSEHOLD.....	107
4.7. O CONJUNTO CAPACITÓRIO: A REPRESENTAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA	112
4.8. ESTRATÉGIAS ANALÍTICAS	115
5. A FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL: O ESPAÇO EMPÍRICO.....	117
5.1. PROBLEMATIZANDO A FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL.	119
5.1.1. <i>A Cadeia Produtiva a do Tabaco (CPT) e a dependência sócio-produtiva: o contexto de vulnerabilidade social.....</i>	<i>122</i>
5.2. CARACTERIZAÇÃO DO HOUSEHOLD: A COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	130
5.3. CARACTERIZAÇÃO DO HOUSEHOLD: AS UNIDADES PRODUTIVAS	144
5.3.1. <i>Estrutura das Unidades Produtivas nas Categorias de Diversificação.....</i>	<i>148</i>

6. OS MEIOS E AS PERCEPÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS FUMICULTORAS	152
6.1. OS CONJUNTOS CAPACITÓRIOS AMPLIADORES DAS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO	156
6.1.1. <i>O Conjunto Físico – Meios e Percepções</i>	156
6.1.2. <i>O Conjunto Humano – Meios e Percepções</i>	161
6.2. OS CONJUNTOS CAPACITÓRIOS LIMITANTES DAS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO	166
6.2.1. <i>O Conjunto Natural – Meios e Percepções</i>	166
6.2.2. <i>O Conjunto Financeiro – Meios e Percepções</i>	171
6.3. O CONJUNTO CAPACITÓRIO SOCIAL	179
7. A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E OS CONJUNTOS CAPACITÓRIOS	190
7.1. O MODELO ANALÍTICO DO GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO	190
7.2. CONJUNTOS CAPACITÓRIOS E AS CATEGORIAS DE DIVERSIFICAÇÃO	193
7.3. DIMENSÃO FÍSICA	197
7.4. DIMENSÃO HUMANA	204
7.5. DIMENSÃO NATURAL	216
7.6. DIMENSÃO SOCIAL	224
7.7. DIMENSÃO FINANCEIRA	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255
ANEXO I – QUESTIONÁRIO	271
ANEXO II – TABELAS ESTATÍSTICAS ANOVAS	279
ANEXO III – TABELAS IDH 2000 E 2010.....	318
ANEXO IV – IMAGENS PESQUISA DE CAMPO.....	322

1. INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial iniciou-se uma caminhada de reconstrução dos países destruídos econômica e socialmente, colocando em prática os projetos de crescimento das economias nacionais, de progresso, “de desenvolver cinquenta anos em apenas cinco” como se proclamava no Brasil com o então presidente Juscelino Kubitschek, nos anos de 1950. Tais planos desenvolvimentistas marcaram um período da crença no crescimento econômico como única forma de desenvolvimento das populações, a qual era mensurada por indicadores pautados no Produto Interno Bruto dos países e na renda *per capita*.

Estes projetos justificavam-se, por exemplo, pelo modelo de Desenvolvimento proposto por Rostow (1978), que apontava para uma análise das sociedades de forma linear, positiva e universal, por uma lógica darwiniana de evolução progressiva das populações. Estas concepções influenciaram os estudos de uma Sociologia da Modernização, que tinha como objetivo compreender o “funcionamento” das estruturas, principalmente econômicas, como fatores que “moldavam” a vida das pessoas. Tais concepções macrossociais e economicistas influenciaram os estudiosos do que se denominou como Sociologia do Desenvolvimento ao analisarem as transformações sociais a partir de uma lógica comparativa entre o progresso/futuro e o passado, explicando, por exemplo, sobre o “atraso” dos países subdesenvolvidos e a “evolução” das nações de Primeiro Mundo, principalmente nos trabalhos sobre Desenvolvimento na América Latina.

No entanto, a crise dos anos 80 mostrou que tais projetos desenvolvimentistas tornaram-se limitados e já não conseguiam mais evidenciar o desenvolvimento através do das estruturas, do crescimento econômico do livre mercado, aumento da tecnologia, industrialização, crescimento do PIB e da Renda *per capita*. Da mesma forma, os indicadores que até então “mediam” ou permitiam avaliar sobre ser mais ou menos desenvolvido também não explicavam a realidade da vida das pessoas e/ou dos países. Diante de tal contexto, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de analisar as questões do desenvolvimento considerando não somente o crescimento econômico, mas também o elemento humano, entendendo como e porque estes “avanços” financeiros não se refletiram diretamente na qualidade das condições de vida dos indivíduos.

Nessa perspectiva, tem-se como exemplo desta situação a realidade socioeconômica da Fumicultura no Rio Grande do Sul, a qual pode ser entendida como um projeto de “desenvolvimentismo” que não tem refletido os ganhos da cultura do fumo em qualidade de

vida dessas famílias agricultoras, ou seja, um “paradoxo do desenvolvimento”. Conforme a tabela 1 abaixo, tendo como base os 30 municípios do RS com maior valor de produção em 2013 em relação aos seus Índices de Desenvolvimento Humano de 2000 e 2010, observam-se essas contradições.

Tabela 1: Municípios com maior Valor de Produção de Fumo – RS – 2013 e IDH 2000 e 2010.

	Municípios	Valor da produção (Mil Reais)	Quantidade de fumo produzida (ton./folha)	IDH_M 2000	IDH-M 2010
	Rio Grande do Sul	-	-	0,664	0,746
1	Venâncio Aires	179.820	24.975	0,622	0,712
2	Canguçu	169.400	24.200	0,640	0,650
3	São Lourenço do Sul	128.142	18.900	0,593	0,687
4	Candelária	120.801	18.170	0,662	0,674
5	Arroio do Tigre	115.323	17.412	0,548	0,707
6	Camaquã	102.913	17.600	0,524	0,697
7	Santa Cruz do Sul	101.376	15.840	0,588	0,773
8	Vale do Sol	94.737	13.730	0,618	0,624
9	Vera Cruz	84.150	11.220	0,633	0,737
10	Agudo	73.815	10.500	0,593	0,694
11	Rio Pardo	65.881	9.240	0,568	0,693
12	Sinimbu	58.630	9.020	0,659	0,631
13	Pelotas	58.550	9.600	0,610	0,739
14	Dom Feliciano	52.626	9.000	0,539	0,587
15	Segredo	52.456	7.920	0,635	0,659
16	Chuívisca	48.398	8.400	0,507	0,616
17	Barros Cassal	46.740	7.600	0,578	0,650
18	Boqueirão do Leão	46.310	7.680	0,601	0,700
19	Passa Sete	45.170	6.820	0,690	0,622
20	Paraíso do Sul	42.394	6.413	0,615	0,676
21	Amaral Ferrador	38.592	6.600	0,646	0,624
22	Barão do Triunfo	38.468	5.064	0,641	0,610
23	Jaguari	37.746	5.400	0,683	0,712
24	Cerro Grande do Sul	36.785	6.200	0,582	0,660
25	Lagoão	35.303	5.280	0,565	0,643
26	Passo do Sobrado	34.800	5.800	0,664	0,698
27	Gramado Xavier	33.120	5.520	0,591	0,634
28	Herveiras	33.089	4.070	0,642	0,616
29	Sertão Santana	32.183	5.670	0,582	0,689
30	Lagoa Bonita do Sul	31.592	4.725	0,560	0,670

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE/SIDRA. Atlas Socioeconômico do RS.

A importância de comparar estes dados é entender que a geração de riqueza com a produção fumicultora no RS não se reflete no desenvolvimento humano dos municípios, como já foi apontado por pesquisa do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais

(DESER, 2008) com 1,8 mil famílias agricultoras das principais regiões fumicultoras, entre estas, 1.025 produtoras de tabaco. Logo, confrontando os valores de produção e a quantidade de tabaco produzida com o Índice de Desenvolvimento Humano de 2000 e 2010, percebe-se que não há uma sistemática proporcional entre produção e desenvolvimento, ou seja, quanto maior o valor de produção e a quantidade de fumo em folha produzido maior o IDH.

Em comparação ao IDH médio do RS, no ano de 2000, Passo do Sobrado, Jaguari e Passa Sete tinham IDH-M igual ou maior que a média do Estado que era de 0,664, no ano de 2010, apenas Santa Cruz do Sul possui valor superior a 0,746 – IDH médio RS, sendo o sétimo maior produtor de fumo do Estado. Já o caso de Dom Feliciano, localizado na zona sul do RS, este apresenta o pior IDH (0,587), sendo o 14º produtor; ainda, os seis municípios com maior valor de produção possuem seus IDH_M menores que a média do RS, o que também ocorreu no ano 2000.

À luz dessa perspectiva convencional do desenvolvimento como crescimento baseado em indicadores econômicos, pode-se dizer que a região fumicultora apresenta elevados valores de produção e no PIB dos municípios com base produtiva no tabaco, contudo, seria então esta região realmente desenvolvida tomando como critério os aspectos ligados às condições de vida das pessoas, e no caso, das famílias produtoras de tabaco? Deste modo, a escolha do Fumicultura como espaço empírico para o estudo aqui proposto justifica-se principalmente por representar uma situação paradoxal, pois mesmo que muitas famílias tenham bons ganhos com o modelo de especialização, pode-se afirmar que foram poucas aquelas que realmente conseguiram transformar este crescimento econômico em desenvolvimento humano e melhoria das suas condições de vida, o que se comprova com as baixas médias dos IDHs.

Malgrado os fatores ligados ao aspecto econômico ainda sejam utilizados para diferenciar os níveis de vida das pessoas, estes atuais problemas sociais impuseram à teoria sociológica e aos formuladores de políticas públicas uma necessidade de reestruturação de suas bases conceituais e metodológicas, uma vez que a análise do crescimento econômico e da quantidade de bens adquiridos não conseguem mais demonstrar fidedignamente a realidade sobre o que seja o bem-estar das pessoas. Abre-se então espaço para uma nova (ou nem tão nova) agenda de estudo para as Ciências Sociais, possibilitando debates sobre a temática do desenvolvimento com ênfase nas pessoas, tanto por uma abordagem mais individual, quanto com estudos dos grupos ou populações, envolvendo também campos da Sociologia do

Desenvolvimento, Rural, Econômica, Ambiental, Política e até mesmo os estudos mais recentes sobre Políticas Públicas.

Embora exista um *corpus* teórico sobre a temática do desenvolvimento na Sociologia e que este já seja um campo consolidado ou em processo de, ainda parece distante a constituição de um conhecimento sociológico que tenha como tema de pesquisa não o desenvolvimento em si e suas teorias mais gerais, mas como esse se concretiza no cotidiano das pessoas, nas suas atividades diárias, nos seus recursos, nas suas concepções sobre uma vida boa ou um projeto de felicidade e bem-estar. Contudo, mesmo que no campo acadêmico tais estudos venham apontando para uma inconsistência das medidas sobre desenvolvimento, pode-se dizer que estas discussões ainda são esparsas e desconectas da realidade político-normativa, a exemplo do Brasil, onde os programas e políticas elaborados para a diminuição das desigualdades sociais utilizam como critério de separação do “público-alvo” indicadores ligados à renda *per capita* ou renda domiciliar.

Assim, se os estudos sobre “ser mais ou menos desenvolvido” constituem-se primeiramente pelas análises dos IDH e IDHs municipais, acrescidas de alguns trabalhos mais conectados aos aspectos da sustentabilidade e urbanização, como entender essas novas questões sociais a partir de uma perspectiva sociológica e multidimensional? Partindo de tal questionamento e pelas discussões sobre os limites das teorias do desenvolvimento, bem como dos seus indicadores empíricos, propõem-se aqui uma Sociologia das Condições de Vida que apresenta como suporte teórico e metodológico a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen associada à Perspectiva da Diversificação dos Meios de Vida, tendo como campo empírico para o presente estudo o contexto da fumiicultura no Rio Grande do Sul.

A proposta teórica desta tese baseia-se fundamentalmente na seguinte proposição: a falta ou a privação das liberdades dada pela limitação das oportunidades econômicas, políticas, sociais das pessoas reduz as opções e *capabilities* das pessoas/grupos para alcançarem uma condição de vida que desejam, e conseqüentemente, reduz-se a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. Partindo desta premissa tem-se a possibilidade de descrever uma Sociologia das Condições de Vida que permita não somente retomar as conceituações sociológicas sobre desenvolvimento, mas apresentar, concretamente, bases teóricas e empíricas para a formulação de uma agenda de estudos às Ciências Sociais que sejam voltadas às interpretações sobre a condição de vida das pessoas, principalmente em situações de vulnerabilidade social. É no espaço dessa nova agenda sociológica que se tem o

ponto de partida do presente estudo com base em duas perspectivas: Abordagem das Capacitações e da Diversificação dos Meios de Vida.

Um dos fatores que justificam a escolha teórica das Capacitações é a ênfase dada ao indivíduo em relação às suas escolhas e enquanto ser social frente a contexto de privações. Essas condições de privação na teoria de Seniana estão associadas às percepções ou sentimentos de privação, tendo raízes não somente na questão financeira definida por uma “linha”, mas culturais, naturais, físicas, etc., portanto, ao que o autor denominou de condição de agente dos indivíduos. Para Sen (2010) é por meio da percepção destes enquanto atores sociais que as transformações tornam-se possíveis, uma vez que os indivíduos (ou grupos), diante de um leque de oportunidades e a partir de suas capacitações, conseguem agir para estabelecer funcionamentos desejáveis ou para manter determinada condição de vida.

Este é um aspecto importante da abordagem das Capacitações e para a Sociologia das Condições de Vida aqui proposta. Nesse sentido, tendo como objetivo compreender como as pessoas organizam seus meios de vida para superar determinadas situações de vulnerabilidade e risco, as análises sociológicas não podem estar substanciadas somente no “ter” ou no tamanho e na quantidade de intitamentos que um indivíduo ou grupo possui, mas no “ser-estar”, ou ainda, no quanto estes intitamentos são capazes de gerar bem-estar. (PÉREZ, 1999). Tomando como exemplo a realidade rural, não se pode medir exclusivamente o bem-estar de uma família pelo número de tratores ou máquinas agrícolas que esta possui comparando-se a outras, ou o tamanho da área de terra disponível em uma propriedade. Indo além, é preciso compreender como estes recursos geram melhores condições de vida ou o quanto são importantes para que a família consiga utilizar tais implementos para a promoção do seu bem-estar.

A grande problemática do projeto teórico de Amartya Sen está nos limites práticos que a Abordagem das Capacitações possui. Tanto para Domingues (2003) como para outros críticos (PETTIT, 1993; COHEN, 1996), Sen traz uma respeitável contribuição para os estudos mais atuais sobre o desenvolvimento em relação às liberdades das pessoas para realizarem funcionamentos que julgam essenciais à sua qualidade de vida. Contudo, a dificuldade desta abordagem está na aplicação na sua aplicabilidade prática, pois Sen não explicita como analisar ou medir as liberdades, como escolher quais liberdades e os pesos atribuídos a cada uma destas. É justamente por compreender tais limitações que se buscou na perspectiva dos *Livelihoods* um aporte metodológico para interpretar sociologicamente as Condições de Vida das pessoas pelos seus conjuntos de capacitações.

Assim, vislumbrou-se a possibilidade de ultrapassar a limitação da perspectiva seniana operacionalizando as liberdades para gerar capacitações pela diversificação dos meios de vida (ELLIS, 2000). Conforme Ian Scoones (2015), a abordagem de Amartya Sen enfatiza o bem-estar ao invés da pobreza monetária, destacando as qualidades psicológicas e àquelas relacionados aos meios de vida. Associando esta ideia a Schneider (2010b), tem-se que a Diversificação dos Meios de Vida (e não a diversificação produtiva ou econômica) pode ser entendida tanto como uma forma de criar estratégias de reação às situações de instabilidade quanto uma possibilidade de transformar (ou manter) determinada condição, principalmente em contextos marcados por uma crescente coerção, vulnerabilidade.

Isso significa afirmar que a ampliação das capacidades humanas inicia-se pela estruturação de um portfólio de atividades que decorre de um processo de diversificação dos meios que as pessoas (ou as famílias) possuem e que podem ser utilizados para estabelecer estratégias de superação de vulnerabilidades, riscos e incertezas, incrementando então sua resiliência. Desta forma, com base nas críticas realizadas à abordagem de Amartya Sen e nas proposições dos Meios de Vida, torna-se essencial ressaltar que na relação entre capacitações e diversificação há um duplo processo: assim que os conjuntos capacitórios são/estão amplos têm-se oportunidades de instituir ações pela diversificação dos meios de vida para mantê-los “expandidos” ou ampliá-los, ainda, mesmo com conjuntos limitados, pode-se estabelecer estratégias de diversificação, para então ampliar tais conjuntos e superar uma condição de vulnerabilidade e privação das liberdades.

Ademais, pode-se afirmar que a utilização destas duas abordagens multidimensionais e complementares justifica teoricamente este trabalho no âmbito da Sociologia, justamente porque permitem entender, mensurar e interpretar a relação entre a diminuição da vulnerabilidade social e a melhoria das condições de vida, ou seja, como realmente ocorre o Desenvolvimento Humano. Logo, a partir da elaboração de um *analytical framework* com base na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e na perspectiva da Diversificação dos Meios de Vida, foi possível “testar” esta proposta no contexto social da fumicultura no Rio Grande do Sul, uma vez que as vulnerabilidades sociais das famílias produtoras de tabaco, muitas vezes, definem ou redefinem estratégias de sobrevivência, e ultrapassam problemas pontuais de produção, relacionados a déficits de compra e venda ou problemas de endividamento por crédito rural e financiamentos.

Outro ponto que justifica estas proposições é necessidade já declarada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização Mundial de Saúde

em trabalhos que, a partir de uma organização metodológica multidimensional¹, permitam a formulação de políticas para o Desenvolvimento Humano que ultrapassem os determinantes da linha da pobreza. O próprio PNUD declarou, em maio de 2015, que para a elaboração do seu Relatório de Desenvolvimento Humano para América Latina e Caribe, de 2016, terá como foco entender “o que está “por trás” da saída da pobreza e da ascensão da classe média na região: as “capacidades e ativos” das pessoas e domicílios, como nível de educação, posse de casa própria, acesso à proteção social e outras formas de amparo que evitam que as pessoas caiam na pobreza”. (PNUD, 2015)². O objetivo do programa é justamente redefinir a concepção de desenvolvimento, considerando o que significa para as pessoas viverem bem e como estas conseguem perceber as transformações sociais; o foco também se volta, segundo a subsecretária geral da ONU, para as limitações das oportunidades por aspectos ligados à exclusão social, discriminações e vulnerabilidades.

Esta é então a contribuição prático/política que advém do fato de que a superação do modelo agrícola vigente impõe-nos pensar formas mais sustentáveis e que realmente tragam melhoria às condições de vida das populações mais vulneráveis. Ainda, este trabalho pode contribuir com as discussões internacionais apresentadas pelos estudiosos e articuladores da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco (CQCT), bem como com a necessidade brasileira de apresentar propostas ao Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Tabaco. Tal programa visa responder aos artigos 17 e 18 da CQCT³ que reforçam a necessidade de ações para melhoria das condições de vida dessas famílias fumicultoras.

Para além disto, tem-se aqui uma realidade que apresenta deficiências e riscos na infraestrutura das residências, no acesso às propriedades, na falta de relações sociais entre membros da família e da própria comunidade; problemas de saúde decorrentes do trabalho rural, baixos níveis de escolaridade e adesão social, além de diversos problemas relacionados ao meio ambiente e ao uso da terra como sustento familiar. De tal modo, a fumicultura no Rio Grande do Sul torna-se um elemento empírico importante para compreender como o conjunto

¹ Segundo os trabalhos da WHOQOL Group (1994), existem três pontos fundamentais nos estudos sobre Qualidade de Vida: (1) subjetividade; (2) multidimensionalidade (3) presença de dimensões positivas (p.ex. mobilidade) e negativas (p.ex. dor).

² “O bem-estar não se alcança só com o crescimento econômico, afirma PNUD” disponível em <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4077>.

³ **Artigo 17:** “As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais, internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”.

Artigo 18: “Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente”.

das condições de vida apresenta-se de forma concreta para essas famílias; como este portfólio de recursos ou intitamentos possibilita a criação de estratégias que se configuram em um espaço que vivenciou e vivencia as transformações da modernidade no meio rural.

A despeito das justificativas teóricas e práticas, a escolha pessoal em trabalhar com a fumicultura ocorreu primeiramente pelo interesse em entender a temática da qualidade de vida pela abordagem de Amartya Sen tendo como foco os programas de responsabilidade socioambiental das empresas fumageiras e quanto estes projetos alteravam as condições de vida das famílias agricultoras. A partir desta motivação, buscou-se associar os conhecimentos com os estudos sobre desenvolvimento na sociologia com a temática do meio rural, analisando não os projetos sociais das empresas, mas diretamente os meios de vida dessas famílias rurais. Por fim, ainda pode-se afirmar que uma das razões pessoais destes trabalhos é contribuir com os estudos a respeito de políticas públicas ou programas empresariais que realmente tenham como objetivo melhorar as condições de vida dessas pessoas.

Portanto, tendo como tema de pesquisa o Desenvolvimento Humano e as Condições de Vida, analisado sociologicamente pela abordagem das Capacitações e da Diversificação dos Meios de Vida, o problema a ser compreendido neste trabalho parte da ideia que o conjunto capacitório descrito por Amartya Sen é a expressão das condições de vida das famílias, sendo que, quanto maior esse conjunto, maiores as possibilidades de criar estratégias de diversificação dos meios de vida e, conseqüentemente, de superar uma situação de risco ou privação das liberdades. Para tanto, buscou-se responder a seguinte questão: *Em que medida o processo de diversificação dos meios de vida permite às famílias produtoras de tabaco expandir seus conjuntos de capacitações e alcançarem melhores condições de vida frente a um contexto de vulnerabilidade social?* Ainda assim, torna-se possível argumentar sobre: *Quais meios e percepções comprometem esse processo de diversificação e fazem com que estes conjuntos de capacitações limitem as oportunidades de melhorar as próprias condições de vida.* Por outro lado, também é possível questionar a cerca de: *Quais os meios e percepções que, através do mesmo processo de diversificação, ampliam as possibilidades das famílias de criarem estratégias de superação de um contexto de vulnerabilidade?*

Nessa perspectiva, a hipótese é que as famílias que apresentam maior nível de diversificação dos seus meios de vida (ativos ou recursos), ou seja, que são menos dependentes da Cadeia Produtiva do Tabaco, enquanto um *cash crop*⁴, possuem,

⁴ Na literatura sobre Economia Agrícola utilizam-se os termos *Commodities* e *Cash Crop*. O primeiro significa cultura que possui preço padronizado internacionalmente, como por exemplo, a soja. O segundo significa um

consequentemente, melhores condições de vida, expressas pelos seus conjuntos de capacitações (financeiro, humano, social, físico e natural) expandidos de forma mais harmônica. Para tanto o objetivo geral deste trabalho é entender como a Diversificação dos Meios de Vida permite às famílias fumicultoras estabelecerem estratégias de ampliação das suas capacitações para superarem ou transformarem tal situação de vulnerabilidade social, produtiva, econômica e, portanto, melhorarem suas condições de vida.

Para responder ao problema de pesquisa e as hipóteses descritas traçaram-se objetivos específicos, sendo que o primeiro tem como finalidade compreender a Cadeia Produtiva do Tabaco e a relação desse sistema agrícola de integração da agricultura familiar enquanto um processo que assevera as condições de vida das famílias produtoras em relação aos aspectos como saúde, trabalho, rendimentos, mostrando a dependência dessa Cadeia para além do aspecto produtivo. O segundo objetivo deste trabalho procura descrever as famílias de forma geral e por categoria de diversificação em relação aos aspectos sociais como grau de escolaridade e ocupações por faixa etária e sexo, bem como aspectos econômicos e produtivos relacionados à Unidade Produtiva Familiar rural a fim de entender a configuração da unidade de análise: *household*.

A partir destes dois primeiros, pretende-se também ponderar, para o conjunto das 250 famílias pesquisadas, sobre quais dimensões (meios e percepções) apresentam-se como mais vulneráveis relacionando com o contexto da fumicultura e quais podem ser apontadas como ampliadoras dos conjuntos capacitórios, ou seja, que possibilitariam a criação de estratégias de diversificação para melhorar suas próprias condições de vida. E finalmente o último objetivo deste trabalho é mensurar, em relação às tipologias do Grau de Diversificação e os seus conjuntos capacitórios, os fatores que determinam a possibilidade (ou não) de estabelecer estratégias de diversificação, os quais estão inseridos nos cinco capitais e percepções (natural, humano, social, financeiro, físico), a partir da compreensão dos Índices dos Meios de Vida (IMV) e do Índice das Percepções de Vida (IPV).

Para cumprir tais objetivos, esta tese estruturou-se em sete capítulos principais, a contar com esta introdução. O segundo capítulo então apresenta a proposta de uma Sociologia das Condições de Vida discutindo sobre as possibilidades deste conhecimento estabelecer-se como campo de estudo das Ciências Sociais frente às demandas que se impõem aos estudiosos das sociedades. A partir disto, retomam-se alguns pontos da Sociologia do Desenvolvimento e os trabalhos já registrados sobre Condições e Qualidade de Vida para

cultivo comercial ou cultura para venda que não pode ser consumido ou usado na propriedade, por exemplo, tabaco, palma, cultivo de seringueiras, dentre outros.

pensar, conforme Florestan Fernandes (1972), em uma reconstrução de um conhecimento sociológico que permita ir além das análises estatísticas, elaborando interpretações sobre as mudanças na vida das pessoas.

O terceiro capítulo exhibe a interconexão das abordagens dos meios de vida e das capacitações na estruturação do *framework* teórico e metodológico proposto para a Sociologia das Condições de Vida. Assim, este capítulo inicia-se com a apresentação da Abordagem das Capacitações (CA) de Amartya Sen, explicitando a origem dessa perspectiva, suas concepções teóricas e os conceitos utilizados neste trabalho. Para tanto, buscou-se na perspectiva dos *livelihoods* ou meios de vida uma forma de tornar a *Capability Approach* “operacionalizável”, dando destaque para a concepção da Diversificação dos Meios de Vida, sendo que tal perspectiva refere-se principalmente aos estudos sobre os ativos das populações pobres do meio rural, baseado nos trabalhos de Frank Ellis. Logo, partindo do entendimento da CA e de suas limitações e tentando colocá-la em prática pela perspectiva da Diversificação dos *Livelihoods* é que se constitui o quadro teórico e metodológico da Sociologia das Condições de Vida aqui pretendida.

Já o quarto capítulo que teve como objetivo descrever os percursos metodológicos que organizaram a pesquisa empírica desta tese. Nesta seção, definem-se, a partir da população total de estabelecimentos familiares produtores de tabaco no Rio Grande do Sul, a unidade de análise, composta por uma amostra que 250 famílias fumicultoras, pesquisadas em treze (13) diferentes municípios da Região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra. Sequencialmente, apresentam-se os indicadores multidimensionais, baseados no *Framework* proposto no capítulo 3, e que serviram de base para a preparação dos instrumentos de pesquisa (Anexo I). Ainda neste capítulo, tem-se a explicação de como foram analisados os dados através dos valores médios de cada variável, a composição das médias de cada questão e a elaboração dos índices finais, a saber, o Índice dos Meios de Vida (IMV) e o da Percepção de Vida (IPV); a importância da constituição destes índices está na possibilidade de visualizar, através gráficos biogramas, e interpretar de forma mais aprofundada os pontos sobre meios e percepções de vida limitantes e ampliadores dos conjuntos capacitórios.

A finalização deste caminho metodológico dá-se com a apresentação do que se convencionou chamar de Grau de Diversificação das Famílias, e que permitiu criar “tipos ideais” de unidades produtivas em relação a uma maior e menor dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco. É importante ressaltar que tal diferenciação das famílias serviu como um recurso para poder compará-las quanto aos seus conjuntos de capacitações. Nesse sentido,

traçaram-se as estratégias analíticas de cada objetivo específico, bem como as delimitações estatísticas dos capítulos que seguem.

No quinto capítulo, tem-se a apresentação da Cadeia Produtiva do Tabaco a partir de um breve histórico de como este sistema integrado organizou-se no Rio Grande do Sul. Disto, descrevem-se alguns trabalhos expressivos a cerca da temática da Fumicultura sobre aspectos ligados às dimensões da vida, mostrando como este contexto produtivo não traz somente a dependência financeira das famílias agricultoras, mas pode também ser entendido como uma situação de aumento da vulnerabilidade social. Partindo desta caracterização da Fumicultura no RS, mostram-se, a partir dos primeiros resultados da pesquisa de campo, como são compostas as 250 famílias pesquisadas em relação às variáveis como educação, ocupação profissional, bem como quanto às questões sobre a unidade produtiva familiar. Esta descrição também ocorre em função do Grau de Diversificação das Famílias, apontando para as primeiras diferenciações significativas entre as unidades mais ou menos diversificadas.

O capítulo que segue (sexto) foi elaborado para responder sobre quais conjuntos capacitórios permitem às famílias criarem estratégias de diversificação dos seus meios de vida e quais se destacam como conjuntos limitantes à busca por melhores condições de vida. Estes resultados permitiram pensar sobre a discrepância entre ter meios/recursos/ativos piores que a própria percepção sobre estes meios. Deste tanto, as análises deram-se em relação ao total da amostra, argumentando não somente com base nos dados da pesquisa de campo, mas também ratificando as respostas com trabalhos já publicados a cerca de determinada situação da fumicultura, como por exemplo, as questões sobre tabaco e meio ambiente, ou trabalho infantil, ou ainda sobre condições de saúde.

O sétimo capítulo respondeu a questão central deste trabalho sobre como o processo de diversificação dos meios de vida possibilita às famílias menos dependentes da Cadeia Produtiva do Tabaco expandir suas capacitações e como a maior dependência, por outro lado, limita a expansão desses conjuntos. Assim, foram comparados os Índices dos Meios de Vida (IMV) e Índices das Percepções de Vida (IPV) para mostrar a existência de diferença significativa entre os tipos de famílias fumicultoras, possibilitando também responder positivamente à hipótese central desta tese, uma vez que as famílias Diversificadas apresentaram de forma geral e em cada dimensão, melhores condições de vida que as Especializadas.

Portanto, as exposições finais retomam os principais resultados descritos nos capítulos analíticos a fim de demonstrar como as hipóteses deste trabalho confirmaram-se

empiricamente. A isto, somam-se as considerações sobre as possibilidades e limitações teóricas e práticas que o estudo desenvolvido nesta tese apresenta tanto para uma Sociologia das Condições de Vida, quanto para trabalhos futuros sobre a Fumicultura ou ainda para a formulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Humano.

2. POR UMA SOCIOLOGIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

As inúmeras transformações ocorridas ao longo do processo de modernização das sociedades industriais e capitalistas tornaram-se centrais para os estudos que se viam cada vez mais desafiados a responder sobre como estas mudanças realmente “chegavam” no cotidianos das pessoas. De toda forma, a análise das “condições de vida”, de como estas condições expressavam-se nas sociedades, quais os critérios que melhor explicariam tal realidade pareciam não se encontrar em um ou outro guarda-chuva epistemológico das Ciências Sociais. Nem o estrutural-funcionalismo, nem o sistemismo, nem a escola crítica, nem mesmo as teorias da estruturação ou as abordagens pós-modernas já estabelecidas na Sociologia conseguem, de forma única e isolada, dar conta de uma apreciação sobre como a vida das pessoas transformou-se multidimensionalmente na contemporaneidade, ou ainda, de quais seriam os mecanismos e estratégias que explicam como ocorre a relação das pessoas/grupos com a sociedade e como tais relações alteram ou não a própria existência.

A partir de tais inquietações teóricas e metodológicas, esta tese busca descrever, analisar e interpretar as mudanças na vida das pessoas a partir de um contexto social, político, econômico, cultural e até ambiental que se apresentam de forma complexa e difusa na atualidade. Para tanto, é preciso articular abordagens distintas de forma criativa e sem preconceitos para que o fazer sociológico contemporâneo pretendido aqui permita a interlocução entre campos epistêmicos diferenciados e consiga responder aos problemas sociais que estão postos. Nesse sentido, a proposta deste capítulo é apresentar como as transformações da sociedade moderna e as consequências destas no cotidiano dos indivíduos/grupos exigiram uma mudança na perspectiva sociológica. Assim, tem-se a pretensão de apresentar um contexto científico e social que permita elaborar um *framework* sobre as Condições/Qualidade de Vida⁵ dentro das Ciências Sociais.

⁵ Esclarece-se que neste trabalho o termo Qualidade de Vida (QV) foi utilizado como sinônimo do termo Condições de Vida (CV), pois não foi encontrada nenhuma referência bibliográfica que diferenciasse teoricamente os termos.

2.1. “CONSTRUINDO” UMA SOCIOLOGIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA.

Buscando uma afirmação no campo das ciências ditas consagradas, como a Biologia e a Psicologia, as Ciências Sociais (em especial a Sociologia), surgiram no âmbito da pesquisa juntamente com o desenvolvimento das sociedades modernas, com a Revolução Industrial do século XVIII e XIX. Seus principais teóricos, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, estiveram preocupados com problemas centrais deste período histórico a fim de descobrir elementos que justificassem um fazer científico na compreensão das transformações sociais. Por muito tempo, a sociologia clássica prestou-se a entender essas influências que “moldaram” as sociedades remetendo seus estudos a questões de conflito entre as classes sociais, distribuição de riqueza, economia capitalista, crenças religiosas, etc., com objetivo de encontrar respostas aos problemas advindos do processo de “civilização” no mundo Europeu.

Contudo, a partir da emergência das sociedades contemporâneas, ainda que estas questões permaneçam, os problemas centrais do fazer sociológico passam por mudanças juntamente com as transformações sociais e suas consequências no bem-estar e no modo de viver das pessoas. Trata-se agora de problemas criados pelo acelerado processo de globalização, pela degradação ambiental, pela concepção de riscos e incertezas, pelas questões de gênero, pelo acelerado fluxo de informações, entre outros. Enfim, são questões globais, complexas e inter-relacionadas, que não distinguem mais o local do global, o público do privado, mas que requerem uma contextualização crítica da Sociologia, traduzindo este conhecimento em prática.

Nessa perspectiva, Giddens (2012) afirma que os sociólogos foram forçados a reavaliar a utilidade das abordagens clássicas, uma vez que as Ciências Sociais tiveram a necessidade de entender e explicar adequadamente essas transformações com olhares mais holísticos e multidimensionais, um momento propício para desenvolver novos modos de pensar e teorizar sobre o mundo globalizado em que vivemos. Deste modo, para compreender tais processos é preciso ir além de teorias, conceitos e metodologias que já foram elaboradas e qualificadas.

Para Florestan Fernandes (1972), o conhecimento das Ciências Sociais não busca somente descrever uma série de fatos, mas também como estes atuam em um sistema social dado, com efeitos correspondentes que combinam entre si certas condições de tempo e espaço e que auxiliam na determinação da forma de integração ou estabilidade do sistema como um todo. Remetendo-se aos estudos de Émile Durkheim, Fernandes (1972) ainda afirma que a

reconstrução das Ciências Sociais está na explicação da totalidade, oferecendo assim os fundamentos para tentativas mais profundas de elucidação dos fenômenos sociais particulares.

Durkheim em “As Regras do Método Sociológico” (2007) já trazia a importância dos sistemas de significados para esclarecer que as maneiras de agir, de pensar e de sentir apresentam a propriedade de existirem fora das consciências individuais⁶. As contradições da vida humana são exteriores ao indivíduo e mesmo assim tem um poder de coerção em função dos fatos que se impõem a ele. Para o autor, alguns indivíduos tentam modificar esse ambiente para colocá-lo em harmonia com as necessidades, outros, modificam suas necessidades e moderam seus desejos para chegar a um mesmo objetivo. Logo, “é do indivíduo que emanam as ideias e as necessidades que determinaram a formação das sociedades, e, se é dele que tudo procede, é necessariamente por ele que tudo deve se explicar” (DURKHEIM, 2007, p.97), assim, pode-se dizer que as condições de vida permitem apreender as necessidades e percepções dos indivíduos para, então, entender a vida coletiva:

A Sociologia não pode desinteressar-se do que diz respeito ao substrato da vida coletiva. No entanto, o número e a natureza das partes elementares de que se compõe a sociedade, a maneira como estão dispostas, o grau de aglutinação a que chegaram, a distribuição da população pela superfície do território, o número e a natureza das vias de comunicação, a forma das habitações, etc. não parecem capazes, à primeira vista, poder reduzir-se a maneiras de agir, de sentir ou de pensar. (DURKHEIM, 2007, p. 11).

Mas é preciso lembrar que a sociedade não é a soma dessas individualidades, é, ao contrário, um sistema constituído pela associação e combinação dessas consciências individuais, que, sozinhas, não são suficientes para explicarem a realidade. É aí que então se exprime a prática dos fatos sociais. Por conseguinte, as ciências humanas têm papel fundamental no estudo das sociedades contemporâneas e suas complexidades: é preciso ir além dos aspectos do consumo, do econômico, das “divisões de classe” por critérios de renda. O objetivo agora é compreender as mais complexas dimensões da vida humana e como estas se configuram e alteram a vida dos indivíduos e como estão representadas objetiva e subjetivamente para estes indivíduos/grupos.

Os estudos sobre a inserção do indivíduo na divisão social do trabalho antes se preocupavam com o “TER”, sendo a condição social (ou posição) daí derivada a explicação

⁶ Em relação às consciências individuais, Durkheim (2007) afirma que as manifestações privadas são sociais, pois reproduzem um modelo coletivo, mas que estas dependem também da constituição orgânico-psíquica do indivíduo, das circunstâncias particulares nas quais ele está situado. Assim, elas não podem ser consideradas como fenômenos propriamente sociológicos e não constituem a matéria imediata da sociologia.

das hierarquias ou diferenças sociais. Nestes termos, “media-se” condições de vida pelos “atributos” dos indivíduos (ter ou não ter) – trabalho, renda, propriedade, *status social*, etc. Contudo, nas décadas mais recentes, esta forma de fazer sociologia deslocou-se para as análises da identidade social, para o modo como os indivíduos ascendem (ou descendem) socialmente; em suma, a determinação da posição social e das condições de vida que é gerada a partir do quantum de acesso e/ou posse de bens parece ter perdido sentido explicativo quando se busca analisar as condições de vida reais das pessoas ou grupos.

O cientista social consegue assim constituir um conjunto de evidências passando do “caso concreto” para o “caso típico” ao descrever as condições de produção do fenômeno através de fatos de significação geral. Pode-se descrever sobre a disponibilidade ou não de uma infraestrutura habilitadora da vida, de relações de trabalho e relações familiares construtivas e não degradantes, da garantia de direitos políticos mediando as relações sociais e pessoais, sendo então “[...] necessária uma descrição rica e completa daquilo que as pessoas podem fazer e ser”. (SEN, 1996, p. 16). Tanto para Durkheim (2007) quanto para Fernandes (1972), as elaborações interpretativas partem dos resultados descritivos da reconstrução que dá um apoio indireto na caracterização empírica da realidade. Quando os fatos não estão ainda submetidos a nenhuma elaboração, os únicos caracteres que podem ser atingidos são os que se mostram suficientemente exteriores (imediatamente visíveis) e a partir da pesquisa descritiva é que o pesquisador consegue constituir o objeto da investigação como um todo, tanto em sua estrutura quanto em seu funcionamento.

Não se trata de mudar o objeto de estudo, mas de conseguir, por meio de novas (e nem tão novas) perspectivas teóricas e metodológicas, conforme Florestan Fernandes, reconstruir o conhecimento, com base na pesquisa empírica e na análise dos dados, mas principalmente pela interpretação destes resultados. Tem-se ao alcance das Ciências Sociais recursos interpretativos que permitem construir sistemas de referência empírica, por meio de uma reconstrução analítica. Logo, a Sociologia encontra-se num período de transformação de sua função científica, uma vez que vivencia um momento tênue, de reafirmação das teorias clássicas e de constante busca por novas ideias que permitam um olhar mais holístico e multidimensional sobre os objetos estudados.

Nesse sentido, a apreensão das posições sociais e da qualidade da vida correlata deslocou-se para a análise do que as pessoas têm e de como percebem, subjetivamente, estas condições; é o estudo das formas de “ter” e “ser” que direcionaram os debates sobre o que poderia ser denominado como uma Sociologia das Condições de Vida. Nesta abordagem, o

objetivo central está em compreender as complexas dimensões da vida humana e como estas se configuram e transformam a vida dos indivíduos. Portanto, a Sociologia que se pretende neste trabalho busca mostrar não apenas o “ter”, mas também o “ser”, revelar como os aspectos externos dos indivíduos apresentam-se nos fenômenos psíquicos (da consciência individual) e interferem e influenciam o agir e pensar individual e da coletividade.

Para uma Sociologia das Condições de Vida, conforme Crocker (1993), o desafio é compreender o descompasso/paradoxo existente nos resultados do avanço da modernidade, principalmente ao considerar que os ganhos de um processo de transformação, industrialização e modernização da vida social foram e continuam sendo quase que indivisíveis⁷. Nesta perspectiva, a assertiva de que quanto mais um indivíduo amplia a capacidade de gerar riqueza para além de suas necessidades de consumo imediatas tornou-se a “pedra-angular” do paradigma da modernidade acerca do que seja um sujeito socialmente bem sucedido (Giddens, 1991). Gerar e aumentar riqueza passaram a ser não somente o motor do capitalismo moderno, mas também símbolo de *status* social.

É, portanto, com o escopo de elucidar empiricamente esta Sociologia das Condições de Vida que se pretende esclarecer operacionalmente o que se entende por privações, bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento para compreender o que está acontecendo em determinados contextos e como estes podem ser melhorados ou sustentados. Frente a estas concepções sociológicas coloca-se a perspectiva do desenvolvimento como um fenômeno social que expressa as contradições da vida humana e deste processo de modernização social, o qual está presente na construção e reprodução da existência dos indivíduos e das sociedades ao longo do tempo.

2.2. A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

As transformações sociais, as grandes descobertas científicas e o avanço tecnológico no pós-guerra, juntamente com a globalização e o crescimento econômico trouxeram também uma configuração de “modernidade social” preenchida por contradições, incertezas, insegurança e exclusão. As “conquistas” dos séculos XX e XXI parecem não ter alcançado

⁷ Dahrendorf (1974), ao tratar das questões do conflito social moderno na perspectiva do desenvolvimento e das transformações sociais decorrentes, afirma que ainda existem “homens ricos em seus castelos e homens pobres em seus porões”. Antigamente, as pessoas acreditavam e aceitavam esta divisão social com uma definição de Deus; cada ser humano tinha uma função na sociedade e estava ali para cumpri-las conforme desígnios religiosos.

todos os indivíduos e o grande “progresso da humanidade”, não significou distribuição mais igual de todas estas “riquezas”. Anthony Giddens, em seu livro “As Consequências da Modernidade” descreve que a modernidade trouxe, além da interconexão entre coisas e pessoas, consequências nem tão positivas para o modo de vida social e principalmente ao meio ambiente. Segundo autor, tal modernidade apresentou duas faces: uma delas deu-se com a criação de instituições em escala mundial, gerando diferentes oportunidades para os seres humanos desfrutarem de uma vida mais segura e gratificante, mas, ao mesmo tempo, a modernidade trouxe seu “lado sombrio”, o qual tem sido mais aparente na contemporaneidade.

Conforme Oliveira (2002), desde o fim da Segunda Guerra Mundial com a industrialização, o crescimento dos padrões de consumo, bem como com as mudanças ocorridas na sociedade, como o *boom* da globalização, a disponibilidade de informações através do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, percebe-se uma tendência da sociedade em refletir sobre suas condições de vida e a forma como estas são conduzidas, pensando também sobre os efeitos do processo de crescimento econômico. Na crise do final dos anos de 1980, onde se debatiam as crises das teorias sociológicas do desenvolvimento, Norman Long (2007) procurou buscar fundamentações teóricas e metodológicas para embasar suas análises sobre desenvolvimento com enfoque nos atores sociais.

Desde os primeiros debates, Long já afirmava que o diferencial desta análise é que esta faz oposição às análises estruturais, institucionais e da economia política trazendo elementos que divergentes das análises sobre desenvolvimento⁸ dos anos de 1960, 1970, 1980, sobre a “evolução” progressiva das sociedades modernas (como na teoria da modernização) e das análises do modo de produção capitalista e as relações econômicas e políticas (teorias marxistas e neomarxistas da economia política). Tais perspectivas macrosociológicas tornaram-se ideologias opostas para tecer análises sobre desenvolvimento, tanto pelo viés mais liberal, como pelo viés mais radical, mas ambas tratando o desenvolvimento como um processo linear, seguindo um caminho pré-estabelecido por etapas de sucessão dos regimes capitalistas, com posições deterministas, lineares e externalistas da mudança social. (LONG, 2007, p. 38).

⁸ Caberiam aqui inúmeras definições ou percepções acerca do que seria o conceito do desenvolvimento. Contudo, para este trabalho de tese as diferenciações teóricas apresentadas dão conta do que se pretende construir a partir do conceito de Desenvolvimento nas Ciências Sociais.

Uma maneira de sair deste entrave, argumentei então, era adotar uma perspectiva orientada ao ator que explorará como os atores sociais ('locais e externos' em arenas particulares) se enfrentavam em uma série de batalhas entrelaçadas, por recursos, significados e pelo controle e legitimidade institucional. (LONG, 2007, p. 21) (tradução da autora).

Para o autor, o enfoque no agente tem suas vantagens ao tentar explicar as diferentes respostas para conjunturas estruturais similares, mesmo quando as condições pareçam homogêneas. Estas estruturas são modelos diferenciados que se apresentam como parte de criação coletiva e ativa dos atores sociais, uma vez que estes recebem e interpretam a informação e assim desenham suas estratégias em relação aos outros atores locais (tanto em relações face a face, em copresença, como em relações à distancia), às instituições externas e pessoais. (LONG, 2007, p.43).

Atualmente, as evidências estatísticas, as dinâmicas sociais e econômicas encarregaram-se de mostrar que os processos de transformação econômica, política, social e ambiental voltaram ao cenário teórico a partir da década de 1990, reanimando as discussões sobre uma das questões mais centrais dessa nova agenda de pesquisa da Sociologia, a saber, o debate sobre Desenvolvimento Humano. Segundo Schneider (2011), o retorno destas discussões implicou na retomada de preocupações já esquecidas, como, por exemplo, crescimento econômico e distribuição de riqueza; estes agora agregaram aspectos de sustentabilidade, de democracia e de justiça social. Para o autor, estas discussões deram-se no campo político e normativo, no das práticas e iniciativas sociais e no campo analítico e acadêmico, principalmente como reações, críticas e contestações às promessas não cumpridas pelo neoliberalismo. Assim sendo, torna-se claro como uma sociologia do desenvolvimento pode compreender determinadas realidades pela perspectiva do ator social.

Neste sentido, a ênfase política e teórica no ator/grupo levou e ainda leva à difícil tarefa de discutir a relação entre melhoria das condições de vida e redução das vulnerabilidades, uma vez que o aumento ou a ampliação da qualidade de vida não pode ser um processo que, ao mesmo tempo, assevere a vulnerabilidade daqueles que não são contemplados com os "ganhos" do desenvolvimento. Entre tantas promessas "não cumpridas" está o distanciamento entre os processos de crescimento econômico e acumulação de riqueza e a capacidade de gerar condições de vida dignas às populações.

BOX 1: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO

No tocante às discussões da existência ou não de um *corpus teórico* homogêneo do desenvolvimento, as críticas remontam que estas conceituações apenas compartilharam de um mesmo ideal de desenvolvimento que saísse das amarras do desenvolvimentismo e que tivesse como objetivo compreender de forma ampla as disparidades de renda entre as nações, na sustentabilidade física, econômica e social. Para José Eli da Veiga (2010), Bonente & Filho (2008) e Giddens (2012), é possível pensar em perspectivas teóricas do desenvolvimento.

1. **Crescimento Econômico:** teorias orientadas ao mercado, sendo as mais influentes sobre desigualdade global, proposta por economistas britânicos e norte-americanos, pela livre economia e o Estado com papel de redução das burocracias principalmente com autores adeptos à teoria da modernização, que tratavam o desenvolvimento como um processo de “evolução”, a fim de que os países de terceiro mundo pudessem alcançar os países de primeiro mundo – principalmente com Walter W. Rostow (1961).
2. **Institucionalistas e Estruturalistas:** baseavam-se nas teorias marxistas para rejeitar a ideia de que o subdesenvolvimento dos países de Terceiro Mundo ocorria devido às próprias falhas culturais e institucionais. Para eles o modelo capitalista criaria uma classe de países manipulados e explorados por países desenvolvidos (ou de Primeiro Mundo), portanto, a pobreza dos países de baixa renda seria causada pela exploração dos países ricos (por suas empresas multinacionais localizadas em países “pobres”). Principais autores: Gunnar Myrdal (1965), Albert Hirschman (1961), Karl Polanyi (1976, 2000) e os estudiosos da Comissão Econômica para América Latina, como Celso Furtado, Raul Prebisch e Maria C. Tavares; versões da Teoria da Dependência, principalmente com Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto.
3. **Pós-desenvolvimentistas:** a noção de desenvolvimento sofre sua metamorfose mais dramática a partir da Doutrina Truman, através da qual o modelo de desenvolvimento causou prejuízos enormes, como a destruição de sociedades pautadas em valores não econômicos e consumistas, mudando a maneira de agir e pensar; uma doutrina de “aculturação” em prol de uma sociedade de consumo. Os principais autores desta argumentação são Gilbert Rist (2007); Arturo Escobar, (1995, 2005, 2010); Gustavo Lins Ribeiro (2008); Guilherme Radomsky (2011).
4. **Terceira Via:** surge principalmente nos anos de 1990 com a participação efetiva dos teóricos da Universidade de Cambridge (Inglaterra) e culmina com a publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o qual apresentava o crescimento econômico como um meio ao desenvolvimento, mas não o único, apontando também para as questões de educação e longevidade. Conforme Oliveira (2002) parece haver um maior empenho em promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida, utilizando as instituições internacionais para agenciar o desenvolvimento econômico e social, principalmente com ênfase nos direitos humanos. Assim, destacam-se os trabalhos de três autores: Celso Furtado, Amartya Sen e Ignacy Sachs. Como Amartya Sen terá sua abordagem vastamente apresentada nesta tese, cabe apresentar alguns importantes trabalhos dos outros dois autores. Segundo Veiga, as obras mais fundamentais de Furtado nessa perspectiva estão no número 96 da *Revista de Economia Política*, na terceira edição da Revista da *Introdução* (2000), no trabalho *Capitalismo Global* (1998) e, fazendo uma conexão com a temática da sustentabilidade, o livro *O Mito do Desenvolvimento* (1974). Nos trabalhos de Sachs, o autor destaca a obra *Desenvolvimento e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*.

Segundo Bonente e Filho (2008), o Desenvolvimento Econômico perdeu espaço para estudos que mostraram que ele não produzira uma melhor distribuição da renda, nem a diminuição das desigualdades sociais. Como aponta Schneider (2011), mesmo que os pós-desenvolvimentistas tenham destacando o caráter dominador e hierarquizante do conceito de desenvolvimento, eles também não conseguiram responder a questão sobre o que é preciso ou pode ser feito para melhorar a vida das pessoas. Por conseguinte, a proposta de compreender o

desenvolvimento a partir das análises do ator social não se torna essencial somente em estudos acadêmicos e da sociologia. O interesse em ir mais adiante que as ortodoxias teóricas e metodológicas tornam-se também um desafio aos desenvolvedores das políticas públicas/privadas, para aqueles que desempenham o papel tanto de construir políticas de desenvolvimento, como de colocá-las em prática.

Ainda para Bonente e Filho (2008), as preocupações saem agora do campo de disputa das Nações e entram no campo individual e espacial: há, portanto uma redefinição temática do desenvolvimento e uma requalificação na mudança do objeto. Conforme Schneider (2011), uma análise do desenvolvimento atual deve desvendar as bases sociais, econômicas, políticas e naturais (entre outras) que dão suporte a estas elaborações, descortinar e compreender as ações e práticas que decorrem destes valores e entendimentos cognitivos. Agora, a componente humana passa a ter um profundo significado e valor explicado no debate sobre desenvolvimento (COSTA LIMA, 2008). É preciso buscar mais que um desenvolvimento teórico e normativo, mas a realização prática de políticas que permitam ampliar as capacidades⁹ das pessoas para serem e fazerem o que desejam. Trata-se, segundo Dahrendorf (1992), de compreender as necessidades objetivas e percepções, compreender as “chances de vida” das pessoas, os intitamentos e capacitações (Sen, 2008; 2010) ou recursos e habilidades, principalmente daquelas que vivem em contextos de privação e desigualdades sociais.

Desta forma, destacam-se autores que apresentam uma perspectiva sobre o conceito de Desenvolvimento que, assim como Norman Long, enfatizam o papel dos atores sociais¹⁰ e que talvez consigam responder às inquietações e desconexões da relação entre crescimento econômico e melhoria das condições de vida. Nessa perspectiva, alguns estudiosos deram maior ênfase à componente subjetiva, como é o caso de Piter De Vries (2007), o qual buscou entender o desenvolvimento pela sua capacidade de despertar desejos e sonhos coletivos tendo como objeto de pesquisa uma comunidade andina do planalto do Peru.

Para o autor, há um enfoque exacerbado do desenvolvimento para entender os efeitos das intervenções (governamentais ou não) na vida concreta das populações, o que acaba não considerando essa dimensão virtual e subjetiva, que é justamente onde o desenvolvimento opera na concretude dos seus processos. É neste ponto que De Vries (2007) concorda com Moscovici (2003), ao afirmarem que o desejo das pessoas deve ser considerado no decorrer de

⁹ Os trabalhos de Amartya Sen, ao serem traduzidos para a Língua Portuguesa – Brasil, tiveram o termo *capability* como capacidade. Contudo, alguns autores consideram que o termo correto seria *capacitações*. Neste tese serão utilizados os dois termos como sinônimos.

¹⁰ Ver Box explicativo – Terceira Via do Desenvolvimento.

um projeto de desenvolvimento, uma vez que as transformações sociais são invariavelmente influenciados por grupos essencialmente minoritários, retomando a necessidade de entender o esse curso não somente por estruturas objetivas e materiais, mas associando estas à dimensão psicológica dos indivíduos/grupos.

É justamente este viés teórico que permite entender o conceito de Desenvolvimento como um processo de ampliação das capacitações humanas (SEN, 2010), das possibilidades de escolha e, portanto, uma expansão das liberdades. Logo, é por este caminho que se pretende uma Sociologia das Condições de Vida interconectada às perspectivas da Sociologia do Desenvolvimento, buscando entender mais que o crescimento econômico e o processo de modernização da sociedade, mas interpretar como que esta modernização amplia as oportunidades e opções de escolha que permitindo aos indivíduos estabelecer estratégias de combate às mais distintas formas de vulnerabilidades e privação.

Assim, a perspectiva teórica de Amartya Sen torna-se pertinente para a Sociologia das Condições de Vida a que se pretende, uma vez que reconhece a importância da categoria de agente do indivíduo para lidar com as privações que impedem a expansão das capacidades e entende que essa qualidade de agente é condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas que se dispõe (ou não dispõe). Portanto, a abordagem das capacitações de Amartya Sen surge como a perspectiva teórica norteadora deste trabalho, pois possibilita apreender as condições de vida não somente pelo *status* das pessoas, mas como estas conseguem (ou não) transformar suas realidades.

Retomando o fazer sociológico proposto por Durkheim e Florestan Fernandes, é preciso reconstruir a realidade para o estudo do desenvolvimento como um fenômeno social colocando em evidência as condições de produção e reprodução o que pode ser visto em Amartya Sen através do tratamento que é dado à noção de desenvolvimento, não redutível à renda (ao aspecto econômico), mas entender como as pessoas têm a capacidade de conduzir suas vidas – um desenvolvimento com enfoque no humano.

Assim, pode-se dizer que a sociologia seniana permite conhecer os fatores que produzem a mudança sendo eles de caráter econômico-ambiental, socioculturais, político-institucional, ético-moral, ou de qualquer outra dimensão. Do ponto de vista prático, essas noções reportam à psicologia dos agentes, seus hábitos de consumo, seus estilos de vida, suas formas de perceber a realidade que estão inseridos. Nesse contexto é que o pensamento de Sen busca ultrapassar as questões e impasses teóricos, pois, ele realiza o tempo inteiro uma

viagem nas “dinâmicas societárias e políticas”, sendo estas as chaves de concepção de um projeto maior sobre desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Desta forma, uma abordagem sociológica das condições de vida deve ser definida na observância das mudanças que estão em curso, tratando dos riscos e incertezas da sociedade pela abordagem das vulnerabilidades e da qualidade de vida em suas várias dimensões. Para Nussbaum e Sen (1996), o desenvolvimento está impregnado de valor e assim produz critérios que servem para avaliar o que seria ou não uma mudança social benéfica e o que permite ou capacita a realização de uma vida melhor. Essa é, segundo Costa Lima (2008), a dimensão real das “necessidades” e seus processos e mecanismos próprios estão dados. Para o autor, as dimensões valorizadas por Amartya Sen são aquelas que estão além dos limites das disciplinas e das abordagens materialistas, dando ênfase a um estatuto de humanidade “baseado nas premissas do homem como tendo crenças e valores, e da capacidade para a discussão e avaliações públicas.” (COSTA LIMA, 2008, p.5).

De acordo com Asmus, “o desmembramento do conceito de Sen alcançará todas as áreas, principalmente a social, que muitas vezes é relegada a um segundo plano em benefício da econômico-desenvolvimentista”. (ASMUS, 2004, p. 29). Tem-se nesta abordagem uma possibilidade de análise multidimensional que permite compreender as condições de vida das pessoas tanto pelo aspecto objetivo, bem como pela percepção dos próprios indivíduos. Segundo Kerstenetzky (2000), a importância destes estudos está na possibilidade de capturar dimensões sociológicas da realidade humana e que não podem ser considerados pelas teorias normativas.

Assim, a conexão da abordagem seniana com a Sociologia das Condições de Vida é justamente entender o que as pessoas possuem, seus bens, meios ou ativos e como elas conseguem transformar este “ter” em qualidade de vida. Trata-se de uma articulação de elementos da vida social que foram separados em análises anteriores do desenvolvimento e que agora servem de sustentáculo teórico para a compreensão do que seria superação das vulnerabilidades sociais como sinônimo de desenvolvimento. É preciso compreender os valores que se trocam realmente no curso das relações e interações entre grupos humanos que vão moldando o espaço, os territórios e até mesmo a conduta, transformando sua cultura, seus valores, sua realidade social.

É desta forma que o presente trabalho pretensamente apresenta uma Sociologia das Condições de Vida, com objetivo de analisar as contradições do desenvolvimento como fenômeno social, não só pela descrição bruta da realidade, mas pela possibilidade de

interpretar e reconstruir os fatos sociais a partir da abordagem das capacitações e sua concepção multidimensional. Nesse sentido, torna-se necessário entender um pouco mais sobre como as Ciências Sociais têm trabalhado a questão do desenvolvimento e da qualidade de vida, seus aspectos práticos e teóricos e como estes se apresentam num contexto maior da Sociologia do Desenvolvimento.

2.3. AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE QUALIDADE/CONDIÇÕES DE VIDA

Segundo Mattos (2007), muitas foram as iniciativas para definir normativamente *qualidade e/ou condições de vida*, sendo que uma primeira análise do tema mostra não existir consenso sobre o que realmente é ou explicam os termos. Pela literatura, a expressão surgiu nos anos de 1950, mas seu aparecimento nos meios de comunicação ocorreu com discurso do presidente dos Estados Unidos, em 1964, declarando que os objetivos das pessoas não poderiam ser medidos pelo balanço dos bancos, mas sim pela qualidade de vida (QV) proporcionada. Talvez esta seja uma primeira expressão de QV a ser tratada para além do viés financeiro.

O psicólogo norte-americano Abraham Maslow¹¹ pode ser considerado um dos precursores do pensamento do que venha a ser qualidade de vida no que diz respeito à compreensão não só dos aspectos materiais, mas também em relação à satisfação das necessidades pessoais, como autorrealização e autoestima. Segundo Machado (2002), estas noções de Maslow tratam do comportamento e das motivações humanas, considerando, assim como Amartya Sen, a quantidade de opções que tem um ser humano em seu próprio meio, de ser ou fazer o que ele deseja ser ou fazer. Nesse sentido, pode-se dizer que para uma Sociologia das Condições de Vida, é preciso considerar a relação existente entre como a vida das pessoas apresenta-se e o quanto isto pode ser bom ou ruim ou pode ser um aspecto estimulante a determinado comportamento. A pirâmide de Maslow traz uma hierarquia de necessidades, como se observa na figura que segue.

¹¹ Abraham Maslow foi um psicólogo comportamental, membro da Human Relations School; licenciou-se em Wisconsin e doutorou-se na Universidade de Columbia, onde também trabalhou no departamento de investigação. No Jardim Zoológico de Bronx, estudou o comportamento dos primatas e, entre 1945 e 1947, foi diretor-geral da Maslow Cooperage Corporation. Em 1951, lecionava Psicologia Social na Universidade de Brandeis. Maslow ficou conhecido pelo desenvolvimento da Teoria da Motivação Humana. Disponível em: <http://www.cedet.com.br/index.php/?Tutoriais/Gestao-da-Qualidade/a-hierarquia-das-necessidades-de-maslow-piramide-de-maslow.html>. Visitado em 17 de outubro de 2014.

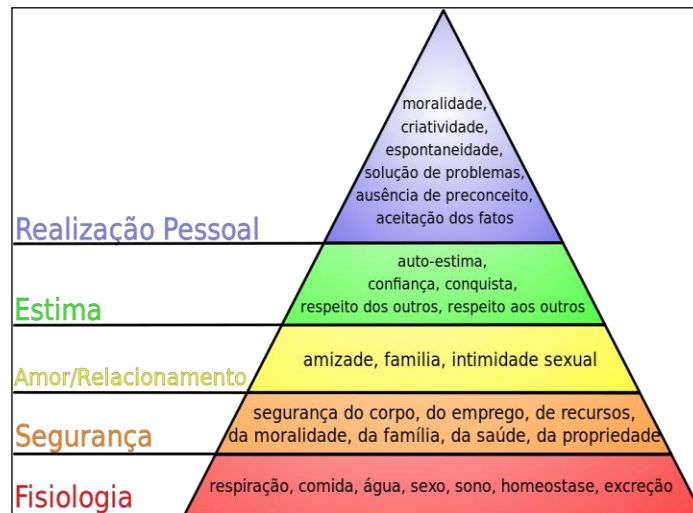


Figura 1: Pirâmide de Maslow e as Necessidades Humanas
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hierarquia_de_necessidades_de_Maslow

Conforme mostra figura 1, a ideia de Maslow traz as necessidades primárias como base da pirâmide, estando estas relacionadas às questões de sobrevivência e reprodução da espécie, bem como questões conectadas à saúde básica (e fisiológica). Por seguinte, têm-se aspectos ligados à segurança, tanto pessoal quanto de recursos; por terceiro (amarelo) Maslow já traz a necessidade dos relacionamentos e interações sociais, sejam eles restritas ao âmbito familiar ou não. Já as duas categorias do topo da pirâmide (verde e azul) apresentam questões de realização pessoal, confiança, respeito até aspectos como moral, ausência de preconceitos, etc. Para Maslow, o atendimento deste conjunto de necessidades denomina-se qualidade de vida.

Já na década de 1990, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio-92 muitos debates associaram a questão da QV com a qualidade ambiental, fato que contribuiu também para os desdobramentos das discussões no âmbito teórico da Sociologia (principalmente com ênfase na Sociologia Ambiental). Ao longo dos anos outras dimensões foram sendo incorporadas às análises de qualidade de vida, reconhecendo assim a complexidade do assunto. Contudo, grande parte dos trabalhos até então apresentam dados e discussões ligados ao meio urbano ou as dimensões específicas, como saúde, meio ambiente, trabalho, mulheres, idosos, etc, nem sempre buscando uma análise mais complexa.

Desta forma, acredita-se ser importante descrever alguns trabalhos que buscaram conceituar ou limitar o tema, bem como apresentar brevemente alguns indicadores que tornem possível tecer análises qualitativas e quantitativas sobre esta perspectiva dentro da Sociologia. De todas estas abordagens sobre QV/CV que se pode encontrar no campo da teoria social,

dar-se-á veemência àquela que está relacionada às concepções de desenvolvimento humano. Um dos trabalhos mais significativos sobre nesse sentido é a obra “La Calidad de Vida” de Nussbaum e Sen (1996), pela qual os autores trazem questionamentos sobre quais seriam os critérios verdadeiramente importantes para mensurar sobre desenvolvimento. Mais do que saber sobre saúde, educação, recursos financeiros e outros indicadores, também é preciso entender de que forma os indivíduos permitem-se imaginar, sentir emoções, relacionar-se com outras pessoas dentro e fora de seu contexto.

Assim, entendendo o desenvolvimento como um processo de mudança social que, do ponto de vista prático e fenomenológico implica em melhoria das condições de vida, por um lado, e redução ou alteração das condições de vulnerabilidade, por outro, então, pode-se dizer que a qualidade de vida define-se como a representação de combinações de coisas que uma pessoa é capaz de fazer ou ser (Nussbaum e Sen, 1996). Isto significa que a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar as funcionalidades, como por exemplo, nutrir-se, ter saúde, educação, autorrespeito e integração social, etc.

Ainda na mesma obra, Erik Allardt concentra seu trabalho na busca da satisfação das necessidades e não na satisfação dos recursos. Segundo autor os indicadores devem ser elencados a partir de três dimensões. (1) “Ter” referindo-se aos recursos econômicos; condições de habitação; emprego; condições físicas de trabalho; saúde; educação. (2) “Amar” como necessidade de relacionar-se com outras pessoas e formar identidades sociais; contatos com a comunidade local; apego com a família e os parentes; amizade; reações e contatos com companheiros membros de associações e organizações; relações com companheiros de trabalho. (3) “Ser” como necessidade de integração com a sociedade, viver em harmonia com a natureza; participação nas decisões e atividades coletivas que influenciam a vida dos indivíduos; atividades políticas, de lazer; vida profissional significativa. (ALLARDT, 1996: 128, 129, 130).

Portanto, o diferencial de Allardt é que este busca mostrar a concepção de qualidade de vida analisada sob “*abordagem das necessidades básicas*” e as formas de satisfação cujo ponto de partida foi, originalmente desenvolvida por Johan Galtung. O estudo tem um caráter mais holístico, concentrando-se numa perspectiva das “condições sem as quais os seres humanos não podem sobreviver, evitar a miséria, relacionar-se com outras pessoas e evitar o isolamento, ou seja, o nível de vida definido como o domínio dos indivíduos sobre recursos”. (Allardt, 1993, p.127 *apud* Pinto, 2004, p. 116).

Outra importante proposta é a de Robert Erikson (1996), o qual, ao analisar a desigualdade no contexto sueco, afirma que avaliar qualidade de vida significa entender a cerca do domínio que os indivíduos têm sobre os recursos em forma de dinheiro, posses, conhecimento, energia mental e física; o domínio nas relações sociais, segurança, dentre outras capacidades, pelas quais podem controlar e dirigir de forma consciente suas condições de vida. O elemento central desta concepção está no domínio dos recursos pelo indivíduo e como este controla os meios que possui para conduzir suas condições de vida. A ênfase em diferentes componentes do bem-estar torna-se importante para analisar o nível de vida de uma pessoa ou de um grupo. Para Erikson, os indivíduos devem saber sobre suas condições econômicas, se elas são suficientes ou não; ter informação sobre saúde, conhecimento e habilidades; ter relações sociais, ter mínimas condições de trabalho. A noção (percepção) da própria QV é essencial nesta análise.

Logo, tanto para Allardt quanto para Erikson, as dimensões para a compreensão de bem-estar passam por elementos que captam a realidade individual e coletiva, o que os indivíduos têm, como eles operam tais recursos nos contextos em que vivem e como conseguem utilizá-los em busca da melhoria de suas condições de vida e conseqüentemente para o desenvolvimento. Mesmo que os exemplos trazidos pelos autores tratem da realidade europeia, demonstra-se a possibilidade de operacionalização dos conceitos de Amartya Sen e da *capability approach*.^{12 13}

Crocker (1993), com base em Sen e Nussbaum, afirma que o bem-estar e/ou a qualidade de vida podem ser melhorados a partir do desenvolvimento, este definido em relação àquilo que as pessoas devem ser e fazer; as necessidades sentidas e satisfeitas estão presentes nas suas interpretações sobre QV. O autor traz também para sua análise categorias como liberdade, direitos e justiça, colocando que é desta maneira que as Ciências Sociais conseguirão compreender os estilos de vida e suas mudanças, em decorrência de uma ética social do desenvolvimento internacional. Para Barbosa e Ferreira (2010), Crocker trabalha Qualidade de Vida sob uma perspectiva teórico-prática por meio de temas como pobreza, degradação ambiental e fome como indicadores de deficiências científicas, técnicas, políticas,

¹² Dan Brock também está presente na obra de Nussbaum e Sen. O autor trata das medidas de qualidade de vida propondo uma análise em relação aos cuidados de saúde, considerando aspectos como: a) atividades desenvolvidas com trabalho, estudo, atividades de lazer, etc); b) cuidados com a vida pessoal, saúde e segurança; c) relações com familiares, comunidade, etc; d) perspectiva de vida otimista e controle sob as circunstâncias e adversidades da vida. Brock, ao trabalhar especificamente com a dimensão saúde, mostra como a abordagem de Sen presta-se a estudos específicos sobre QV.

¹³ Para maior apreciação ver Schneider e Freitas (2013).

conceituais e éticas. Trata-se de uma nova ética das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, na busca, por assim dizer, de uma nova utopia do desenvolvimento.

Cristovam Buarque (1993) apresenta uma visão mais “pessimista” do que venha a ser Qualidade de Vida, afirmando que este conceito sofre uma severa mudança com o processo de modernização, transformando-se, no século XX em sinônimo de consumo. Para o autor, o conceito de QV foi:

[...] substituído pelo de modernidade; o símbolo da qualidade de vida passou a ser menos o bem estar conseguido graças ao uso de bens do que o consumo do próprio bem e uso das máquinas de última geração. A contribuição de cada produto à qualidade de vida passou a ser definida não apenas pelo conforto que ele oferece, mas também pelo grau de inovação que tem. O adicional de qualidade de vida que gera passou a ser identificado com o simbolismo do acesso a ele. (BUARQUE, 1993, p.157).

Longe da utopia de uma “vida boa”, o autor afirma que a tecnologia, o crescimento, a produção de conhecimento e o consumo, nenhum deles diminuiu os casos de fome e violência e serviram muitas vezes para aumentar a desigualdade entre os homens e a degradação ambiental, o que remete ao já tratado “paradoxo do desenvolvimento”. Barbosa e Ferreira (2010) afirmam que, apesar de toda a descrença de Buarque numa concepção de Qualidade de Vida pelo consumo, não se pode esquecer de que o aumento de acesso aos bens de consumo produziu, em certa medida, uma mudança no estilo de vida das pessoas, sendo esta positiva ou negativa.

Assim como Buarque, Pinto (2004) também coloca como contexto as discussões sobre uma “sociedade da abundância”, do consumo sem limites, de um modelo de vida da “cultura ocidental moderna”, conforme Escola de Frankfurt. Ao analisar a região metropolitana de Lisboa, a autora apresentou um debate sobre o conceito de qualidade de vida situado no contexto sociopolítico do tema, ressaltando os aspectos objetivos e subjetivos que permeiam as discussões mais atuais. De forma pontual, o interesse sociológico pela QV assentou-se nos estudos sobre bem-estar e a forma de medi-lo, conforme descreve a autora:

Independentemente da orientação teórica e do modelo de abordagem, a investigação sobre qualidade de vida é devedora do contexto atrás referido de preocupação pelo bem-estar, de crítica aos efeitos perversos de um modelo desenvolvimentista assente no crescimento econômico e do interesse pela medição dos fenômenos sociais, para melhor se poderem introduzir reformas sociais. Desta forma, a investigação em qualidade de vida nasce intimamente ligada a uma sociologia positivista, aplicada e de caráter normativo, acompanhando de muito perto a história dos indicadores sociais. (PINTO, 2004, p. 100).

Para Pinto (2004), QV/CV é uma dimensão analítica muito recente no âmbito acadêmico, e desenvolveu-se num contexto social com o objetivo de entender a crescente visibilidade dos efeitos “perversos” de um desenvolvimento industrial que traz ao centro das preocupações os desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais, anos de 1960 e 1970. Portanto, começa-se a pensar não só sobre o conceito de QV, mas a construção de elementos – indicadores – que venham a dar conta deste novo contexto social e suas transformações.¹⁴ Segundo Pinto (2004), independentemente da forma como o conceito vinha sendo progressivamente tratado no âmbito das Ciências Sociais, muitas vezes tentava-se separar QV e Indicadores de QV, sendo que a primeira centrava-se na análise da mudança social e a segunda interessava-se pelos resultados e seus reflexos ou impactos na sociedade; tal divisão também implicava no uso de indicadores: enquanto a segunda utilizava apenas indicadores objetivos (com embasamento numérico), a primeira utilizava indicadores objetivos e subjetivos (a partir de um sistema integrado de variáveis).

Nos últimos anos, destacam-se os escritos de Selene Herculano (1998), a qual segue a linha de Sen em relação ao conceito de qualidade de vida como um somatório de recursos e condições individuais e coletivas (econômicas, políticas, ambientais, científicas, culturais), como os meios de vida que os indivíduos possuem para realizarem o que desejam. Para a autora, a avaliação/mensuração das CV se expressa em: 1) exame dos recursos disponíveis, da capacidade efetiva de satisfação das necessidades (por exemplo, analisar condições de saúde pela quantidade de leitos em hospitais, analisar condições ambientais pela potabilidade da água, emissão de poluentes, etc; e 2) avaliar as necessidades pelos graus de satisfação e patamares desejados, buscando mensurar sobre QV em relação ao que se deseja, em relação aos graus de prazer e felicidade ou até mesmo por julgamentos do pesquisador sobre o que torna a vida melhor. (HERCULANO et al., 2000).

Operacionalmente, Herculano propõe que qualidade de vida seja a soma das condições econômicas, políticas, ambientais, científicas, culturais que estão ao alcance dos indivíduos e que, a partir destes recursos, seja possível a realização dos desejos. Portanto, a noção de QV não está somente naquilo que as pessoas podem adquirir, mas no que elas entendem e equacionam como melhoria de sua vida. Conforme Herculano, deve-se levar em conta a

¹⁴ Na Sociologia, somente em 1974 é que se tem a primeira publicação de uma revista especializada em QV, a *Social Indicators Research*, sendo que em 1979 é que uma revista (*Social Abstracts*) dedica um índice inteiro à temática. (PINTO, 2004).

definição do que é qualidade de vida, se esta definição variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais.

Também se dá destaque aos trabalhos de Sonia Regina da Cal Seixas Barbosa (1990, 1996, 1998, 2008, 2010, 2012) os quais trazem análises sobre a questão da QV e a subjetividade, geralmente ligados à temática da saúde e meio ambiente. Nesse sentido, segundo Barbosa e Cintra (2012), o conceito de qualidade de vida (e risco) tem trajetórias específicas e abordagens múltiplas na teoria social brasileira e latina americana. Por exemplo, no ano de 1981, no Brasil, durante o Seminário de Estudos Urbanos (no IUPERJ), apontou-se que:

A qualidade de vida, seja à qual realidade estiver orientada, é uma questão complexa e multifacetada, pois abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania – os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento julga serem essenciais – quanto à de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e, nem por isso, menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social. (SOUZA 1984 *apud* BARBOSA e FERREIRA, 2010, p. 7).

Assim sendo, a questão de cidadania tornou-se, o cerne da análise da Qualidade de Vida para alguns autores (Araújo (2000) e Ferreira (citado por Herculano, 1998) *apud* Asmus, 2014), uma vez que o conceito confunde-se com sentimento de felicidade o que acaba por incluir a dimensão social nas análises, mas com sentido de solidariedade e justiça. Neste caso, a QV passa a tratar então de algo que permite ao ser humano usufruir de atividades para sentir prazer e bem-estar, que lhe tragam a sensação de satisfação.

Contudo, percebe-se que grande parte dos trabalhos está voltada para estudos ligados ao meio urbano (o que pode ser explicado pelo alto índice de urbanização no Brasil), e análises “de fora para dentro”, ou seja, normalmente buscando dar consistência a alguma hipótese objetiva pré-estabelecida, não dando atenção aos aspectos subjetivos da qualidade de vida. Uma Sociologia da Qualidade (ou das Condições) de Vida precisa analisar não só as circunstâncias de vida nas quais uma determinada população/grupo/indivíduo está inserida, mas também quanto à forma com que as mesmas são percebidas por estes sujeitos. (ASMUS, 2014, p.19).

Quanto aos estudos sobre qualidade de vida no meio rural¹⁵, destacam-se também os trabalhos de Kageyama (2002, 2006, 2008) a qual, ao fazer uma tipologia dos municípios

¹⁵ Em dezembro de 2007, Ely Jose de Mattos juntamente com outros pesquisadores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS/RS), através da pesquisa demandada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Ministério do Desenvolvimento Agrário, apresentaram o “Relatório com a proposição do Índice de Condições de Vida”. Neste produto, Mattos traz uma interessante caracterização dos

paulistas, usou indicadores sociodemográficos, trazendo como dimensões blocos temáticos sobre infraestrutura, acesso a bens, população, renda, mercado de trabalho e inserção urbana (KAGEYAMA e LEONE, 2002). Kageyama mostra uma análise histórica da diversificação das rendas dos domicílios agrícolas no Brasil entre 1992 e 2001 e a incidência da pobreza, levando em consideração: a) o rendimento de todos os trabalhos, o rendimento do trabalho principal, o rendimento do trabalho agrícola e não agrícola, rendas previdenciárias e outras rendas; b) nível de vida em relação ao acesso a bens e serviços. Já em 2006, juntamente com Hoffmann e com base nos dados do IBGE e PNUD de 1992 a 2004, a autora aborda a pobreza no Brasil buscando analisar dimensões como renda e bens não monetários, como a presença de água canalizada, existência de banheiro ou sanitário e existência de luz elétrica.

Pode-se dizer que o trabalho mais recente na temática do desenvolvimento como Qualidade de Vida no meio rural é a tese de doutorado de Rosa Asmus (2014) pela Universidade Federal de Brasília (UNB), a qual, a partir da abordagem de Roberto Cummins¹⁶ apresenta uma construção multidisciplinar e sistêmica da QV pelas seguintes dimensões: relações de amizade e comunidade, bem-estar emocional, meio ambiente e educação. Para a autora, QV é um conceito objetivo e subjetivo, sendo que cada eixo está agregado de várias dimensões, tais como bem-estar material, saúde, produtividade ou trabalho, segurança e bem-estar. (ASMUS, 2014).

De tal modo, a apreciação de Indicadores Sociais estaria voltada para o presente, enquanto a análise de Qualidade de Vida retrataria o passado, presente e futuro. (PINTO, 2004). Segundo Cummins (2000), a Qualidade de Vida/Condições de Vida pode ser objetiva ou subjetiva, agregando dimensões como bem-estar material, saúde, produtividade, relações familiares, relações sociais, amizades, segurança, bem-estar emocional. Para o autor, a dimensão objetiva caracteriza-se por medidas culturalmente relevantes do bem-estar objetivo; já a dimensão subjetiva, esta ocorre pela satisfação promovidas pelas outras dimensões e são avaliadas na importância que o indivíduo atribui a eles. (CUMMINS, 2000, p.35).

Os trabalhos sobre indicadores têm enfatizado a necessidade de superar a avaliação unidimensional das condições de vida (tradicionalmente pela variável “renda”) procurando

trabalhos sobre índices de condições de vida em suas diversas perspectivas. Neste sentido, recomenda-se ver páginas 41 a 45 e 67 a 74 do relatório.

¹⁶ A tese de Rosa Asmus traz um levantamento de diversos autores (CUMMINS, 1995, 1996, 1999; BEST et. al., 2000; VASCONCELOS, 2001) os quais constatam que a explicação do termo qualidade de vida dava-se pelas dimensões de saúde, relações familiares e sociais, bem-estar material e trabalho/produtividade. É importante ressaltar que Asmus (2014) com base em um levantamento sobre o conceito de QV aponta que somente em 1978 e 1980 a dimensão bem-estar emocional entram nas discussões e avaliações, principalmente com trabalhos na área da psicologia.

elementos que melhor descrevam as realidades observadas. Especificamente, os indicadores de qualidade de vida também podem ser divididos sob outro critério: o recorte geográfico. A maior parte deles se destina a caracterizar populações e territórios sem distinguir entre rural e urbano; sua escala, inclusive, pode variar de acordo com os interesses dos investigadores. Logo, mesmo que alguns índices tenham em suas unidades de análise recortes regionais é importante ressaltar seu papel em relação aos indicadores utilizados. Cabe observar que conforme Januzzi (2009), ainda mais recente são os estudos com indicadores¹⁷ subjetivos, os quais levam em conta aspectos da percepção dos pesquisados.

Em muitos trabalhos acadêmicos e de organizações/centros de pesquisa, o termo QV ou CV ganha um significado mais abrangente, mas nem sempre multidimensional¹⁸. Na revisão proposta por Mattos (2007), tem-se um leque de trabalhos que trazem análises com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Atlas da Exclusão Social, Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), Índice de Qualidade de Vida da Universidade Federal Fluminense (IQV-UFF), Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH), Índice Municipal do Instituto Polis, *World Health Organization Quality of Life* (WHOQOL₁₀₀ e WHOQOL_{Bref}). Estes estudos buscaram compreender a multidimensionalidade de um indicador, tencionaram diferenciar condições de vida do IDH articulando saúde, educação, transporte, alimentação, habitação, meio ambiente, trabalho, etc a fim de alcançar resultados mais heterogêneos e menos medianos sobre condições de vida.¹⁹

Nessa perspectiva, tem-se o IDH como um índice relativamente simples, mas que, pioneiramente, agregou à variável renda as variáveis longevidade e escolarização. Diversos trabalhos seguiram-se ao IDH, procurando ajustá-lo a outros aspectos ou mesmo criticando as dimensões que ele considerara. Analisando as dimensões dos indicadores, deve-se estar atento para uma adequada definição e tratamento das variáveis. Um bom exemplo é o trabalho de

¹⁷ Conceituando, Januzzi (2009, p.15) afirma que “[...] indicador é uma medida, em geral quantitativa, com significado social, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato e de interesse teórico ou pragmático. É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças [...]”.

¹⁸ Pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES apontou que a grande maioria dos trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil trata o conceito Qualidade/Condições de Vida como sinônimo de saúde, bem-estar, vida saudável; outros tentam associar o conceito ao aspecto nutricional. Muitos trabalhos também analisam QV em relação aos aspectos de saúde do trabalhador, mas em categorias específicas e analisando o ambiente de trabalho. No campo das Ciências Sociais (em especial na Sociologia), comparado com as Ciências da Saúde, poucos trabalhos colocam a palavra “Qualidade/Condições de Vida” como conceito chave nos últimos quatro anos de defesas, o que corrobora com a justificativa teórica deste trabalho.

¹⁹ Ainda, trabalhos de Tavolucci & Fonseca (2007), Leite, Minetti & Souza (2000), Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura de Campinas (2001), Braga, Freitas & Duarte (2002) são exemplos de análises multidimensionais com indicadores agregados.

ajustamento do IDH para os municípios, realizado pelo IPEA e pela Fundação João Pinheiro (IPEA/Fundação João Pinheiro, 1999). No entanto, a simples aplicação da metodologia do PNUD aos municípios geraria resultados significativamente diferentes e com baixa correspondência com o que as pessoas e as instituições percebem. Conforme Ramos (2003)

“O principal defeito do IDH é que ele resulta da média aritmética de três índices mais específicos que captam renda, escolaridade e longevidade. Mesmo que se aceite a ausência de outras dimensões do desenvolvimento para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores tão cômodos – como a ambiental, a cívica, ou a cultural – é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade (neste caso o município). Ao contrário, é mais razoável supor que o cerne da questão esteja justamente no possível descompasso entre o nível de renda obtido por determinada comunidade e o padrão social que conseguiu atingir, mesmo que revelado apenas pela escolaridade e longevidade.” (RAMOS, 2003 – *Revista Valor*).

Esta proposta diferencia-se dos trabalhos do IDESE (Índice do Desenvolvimento Socioeconômico), por exemplo, formulado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), os quais trabalham a variável renda utilizando indicadores como: Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e Valor Adicionado Bruto *per capita* do Comércio, Alojamento e Alimentação. Apesar da importância dada às análises do IDESE, seus indicadores medem o valor da produção realizada pelas unidades produtivas dentro de determinado território, e não a renda auferida pelas pessoas que ali residem, o que também justifica a criação de um índice por unidade familiar, não por região ou território, nem por indivíduos.

Ainda, uma outra proposta é o Índice de Sustentabilidade Urbana que traz aspectos ligados à qualidade do sistema ambiental – qualidade da água, qualidade de vida em relação à habitação, conforto ambiental, condições de vida e renda, redução da pressão antrópica – redução da pressão urbana, industrial, agropecuária e silvicultura, capacidade político-institucional, com relação à autonomia político-administrativa, políticas ambientais, intervenção da sociedade civil. Outro trabalho expoente nesse sentido foi o desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (1998) juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com a elaboração de um Índice de Condições de Vida (ICV) com número de indicadores maior que os do IDH – Municipal, adotando como proposta metodológica pesos diferenciados para cada dimensão, conforme importância de cada indicador.

Especificamente, dentre os indicadores analisados, poucos são aqueles que permitem aplicação em contextos rurais e urbanos simultaneamente. Um dos exemplos adversos a essa

constatação são os estudos sobre saúde e desenvolvimento a partir dos instrumentos disponibilizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – WHOQOL₁₀₀ e o WHOQOL_{Bref}.²⁰ Segundo a OMS, tais instrumentos permitem analisar a qualidade de vida a partir da abordagem do desenvolvimento, de pessoas e grupos tanto urbanos quanto de rurais a partir de um enfoque transcultural. Alguns dos indicadores apresentados pelos instrumentos da OMS poderiam ser mensurados com o recorte “rural”, entretanto não foram encontrados na literatura nenhum trabalho com essa finalidade, representando uma lacuna significativa para os formuladores de políticas públicas destinadas a melhorar as condições de vida das populações rurais.

Contudo, pode-se dizer que estes instrumentos sobre Qualidade de Vida desenvolvidos pelo OMS, mesmo que inicialmente focados na questão de saúde, apontaram para a não existência de um consenso sobre a definição de QV. Assim, a própria OMS acabou por reunir especialistas no assunto para propor uma conceituação, os quais, em 1995 definiram: *qualidade de vida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.* (FLEK, 2000, p.34). Para Flek (2000), mesmo sendo um conceito amplo, a noção da OMS é complexa e abrangente, e relaciona aspectos ligados aos meio ambiente físico, psicológico, relações sociais e crenças pessoais. Retomando ao que Januzzi (2009) expunha, esta definição do grupo WHOQOL retrata a natureza subjetiva dos indivíduos que estão imersos em contextos culturais, sociais e ambientais: o que está em foco então é a percepção do respondente (no caso para OMS, do paciente). Logo, é justamente essa perspectiva subjetiva que será captada pelos indicadores propostos neste trabalho.

Deste tanto, ao tratar de condições de vida no meio rural, tem-se destacado os estudos sobre territórios rurais, pela criação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) representado graficamente por biogramas, baseado no trabalho de Sepúlveda (2005), para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial no Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Em tal projeto foi realizada a aplicação do IDS e do biograma em quatro territórios rurais (Estrada de Ferro, GO; Alto Jequitinhonha, MG; Sudoeste do PR; e Médio Alto Uruguai, RS). Apesar do destaque dado aos resultados, a partir do IDS – aprimorado

²⁰ Segundo Asmus (2014) o senso comum sobre QV/CV relaciona-se com ambiente, poluição e saúde e quem mais utiliza esta expressão é a área da saúde. A própria Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio da sua Divisão de Saúde Mental, define QV como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. (BLEY; VERNAZZA-LICHT, 1997; WHOQOL, 1998 *apud* ASMUS, 2014, p.27). A autora ainda afirma que nem mesmo a literatura médica chegou a um consenso sobre o significado de QV; alguns utilizam o termo como sinônimo de condições de saúde ou funcionamento social.

com dados secundários municipais – percebeu-se a necessidade de complementação desse índice que culminou na proposta do ICV – Territórios Rurais.

Este trabalho da equipe do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS pautou-se na elaboração de um ICV para aplicação nos territórios rurais (WAQUIL, et. al, 2007), a partir de dados primários. Tal pesquisa levou em consideração a diversidade do meio rural para informar com a maior aproximação possível a realidade das condições de vida, buscando entender as relações de famílias que trabalham na agricultura, mas também como prestadores de serviços, trabalhadores da indústria, comerciantes e diversos mediadores sociais que interagem cotidianamente com essa população. O diagnóstico dado pelos territórios buscou analisar o desenvolvimento rural sustentável como uma visão integrada dos espaços, atores, agentes, mercados e políticas públicas, considerando a equidade, diversidade, solidariedade, justiça social, sentimento de pertencimento, valorização da cultura local e inclusão social, como objetivos primordiais a serem atingidos, voltados para percepção das pessoas. (RAMBO. et. al., 2011).

A exemplificação destes trabalhos mostra que a escolha de indicadores para estudos sobre QV deve ser heterogêneos, multidimensionais e relacionados com a realidade. Porém, os problemas metodológicos para definir quais dimensões usar, quais devem ser consideradas, qual o peso a ser atribuído a cada uma ainda está muito longe de ser um consenso. Neste sentido, apresenta-se um quadro-resumo de algumas dimensões utilizadas para medir qualidade/condições de vida de acordo com os diferentes exemplos aqui apresentados.

QUADRO 1: Dimensões e Indicadores de Qualidade/Condições de Vida

Dimensões da Vida	Indicadores Objetivos	Indicadores Subjetivos – percepção
Necessidades Materiais	Meios de transporte; segurança de vida e de propriedade; tecnologia;	Sentimentos/sensações subjetivos de satisfação/insatisfação com tais condições.
	Condições financeiras: recursos econômicos (renda e riqueza, propriedade).	
Necessidades Sociais	Medidas objetivas de relações interpessoais: Família, recreação e cultura; recursos políticos (interesse e participação), participação e interação comunitária.	Sentimentos subjetivos sobre as relações sociais — Felicidade/infelicidade
Necessidades de Crescimento Pessoal	Condições de saúde e acesso a cuidados médicos; educação; condições de trabalho e emprego.	Sentimentos subjetivos de alienação, crescimento pessoal, meio ambiente, cuidados com saúde, infraestrutura e condições de trabalho.
	Condições ambientais; conservação da fauna, flora, solo, nascentes e cursos d'água.	

Fonte: adaptado de Schneider e Freitas, 2013, p.136.

O quadro 1 procura equacionar essas noções a partir das concepções de indicadores objetivos e subjetivos como subsídio para pesquisas que busquem examinar desenvolvimento como sinônimo de melhoria da qualidade de vida. No entanto, estes elementos não encerram a análise *per se*, uma vez que adaptações podem ser realizadas de acordo com características locais indo além dos dados brutos e dos indicadores sintéticos, possibilitando assim uma reconstrução da realidade social através da interpretação.

Destarte, a literatura sobre desenvolvimento e qualidade de vida é bastante extensa e de maneira alguma está esgotada neste trabalho. O que se busca aqui é demonstrar a importância destes conceitos como referências aos estudos sobre bem-estar e condições de vida, direcionando tais discussões ao contexto rural, a partir de uma visão multidimensional, objetiva e subjetiva da vida dessas populações. A ênfase nesta multidimensionalidade está na iniciativa de compreender o desenvolvimento em suas várias dimensões: econômica, física, humana, social, ambiental e que talvez consiga trazer respostas mais concretas às inquietações atuais sobre o que se convencionou aqui chamar de “paradoxo do desenvolvimento”.

É a partir desta ideia que no capítulo 3 pretende-se apresentar e discutir a abordagem das capacitações de Amartya Sen como aporte teórico para a construção metodológica que se ambiciona neste trabalho. Para tanto, descreve-se também a perspectiva da diversificação dos meios de vida que, operacionalmente, permite esclarecer a relação existente entre a melhoria das condições de vida e a redução das vulnerabilidades em contextos onde os ganhos do desenvolvimento não foram igualmente distribuídos. Mais especificamente, pensando estas concepções com ênfase no meio rural, tem-se na fumicultura um exemplo clássico desta desconexão.

3. AS CAPACITAÇÕES E OS MEIOS DE VIDA: UM *FRAMEWORK* TEÓRICO-METODOLÓGICO.

Os estudos sobre qualidade/condições de vida são essenciais na concepção do desenvolvimento humano, mesmo que ainda tais conceitos sejam constantemente rodeados de contestações a cerca do que realmente venha a ser uma vida boa e com qualidade e quais indicadores permitem então medir essa vida. Os trabalhos exemplificados no capítulo 2 demonstram que não existe um consenso do que venha a ser a conceituação teórica sobre bem-estar e os principais indicadores que possibilitariam metodologicamente “mensurar” uma vida satisfatória.

Conforme Ulrich Beck (1998), a forma de crescimento exponencial das economias acabou trazendo sim desenvolvimento aos países, à medida que se tinha maior uso das tecnologias e suas descobertas, a melhoria nas relações de mercado e mudança nas relações de trabalho, a mudança nos estilos de vida, nas formas de produção no meio rural, etc. Porém estes ganhos da modernidade não foram igualmente repartidos entre as sociedades e os indivíduos. A desigualdade evoluiu paralelamente ao crescimento econômico; as promessas de diminuição da pobreza e da miséria material não encontraram respostas frente à crescente vulnerabilidade social e aos riscos que os indivíduos estavam expostos.

A justificativa para fazer uma análise sobre o desenvolvimento e condições/qualidade de vida está justamente no que esta confusão conceitual e prática acarretou essencialmente na utilização dos termos por organismos públicos ou privados, instituições e governos tanto para entender a mudança social em curso, quanto para medir e avaliar o desenvolvimento. Esta justificativa também se dá no aspecto histórico-social, pois é preciso entender como ou porque as consequências das grandes transformações da modernidade industrial não resultaram efetivamente em melhor distribuição da riqueza.

Portanto, na tentativa de responder a este paradoxo, surgem diversas formas de analisar desenvolvimento humano e a condições/qualidade de vida. Indicadores recentes como renda, educação, saúde, expectativa de vida ao nascer, longevidade, etc. destacam que existe uma melhoria significativa nas condições de vida das pessoas.²¹ No entanto, mesmo que os

²¹ Quando se trata de rentabilidade, por exemplo, os resultados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que em 2013, a população abaixo da linha de extrema pobreza aumentou 3,68%, a primeira alta desde

organismos institucionais e governamentais apresentem indicadores positivos de desenvolvimento, isto não parece refletir a realidade de situações de riscos e privação social.

Chambers e Conway (1992) alertavam justamente para as limitações que poderiam existir nas Ciências Sociais ao pretenderem estudar Desenvolvimento pelas perspectivas teóricas e metodológicas conservadoras com ênfase na produção, no emprego e na linha de pobreza. Para eles, a limitação não está somente no conceito, mas no contexto, uma vez que tais abordagens referem-se essencialmente a locais (países ou regiões) que passam pelo processo de industrialização. Em consonância com os autores, este trabalho objetiva compreender de forma mais incisiva como ocorre a mudança na vida das pessoas e como estas organizam e criam estratégias no cotidiano para superar as situações de vulnerabilidade em que vivem e que se constituíram a partir de um modelo de modernização voltado essencialmente para o crescimento econômico e a geração de riqueza.

Afinal, como entender a relação entre ter boas condições econômicas e péssimas condições de habitação, saúde ou educação? É possível afirmar que uma pessoa que ganha R\$70,00 é menos vulnerável e, conseqüentemente, mais desenvolvida que uma pessoa que ganha R\$67,00? Ou ainda, é possível “medir” desenvolvimento e condições de vida com indicadores sociais alicerçados em uma classificação social por renda *per capita*? Com base nestas reflexões, o escopo deste capítulo é situar a discussão da superação da vulnerabilidade pela melhoria das condições de vida a partir da abordagem teórica das Capacitações de Amartya Sen, destacando os conceitos e as críticas feitas à esta perspectiva.

Ainda, demonstra-se como a abordagem seniana está relacionada com a proposta inicial da Sociologia das Condições de Vida pela perspectiva dos Meios de Vida, delineando os conceitos que estruturam a pesquisa empírica deste trabalho. Assim, acredita-se que a relação entre “capacitações” e “meios de vida” possibilita construir um *framework* teórico-metodológico para basear estudos sobre as diferentes dimensões da vida humana e que permitam “medir e avaliar” o desenvolvimento. Por fim, apresenta-se o contexto empírico que possibilitou o teste deste *framework*; uma realidade que representa este paradoxo do desenvolvimento: a fumicultura no Rio Grande do Sul.

2003. O total de pessoas que vivem na extrema pobreza passou de 10.081.225, em 2012, para 10.452.383 no ano passado. A proporção de extremamente pobres subiu de 5,29% para 5,50%; estes dados são baseados nos critérios da OMS e FAO. Conforme os dados do IBGE e IPEA, o percentual da população em situação de miséria também subiu, de 3,6%, em 2012, para 4%, em 2013. Quanto à população em extrema pobreza, o total passou de 30.350.786 em 2012 para 28.698.598 em 2013, redução de 5,44%, uma queda de 15,93% para 15,09%.

3.1. AS CAPACITAÇÕES HUMANAS: DAS VULNERABILIDADES ÀS ESTRATÉGIAS DE VIDA

A abordagem das capacitações (*capability approach* – CA) foi apresentada pelo economista indiano e Prêmio Nobel em 1998, Amartya K. Sen²² juntamente com a professora e filósofa norte-americana Martha Nussbaum²³. A ideia sobre uma perspectiva teórica que analisasse desenvolvimento de forma ampla surgiu principalmente com a publicação do livro *The Quality of Life* (1996) uma obra que traz diversos artigos²⁴ sobre indicadores de qualidade de vida e a forma como estes foram utilizados em diferentes pesquisas, bem como explicações e críticas a cerca da CA. Em relação à aplicação da perspectiva das capacitações, os estudos do grupo de pesquisadores escandinavos (1996) como Erik Allardt e Robert Erickson já demonstravam a necessidade de um arcabouço teórico para o tema e que tivesse como objetivo traçar análises multidimensionais.

O trabalho de Kelvin Jasek-Rysdahl (2001) buscou aplicar a abordagem das capacitações de Sen na elaboração de um *framework* para construir um mapa dos ativos locais de um bairro de imigrantes com elevados indicadores de pobreza e vulnerabilidade social²⁵. Logo, o autor considerou o bem-estar, as relações na comunidade como provedor de qualidade de vida. A partir da CA, o trabalho analisa a relação entre qualidade de vida e as atividades desenvolvidas pela comunidade e mostrando como os estoques de recursos desta população são pontos importantes para elencar elementos que permitam entender as medidas da capacidade. Jasek-Rysdahl (2001) parte da análise da comunidade para pensar os indicadores que podem compor uma noção do local das capacidades e como estas constroem a qualidade de vida, para além da avaliação pela renda.

²² Amartya K. Sen nasceu em 1933 na Índia e vivenciou a queda do império Britânico e os intermináveis anos de pobreza e fome que assolaram o país, principalmente com a guerra separatista do Paquistão Oriental (atual Bangladesh) em 1971 e foi um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU). Em 2011, recebeu doutoramento Recebeu doutoramento *honoris causa* pela [Universidade de Coimbra](#). Atualmente segue proferindo inúmeras palestras.

²³ Martha C. Nussbaum nasceu em 1947 em Nova York, é filósofa e professora da Universidade de Chicago, tendo lecionado ainda em Harvard e Brown. Em 2005 foi eleita pela Revista *Foreign Policy* uma das 100 intelectuais mais influentes do mundo.

²⁴ Alguns desses trabalhos foram referenciados no capítulo II, seção 2.3.

²⁵ A comunidade da qual trata este trabalho localiza-se na porção sudoeste de Modesto, na região do Vale Central da Califórnia, uma região que, segundo o autor, é das mais produtivas no setor da agricultura de frutas e vegetais. Ou seja, a abordagem de Sen foi utilizada para entender um contexto de vulnerabilidade social em meio de uma região de grande produtividade agrícola da Califórnia – EUA.

Em entrevista a Klammer (1989), publicada em artigo²⁶ do *Journal of Economics Perspectives*, Amartya Sen afirmou que a Economia do bem-estar é um importante projeto em curso, mas que por muito tempo fora negligenciado pela economia. Assim, a perspectiva das capacitações é diferente do modo tradicional de avaliação individual e social de desenvolvimento, baseada em bens primários, recursos ou renda real que focalizam PIB e PNB. (SEN, 2008). Não que o desenvolvimento econômico tradicional seja descartado das análises aqui pretendidas, mas este se torna mais uma variável na compreensão da realidade, um “meio” para realização do bem-estar. Como confirma Bagolin (2005), a CA é uma perspectiva rica, ampla e com grande aplicabilidade prática, o que a torna um referencial importante a ser considerado quanto aos estudos sobre DH e QV, tornando-se então uma alternativa teórica em relação aos ensinamentos mais convencionais e normativos.

Para Amartya Sen em *Pobreza e Fomes* (1999), este é o campo mais frutífero para a sociologia, principalmente pela ideia de condições de privação e sentimentos de privação, os quais se baseiam em condições concretas da vida dos indivíduos/grupos, ou situações em que estes possuam menos atributos que desejariam em relação a outro (enfoque objetivo). É nesse sentido que a noção de sentimentos de privação (enfoque subjetivo) está associada, uma vez que, conforme Sen, os objetos materiais não podem ser analisados isoladamente sem a referência de como as pessoas percebem-nos; logo, eles têm um papel implícito na seleção de determinados atributos que os indivíduos/grupos julgam ser melhores que outros. (TOWNSEND, 1974, 1979 *apud* SEN, 1999, p.33; PÉREZ, 1999, p.24). Portanto, o enfoque sociológico da perspectiva seniana está justamente em permitir comparar/relativizar as condições de vida de diferentes grupos vivendo em um mesmo contexto de privações sociais.

Por conseguinte, a justificativa pela escolha da CA é que por meio de tal perspectiva é possível encontrar elementos que possibilitem análises multidimensionais do desenvolvimento humano, considerando não somente aquilo que as pessoas têm, seus bens de consumo, sua moradia, seus recursos financeiros, mas também como elas percebem a realidade em que vivem, como se relacionam com os outros indivíduos do grupo (familiar ou comunitário), etc. A ênfase e a escolha desta abordagem teórica comprovam-se pela ampla possibilidade de, segundo Florestan Fernandes, reconstruir e interpretar as condições de vida das pessoas empiricamente, o que está acontecendo em determinados contextos e como estes

²⁶ Nesta entrevista Amartya Sen fala sobre seu interesse na economia, como entende a economia do bem-estar e como esta se insere nas discussões maiores sobre desenvolvimento. Ainda, Sen explica seu interesse nas teorias de Adam Smith e a racionalidade para pensar a questão das escolhas e os conflitos.

podem ser melhorados. Dito isto, passa-se então à seção de apresentação dos principais elementos teóricos e as diversas críticas à abordagem de Sen.

3.1.1. Conceituando a Abordagem das Capacitações: contextualização, definições e usos.

A abordagem das Capacitações objetiva, teoricamente, ultrapassar os limites presentes no Utilitarismo, no Rawlsianismo e no Liberalismo, os quais notaram valor na utilidade individual, como prazer, desejo ou felicidade, não trazendo soluções a problemas mais amplos e que digam respeito não ao indivíduo em si, mas a totalidade social. Para Sen, é preciso uma perspectiva mais ampla para avaliações normativas e que possibilitem, empiricamente, resolver problemas sociais práticos e para que possa ser utilizada nas diferentes áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Economia, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. (PRESSMAN e SUMMERFIELD, 2000).

Assim, pode-se dizer que o autor tem como foco analisar as questões do desenvolvimento humano a partir de uma teoria da justiça, pela qual acredita que só é possível pensar em um desenvolvimento pleno quando os indivíduos forem dotados de “recursos” básicos e consigam enfrentar privações como a pobreza, as fomes coletivas (e não coletivas), a violação das liberdades políticas e formais básicas, a condição de opressão das mulheres e os problemas ambientais para a existência de uma condição de desenvolvimento. (SEN e KLIKSBURG, 2010). O que os indivíduos obtêm diretamente dos bens e serviços depende de inúmeros fatores e não somente do tamanho e da quantidade desses bens e serviços que possuem; da própria percepção das pessoas em relação à sua realidade, de seus desejos de mudar ou manter uma condição de vida e também da eficiência das instituições que têm como pressuposto atender as necessidades básicas das populações na promoção do bem-estar. (PÉREZ, 1999, p.28).

Logo, um caminho interessante para compreender a proposta mais geral de Sen é referenciar algumas ideias sobre o que venha a ser um contexto de risco e que expõe os indivíduos a situações de incerteza, ou seja, a noção de *vulnerabilidade social* como um limitante das capacitações. Segundo Marandola e Hogan (2006), a vulnerabilidade é uma característica da sociedade pós-moderna e dirige sua atenção não somente ao que resulta das perturbações, mas também às condições que limitam a capacidade de resposta dos indivíduos.

Alguns autores consideraram a vulnerabilidade a partir dos novos debates sobre as mudanças climáticas globais e locais. Um exemplo está em Mendes et. al. (2011), ao analisar os riscos naturais e tecnológicos em Portugal, descreve que a vulnerabilidade aos perigos é um processo que envolve causas profundas, como fatores históricos, políticos, econômicos, ambientais e demográficos que produzem as desigualdades, como pressões dinâmicas de processos sociais específicos (urbanização acelerada) e condições de vida pouco seguras. Ainda, o autor entende a noção de vulnerabilidade como forma de compreender a capacidade adaptativa dos indivíduos, exigindo uma atenção às questões contextuais e temporais.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social está relacionada à capacidade dos indivíduos ou grupos de agirem frente a situações de privação; capacidade para enfrentar os riscos que podem existir no entorno e culminar na perda ou diminuição de bem-estar. Segundo Padoin & Virgolin, essa deficiência de acessar bens e serviços, tais como educação, lazer, trabalho e cultura corroboram para o crescimento e manutenção da situação de vulnerabilidade social²⁷. Para as autoras, torna-se essencial pensar na temática sob três categorias: “os ativos, o conjunto de oportunidades procedentes do âmbito social e as estratégias. A ausência desses três elementos caracteriza a situação de vulnerabilidade social” (PADOIN e VIRGOLIN, sem ano, p.2).

Trabalhos mais ilustrativos são os de Adger (1999, 2006), bem como o de Kirsch e Schneider (2012) os quais apresentam o conceito de vulnerabilidade social a partir de duas categorizações. Segundo estes autores, a vulnerabilidade pode ser endógena, quando se refere aos ativos dos indivíduos (condições de trabalho, saúde, educação, informação, renda, etc.) e exógena, quando trata das variáveis de contexto/contingente, ou seja, da vulnerabilidade coletiva que se apresenta no cenário externo, como variação dos preços de mercado, intempéries climáticas ou adversidades locais pré-existentes. (ADGER, 1999, p.252). Para Adger, é preciso “compreender e avaliar adequadamente os processos sociais e econômicos, uma vez que a vulnerabilidade é ‘o ponto de partida’ da análise” (KELLY; ADGER, 2000; KIRSCH; SCHNEIDER, 2012).

A base das apreciações, portanto está na compreensão do uso dos recursos que os indivíduos possuem e que determinam suas capacidades para lidarem (*to cope*) e/ou

²⁷ Alguns trabalhos publicados em revistas e jornais, principalmente na Europa (como, por exemplo, *International Journal of Social Quality*), trazem o debate da vulnerabilidade social pela abordagem da “seguridade/segurança social” (ver em: Gasper, 2008, 2010^a, 2010^b, 2011) relacionado ao desenvolvimento humano e qualidade de vida. Neste trabalho, o termo vulnerabilidade social assemelha-se às definições de Gasper, uma vez que também trata das incertezas sociais, bem como das externalidades da vida social e como estas interferem nas decisões dos indivíduos na busca de melhores condições de vida.

adaptarem-se aos riscos e problemas decorrentes, buscando a melhoria das suas condições de vida. Destarte, isso permitiria afirmar que para alcançar melhores condições de vida é preciso entender sobre a capacidade que determinado indivíduo/grupo social apresenta e como então consegue lidar com o sistema de oportunidades (ou restrições) dadas pela sociedade, pelo Estado ou pelo mercado. Porém, quando há insuficiência desses recursos ou habilidades tem-se a possibilidade de uma mobilidade descendente dos atores em diversos aspectos, uma vez que não ter acesso aos recursos fundamentais acarreta sentimentos de abandono, desencanto e frustração, ou seja, sentimento de privação²⁸.

Estas conceituações de vulnerabilidade social e seus níveis de compreensão encaixam-se de forma coerente à abordagem das capacitações de Amartya Sen, uma vez que o objetivo da CA é tirar o foco das ações sobre os fins ou resultados, materializados em variáveis como renda, posse de bens ou capitais e privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem, com os riscos sociais, as incertezas, etc. Essas adversidades, para o autor, limitariam a criação de estratégias dos indivíduos para terem capacidade de alcançar a vida que desejam.

Desta forma, a conceituação da CA de Sen (2010) começa por diferenciar três formas de utilizar a abordagem, dentre as quais uma será a norteadora deste trabalho. A primeira maneira de utilizá-la é pela *abordagem indireta* que está centrada no espaço das rendas ajustadas, as quais seriam calculadas a partir de determinantes de capacidades que ultrapassam a esfera única da renda. Para exemplificar, o ajuste da renda familiar em relação e ao grau de alfabetização/instrução dos membros da família. Segundo Sen, esta perspectiva aproxima-se da literatura sobre “escalas de equivalência” e tem como ponto positivo o fato de tratar da renda como um conceito familiar, permitindo uma mensuração mais rigorosa e possibilitando uma análise da desigualdade de renda para além do utilitarismo. (SEN, 2010, p.115, 116).

A segunda maneira de tratar da CA é pela *abordagem suplementar* que envolve o uso contínuo de procedimentos comparativos tradicionais no âmbito das rendas, agregando estas considerações sobre capacitações. Para Sen, questões como disponibilidade de serviços de saúde, prevalência e magnitude do desemprego, dentre outras, podem ajudar a esclarecer o

²⁸ Segundo Padoin e Vagolin, “Alguns autores utilizam o conceito de vulnerabilidade social com o intuito de desconstruir sentidos únicos e identificar as potencialidades dos indivíduos para resistir e enfrentar situações socialmente negativas. Há, dessa forma, uma vulnerabilidade positiva, que se expressa por meio de formas criadas para enfrentar os riscos e obstáculos de maneira criativa. Nesse contexto, tal conceito pode ser compreendido dialeticamente, ou seja, refere-se tanto ao sentido negativo – obstáculos, riscos – quanto ao positivo - os recursos mobilizáveis pelos indivíduos, famílias ou comunidades, para enfrentar adversidades.” (p. 3).

que é explicitado pela comparação das rendas.²⁹ A terceira forma de utilizar a CA é também conhecida como a mais radical e multidimensional, mas de fundamental importância para esta tese. De forma mais específica, a *abordagem direta* “consiste em examinar diretamente o que se pode dizer sobre as vantagens mediante o estudo e a comparação de vetores de funcionamentos ou capacidades” (SEN, 2010, p.113). Nesse sentido, Sen distingue ainda três formas de utilizar a CA pela abordagem direta: a) comparação total envolvendo *rankings* com os vetores comparados entre si; b) comparação parcial por *rankings* sobre alguns vetores (por exemplo, educação e saúde); c) “comparação da capacidade distinta”, que permite comparar alguma capacidade específica escolhida como foco (por exemplo, participação social).³⁰

É justamente por buscar uma análise multidimensional que se torna possível utilizar a CA de forma *direta*, uma vez que se pretende compreender o conjunto de capacitações, formado pelas liberdades instrumentais e como estes limitam ou expandem as oportunidades das famílias (no caso, produtoras de tabaco) a levarem uma vida menos vulnerável socialmente. Logo, a partir da escolha desta perspectiva, tem-se a necessidade de esclarecer como os conceitos de capacitações, funcionamentos, liberdades e condição de agente são articulados dentro da CA.

Em *Desenvolvimento como Liberdade* (2010), Amartya Sen afirma que o desenvolvimento só existe a partir da expansão das liberdades dos indivíduos, as quais são entendidas como necessidades básicas para as pessoas possam, diante de sua condição de agente, escolher uma vida que desejam. A expansão das liberdades constituiria os meios e fins do desenvolvimento, uma vez que a privação destas liberdades seria um aspecto limitador das escolhas e oportunidades das pessoas/famílias exercerem sua condição de agente. A ausência ou limitação de tais liberdades pode estar relacionada diretamente à pobreza econômica, à carência de serviços e à negação da liberdade política, civil e de participação da vida social. Para Sen, “a importância intrínseca da liberdade humana em geral, como objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos”. (SEN, 2010, p.10). Nessa perspectiva, o autor destaca que o papel das instituições como Estado, mercado, mídia, legislação, partidos

²⁹ Segundo Amartya Sen, a melhor utilização desta abordagem deu-se no estudo sobre pobreza na Itália, realizado por Fabrizio Barca e empreendido pelo Banco Itália.

³⁰ A perspectiva *direta* da abordagem das capacitações é aquela que geralmente tem sido criticada, pois, operacionalmente, demanda uma comparação dos “conjuntos capacitórios” através da colocação de pesos nestas variáveis, o que Amartya Sen parece não ter realizado ao descrever sua abordagem. Ainda, o autor não especifica se é possível utilizar as três formas de comparação ao mesmo tempo, ou se devemos utilizar uma por vez. Desta forma, as críticas à teoria seniana serão apresentadas na seção 3.1.2.

políticos, grupos de interesses coletivos (dentro outros) é contribuir para a expansão e garantia das liberdades dos indivíduos.

Ainda, o conceito “liberdade” pode ser dividido em constitutivo (fim do desenvolvimento) e instrumental (meio do desenvolvimento). Sen descreve que as liberdades constitutivas têm relação com a liberdade substantiva, pela qual o desenvolvimento envolve a expansão também de outras liberdades humanas “como, por exemplo, ter condições de evitar privações como fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc”. (SEN, 2010, p.55). Pelas liberdades de caráter constitutivo o autor busca explicar a ideia de “fins do desenvolvimento”, que não está ligado somente à importância das rendas e dos recursos financeiros, mas como as pessoas evitam privações.

As liberdades instrumentais abarcam o “modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos (*entitlements*) contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento”. (SEN, 2010, p.57). Por meio destas liberdades é possível perceber diferentes inter-relações, pois um tipo delas pode contribuir e promover outras liberdades ao mesmo tempo. Assim, Amartya Sen discorre sobre as cinco principais liberdades instrumentais que se subdividem em:

- a) ***Liberdades políticas***: são as liberdades de expressão política e de voto, de escolher diferentes partidos políticos, de escolha informativa, etc e estão intimamente relacionadas aos direitos civis (em um contexto de democracia).
- b) ***Facilidades econômicas***: oportunidades para utilizar recursos econômicos para consumo, produção e troca que depende dos preços relativos e das condições de mercado. Nesta liberdade retrata-se o papel dos financiamentos e o acesso a eles como ponto fundamental sobre o conjunto de bens que podem ser adquiridos – os créditos.
- c) ***Oportunidades sociais***: disposições nas áreas de educação, saúde e emprego e que influenciam a liberdade substantiva dos indivíduos de viverem melhor. As oportunidades sociais são importantes na constituição da vida privada, mas também são essenciais para garantir a participação nas atividades econômicas e políticas, bem como o acesso à informação.
- d) ***Garantias de transparência***: são retratadas nas relações de confiança que os indivíduos têm tanto em outros indivíduos quanto nas instituições. Quando essa confiança é infringida pode-se afetar diretamente a vida das pessoas de forma negativa. As garantias

de transparência seriam inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e das transações ilícitas.

- e) **Segurança protetora**: mesmo que o sistema social e econômico seja vulnerável, algumas pessoas estabelecem uma rede de segurança protetora que inclui aspectos institucionais como benefícios aos desempregados, transferência de renda aos mais necessitados, habitação, saneamento, aposentadorias, etc.

Estas liberdades instrumentais são caracterizadas pelo autor como um conjunto de alternativas de realização que aumentam as *capacitações* das pessoas para alcançarem determinados fins e que estão intimamente relacionadas entre si para a promoção do desenvolvimento. Alguns autores usaram a abordagem das capacitações empregando os conceitos operacionais de meios e fins do desenvolvimento, no qual os meios referem-se ao conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada pessoa possui e os fins, às satisfações pessoais com seus meios de vida. Assim utilizaram-se do termo “intitamentos” para representar estes “meios”, o que permitiria atingir determinados “fins” (KAGEYAMA, 2008; WAQUIL, et.al., 2007). Logo, tais *intitamentos* seriam então os recursos disponíveis ao nível individual, as condições para a realização de escolhas, sendo estabelecidos por ordenamentos legais, políticos e econômicos.³¹

Exemplificando, Sen assegura que existem fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas reforçam-se mutuamente e as oportunidades sociais de educação e assistência médica completam as oportunidades individuais de participação econômica e política. Isso permite afirmar que, o encadeamento entre as diferentes liberdades aponta para questões empíricas e causais, que torna coerente e conivente o ponto de vista da “liberdade” como perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento, mostrando a importância de uma análise multidimensional e integrada. (SEN, 2010, p.60, 61).

Destarte, tendo como base a CA pela perspectiva direta, a criação de *rankings* deve considerar as liberdades que as pessoas têm de ser e fazer, ou seja, os conjuntos de oportunidades reais que as pessoas dispõem e que lhes reportem a uma vida com qualidade e livre de privações e incertezas. Nesse sentido, ao tentar operacionalizar sua CA, Amartya Sen (2010) traz a noção de “capacitação” como um indexador das liberdades. Com a utilização do

³¹É preciso destacar que, assim como diversos adeptos da teoria seniana, esta proposta apresenta limitações. No caso, percebe-se que existe a possibilidade de uma apreciação prática do conceito de “intitlements” (a partir dos “capitais” da abordagem dos *livelihoods*), mas não parece haver possibilidade de operacionalizar o conceito de “funcionamentos”. *A priori*, existe ainda uma limitação para “medir” os funcionamentos de Sen pelas pesquisas sociais.

termo, o autor buscou tecer uma análise sobre as privações políticas e sociais dos indivíduos como, por exemplo, se uma pessoa está livre de doenças significa que ela pode obter vida mais longa, pode trabalhar para auferir renda, é livre para locomover-se, etc. (SEN, 1996, p.58 in NUSSBAUM e SEN, 1996).

Juntamente com a ideia de “capacitação”, Sen apresenta outro termo para entender a CA: os “funcionamentos”. O conjunto dos funcionamentos inter-relacionados diz respeito aos estados (o que se é e está – *beings*) e ações (como se faz – *doings*) desde o mais simples, como estar nutrido adequadamente, estar saudável, ao mais complexo, como amar-se, respeitar-se, participar da comunidade, etc (SEN, 2010, p.79; 1996, p.56). Então, uma avaliação do bem-estar/qualidade de vida deve considerar estes elementos não isolados, mas tendo como base o contexto onde os indivíduos/grupos estão inseridos e que auxiliam na eleição do que venha a ser importante ou não. Para Kageyama (2008) e Waquil (et.al., 2007), os funcionamentos remeteriam às realizações, às reais oportunidades de escolha de possíveis estilos de vida, referindo-se às várias coisas que uma pessoa ser ou fazer. Em Sudgen (1993), funcionamentos são aspectos da própria vida, diferentemente dos bens que uma pessoa pode ter.

A liberdade de escolha que Sen tanto valoriza expressa-se pelo que ele denomina como “condição de agente”³², a qual é limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas e influencia diretamente sobre o grau e o alcance da liberdade individual e sobre o comprometimento social de transformar ou manter uma determinada condição social. Com o uso deste termo, o autor pretende mostrar que os indivíduos são os agentes da mudança e não somente receptores passivos das estruturas, assumindo então a capacidade para iniciar uma ação a partir de um *self-organization system* ou um *feedback*. (DAVIS, 2009, p.416; KLAMER, 1989, p.144). Assim, segundo Kühn (2003), a abordagem das capacitações permite avaliar subjetivamente a liberdade das pessoas a partir do que estas valorizam para a realização dos conjuntos capacitórios pela condição de agente. Tal liberdade para escolher e agir com a finalidade da realização de objetivos tem, conforme Sen, importância direta para qualidade de vida. O esquema que segue busca organizar os conceitos da CA até aqui descritos.

³² Analisar a condição de agente, segundo Sen, influencia inúmeras questões estratégicas das políticas públicas, pois permite sintonizar os formuladores das políticas aos interesses do “público-alvo”. (SEN, 2010).

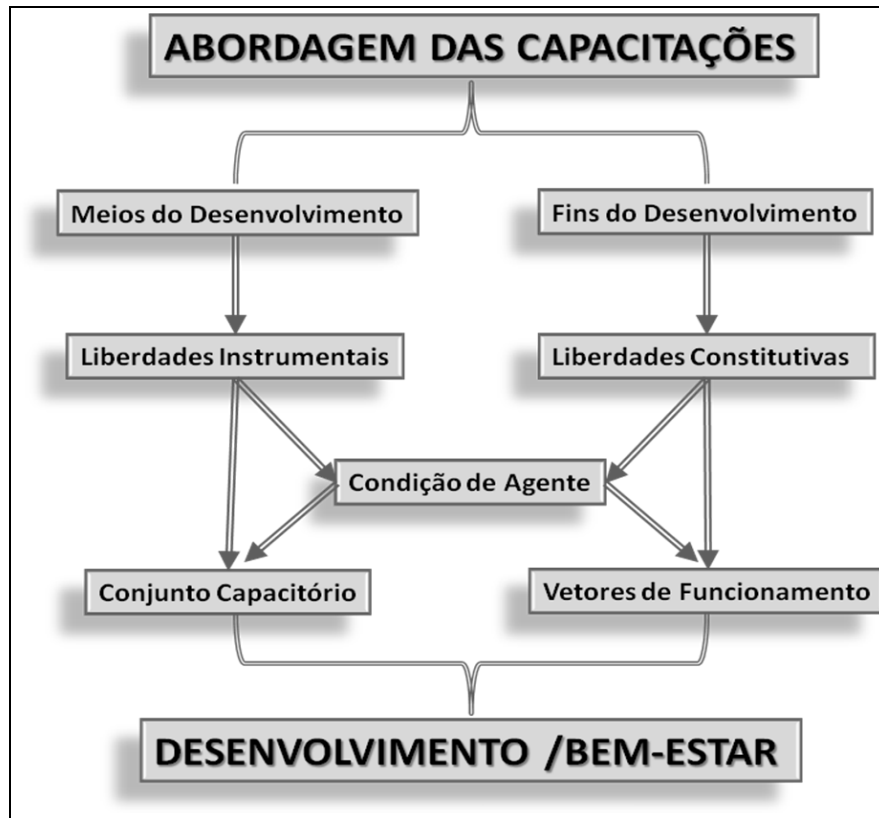


Figura 2: Esquema conceitual da abordagem das capacitações
 Fonte: Elaboração própria com base em Amartya Sen (1996; 2008; 2010)

Relacionando os conceitos, tem-se que as capacitações como “um conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade de uma pessoa levar um tipo de vida ou outro” (SEN, 2008, p. 80). Se os funcionamentos compõem o bem-estar de um indivíduo/família/grupo, então a capacidade de realizar esse funcionamento constitui-se na liberdade, nas oportunidades reais. (KAGEYAMA, 2008). E é esta liberdade de decidir e escolher que deve ser valorada por razões instrumentais, ao julgar o que é bom ou ruim em determinado contexto social³³.

Conforme Sugden (1993, p. 1952), as capacitações representam o conjunto de oportunidades para alcançar o bem-estar, o que representaria a liberdade de uma pessoa e esse conjunto retrataria a combinação de seus funcionamentos. Logo, a avaliação de bem-estar decorre da análise do conjunto capacitório (representado pelas liberdades) e da escolha combinada de funcionamentos (representado pelas diferentes dimensões do bem-estar).

³³ A preocupação de Amartya Sen é mostrar que liberdades não é sinônimo de recursos. Para tanto, a noção que o autor defende diferencia-se da ideia rawlsiana de distribuição dos bens primários ou da ideia dworkiniana de distribuição de recursos; os meios na forma de recursos aumentam a liberdade de realizar, mas a igualdade de recursos ou bens primários não significa necessariamente a igualdade das liberdades. Logo, as liberdades são conjuntos alternativos de realizações, ou seja, oportunidades de escolha. Para melhor apreciação das divergências entre as ideias de Rawls, Dworkin, Liberalismo e a abordagem seniana ver Bagolin (2005), capítulos I e II.

Assim, a capacitação reflete a liberdade de fazer/ser e as oportunidades reais que permitem esse fazer/ser são funcionamentos valiosos.

Com intuito de explicar objetivamente a abordagem das capacitações (no caso, a direta), Sen (2008) descreve que é necessário inicialmente um exercício de avaliação dos “objetos de valor” que seriam a base para comparações usando expressões como “melhor que”, “pior que”, “tão bom quanto”. Para identificar esse conjunto de objetos é preciso estabelecer um *ranking* (dos mais negativos aos mais positivos), o que o autor denomina como “espaço de avaliação”. Esse espaço dá-se em relação aos funcionamentos e capacidades para realizar esses funcionamentos, o que possibilita entender o bem-estar de forma mais holística, o que não significa que todos os funcionamentos e capacidades sejam igualmente valiosos, mas possuem as mesmas variáveis focais.

Em relação ao ordenamento do *ranking*, pode-se dizer que esta questão é o “calcanhar de Aquiles” da abordagem seniana. Explicando como a CA pode produzir respostas definidas para a avaliação do bem-estar, Sen afirma que não há uma configuração determinada dos pesos dos funcionamentos e das capacidades, para ele, “ter mais de *cada* funcionamento ou capacidade relevante é uma clara melhora, e isto pode ser determinado sem que se espere chegar a um acordo sobre pesos *relativos* a serem atribuídos a diferentes funcionamentos e capacidades”. (SEN, 2008, p. 86 – grifos do autor). Essa afirmativa é justificada por Sen ao enfatizar que bem-estar e desigualdade são conceitos muito amplos e seria um risco reduzi-los a valores únicos e previamente ordenados.

Contudo, mesmo que Amartya Sen tenha se proposto a elaborar um referencial teórico essencial e suficiente para abarcar todas as dimensões do desenvolvimento, e mesmo com a criação de um dos principais índices que permitem comparar países (IDH), o autor não “escapou” das duras críticas sobre seu trabalho especialmente em relação à forma de operacionalizar uma proposta tão importante ao entendimento de Desenvolvimento Humano. Conforme Bagolin (2005), o destaque positivo dado à CA é de ser uma abordagem ampla e que proporciona análises sobre aspectos multidimensionais do desenvolvimento, porém, esta dificilmente tem sido colocada em prática por formuladores de políticas e até mesmo pela academia. Para a autora, uma das principais críticas à Sen está relacionada justamente ao problema da operacionalização de seus aspectos conceituais, dado que a abordagem não explica, por exemplo, a distribuição dos pesos das diferentes dimensões. Nesse sentido, torna-se necessário explicitar as diferentes críticas já feitas à CA a fim de melhor ajustá-la à proposta do *framework*.

3.1.2. Os limites e problemas da Abordagem das Capacitações.

De forma geral, Amartya Sen pretendeu mostrar como desenvolvimento pode ser alcançado à medida que os indivíduos possuem a liberdade e a capacidade de escolha (diante de um leque de oportunidades) para alcançarem os fins que desejam. A quantidade de acesso, segundo Sen, é uma fonte de melhoria das capacitações, mas não é automaticamente uma garantia de desenvolvimento para os indivíduos. (BAGOLIN, 2005). Nesse sentido, o desenvolvimento só pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem dos “meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam, podendo ultrapassar obstáculos pré-existentes que condicionam ou restringem a liberdade de escolha.

A visão seniana apareceu como algo inovador nas análises sobre desenvolvimento, mas juntamente com ela surgiram inúmeras críticas tanto às premissas que foram base à Abordagem das Capacitações, quanto seus conceitos e possibilidades de aplicação empírica. Ao longo da publicação de seus trabalhos, algumas dessas críticas (e talvez bastante consistentes) destacavam o problema da aproximação da CA com a perspectiva do individualismo metodológico, pelo qual os indivíduos possuem quase que plena liberdade e consciência sobre suas decisões. Conforme Bagolin (2005), não há como negar que os indivíduos agem conforme seus interesses, mas também é preciso considerar que estes são, muitas vezes, coagidos por aspectos externos ao ser, como a sociedade, cultura e o próprio Estado e estas “forças externas ao ser” também influenciam na tomada de decisões.

Em texto da Revista *Social and Political Theory*, Philip Pettit (1993) apresenta críticas às análises de Sen quanto à possibilidade de comparar “bem-estar” entre países ou populações sem cair em um relativismo cultural na definição do termo. Ainda, ponderando sobre o livro *The Quality of Life* de Sen e Nussbaum, Pettit faz questionamentos relação ao uso do termo “liberdade”, à ideia de individualismo metodológico e à dificuldade de operacionalização da CA pelo próprio criador. Na esteira de suas indagações, o autor cita o texto de Coehn como uma complementação da perspectiva seniana.

G. A. Cohen em “*¿Igualdad de qué? Sobre El Bienestar, Los bienes y Las capacidades*” (1996) traz uma crítica a Amartya Sen em relação ao uso ambíguo do termo ‘capacitação’ para descrever bem-estar³⁴. Para Cohen, Sen buscava avaliar bem-estar com medidas entre o que seria bens primários e utilidade, denominando essa avaliação de

³⁴ Pode-se dizer que o texto de Cohen foi de extrema importância crítica e conceitual para Amartya Sen. Sequencialmente no livro *Qualidade de Vida*, Sen faz seus comentários às críticas de Cohen e busca explicar melhor a utilização dos termos funcionamentos, capacidades e liberdades. Ainda, com o livro *Desigualdade Reexaminada* é que Sen objetivou responder e dialogar com os críticos da *Capability Approach* a fim de resolver seus grandes dilemas teóricos e operacionais.

capacitação, utilizando-a então para entender o que os bens “dão” às pessoas. Este seria o erro da abordagem seniana, pois não temos noção do que os bens podem trazer aos indivíduos e nem todos estes bens transformam-se em capacitações. Esta é a grande influência do utilitarismo na CA, uma vez que não trata das capacitações básicas em sua estrutura teórica. Assim, Cohen busca responder à Sen com a ideia de *via média*.

La vía media es un término heterogéneo, porque los bienes hacen categóricamente varias cosas por las personas: 1) las dotan con capacidades propiamente dichas que pueden o no usar; 2) por medio del ejercicio que las personas hacen de esas capacidades, los bienes contribuyen al desempeño de actividades valiosas y al logro de estados deseables, y 3) los bienes causan estados deseables adicionales directamente, sin ningún ejercicio de capacidad por parte de su beneficiario (...). La capacidad (propiamente dicha) es, entonces, parte de la vía media, porque ciertamente no puede excluirse del rango de cosas que los bienes confieren a la gente y, no obstante, también es cierto que no es la única en ese rango. (COHEN, 1996, p.39).

Para a CA, o termo capacitações tem sentido de “obter, extrair” e para Cohen, significa também “receber” o que não necessita de nenhuma capacidade para conseguir algo. Logo, ter capacidade significa ser capaz de lograr funcionamentos, conceito seniano que também é criticado pela sua imprecisão. Segundo Cohen, é preciso ir mais além à análise do bem-estar, pois as carências da vida das pessoas (que também interessa a Sen) são as de *via média*, que não são faltantes da capacidade e cuja realização nem sempre ocorre pelo fortalecimento de uma capacidade faltante (pode proceder de políticas públicas, por exemplo, ou outras circunstâncias). Portanto, o que importa como funcionamentos são as possibilidades de exercer uma capacidade e não a capacidade individual. (COHEN, 1996).

Tais apreciações de Cohen trazem uma explicação mais coerente aos conceitos da CA de Amartya Sen ao recomendar o uso da ideia de “igualdade de capacidade para lograr funcionamentos”, pela qual a capacidade seria essa via média³⁵ e os funcionamentos seriam os “estados desejáveis” e não somente as atividades desejáveis. A capacidade e a liberdade são então a chave da abordagem das capacitações, não somente o bem-estar, mas os estados de bem-estar de uma pessoa/grupo. (COHEN, 1996).

Outro autor que critica o uso dos termos capacidade e funcionamentos é Afschin Gandjour (2008) ao afirmar que existe uma mútua dependência entre os conceitos e que estes só podem ser entendidos como “uma via de mão dupla”. Para o autor, alguns funcionamentos

³⁵ Para Sen (1996) respondendo às críticas de Cohen, a ideia de *via média* remeter-se-ia aos funcionamentos e não às capacitações, sendo ainda apenas uma etapa da identificação destas.

não são resultados das capacidades dos indivíduos, mas pré-requisitos para sua realização, como por exemplo, educação, alimentação adequada e saúde mental e física. Assim, os funcionamentos seriam esses diferentes aspectos das condições de vida e as capacidades, associadas às liberdades, seriam as reais oportunidades que as pessoas têm; todavia Sen não considera algumas distorções das coisas, dos pensamentos e das realidades³⁶. (GANDJOUR, 2008, p.346, 347)

O sociólogo e historiador brasileiro José Maurício Domingues tece uma dura avaliação à abordagem seniana, desde a utilização dos conceitos aos problemas de operacionalização, bem como a inclinação liberal das ideias de liberdade e igualdade. Em seu artigo *Amartya Sen, a Liberdade e o Desenvolvimento* (2003), Domingues começa fazendo uma explanação do conceito de desenvolvimento frente às suas diversas vertentes, como a análise das teses cepalinas e a perspectiva neoliberal do crescimento econômico como desenvolvimento, através dos relatórios do FMI. A partir disto, o autor traz o problema conceitual de Sen sobre liberdade, capacidade e funcionamentos e sua expectativa neo-aristotélica, a qual busca não o fim da desigualdade no desenvolvimento, mas somente a redução da pobreza como “privação da capacidade”.

Para Domingues (2003), trata-se da perspectiva geral do liberalismo clássico, principalmente quando Sen descreve as liberdades instrumentais (a liberdade política, a abertura do mercado ao empreendimento, liberdade quanto à servidão no trabalho, oportunidades para o avanço individual mediante o mérito, segurança pessoal) como os “espaços de avaliação” do desenvolvimento. Revisando estes conceitos, descreve:

Seja como for, ele propõe que na "abordagem da capacidade" a avaliação repouse ou em "funcionamentos realizados" ou no "bloco da capacidade de alternativas", elementos que podem ser e têm sido combinados na literatura. Sen recorre a essa construção de modo a retornar à pobreza, que vê como "privação de capacidade", concentrando-se naquelas privações que são intrinsecamente importantes, uma vez que a renda (como a riqueza) é importante de forma meramente instrumental para gerar capacidades, cuja abordagem mais ampla tem, portanto grandes vantagens.” (DOMINGUES, 2003, p.63).

Domingues concorda com Sen em relação à concepção plural do termo capacidades, porém, o crítico brasileiro afirma que o grande problema está justamente na ideia de liberdade, a qual não sendo igual para todos não é uma liberdade moderna, mas sim um

³⁶ Gandjour (2008) traz o exemplo da saúde mental afetada (por depressões ou bipolaridades) para mostrar que alguns estados caracterizados como funcionamentos seriam como “meios” para alcançar bem-estar e não somente os “fins”. Esta é a noção de “via de mão dupla” de capacidades e funcionamentos que o autor coloca.

privilégio (como no período feudal). Logo, não há como analisar as liberdades (nem mesmo as instrumentais), pois elas não são igualmente distribuídas, principalmente no que diz respeito ao poder econômico e político. Apesar das críticas, Domingues reconhece o ganho da perspectiva seniana em relação ao papel da agência e a ideia de liberdade ao tratá-la como dois polos: 1) “realização de bem-estar” (coisas que compõem o bem-estar de uma pessoa) e como “liberdade de bem-estar” (liberdade que goza para realizar essas coisas) e 2) opor a “realização da agência (sucesso de alguém em busca de seus objetivos) e a “liberdade da agência” (liberdade para gerar realizações que valoriza).³⁷

De maneira geral, o sociólogo conclui seu artigo afirmando que Amartya Sen tem sido um autor muito prolixo, utilizando-se de diversos assuntos com revisões e variações o que resultou numa dispersão de ideias e repetições. Em suas concepções, Sen parece destacar uma visão errante ao colocar o desenvolvimento como "ampliação dos padrões de vida" e especialmente como "ampliação da liberdade", portanto, um retrocesso em relação à socialdemocracia, mas uma adequada visão às políticas de “equidade” de programas que visam à redução da pobreza. (DOMINGUES, 2003, p. 69).

Se Sen objetiva elaborar uma abordagem para entender sobre as garantias das possibilidades básicas para uma vida decente e com sentido para cada indivíduo, aos cientistas sociais, é preciso avançar aprofundar a questão para além do ideal seniano se quisermos, segundo Domingues, alcançar um desenvolvimento prometido pela modernidade. Assim sendo, é preciso esclarecer que diante de tais dificuldades de organização conceitual e diante de tantas críticas, este trabalho pretendeu operacionalizar a abordagem das capacitações não somente pelos seus conceitos ou proposições de capacidades, funcionamentos e liberdades, mas utilizar outro referencial, a saber: *The Livelihoods*³⁸. Tal abordagem, de forma mais prática, permite entender e complementar as ideias de Sen e Nussbaum sobre desenvolvimento humano como ampliação da qualidade das condições de vida. Na seção que segue, tem-se a descrição dos aspectos dessa perspectiva e sua relação com a abordagem das capacitações.

³⁷ Para Domingues, o grande ganho da ideia de agência e liberdade está em fazer uma distinção entre a liberdade de *agência* (baseia-se na inexistência de barreiras externas) e a capacidade de agir individualmente pela movimentação coletiva: “A extensão de nosso *impacto causal* no mundo, ou seja, em que medida, em uma tradição com efeito aristotélica, somos capazes de produzir mudança e estabilidade, em que medida podemos "fazer diferença" individual e coletivamente — depende de nossa liberdade.” (DOMINGUES, 2003: 67).

³⁸ O artigo de Pereira, Souza e Schneider (2010) descreve algumas semelhanças e diferenças entre a ideia de meios de vida de Antonio Candido e o termo *livelihoods* apresentado por Chambers e Conway (1992). Apesar das dissonâncias entre meios de vida e *livelihoods*, este trabalho não utilizará tal distinção, considerando *livelihoods* como sinônimo de meios de vida, meios de subsistência, recursos ou ativos.

3.2. OPERACIONALIZANDO AS CAPACITAÇÕES: A PERSPECTIVA DOS MEIOS DE VIDA – LIVELIHOODS

A análise sociológica do desenvolvimento versa sobre as condições de vida das pessoas e como elas fazem para superar os riscos, as incertezas e as vulnerabilidades. Ao longo dos últimos anos, muitos estudiosos do desenvolvimento (especialmente do desenvolvimento rural) passaram a discutir as estratégias de combate à pobreza, buscando esclarecer que mais importante que dar aos pobres alimentos seria dotá-los de recursos que estimulasse suas capacidades, fortalecendo os meios de que dispõem para realizar suas atividades. Para entender a perspectiva dos Meios de Vida como uma proposta à abordagem das capacitações é preciso retomar brevemente a noção de Desenvolvimento principalmente quando os debates trazem à centralidade do tema a questão da agência humana.

Neste ponto, incluem-se as inferências de Amartya Sen sobre as capacitações dos indivíduos (ao terem oportunidades e liberdades) para definirem estratégias de vivência e sobrevivência, a fim de alcançarem melhores condições de vida ou aquilo que desejam. Como já descrito, a proposta de Sen está ancorada em uma ideia de desenvolvimento humano, pela qual os indivíduos, através de suas liberdades instrumentais (meios), capacitam-se para buscar, diante das oportunidades, seu bem-estar; quando estes recursos ou meios estiverem sob ameaça (risco), pode-se dizer que sua liberdade de escolha estará limitada, distinguindo também as estratégias de sobrevivência.

É neste sentido que se pode dizer que a abordagem das capacitações de Sen estabelece um diálogo profícuo com a perspectiva dos meios de vida ou *livelihoods*, uma vez que esta abordagem permite compreender as apreciações teóricas da CA vislumbrando sua aplicabilidade empírica. Assim, as seções que seguem buscam situar a discussão dos *livelihoods* a partir da ideia de diversificação dos meios de vida como expansão das capacidades humanas, o que ocorrerá a partir de uma análise do contexto histórico de surgimento da perspectiva e as diferentes formas de entendimento do conceito. O objetivo principal é demonstrar a conexão existente entre a abordagem das capacitações e a diversificação dos meios de vida com a elaboração de um *analytical framework*.

3.2.1. Os Meios de Vida: Contextualização, definições e usos.

A partir dos anos de 1960 com o advento da modernização, dos anos de 1970 com a intervenção do Estado e de 1980 com a liberalização da economia e do mercado, as análises a cerca do desenvolvimento estavam constantemente voltadas para uma ideia de progresso e evolução (urbana e rural), pois ao longo desses trinta anos as sociedades vivenciaram seus projetos de modernização. Já nos anos de 1990, nota-se uma virada nas teorias sociais, com a emergência de abordagens com enfoque voltado aos atores sociais e à agência humana, principalmente para a questão do “empoderamento social”.

Retratando estas transformações para o desenvolvimento rural, percebe-se que as primeiras discussões a cerca do tema focalizavam a necessidade de uma modernização agrícola, do uso intensivo de tecnologias avançadas e a mecanização do campo, ou seja, o advento da Revolução Verde. (BIGGS; ELLIS, 2000, p.63). Contudo, segundo Biggs e Ellis (2000), as críticas em relação a esse período e seus consequentes “agravos” ao meio rural, colocaram os estudiosos do desenvolvimento em proximidade à perspectiva das “necessidades básicas” e aos debates sobre a “crescimento com redistribuição”, questões estas que tiveram suas origens nos estudos sobre fome e pobreza de diversos autores e, dentre eles, Amartya Sen.

Ao longo dos anos de 1980 e 1990 os grandes temas abordados pelo desenvolvimento rural buscavam analisar tanto esses efeitos da Revolução Verde, como temas sobre governança (ambiental), sustentabilidade, papel do Estado, políticas de incentivo e de crédito, papel da mulher, fome e segurança alimentar. Adentrando os anos 2000, o quadro proposto por Biggs e Ellis (2000) mostra que todos esses assuntos misturaram-se na agenda de pesquisa do desenvolvimento rural, trazendo como prioridade a questão dos meios de vida e erradicação da pobreza, principalmente pela análise da agricultura familiar (ou pequena propriedade – *family farm*).

Porém, o debate em relação à origem da abordagem dos *livelihoods* é anterior aos anos 2000. Ian Scoones (2009) afirma que as primeiras “aparições” do conceito ocorreram ainda na década de 1950, com os trabalhos do Instituto *Rhodes-Livingstone* (atual Zâmbia), envolvendo diversas áreas do conhecimento. Frente a estas inferências, Pereira, Souza e Schneider (2010) discutem se os argumentos e conceitos apresentados na tese do cientista social brasileiro Antônio Candido de Souza³⁹ também tiveram influência na definição de

³⁹ Antonio Candido já trazia explicações sobre o termo em sua tese intitulada “Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira brasileiro e a transformação dos seus meios de vida”, sendo um marco para os estudos da Sociologia Rural. Assim, Candido buscava conhecer “os meios de vida num grupamento de caipiras: quais são,

*livelihoods*⁴⁰. O questionamento dos autores decorre justamente de que Scoones (2009), ao analisar a origem do conceito, acreditar que a proposta dos *livelihoods* teve contribuições de economistas e estudiosos marxistas, da economia agrícola e da geografia, mas não se refere a estudiosos latino-americanos, o que excluiria Souza.

De forma mais específica, os estudos desenvolvidos na Índia sobre o impacto da Revolução Verde, e dos realizados na África (Escola de Wageningen, na Zâmbia – Norman Long e Michel Watts, no norte da Nigéria) são tidos como os exemplos de utilização dos *livelihoods*, pois analisavam a microeconomia da produção doméstica, os padrões agrícolas e produtivos, principalmente sob a influência da perspectiva orientada ao ator de Norman Long. Mais recentemente, as questões ambientais passaram a compor o léxico do conceito de meios de vida na tentativa de conectar as questões de pobreza aos riscos ambientais de longo prazo, o que ficou evidente com a publicação do Relatório de *Brundtland* tornando-se uma preocupação central para a Organização das Nações Unidas, conforme as proposições apresentadas pela Agenda 21.

É justamente pela emergência das discussões ambientais, principalmente com a repercussão da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Eco-92), que a perspectiva dos meios de vida adquire a adjetivação “sustentável”. Os pioneiros na utilização do conceito foram Chambers e Conway (1992) com o trabalho *Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century*, no qual descreveram as capacidades, os ativos (recursos, direitos, acessos) e as atividades para obter esses ativos como os reais *sustainable livelihoods*. (SCOONES, 2009).

Para Chambers e Conway (1992), a abordagem dos *livelihoods* é uma perspectiva que permite pensar em um referencial teórico importante para compreender o processo mais geral de mudança no meio rural, uma vez que estuda pessoas, suas capacidades e seus meios de viver a vida, incluindo alimentação, renda, meio ambiente e outros ativos. Perondi e Schneider (2012, p.128) baseados em Chambers e Conway (1992), afirmam que um meio de vida, para ser sustentável deveria ter três funções: a primeira seria suportar as crises e manter as capacidades e ativos elevados; a segunda, promover um legado de sustentabilidade às

como se obtêm, de que maneira se ligam à vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio” (CANDIDO, 2003, p. 21), retratando então “os meios de subsistência do caipira paulista, seus hábitos, suas relações sociais, seu consumo alimentar, sua cultura, ou seja, suas necessidades de vida.” (PEREIRA; SOUZA; SCHNEIDER, 2010, p.206). Para os autores, a obra de Candido não é citada como uma experiência importante de pesquisa para a genealogia dos *livelihoods*, colocando devido a: a) pesquisa realizada no interior de um país latino-americano, b) a não compreensão do que Candido chamava de meios de vida, c) desconhecimento da obra em cenário internacional.

⁴⁰ Para melhor apreciação do conceito e suas definições léxicas, ver Perondi, 2007, p.52 e 53.

gerações futuras; e a terceira, contribuir para a promoção de outros meios de vida em um curto espaço de tempo.

Nesse sentido, a ideia de sustentabilidade na abordagem dos meios de vida passou a vigorar os estudos promovidos pelo *Institute of Development Studies* – IDS, tanto pela dimensão ambiental, avaliando os impactos externos de um meio de vida sobre outros, quanto pela social, mensurando a resistência interna de um meio de vida em relação a uma influência/pressão externa – ou uma crise. Segundo Scoones (2009), estas discussões ecoaram nas definições de pobreza de forma mais ampla a partir de perspectivas mais holísticas do bem-estar e dos meios de subsistência. Os resultados destes trabalhos foram aceitos no âmbito acadêmico e político, principalmente por serem passíveis de análises quantitativas e aplicação de *surveys*. Assim como os pioneiros na interpretação dos “meios de vida sustentáveis”, Ian Scoones ganhou notoriedade a partir do seu diagrama para análise desses meios, passando a direcionar o Programa de Meios de Vida Sustentável do IDS para formulação de políticas de combate à pobreza; seu trabalho foi apresentado em 1998 *Sustainable Rural Livelihoods: a framework for analysis*, conforme figura que segue:

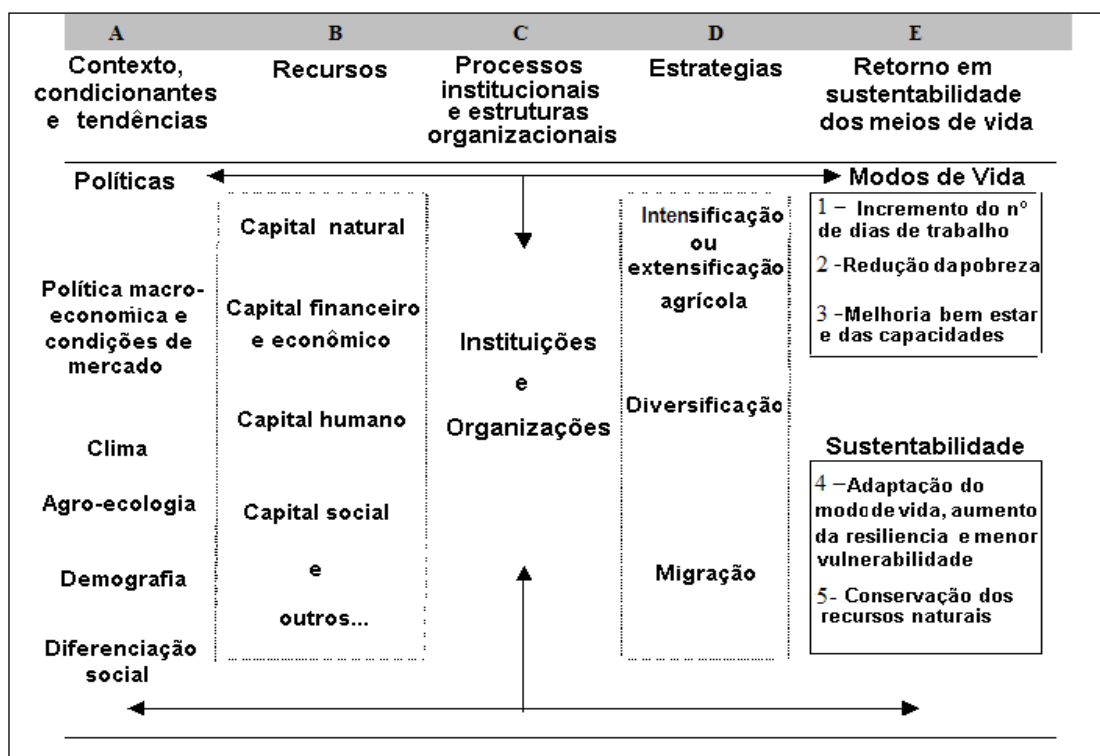


Figura 3: Framework dos Meios de Vida Sustentáveis
 Fonte: Fonte: SCOONES (1998, p. 4, tradução Perondi, 2007).

Observando a figura 3 acima, o autor explica que pela análise das condições de contexto (coluna A) juntamente com os recursos disponíveis (coluna B) e com os processos institucionais e organizacionais (coluna C) seria possível compreender as estratégias de diversificação e migração (coluna D) adotadas pelas famílias, resultando nos meios de vida sustentáveis (E). Estes, conforme Scoones (1998), poderiam resultar em: (1) maior empregabilidade, (2) redução da pobreza; e (3) melhor bem-estar e retorno ambiental: (4) resiliência e (5) segurança dos recursos naturais. Contudo, Scoones (2009) revela a dificuldade de medir a sustentabilidade dos meios de vida, justamente pela indefinição do tema e sua abrangência, mas destaca que a importância desta abordagem é permitir agrupar diferentes perspectivas, proporcionando um diálogo multidisciplinar, conectando pessoas, profissionais e práticas em novos caminhos do conhecimento⁴¹. Com base nestes estudos, passa-se então à compressão da perspectiva trazida por Frank Ellis ao debate dos meios de vida pela ideia da diversificação.

3.2.2. A Contribuição da Diversificação para os *Livelihoods*

A abordagem da diversificação dos meios de vida foi inicialmente utilizada como uma ferramenta analítica para compreender a pobreza rural no mundo, tentando explicar como as pessoas faziam para sobreviver em situações de risco, incerteza, vulnerabilidade social e econômica. (SCOONES (2009); BEBBINGTON (1999); PERONDI, (2007)). A proposta dos meios de vida passou a ser completada com a noção de *diversificação* apresentada por Frank Ellis (2000) ao sintetizar os meios de vida em ativos (capital natural, físico, humano e social), atividades e acesso (pela mediação das instituições e das relações sociais) que associados permitem entender sobre os ganhos de vida dos indivíduos ou unidades domésticas.

Em *Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries*, publicado no ano 2000, Ellis apresenta um diagrama para análise desses meios de vida pelo qual, a partir de uma plataforma de ativos (capitais), tem-se a configuração de um *framework* de atividades de renda que variam de acordo com os contextos sociais, políticos, econômicos, em situações distintas e que podem tornar-se vulneráveis ou podem estimular a transformação. O resultado

⁴¹ Ao analisar a emergência da perspectiva dos meios de vida sustentáveis, Scoones (2009, p. 11 e 12) descreve os principais motivos que levaram esta corrente analítica a entrar em decadência, a saber: a) falta de compromisso com os processos de desenvolvimento econômico da globalização; b) falta de atenção às noções de “Poder e Política” vinculadas aos meios de vida; c) a ideia de “sustentabilidade” referia-se a lidar com choques e tensões ; d) os estudos dos *livelihoods* não conseguiram lidar com debates sobre mudanças a longo prazo.

destas iniciativas ou estagnações são as estratégias adotadas pelos indivíduos ou grupos e que geram ou não melhoria de qualidade de vida e consequente desenvolvimento rural.

Segundo Niederle e Grisa (2008), a proposta de Ellis subdivide-se em estratégias reativas e adaptativas, distinção baseada na condição socioeconômica em relação ao contexto social. Por estratégias reativas tem-se àquelas que surgem em função da necessidade de sobrevivência do indivíduo ou família frente a uma conjuntura de vulnerabilidade, sendo construídas como resposta às situações de crises e choques, como por exemplo, secas, inundações, variações de preços, etc. Já as estratégias adaptativas ou “de escolha e adaptação” manifestam-se em ações voluntárias (pró-atividade) em prol de um processo autônomo de diversificação dos meios de vida em situações de estabilidade.

Pode-se dizer que, conforme Ellis (2000), estas estratégias tornam as pessoas/famílias/grupos mais “resistentes” quando ocorrerem situações de crises, buscando a manutenção da estabilidade da unidade produtiva familiar (*household*). Para Bebbington (1999), a compreensão destas diferentes estratégias, considerando a criação de alternativas agrícolas e não agrícolas supera as discussões sobre a viabilidade produtiva pela eficiência técnica e produtiva e de competição com os mercados agrícolas. Assim, a criação de mecanismos/estratégias de diversificação pode contribuir de forma decisiva na operacionalização de ações para o desenvolvimento rural, a fim de fortalecer os meios de vida.

Tais ações podem ser caracterizadas, por exemplo, pela melhor distribuição de renda (tanto entre as famílias, como entre os membros de cada família – homens e mulheres), pela diversificação das fontes de rendimentos, pelo aumento da produtividade com uso de rendas não agrícolas, pela conservação do meio ambiente frente à necessidade de não superexploração do solo e por maior segurança em relação aos efeitos das oscilações dos mercados, possibilitando a sobrevivência das famílias rurais e a busca por melhor qualidade de vida. (PERONDI, 2007). Por conseguinte, a diversificação dos ativos disponíveis decorre de um conjunto de capitais natural, físico, humano, social, financeiro que permitem a construção de um portfólio de atividades diversas. (ELLIS, 2000). A figura traduzida por Perondi (2007) mostra como Ellis analisava essa diversificação dos meios de vida.

A	B	C	D	E	F
Plataforma de ativos:	Acesso via: Relações sociais (Gênero, classe, idade e etnia)	Em contexto de: Tendências (População, migração, mudanças tecnológicas, preços, políticas macro econôm. tendencias economicas nac./mundial)	Resultando:	Composto de: Baseado em Rec. Naturais coleção de cultivares (alimentos) cultivo (não-alimentos) gado, recursos naturais externos)	Com efeitos na: Segurança do Meio de Vida (nível e estabilidade de renda, sazonalidade, faixa de risco)
Capital Natural Capital Físico Capital Humano Capital Financ. Capital Social	Instituições (Regras e costumes, direito de posse, prática de mercado)		Estratégias de meio de vida		
	Organizações (Associações, ONG,s, adm. local, agências estatais)	Choques (Seca, enchente, pragas, pestes, guerra civil)		Baseado em Rec. Não Natur. mercado rural serviços outros manufatura rural, remessa de \$, outras transfer.	Sustentabilidade Meio de Vida (qualidade do solo e da terra, água, pastagem, floresta e biodiversidade)

Figura 4: Framework de Ellis para análise da Diversificação dos Meios de Vida (adaptado de Scoones, 1998 e Carney, 1998).

Fonte: Ellis, 2000, p. 30 – tradução: Perondi (2007).

Como é possível perceber na figura 4, Frank Ellis parte do uso da plataforma de ativos, que seriam os bens disponíveis (coluna A) que podem ser acessados pelas Instituições, pelas Organizações e pelas relações sociais (coluna B). Tanto os recursos quanto às oportunidades de acesso dependem do contexto social em que os indivíduos ou famílias vivem (coluna C) que permitem (ou não) estabelecer estratégias de diversificação dos meios de vida (coluna D). Estas estratégias podem ser baseadas em (coluna E) recursos naturais (terra, natureza, diferentes cultivos) e/ou em não naturais (mercado rural, setor de serviços, transferências de rendas, etc). Por fim, Ellis explica que estas estratégias podem refletir na segurança e manutenção de um meio de vida (estabilidade) e/ou pode permitir a sustentabilidade dos meios de vida. Nesse sentido, a abordagem parte do [...]

[...] acesso e uso da plataforma de sustento (bens disponíveis aos indivíduos ou unidades famílias) pode ser modificado por um conjunto de fatores, que incluem questões culturais conjunturais e de organização social, mas que também dependem de tendências do meio ou de externalidades negativas não esperadas. A modificação no acesso à plataforma de sustento irá provocar mudanças nas estratégias de sustento, as quais irão incluir, excluir ou diversificar tanto atividades ligadas ao meio rural quanto outros tipos de atividades capazes de gerar renda ou sustento (um salário decorrente de um emprego de um membro da família em uma atividade rural ou urbana, pode ser uma alternativa de sustento por exemplo). As modificações das

estratégias de sustento irão causar impactos tanto em aspectos específicos do indivíduo ou da unidade família (estabilidade de renda, redução do impacto da sazonalidade das atividades produtivas sobre a renda familiar, por exemplo), quanto em questões ambientais (qualidade do solo, água, florestas). (RATHMANN et. al, 2008, p. 333).

Deste modo, os elementos determinantes da diversificação dos meios de vida variam em função das condições climáticas ou socioeconômicas que se apresentam por meio da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito, etc. Já os efeitos do processo de diversificação expressam-se nas atividades e nos rendimentos, no desenvolvimento, podendo resultar em melhoria do meio ambiente, dos bens materiais, das condições financeiras, da segurança alimentar, promovendo a qualidade de vida dos indivíduos ou famílias. (SCHNEIDER, 2010a; PERONDI, 2007).

Destarte, a diversificação consiste num processo de construção de oportunidades, de incremento das capacidades dos agricultores para que possam optar e decidir pelas estratégias de superação das privações. A abordagem remete, portanto, à questão da produção de autonomia, gerando condições para que estes indivíduos/famílias tenham a liberdade de escolher aquilo que desejam e da forma que desejam. Essa condição de autonomia permite (no caso de famílias rurais) decidir sobre o que e como irão produzir o que dependerá de como estejam arranjados os meios de vida que possuem.

A abordagem sobre meios de vida oferece, portanto, um conjunto de lentes importantes para discussão de questões relativas ao desenvolvimento rural a partir de um arcabouço analítico que busca obter uma compreensão realista dos aspectos que moldam os meios de vida das pessoas e da forma como os diferentes fatores que os influenciam podem ser ajustados para que, juntos, produzam os melhores resultados. (VARGAS e OLIVEIRA, 2012,P.178).

Assim, algumas questões conceituais são importantes para pensar no *framework* teórico-metodológico que se pretende neste trabalho. Uma das primeiras explicações decorre da ideia de ativos (*assets*), recursos; conforme Bebbington (1999), os ativos representam os recursos que, como bem material, também permite a promoção de bem-estar, mas devem ser entendidos além da ideia de “meios com os quais se ganha a vida”. Para este autor, Haan e Zoomers (2005), os ativos também são formas de dar sentido ao pensamento das pessoas em relação a construção do seu modo de vida. Referindo-se à Sen, os ativos representam aquilo que as pessoas possuem, que lhes dão a capacidade “de ser e de agir” e não devem ser entendidos apenas como coisas que permitem a sobrevivência, adaptação e superação da

pobreza, mas também são a base de sustentação dos indivíduos/famílias para manter, controlar, usar e transformar os recursos que dispõem. (HAAN e ZOOMERS, 2005, p. 6).

Retomando a explicação do *framework* da diversificação dos meios de vida (figura 4), metodologicamente o foco passa a ser nos “capitais” e sua representação em forma de pentágono, o que já havia sido detalhado por Carney (1999) ao tornar-se referência para os pesquisadores e estudiosos do desenvolvimento do IDS e do *British Department for International Development* (DFID) para a elaboração de políticas antipobreza. Os capitais são compostos pelos recursos dos meios de vida (ou *intitlements* de Amartya Sen) – conjunto definidor dos ativos, sendo então necessário esclarecimento sobre quais recursos compõem cada capital (ELLIS, 2000, p.31).

- a) **Capital Financeiro:** liquidez (lucro) disponível que a família possui para consolidar suas estratégias, podendo vir de funções agrícolas ou não, de financiamentos, de políticas de transferência de renda, etc.
- b) **Capital Físico:** tudo que foi criado pelo processo econômico de produção, como máquinas e benfeitorias, tanto residenciais quanto produtivas – o que remete à infraestrutura (da unidade produtiva familiar).
- c) **Capital Humano:** envolve aspectos como níveis de educação do grupo familiar, condições de saúde e trabalho e habilidades em diferentes ocupações produtivas. Presença de instituições de educação pública e serviços de saúde adequados.
- d) **Capital Natural:** uso da terra, água, recursos de flora, manejos produtivos que permitam criar um ambiente sustentável, principalmente em momentos de crises dos recursos naturais.
- e) **Capital Social:** retrata os vínculos dentro do grupo familiar e com a comunidade, com as instituições próximas, buscando entender as relações de reciprocidade, pertencimento ou exclusão social⁴².

Para Ellis, essa classificação pode ser uma construção artificial, uma vez que nem todos os recursos que as pessoas exploram enquanto meios de vida encaixam-se de forma perfeita nestas categorizações. Contudo, por ser um *framework* que busque explicar como entender a pobreza no meio rural, estes capitais permitem diferenciar tipos de ativos que tendem a ter conexões com o ambiente que se analisa. Ainda, alguns autores consideram a ideia de capital social como algo vago, mas, para Ellis (2000), as relações sociais, de

⁴² Neste trabalho o acesso à informação tornou-se uma variável componente do capital social, uma vez que a informação é essencial aos processos de diversificação e pode ser captada pelas famílias/indivíduos tanto pelos meios de comunicação locais, como por exemplo, as pessoas da comunidade, extensionistas rurais, técnicos agrícolas, universidade, internet, etc.

confiança e interações dentro do grupo doméstico podem ter diferença significativa na construção de estratégias de diversificação. Como exemplo, o autor descreve a importância dos laços de parentesco que podem desempenhar funções de redes de apoio, bem como relações com representantes institucionais como escolas, empresas, etc.

Nesse sentido, o debate sobre a unidade de análise dos meios de vida também é essencial na definição do *framework*. Uma tendência nos anos de 1980 foi estudar as unidades familiares ou *household* pela perspectiva das “novas economias domésticas” focadas em variáveis como trabalho, renda e terra para explicar a microeconomia nessas unidades. Nos anos seguintes, estes estudos apreciaram as “estratégias de sobrevivência”, uma vez que, “o foco no espaço doméstico era considerado útil pelo seu potencial de fazer uma conexão entre a microeconomia (focando o comportamento dos indivíduos numa forma atomizada) e a histórica estrutural (focada na política econômica do desenvolvimento)”. (PERONDI e SCHNEIDER, 2012, p.120).

Ellis (1999, 2000), ao usar o termo família como unidade de análise na abordagem dos meios de vida, busca definir o grupo social que reside em um mesmo lugar, compartilha as mesmas refeições e tomam as decisões sobre os “rumos da família” de forma conjunta, sejam elas decisões sobre a utilização dos recursos, sobre a organização da unidade familiar. Conforme o autor, o *household* torna-se a unidade de análise mais apropriada na abordagem dos meios de vida, pois é na família que ocorrem as intensas relações sociais e econômicas interdependentes. Cabe salientar que o termo *household* difere-se da família (nuclear) em si: não se trata diretamente de laços consanguíneos, mas de relações sociais, podendo os membros do *household* serem de fora da família e que estejam permanentemente na residência ou unidade produtiva.

Apesar das inúmeras críticas às análises dos grupos familiares, Ellis (2000, p.21) afirma que “[...] o termo ‘*household*’ continua a ser usado como principal atalho para descrever a unidade residente social⁴³, podendo ser estendida aos migrantes e outras pessoas que trazem melhorias intermitentes ou regulares para o bem-estar das famílias”. Enfatiza ainda que é a partir da análise da unidade produtiva familiar que se pode compreender relações de confiança, de conflito, de reciprocidade, de etnicidade e comunitárias, assim como as estratégias de diversificação e superação de vulnerabilidades, as quais não podem ser entendidas como casos individuais. Logo, esta é a unidade de análise adotada neste trabalho.

⁴³ Algumas críticas ao uso do termo *household* como unidade de análise está em Niehof, 2004, p. 323.

Outro ponto essencial da perspectiva dos meios de vida proposto por Frank Ellis (1999, 2000) é entender os determinantes da diversificação: sazonalidade, risco, mercado de trabalho, ativos estratégicos (cinco capitais), migrações são valores identificados como motivos voluntários para adaptação dos meios de vida e alguns desses fatores demonstram os benefícios da diversificação para as unidades familiares. As razões involuntárias, segundo o autor, estão associadas a estratégias de enfrentamento e adaptação às vulnerabilidades, como já descrito anteriormente.

Por sazonalidade, Ellis (2000) expõe a relação da produção agrícola e com as crises ou intempéries e estando diretamente associadas aos mercados de trabalho agrícolas: a atividade rural é cíclica, e sofre pressões de clima, preço, mão de obra, etc. Se associarmos ao exemplo da fumicultura pode-se dizer que a sazonalidade aqui se trata da variação do preço do dólar no mercado externo que atinge não somente o valor de venda do tabaco, como também o preço dos insumos e que afeta diretamente os ganhos monetários das famílias produtoras.

Em relação aos riscos, o autor alerta que muitas pesquisas trazem esse determinante como o real motivo para a diversificação: estratégias de risco seriam, por exemplo, depositar todo tempo de trabalho ou recurso financeiro em apenas uma atividade que permite à família assegurar seus meios de vida. Mais uma vez, adotar um portfólio de atividades e relações permitiria estabelecer estratégias de combate às privações. Esclarecendo algumas confusões conceituais⁴⁴, Ellis afirma que gerenciar riscos é uma estratégia deliberada das famílias para antecipar falhas em relação aos seus fluxos monetários o que ocorre pela manutenção de atividades enquanto o enfrentamento é a resposta involuntária a um desastre ou fracasso inesperado dos principais meios de vida. (ELLIS, 2000, p.61). Relacionando às famílias produtoras de tabaco, significa dizer que investir a totalidade do tempo de trabalho, da mão de obra e de recursos apenas na fumicultura torna-se uma estratégia de risco.

Como é possível perceber, a noção de mercado de trabalho é essencial na compreensão nos determinantes da diversificação e esta diretamente associada à sazonalidade e riscos como uma forma de redução das ameaças aos meios de vida. Segundo Ellis (1999, 2000), é preciso ressaltar que não se trata apenas de mercado de trabalho agrícolas, mas trabalhos não agrícolas que também são considerados mecanismos estratégicos para enfrentar crises. Nesse sentido, pode-se retomar o conceito de pluriatividade (FULLER, 1990; SCHNEIDER, 2005),

⁴⁴ Ao tratar de riscos estratégicos e ações de enfrentamento aos riscos, Ellis afirma que muitas pesquisas apontam para a confusão dos termos, trazendo problemas inclusive para pensar em políticas públicas em contextos de fome e pobreza extrema. Assim, o autor propõe utilizar os termos “*ex ante* risk management from *ex post* coping with crises”. (Webb *et al.*, 1992 *apud* Ellis, 2000, p.61).

o qual está relacionado às oportunidades para gerar rendas diferenciadas, que não dependam somente do trabalho agrícola, dentro ou fora da propriedade, mas de trabalhos não agrícolas (podendo ser exercidos no meio urbano), como por exemplo, atividades com artesanato, agroindústrias, etc. Ainda, as oportunidades de trabalho variam com o nível educacional, com as habilidades, com questões de gênero e até mesmo com as regras sociais de uma determinada comunidade.

Por fim, a noção de migração é um importante determinante da diversificação. Com base em vasta literatura, Ellis afirma que a migração é frequentemente associada a uma estratégia negativa de diversificação, uma vez que reflete um provável processo de urbanização e também pode estar relacionada à saída da população mais jovem do meio rural. Logo, a migração está atrelada às oportunidades de trabalho individuais (em função do nível de escolaridade e habilidades) bem como aqueles realizados na unidade familiar, sendo geralmente o reflexo de uma escolha individual de sobrevivência; trata-se da possibilidade de um ou mais membros deixarem a família por um período de tempo ou em função de mercado de trabalho. (ELLIS, 2000, p.70). No caso das famílias produtoras de tabaco, nota-se um movimento de migração por parte da população jovem, tanto com o propósito de buscar outras atividades agrícolas e aumentar o portfólio de atividades da família quanto pelo desejo de não seguir mais no meio rural⁴⁵.

Conforme Perondi e Schneider (2012), o processo de diversificação torna-se um importante caminho para a saída das condições de vulnerabilidade social e pobreza, uma vez que esta diversificação pode ser entendida “como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade assim como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca pró-ativa por alternativas ou novos investimentos.” (PERONDI e SCHNEIDER, 2012, p.132). Como já apontado em outro trabalho (SCHNEIDER, 2010) o desenvolvimento no meio rural está baseado no modo como os agrupamentos humanos conseguem gerir a diversidade das espécies (biodiversidade), dos solos e dos ecossistemas em que vivem. (RAMBO *et al.*, 2011, p.21)

Portanto, é preciso entender a diversidade dos meios e os modos pelos quais os indivíduos lidam com os infortúnios e os condicionantes nos contextos em que vivem. Para Ploeg (2008) a análise da diversificação dos meios de vida implica o fortalecimento da base de recursos disponíveis aos agricultores e a capacidade de luta constante por autonomia e liberdade frente a um contexto de hostilidade, privação e adversidade. Com base nestes

⁴⁵ Estes determinantes da diversificação são elementos-chave para a compreensão da ideia de grau de diversificação das famílias produtoras de tabaco, como será descrito no capítulo metodológico.

conceitos, a abordagem dos meios de vida serve para analisar as estratégias de diversificação como uma característica fundamental para o desenvolvimento no contexto rural, levando em consideração a capacidade dos indivíduos ou famílias para alcançarem aquilo que entendem como bem-estar. É justamente por isso que é aqui utilizada como ferramental teórico para operacionalizar a abordagem das capacitações de Amartya Sen como será apresentado na seção que segue.

3.3. O FRAMEWORK TEÓRICO-METODOLÓGICO E O CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: DEFINIÇÕES PRÁTICAS

A ferramenta metodológica proposta por Ellis torna-se um referencial para operacionalizar a abordagem das capacitações de Amartya Sen em realidades de pobreza e vulnerabilidade individual e coletiva. A correlação com Sen está em afirmar que a ampliação das capacitações (no caso, das famílias produtoras de tabaco) pode ocorrer por meio da diversificação dos ativos. Ellis enfatiza sua preocupação com a capacidade de diversificação dos indivíduos de uma família como forma de conseguir a liberdade de escolha diante de um quadro de possibilidades.

Segundo Schneider (2010a), um leque maior de oportunidades e opções de escolha é fundamental para que tais famílias possam ampliar suas capacitações por meio do processo de diversificação das formas de organização econômica e produtiva, social e ambiental, sendo que quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e maiores as estratégias que poderão ser estabelecidas para combate dos riscos e instabilidades sociais. E é justamente a ampliação desse conjunto capacitório (SEN, 2010) que torna possível aos indivíduos levarem a vida que desejam ou que consigam estabelecer estratégias de combate aos diferentes níveis de vulnerabilidades como clima, doenças, preços, falta de infraestrutura, etc.

Desta forma, pode-se afirmar que o diálogo entre Sen e Ellis está na análise teórica e conceitual do primeiro e na apreciação prática pela abordagem dos *livelihoods* do segundo. Portanto, diversificar significa ter a capacidade/habilidade de transformar, de lidar com situações de incerteza (privação das liberdades), na qual esse esforço para superação e criação de estratégias ocorre a partir dos recursos ou dos meios de vida que os indivíduos ou grupos

têm à sua disposição, associados à capacidade cognitiva em perceber esses recursos como transformadores de uma realidade.

Assim, partindo das análises sobre desenvolvimento de Amartya Sen e do que Frank Ellis traz a cerca do conceito de diversificação dos meios de vida, pretende-se mostrar como estas duas abordagens servem de suporte teórico à construção de indicadores objetivos e subjetivos, multidimensionais, que possibilitam estudos sobre desenvolvimento como melhoria das condições de vida no meio rural. A figura que segue busca estruturar, ilustrativamente, a construção teórico-metodológica, bem como esquematizar os principais conceitos de acordo com os referencias já descritos neste trabalho.

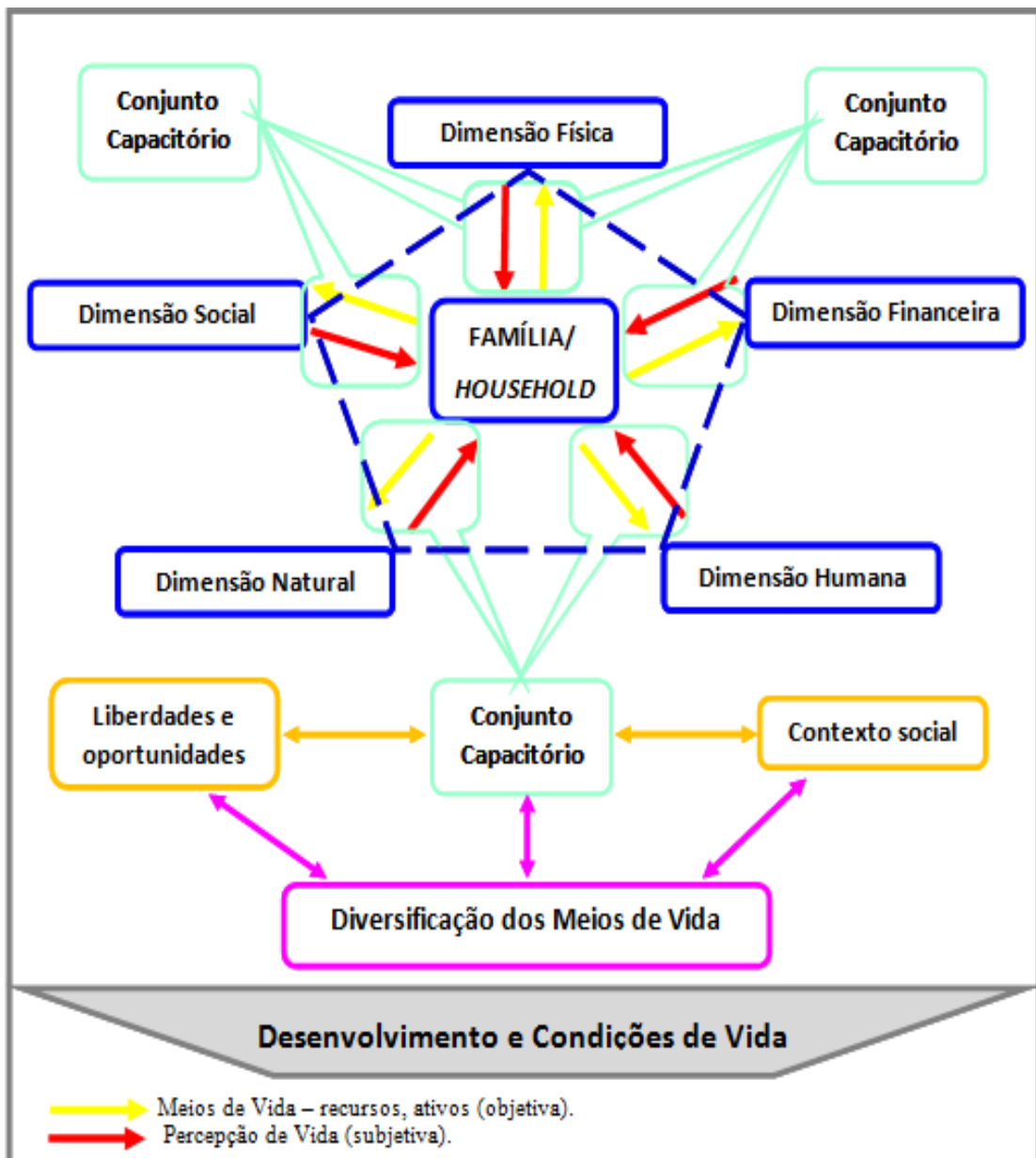


Figura 5: Framework teórico-metodológico
Fonte: elaboração própria

Pela figura 5 é possível entender o *framework* teórico-metodológico que se pretende utilizar para analisar as reais condições de vida e de desenvolvimento das populações, no caso, das famílias produtoras de tabaco do Rio Grande do Sul. Inicialmente partiu-se da ideia que quanto maior o conjunto capacitório, maior a possibilidade de criar estratégias de diversificação dos meios de vida e, conseqüentemente, de superar uma situação de risco ou vulnerabilidade. O pentágono maior acima se refere às cinco dimensões da vida (uma em cada ponta da figura) de forma objetiva e subjetiva, sendo que as setas amarelas caracterizam os meios, recursos, ativos que as famílias possuem e as setas vermelhas representam a percepção das unidades domésticas em relação aos seus próprios ativos.

Retornando à CA de Sen e a abordagem da Diversificação dos Meios de Vida de Ellis, nota-se que para os autores é importante relacionar o que as famílias possuem com sua percepção para dar conta do que menciona Sen (2008, 2010) ao afirmar que o padrão, a qualidade ou as condições de vida não podem ser medidas apenas pela posse de um conjunto de bens, nem somente pela qualidade a eles inerente, mas pelos conjuntos de capacitações. Tais conjuntos abarcam aquilo que as pessoas têm (posses, recursos, acessos) e como elas percebem sua própria realidade.

Nessa perspectiva, observando o *framework* acima apresentado torna-se pertinente esclarecer que não basta ter um conjunto capacitório ampliado, tendo, ao mesmo tempo, outros em condições vulneráveis. Para tanto, a harmonia das cinco “pontas” resultantes dos conjuntos expressa o que Sen (2008) descrevera quanto às diferentes dimensões da vida, uma vez que as condições de vida são resultado dessa harmonia. Exemplificando, significa dizer que não basta ter o conjunto capacitório financeiro e físico expandido se, ao mesmo tempo, tem-se um conjunto natural e humano vulnerável. Portanto, quanto mais harmônica for a dilatação do conjunto dessas capacidades humanas, pode-se afirmar que melhores serão suas condições de vida, ou, menor a vulnerabilidade social, o que justifica a ideia de uma teoria multidimensional.

Por fim, é preciso entender que há um processo duplo entre a expansão dos conjuntos capacitórios e a diversificação dos meios de vida: a expansão das capacidades (ampliação dos conjuntos) permite criar estratégias de diversificação para superar uma condição de incerteza, crise e, simultaneamente, a diversificação em si permite a expansão das capacidades. De forma hipotética, pode-se dizer que famílias que tenham um maior grau de diversificação dos seus meios de vida (ou menor dependência de um *cash crop*) em relação ao contexto que vivem (no caso estudado, no contexto da fumiicultura), apresentam conjuntos capacitórios

(humanos, sociais, físicos, naturais e financeiros) expandidos de forma mais harmônica e, portanto, melhores condições de vida.

Assim, tem-se a possibilidade de identificar grupos por sua maior ou menor posse de ativos e estratégias de transformação/diversificação quando expostos aos riscos advindos principalmente das alterações nos planos sociais, político e econômico, que interferem de forma negativa nas condições de vida individual, familiar e comunitária. Isso significa que para alcançar melhores condições de vida é preciso compreender a capacidade que determinado indivíduo/grupo social apresenta e como este consegue lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, pelo Estado ou pelo mercado.

Destarte, Ellis se aproxima das discussões de Sen (2008), quando este sustenta que o desenvolvimento humano só é alcançado à medida que as famílias passam a ter a liberdade de escolher, ou seja, quando os benefícios do crescimento conseguem ampliar as capacidades humanas – o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Logo, a abordagem da diversificação dos meios de vida representa uma ferramenta para compreensão do grau de vulnerabilidade ou mesmo da exposição a riscos de agricultores ou famílias rurais. Se, conforme Ellis “[...] a diversificação dos meios de vida é o processo pelo qual as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida”. (ELLIS, 1998, p.15 tradução PERONDI, 2007), então essas condições reportam-se às capacidades das famílias em utilizar bens para obter satisfação ou felicidade.

Segundo Niederle e Grisa (2008), diversos estudos sobre o meio rural, globalização e processos produtivos têm demonstrado a revalorização da diversidade a partir de novas oportunidades aos atores locais criarem dinâmicas de desenvolvimento mais autônomas. Segundo os autores, mesmo em regiões bastante integradas à lógica dos mercados globais, como é o caso da fumicultura no RS, é possível perceber uma agricultura heterogênea, que “[...] reflete uma complexa articulação entre as distintas formas familiares que coabitam os espaços rurais, com múltiplas estratégias de reprodução social, econômica e cultural [...]” (NIERDERLE; GRISA, 2008, p. 44).

No que concerne aos agricultores que produzem tabaco no Rio Grande do Sul (estudo empírico), a ideia da diversificação implica refletir sobre as reais condições em que produzem e vivem. Em larga medida, isto se explica pela intensidade do uso dos fatores terra, capital e mão de obra e a inserção dos produtores em um circuito de compra de insumos e venda da produção para empresas que estão à montante e à jusante dos produtores, limitando o círculo

de oportunidades. No Brasil, assim como em outros países, existem trabalhos demonstrando que boa parte dos fumicultores dedica-se a esta atividade por razões de natureza monetária, afirmando que esta cultura é mais rentável se comparada a outros sistemas de produção (*cash crops*), independentemente das consequências sobre suas condições de vida. Retomando as bases teóricas da abordagem das capacitações, tal situação de dependência e de vulnerabilidade seria antagônica ao desenvolvimento.

Ademais, estudos mostram que as condições gerais de produção do tabaco afetam a saúde dos agricultores (doença da folha verde, depressão, problemas neurológicos), o meio ambiente (água é contaminada por uso de agrotóxicos e madeira é utilizada para secagem das folhas), fazendo com que haja uma predisposição dos produtores a mudar ou pelo menos reduzir a dependência em relação à produção do tabaco⁴⁶. Em relação a esse contexto empírico o objetivo é compreender quais “meios” e percepções apresentam-se mais vulneráveis e que restringem/limitam de uma forma ou outra a possibilidade destes produtores de enfrentar as adversidades as quais estão expostos, principalmente quando seu sustento depende não somente do seu trabalho, mas de fatores externos e que limitam suas capacidades de reação às incertezas da vida social e produtiva.

Logo, a proposta é entender em que medida o processo de diversificação dos meios de vida permite às famílias produtoras de tabaco expandirem seus conjuntos de capacitações e alcançarem melhores condições de vida frente a um contexto de vulnerabilidade social? Quais fatores/dimensões comprometem e quais expandem esses conjuntos de capacitações para diversificarem seus meios de vida e conseqüentemente criarem estratégias de superação desse contexto? A assertiva é de que famílias que apresentam maior grau de diversificação dos seus meios de vida (ativos ou recursos), ou seja, que são menos dependentes da cadeia produtiva do tabaco, possuem conseqüentemente melhores condições de vida expressas pelos seus conjuntos de capacitações.

Com base em Florestan Fernandes e com o objetivo de analisar a questão do desenvolvimento como qualidade de vida é que se justifica sociologicamente a escolha da abordagem de Amartya Sen e dos Meios de Vida (*livelihoods*) como caminho teórico para a construção metodológica. Se “estar vulnerável” é muito mais que “estar abaixo da linha da pobreza”, então a Sociologia das Condições de Vida que se pretende construir neste trabalho tem como objetivo entender as capacidades humanas que permitem criar estratégias de diversificação dos meios de vida para alcançarem a vida que desejam, ou o que Sen chamaria

⁴⁶ Melhor explanação sobre as condições de vulnerabilidade encontram-se descritas no capítulo 5 deste trabalho.

de desenvolvimento pela liberdade. Para tanto, passa-se então ao capítulo que busca organizar metodologicamente as discussões teóricas e conceituais descritas anteriormente.

4. O CAMINHO METODOLÓGICO

Retomando as ideias apresentadas no capítulo 2 “*Por uma Sociologia das Condições de Vida*”, mostra-se que as Ciências Sociais (ou as novas teorias sociológicas) necessitam cada vez mais explicitar as suas interconexões teóricas, seus *frameworks* de médio e longo alcance, mas principalmente trazer, aos estudiosos da sociedade, os caminhos metodológicos trilhados para o estudo empírico dessas novas perspectivas. Se estivermos interessados na explicação dos fatos sociais, conforme Durkheim (2007) cabe então ao pesquisador entender estes fatos como coisas sociais que só se realizam através das pessoas, que são produtos da realidade humana. Segundo o autor, a organização da família, do Estado, da sociedade é vista, por exemplo, pelas ideias/percepções que se tem sobre Estado, família e sociedade, uma vez que todo fenômeno sociológico pode assumir formas diferentes, podendo ser gerais ou excepcionais, mas dependerá fundamentalmente de como os indivíduos interpretam estas realidades.

Ora, é preciso lembrar que em um mesmo ambiente empírico, no caso analisado por esta tese, a fomicultura, cada indivíduo ou grupo familiar adapta-se ou transforma o ambiente de maneira própria. Conforme Florestan Fernandes (1972), a explicação desses fatos sociais da vida individual e coletiva exige um método de investigação, o qual muitas vezes pode ser transitório de acordo com as transformações que ocorrem na sociedade em geral; momentaneamente, pode ser o modelo mais explicativo, mas em curto espaço de tempo sucumbir a outros modelos. Para o autor, o tratamento analítico dos fatos estudados amplia o campo de observação, “tornando evidentes inteligíveis os aspectos da realidade social que não são diretamente acessíveis às técnicas primárias de levantamento de dados, e oferece meios precisos para a reprodução unitária das condições de manifestação dos fenômenos, significativa para a explicação científica” (FERNANDES, 1972, p.12).

Deste modo, metodologia utilizada aqui não pretende descrever os fatos sociais observados por dados brutos diretamente acessíveis, mas, segundo Fernandes (1972), lidar com instâncias empíricas que reproduzam esses fenômenos estudados, atrelando-se diretamente ao propósito teórico desta Sociologia das Condições de Vida, baseada nos conceitos de capacitações e meios de vida. A partir da apresentação do *framework* teórico-metodológico no capítulo 3, tem-se então a necessidade de demonstrar como ocorreram as delimitações conceituais para a realização da pesquisa prática e interpretações dos dados

brutos observados, tentando entender a relação entre diversificação dos meios de vida e como expansão das capacidades humanas tendo como base o estudo empírico da fumicultura no Rio Grande do Sul.

Portanto, para alcançar esses objetivos, o presente capítulo apresenta os aspectos metodológicos que subsidiaram empiricamente os procedimentos adotados no trabalho de campo e que possibilitaram a compreensão e interpretação dos dados e informações coletadas. Assim sendo, tem-se a definição da unidade analítica, a apresentação da amostra utilizada para delimitação da pesquisa de campo, e uma caracterização dos municípios escolhidos para realização da análise empírica. Ainda, descrevem-se os fatores que nortearam os estudos empíricos: indicadores das condições de vida, Índice de Meios de Vida e Índice de Percepção de Vida e as ferramentas metodológicas utilizadas. Por último, explicitam-se as variáveis que compõem o cálculo do grau de diversificação, os instrumentos de pesquisa e a forma de apresentação dos resultados.

4.1. UNIDADE DE ANÁLISE: “HOUSEHOLD”

A unidade de análise desta pesquisa sustentou-se teoricamente na perspectiva dos meios de vida, a qual considera a unidade familiar o local para compreensão das diversas relações existentes, tais como de confiança, de conflito, de reciprocidade, de etnicidade e comunitárias. Logo, analisar o complexo familiar permite entender as diversas estratégias de diversificação e superação de vulnerabilidades, adotadas não somente pelo(a) “chefe” da família, mas por todos aqueles que a compõe, mesmo que estas pessoas não tenham relações consanguíneas com o grupo familiar. Assim, a unidade de análise foi denominada como Unidade Produtiva Familiar (UPF) de tabaco.

Nesse sentido, tem-se a possibilidade de definição da amostra pelo número de estabelecimentos produtores de tabaco, e não pelo número de famílias produtoras⁴⁷. Tal escolha decorre das discrepâncias⁴⁸ entre definições para instituições de pesquisa sobre o que

⁴⁷ Cabe ressaltar que a unidade de análise foi o estabelecimento familiar em função da facilidade de identificar o local para a realização da pesquisa. Contudo, ao longo deste trabalho o termo utilizado foi “famílias produtoras”, uma vez que os estabelecimentos por si só não respondem aos questionários.

⁴⁸ Algumas instituições que analisam a cultura do tabaco entendem o conceito de família diferentemente do que fora proposto pela abordagem dos *livelihoods*. Tanto IBGE, quanto AFUBRA e até mesmo os dados da PNAD não possuem a mesma definição a cerca da família produtora e também não creditam a categoria peões/empregados a participação nas decisões do grupo familiar, o que muitas vezes ficou explícito com a pesquisa de campo.

venha a ser a UPF ou a composição do grupo. Para escapar destas limitações, optou-se por definir a amostra a partir dos estabelecimentos, podendo incluir então pessoas que residem e trabalham no *Household*, mas que não descendem geneticamente do grupo familiar. Quanto aos respondentes, todos integrantes do estabelecimento familiar puderam participar da pesquisa, porém, em algumas ocasiões, a própria família delegou um membro para a função de representante da unidade de análise.

4.2. CÁLCULO AMOSTRAL

A escolha das unidades familiares produtoras de tabaco para a base do cálculo amostral foi decorrente da incompatibilidade de dados existentes entre o Censo Agropecuário de 2006 e os da Associação dos Fumicultores Brasileiros (AFUBRA) em relação ao número de famílias produtoras de tabaco. Ainda, a ideia inicial era que pudessem fazer parte da pesquisa estabelecimentos integrados e não integrados a CPT, bem como pessoas que não possuíssem área de terra própria. Essa amostra ficou em 250 estabelecimentos familiares produtores de tabaco e foi calculada com 1,96 unidades de desvio padrão e erro padrão de 6,19%⁴⁹, a partir da população total de 61.931 estabelecimentos produtores de fumo no Rio Grande do Sul, vide fórmula:

$$n = \frac{\text{desv.pad.}^2 \times p \times q \times N}{e^2 (N-1) + \text{desv.pad.}^2 \times p \times q}$$

Para tanto, esta amostra garante que os dados da pesquisa foram analisados a um nível de confiança de 93,81%. Logo, os dados apresentados nesta tese, quando referidos ao total de unidades familiares pesquisadas, serão estatisticamente representativos do universo de 61.931 estabelecimentos produtores de tabaco no Rio Grande do Sul. A distribuição das 250 famílias pesquisadas ocorreu nos municípios da região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra do RS, conforme seção que segue.

⁴⁹ A proposta inicial era ter um erro padrão de 5%. Contudo, as dificuldades logísticas para o trabalho de campo não permitiram ultrapassar 250 questionários, o que resultou num erro de 6,19%.

4.3. A ESCOLHA E CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.

Para a realização do estudo empírico foram pesquisadas 250 famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul, tornando-se necessário estabelecer uma delimitação municipal, uma vez que, realizando a pesquisa em 250 locais de apenas um ou dois municípios ter-se-ia uma amostra local e não referente à realidade maior da fumicultura. Sendo o RS o Estado com maior produção de tabaco do Brasil e que a quantidade de municípios com produção de fumo ultrapassa 300, foi preciso organizar pontos de cortes, dados pela variável Valor Bruto de Produção e pela delimitação logística para execução da pesquisa de campo.

É importante ressaltar que a proposta inicial para a delimitação dos municípios da presente amostra baseou-se na relação entre elevado valor de produção e IDH abaixo da média do IDH do RS⁵⁰, porém o IDH-Municipal de 29 dos 30 municípios apresentou-se abaixo da média do IDH-RS^{51 52}, com exceção do município de Santa Cruz do Sul. Neste sentido, utilizou-se apenas escolha pelo Valor de Produção (fumo em folha em mil reais) como indicador para seleção dos 13 municípios onde ocorreu a pesquisa. Disto estabeleceu-se uma lista com os 30 maiores produtores de tabaco no Estado, conforme tabela 1 apresentada na Introdução (p. 25).

Na seqüência, foi essencial realizar uma segunda delimitação amostral, levando-se em consideração a logística de execução do trabalho de campo, o qual só foi possível de ser realizado na Região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra do Rio Grande do Sul⁵³ com o apoio de instituições como a EMATER/ASCAR e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Candelária e Arroio do Tigre. A figura 6 mostra a localização destes municípios no Rio Grande do Sul e a tabela 2 apresenta o número de questionários aplicados em função do número de estabelecimentos familiares produtores de tabaco em cada município, reafirmando estes critérios para seleção da amostra.

⁵⁰ Ver tabela 1 – introdução.

⁵¹ Para maiores comparativos entre IDH-M e os 30 municípios com maior produção de tabaco no Rio Grande do Sul, ver Anexo II.

⁵² Ver também VARGAS (2013).

⁵³ A não execução da pesquisa em municípios da região sul do Rio Grande do Sul foi decorrente de problemas logísticos e pela dificuldade de acesso às unidades familiares sem o apoio de instituições locais. Nesse sentido, foi preciso reconfigurar a pesquisa de campo, concentrando-a na região do Vale do Rio Pardo e Central.

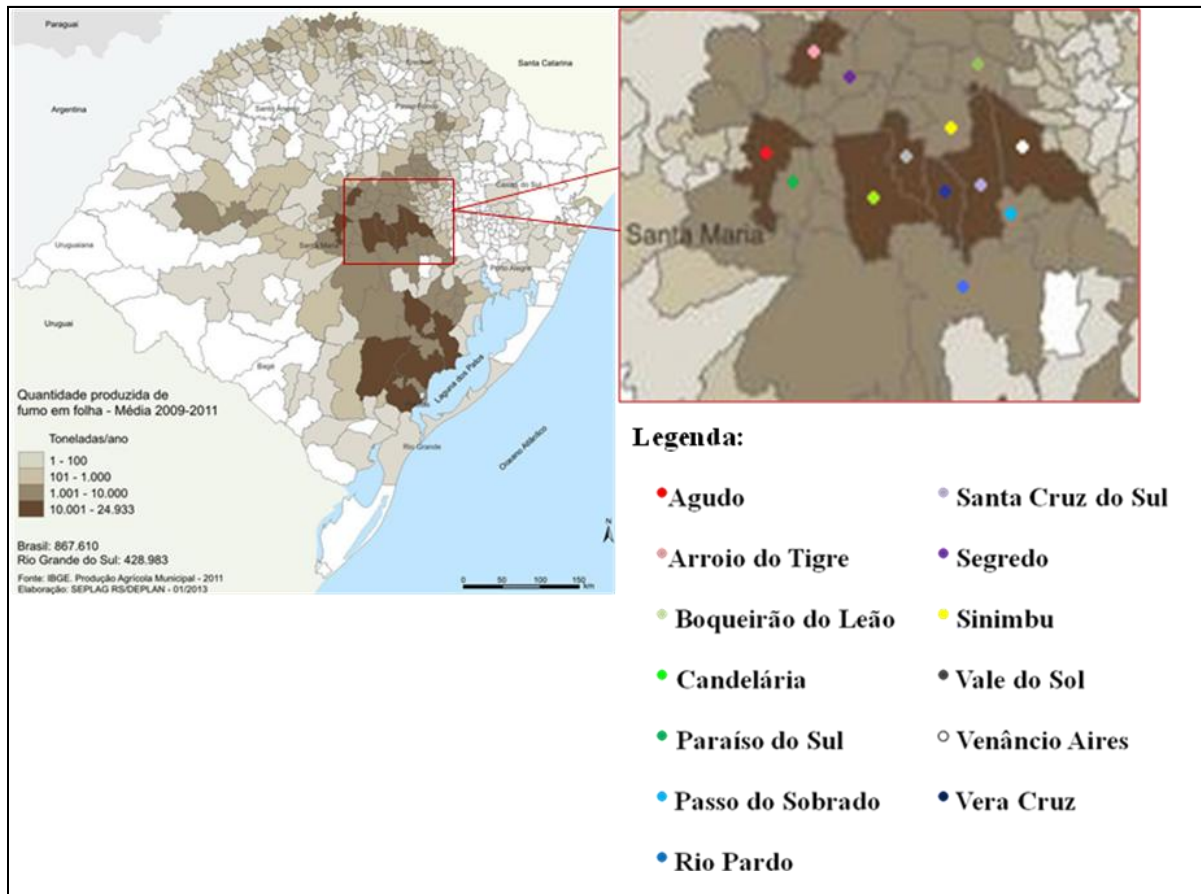


Figura 6: Região Fumicultora do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra – municípios pesquisados.
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Tabela 2: Caracterização municipal – número de estabelecimentos e questionários.

Município	Valor de Produção (Mil Reais) - 2013	Número Estabelecimentos	Número de questionários
Agudo	73.815	1.466	17
Arroio do Tigre	115.323	1.400	21⁵⁴
Boqueirão do Leão	46.310	1.105	14
Candelária	120.801	2.675	34
Paraíso do Sul	42.394	913	12
Passo do Sobrado	34.800	810	08
Rio Pardo	65.881	1.166	15
Santa Cruz do Sul	101.376	1.982	22
Segredo	52.456	910	12
Sinimbu	58.630	1.500	17
Vale do Sol	94.737	1.573	19
Venâncio Aires	179.820	3.407	42
Vera Cruz	84.150	1.427	17
Total	-	20.334	250

Fonte: IPEA. IBGE: Produção Agrícola Municipal 2013 – Tabela 1011 Censo Agropecuário 2006.

⁵⁴ Apesar de um menor número de estabelecimentos, o município de Arroio do Tigre caracteriza-se por ser o maior produtor do fumo do tipo *burley* o que acabou mostrando empiricamente a necessidade da realização de mais questionários, além da disponibilidade dos produtores para responder à pesquisa.

Assim, o presente trabalho foi realizado em 250 estabelecimentos familiares produtores de tabaco no RS, distribuídos proporcionalmente dentro dos municípios escolhidos em relação ao Valor Bruto de Produção de tabaco, localizados na Região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra. A partir destas delimitações amostrais elencaram-se os indicadores que compuseram os instrumentos de pesquisa deste trabalho.

4.4. INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS

Avaliações sobre condições de vida, níveis ou qualidade de vida ainda é um assunto novo na literatura e na própria sociologia como já apresentado no capítulo 2 deste trabalho. Segundo Mattos (2007) estes temas tornaram-se pontos consistentes nas agendas de pesquisas nos últimos vinte anos, período no qual se tem uma considerável evolução e sofisticação nas formas de mensurar as condições de vida das pessoas. Essa sofisticação está alicerçada na ampliação do número de dimensões que são levadas em consideração nesses estudos, sendo que tal multidimensionalidade de indicadores, ganhou força na década de 1990, e é ponto chave deste trabalho que objetiva analisar a questão do desenvolvimento como superação das vulnerabilidades pela melhoria das condições de vida das famílias fumicultoras no RS.

A partir dos trabalhos já exemplificados e principalmente com base dos trabalhos pautados na elaboração de índices (capítulo 2) tem-se aqui a explanação dos aspectos metodológicos para a organização dos indicadores de qualidade de vida que foram utilizados na preparação dos instrumentos de pesquisa. Portanto, o estudo que aqui se pretende como uma Sociologia das Condições de Vida pode dar sequência aos já existentes debates sobre como medir QV, ponderando a cerca dos aspectos multidimensionais das realidades estudadas, sendo elas rurais ou urbanas.

Na presente tese, a seleção de indicadores advém justamente dessa necessidade de ressaltar as mudanças, o desenvolvimento dos indivíduos por aspectos que expliquem as causas do “não desenvolvimento” ou as causas das privações, para além da variável renda como fator único. Nesse sentido, retornaram-se aos já citados estudos pioneiros⁵⁵ que buscaram compreender questões de desenvolvimento e bem-estar por indicadores sociais multidimensionais para então elencar os indicadores objetivos de condições de vida (relacionados com aquilo que Sen denominou como intitamentos e Ellis como ativos) e os

⁵⁵ Ver seção 2.3. – capítulo 2.

indicadores subjetivos, a fim de captar a percepção dos produtores de tabaco em relação às suas condições de vida.

Com base nestes referenciais, se por um lado não é suficiente ter conhecimento dos bens ou ativos que as famílias dispõem, por outro, também não é suficiente apenas entender a percepção destas famílias sobre suas condições de vida, uma vez que a qualidade ou as condições de vida não se medem pela posse de um conjunto de bens, nem pela qualidade a eles inerente, mas pelas capacidades das famílias em utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade (SEN, 2010). Aqui então se justifica a elaboração de dois instrumentos com intuito de considerar tanto os meios quanto os fins do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, foi preciso compreender quais “meios” são mais vulneráveis e restringem/limitam a possibilidade destas famílias fumicultoras enfrentarem as adversidades que estão expostas e quais ampliam/oportunizam a criação de estratégias para buscarem melhores condições de vida ou manterem uma situação entendida como favorável ao bem-estar. Ainda, a segunda assertiva a ser interpretada é que famílias que possuem um maior grau de diversificação dos seus meios de vida em relação à Cadeia Produtiva do Tabaco (CPT) apresentam um conjunto capacitório (meios e percepções) maior e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Em contrapartida, famílias especializadas e dependentes da CPT apresentam esse conjunto capacitório restrito, culminando em condições de vida vulneráveis.

Para tanto, foi construído um quadro de indicadores a fim de elucidar essas noções a partir das concepções teóricas das capacitações e dos meios de vida. O presente quadro organiza estes conceitos em indicadores objetivos e subjetivos, sendo então o subsídio para examinar a questão do desenvolvimento como melhoria das condições de vida, tornando-se assim um referencial metodológico de indicadores para pensar empiricamente o *framework* proposto para uma Sociologia das Condições de Vida.

QUADRO 2: Indicadores objetivos e subjetivos de acordo com *framework* teórico-metodológico

<i>Framework</i> teórico-metodológico	CAPITAIS - IMV	PERCEPÇÕES - IPV
Amartya Sen (liberdades instrumentais) Frank Ellis (capitais).	Indicadores Objetivos (intitamentos/meios/ativos)	Indicadores Subjetivos (fins/percepções)
Dimensão Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades dentro e fora da unidade familiar que geram ganhos. • Formas de comercialização de produtos. • Acesso a políticas de crédito. • Ganhos e despesas relacionados ao <i>cash crop</i> • Produção para autoconsumo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção quanto às fontes de renda oriundas dentro e fora da Unidade produtiva. • Percepção sobre os mercados de venda dos produtos; • Percepção quanto ao grau de endividamento e possibilidades de pagamento de dívidas. • Percepção quanto à renda gerada pelo <i>cash crop</i>. • Percepção quanto à produção para autoconsumo.
Facilidades econômicas, acesso a políticas de crédito, diversificação da produção e da venda, facilidades de troca, geração de renda e riqueza – liquidez (lucro) disponível que a família possui para consolidar suas estratégias		
Dimensão Física	<ul style="list-style-type: none"> • Posse de bens de consumo não duráveis. • Posse de máquinas e equipamentos agrícolas. • Infraestrutura de acesso à Unidade produtiva (estradas). • Aspectos de Segurança produtiva, de vida e dos bens. • Relação entre uso das áreas de terra. • Acessos e infraestrutura para deslocamentos e escoamento de safras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção quanto às condições dos bens de consumo não duráveis. • Percepção quanto à satisfação em relação às máquinas e equipamentos para produção. • Percepção quanto à importância dos seguros (agrícolas e pessoais). • Percepção em relação ao tamanho e uso da área da Unidade produtiva. • Percepção quanto às condições de acesso e meios de locomoção.
Segurança protetora, condições de moradia, aos bens de consumo e produção, aos meios de locomoção e uso da terra - tudo que foi criado pelo processo econômico de produção o que remete à infraestrutura (da Unidade produtiva).		
Dimensão Humana	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de saúde relacionados ao processo produtivo (DFVT) • Condições e cuidados com a saúde da família e os serviços. • Tempo de trabalho nas atividades agrícolas e não agrícolas. • Tempo de lazer, descanso, informação e entretenimento. • Nível de alfabetização e frequência escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção em relação aos problemas de saúde relacionados à produção agrícola (tabaco). • Percepção em relação aos serviços de saúde pública prestados. • Percepção em relação à forma de distribuição do tempo de trabalho. • Percepção quanto ao tempo destinado à lazer, descanso, informação e entretenimento. • Percepção sobre a necessidade ou não de investir em educação na família.
Oportunidades sociais: educação, saúde, emprego, mão de obra disponível, aspectos de saúde individual, saúde ocupacional, nível de educação – habilidades em diferentes ocupações produtivas.		
Dimensão Social	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em atividades sociais, comunitárias e de representação de classe. • Acesso a informações gerais e/ou sobre a agricultura • Acesso às informações institucionalizadas: empresas e/ou agentes de extensão rural • Influência dos aspectos culturais e étnicos na atividade agrícola (história geracional de produtores de tabaco). • Relação familiar com o processo produtivo como atividade social e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção quanto à participação em atividades sociais, festas da comunidade, religião, atividades de classe, etc. • Percepção quanto à importância de acesso às informações em diferentes meios de comunicação. • Percepção quanto às relações de confiança nas instituições que transmitem informações para produção agrícola, como empresa e extensionistas rurais. • Percepção sobre a importância da agricultura familiar (no caso tabaco) como elo cultural e social da família. • Percepção da qualidade de vida com relação à produção agrícola familiar.
Liberdades políticas (direitos civis, liberdade de expressão, voto, direito de escolha informativa, etc.); garantias de transparência (relações de confiança – institucional ou individual) - relações de reciprocidade, pertencimento ou exclusão social.		

Dimensão Natural		
Uso da terra, água, recursos de flora, manejos produtivos que permitam criar um ambiente sustentável, principalmente em momentos de crises dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de nascentes e/ou cursos d'água protegidos por vegetação nativa. • Presença de Mata Nativa, de reflorestamento. • Existência de práticas de conservação do solo. • Uso, origem e consumo de insumos químicos. • Uso, origem e consumo de recursos naturais para produção do <i>cash crop</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção sobre as condições de preservação das nascentes e/ou cursos d'água na Unidade produtiva. • Percepção sobre a diversidade e permanência de mata nativa na Unidade produtiva. • Percepção sobre as condições de conservação do solo. • Percepção em relação à quantidade de agrotóxico utilizado ao longo dos anos. • Percepção da relação entre produção agrícola e legislação ambiental.

Fonte: Elaboração Própria

O quadro 2 permitiu equacionar a perspectiva teórica das capacitações com a abordagem dos *livelihoods* pela conceituação de cada uma das cinco dimensões, bem como pela descrição dos indicadores objetivos e subjetivos a utilizados nesta pesquisa. Acredita-se que o uso destes indicadores multivariados permita entender a relação entre os maiores e menores conjuntos capacitórios como organizadores das estratégias (reativas ou adaptativas) de diversificação e da vida dessas famílias produtoras de tabaco. Nesse sentido, passa-se então a apresentação dos instrumentos de pesquisa, a forma de agregação dos pesos para composição dos índices e a representação gráfica dos resultados.

4.5. INSTRUMENTOS DE PESQUISA, ÍNDICES E BIOGRAMAS.

Tanto a apreensão dos meios quanto das percepções sobre esses meios de vida deu-se com base em indicadores multivariados. Desta forma, foi possível construir os instrumentos de pesquisa com questões de cada dimensão avaliada; o quadro 2 acima estabelece cada variável objetiva e sua correspondente variável subjetiva. Assim, o primeiro instrumento buscou identificar os intitulamentos (SEN, 2008; 2010), fatores (KAGEYAMA, 2008) ou os meios/ativos (ELLIS, 2001), conforme indicadores elencados na coluna central; o segundo foi pautado nos efeitos (KAGEYAMA, 2008; ELLIS, 2000) referentes a cada meio de vida identificado pelo primeiro instrumento e que resultam dos usos que as famílias fazem (ou não) dos ativos que possuem (se os possuírem). De acordo com os indicadores da terceira coluna, têm-se as variáveis sobre a percepção que as famílias possuem desses seus meios para o desenvolvimento. Tecnicamente, cabe mencionar que ambos os instrumentos de pesquisa, foram do tipo fechado e de múltipla escolha.

É importante destacar que uma primeira versão destes instrumentos foi testada em janeiro de 2012, com a realização de 38 questionários no município de Arroio do Tigre/RS pela equipe de professores e alunos da UFRGS, sendo os resultados já publicados em alguns artigos. Deste primeiro teste, decorreram inúmeros debates dentro da equipe e com especialistas brasileiros sobre a temática da fumicultura sendo estes membros de Instituições de Ensino Superior, bem como de outras instituições como DESER, INCA, CONIQ, MDA, FETRAF, etc. A partir de tais discussões, elaborou-se um relatório técnico (não publicado)⁵⁶ que serviu de base para o aperfeiçoamento do estudo proposto por esta tese. Da mesma forma, obteve-se como resultado uma segunda versão dos instrumentos, que foi utilizada por Sartorelli (2014) em pesquisa executada no Paraná. Do trabalho de Sartorelli, mais uma vez, os instrumentos foram revisados e testados, em junho de 2013, novamente no município de Arroio do Tigre/RS, chegando assim a sua versão final⁵⁷.

No que se refere à organização das variáveis, ambos os questionários apresentaram possibilidades de respostas estruturadas em escalas de avaliação, que oscilaram de valores negativos ou baixos (zero) a valores positivos ou altos (um), tanto para os meios quanto para percepções desses ativos. Assim, as questões tiveram duas, quatro ou cinco alternativas o que permitiu alcançar um gradiente do que seria menos a mais positivo para a diversificação dos meios de vida. Os valores atribuídos às variáveis foram baseados em escalas *Likert*⁵⁸. No caso deste trabalho, a avaliação foi de 0 (baixo) a 1 (alto). Para exemplificar, se a questão dividiu-se em duas alternativas somente existiram valores de 0 e 1; se foram de quatro alternativas, estas tiveram respostas variando entre 0, 0,333, 0,666 e 1; sendo questões com cinco alternativas, estas estavam entre 0, 0,25, 0,50, 0,75 e 1.

A partir desta sistematização das respostas nas escalas referenciadas, foi possível então elaborar dois índices que representam numericamente o conjunto capacitório proposto por Amartya Sen para a compreensão do desenvolvimento e das condições de vida. Em relação ao

⁵⁶“*Diretrizes metodológicas para análise da diversificação dos meios de vida dos produtores de tabaco: referências para identificar estratégias alternativas a partir de resultados preliminares baseados em um estudo de caso no Brasil*”. Este estudo foi realizado por um grupo de pesquisadores da UFRGS (PPGS e PGDR) realizando uma pesquisa piloto no município de Arroio do Tigre/RS com 38 famílias produtoras de tabaco. O objetivo desta pesquisa foi testar estas proposições teóricas e metodológicas para então elaborar um documento com recomendações técnicas para elaboração de políticas economicamente viáveis e alternativas sustentáveis de diversificação em áreas de produção de tabaco, conforme diretrizes dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco. Este relatório foi apresentado ao grupo de discussão internacional da CQCT, na Suíça, em fevereiro de 2012. Disponível em : http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/alternativas_+fumi+cultura

⁵⁷ Os instrumentos de pesquisa aplicados neste trabalho encontram-se na íntegra no Anexo I.

⁵⁸ As escalas *Likert* possibilitam avaliações que variam de 1 (valores negativos ou baixos) a 5 (valores positivos ou altos).

índice como recurso metodológico, mesmo este sendo calculado a partir de médias simples, sua operacionalização não perde a característica da multidimensionalidade dos indicadores, os quais podem ser quantitativos ou qualitativos (categóricos). O organograma que segue traz a esquematização dos instrumentos de pesquisa.

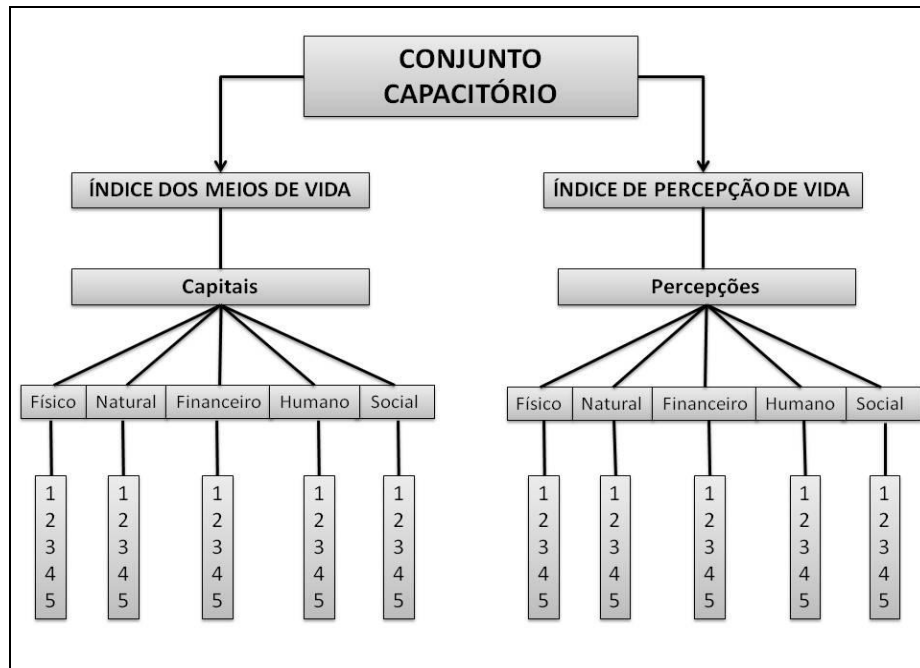


Figura 7: Organização dos Instrumentos de Pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

Logo, cada capital e cada dimensão “abriu-se” em cinco indicadores (objetivos e subjetivos, conforme quadro 2); estes indicadores somaram valores médios entre 0 e 1, resultando nas submédias de cada capital e percepção. Assim, chegou ao Índice dos Meios de Vida – IMV que é a média simples dos capitais, com resultados entre 0 e 1 e ao Índice de Percepção de Vida – IPV que é a média simples das percepções, também com resultados entre 0 e 1. Por fim, o conjunto capacitório igualmente se expressa pela média simples do IMV e do IPV. A sistematização das respostas em índices ocorreu com auxílio de dois programas computacionais: Microsoft Office Excel e o *software* SPSS (*Statistical Package for Social Science*).

Nessa perspectiva, o objetivo destes índices foi demonstrar quais dimensões de vida são afetadas/transformadas a partir da condição de diversificação e quais limitam ou ampliam essas possibilidades de diversificação. Retomando as discussões de Amartya Sen sobre a conceituação de desenvolvimento, pode-se dizer que estas configurações metodológicas permitem entender que não basta equacionar o que as pessoas têm, mas é preciso analisar o

que elas conseguem fazer e pensar sobre esses recursos que possuem a fim de melhorar seu bem-estar.

Quanto à representação dos resultados dos capitais e percepções, esta ocorreu por meio de gráficos do tipo radar ou biogramas permitindo uma melhor visualização dos valores obtidos, bem como dos desequilíbrios existentes. A representação dos Biogramas foi feita para o conjunto de dados pelas análises gerais do IMV e IPV para todas as famílias produtoras de tabaco analisados a partir da amostra pré-estabelecida e, posteriormente, a partir da categorização das unidades familiares produtoras em relação ao grau de diversificação. Para melhor ilustrar este tipo de representação gráfica, tem-se nas figuras 8 e 9 abaixo possíveis desenhos de biogramas dos IMVs e IPVs.

Os gráficos do tipo radar foram compostos por cinco eixos (pentágonos), sendo cada um referente a cada capital e percepção, de acordo com a proposta de Frank Ellis e Amartya Sen. Para os autores é importante que a distribuição dos recursos seja uniforme e harmônica, o que significa pensar que não basta aqui ter bens materiais, infraestrutura, maquinários se o meio ambiente e o conjunto de recursos financeiros não permitem a criação de estratégias de diversificação e, portanto, buscar melhores condições de vida.

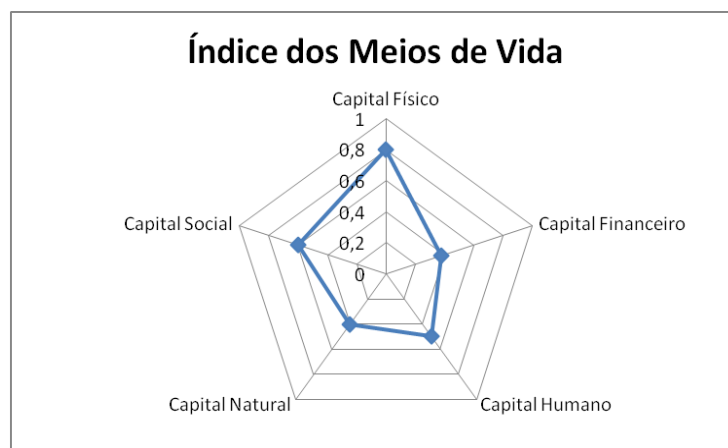


Figura 8: Representação gráfica do IMV
Fonte: elaboração própria

Pelo gráfico acima ilustrado é possível analisar que, por exemplo, os capitais natural e financeiro seriam os mais vulneráveis, com médias em 0,2, o que permitiria inferir que nesta categoria, a vulnerabilidade dos meios de vida estaria relacionada ao aspecto ambiental e ao aspecto financeiro. O capital humano seria aquele com média em 0,5, e os capitais físico e social teriam as melhores médias (aproximadamente 0,8 e 0,6). Assim, poder-se-ia afirmar que existe privação das liberdades nos meios de vida natural e financeiro, mas que os ativos

físicos e sociais seriam aqueles potencializadores de um processo de diversificação. O mesmo raciocínio foi aplicado para o biograma perceptivo, conforme figura que segue.

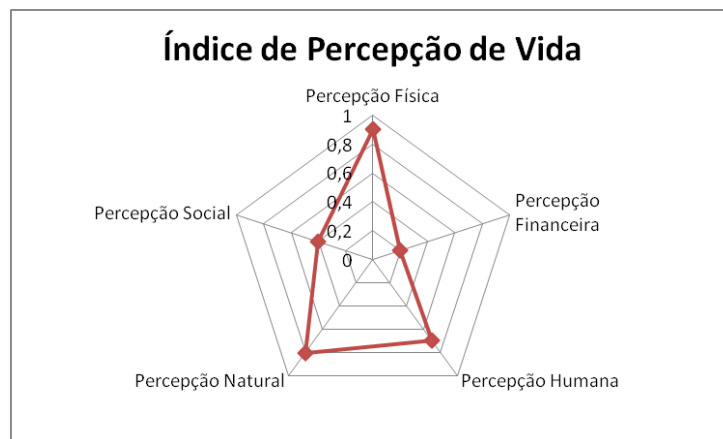


Figura 9: Representação gráfica do IMV
Fonte: elaboração própria

No caso da figura 9, nota-se que a percepção em relação ao aspecto financeiro e social teriam as menores médias em relação à forma como as famílias “avaliam” seus meios de vida. Já as percepções natural, física e humana apresentariam médias acima de 0,6, destacando a desarmonia do biograma. Isto permitiria dizer que as condições de vida representadas nos dois gráficos seriam desiguais para as cinco dimensões, tanto em relação aos recursos quanto às percepções dos meios de vida, afetando, assim, o conjunto de capacitações, como já descrito pelo *framework* teórico-metodológico do capítulo 3. A partir dessa representação geral dos IMVs e dos IPVs, tornou-se então necessário o desmembramento da análise dos dados nas variáveis que compõem cada capital/percepção e em relação ao grau de dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco dessas 250 famílias, permitindo então a construção de tipos ideais de unidades produtivas familiares – *household*.

4.6. GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO (G.D) E OS “TIPOS IDEAIS” DO HOUSEHOLD

Retomando os referenciais teóricos, quanto à diversificação dos meios de vida, Ellis (2000) afirma que esta se refere ao processo pelo qual as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar suas condições de vida. Assim, entende-se diversificação como a criação de um leque de

estratégias que permitam diminuir a dependência e a instabilidade de um processo de produção ocasionada por algumas falhas de percurso, como por exemplo, a perda de uma safra/colheita por problemas de seca ou enchente, ou seja, pela variabilidade e sazonalidade das rendas durante o ano. Nesse sentido, a diversificação dos meios de vida possibilita a construção de estratégias reativas ou adaptativas para que os produtores tenham maior autonomia frente a ambientes de vulnerabilidade, sendo por crises e choques externos. (PERONDI, 2007).⁵⁹

No que concerne aos agricultores que produzem tabaco, esta ideia de diversificação implica refletir sobre as condições em que produzem. No Brasil, assim como em outros países, há estudos e pesquisas mostrando que boa parte dos produtores de tabaco dedica-se a esta atividade por razões de natureza monetária, afirmando a cultura é mais rentável se comparada à outras produções comerciais (*cash crops*). Em larga medida, isto se explica pela intensidade do uso dos fatores terra, capital e mão de obra e a inserção dessas famílias fumicultoras em um circuito de compra de insumos e venda da produção para as empresas que estão à montante e à jusante dos produtores.

Logo, a Diversificação dos meios de vida expressa a dependência da família/grupo em relação a um sistema produtivo. Contudo, esse grau de dependência não se dá somente no fator econômico ou na alocação da mão de obra de trabalho, mas nas cinco dimensões da vida: social, humano, natural, financeiro e físico. Ou seja, na organização das atividades laborais da unidade familiar, no uso dos recursos naturais, nas relações sociais dentro e fora do *household*⁶⁰. Portanto, define-se que quanto mais os ativos, recursos ou intitamentos estão atrelados a essa cadeia produtiva, assim como suas percepções em relação a esses meios de vida, teoricamente, como já descrito no capítulo 3, tem-se uma influência direta sobre a possibilidade de criar estratégias de diversificação ou manter sua condição de resiliência. Assim sendo, quanto mais especializada for uma família (*household*) mais dependente é toda sua organização social daquele *cash crop*, no caso, a Cadeia Produtiva do Tabaco, ou ainda, quanto mais diversificada for a unidade familiar menor será seu grau de dependência desse processo de produção agrícola.

⁵⁹ Para maior apreciação da questão da diversificação a partir da abordagem dos meios de vida, retornar à seção 3.3.2, no capítulo 3.

⁶⁰ O conceito de diversificação dos meios de vida utilizado neste trabalho é diferente das abordagens das Teorias Econômicas.

Deste tanto, cabe ressaltar que a presente divisão do G.D não é algo delimitado aleatoriamente. Desde a publicação de Frank Ellis (2000), outros trabalhos buscaram entender a abordagem do desenvolvimento a partir dos “capitais” apresentando para isso diferentes formas de quantificar diversificação dos meios de vida. Tais estudos estão em Waquil et al., (2007), Perondi (2007), Kageyama (2006, 2008). Mais especificamente, esta quantificação do G.D. foi um aperfeiçoamento dos critérios utilizados por Schneider et. al (2012) em pesquisa realizada no ano de 2012 no município de Arroio do Tigre/RS, conforme descrito anteriormente.

BOX 2: TRABALHOS REALIZADOS E PUBLICADOS SOBRE DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA EM ÁREAS PRODUTORAS DE TABACO (Equipe UFRGS e UFSS)

RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D.; SCHNEIDER, C. R.; SCHNEIDER, S. Analisando a diversificação dos meios de vida de agricultores familiares produtores de tabaco: um estudo de caso no município de Arroio do Tigre/RS.. In: Anais do 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia. Belém, 2013.

RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D.; SCHNEIDER, C. R.; SCHNEIDER, S. Da diversificação dos meios de vida ao bem-estar: bases teórico-metodológicas a partir do estudo de caso com agricultores familiares produtores de tabaco no município de Arroio do Tigre/RS. In: Anais do VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2013.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G. ; SARTORELLI, A. Heterogeneidade dos Meios e das Condições de Vida no Espaço Rural: O Caso da Fumicultura nos Municípios de Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR). In: Anais do 52º Congresso da SOBER. Goiânia, 2014.

FREITAS, T. D. Desenvolvimento Humano e Bem-Estar no meio rural como superação da vulnerabilidade: o caso de Arroio do Tigre/RS. In: Memórias IX Congresso Sociedades Rurales Latinoamericanas, diversidades, contrastes y alternativas. ALASRU. Cidade do México 2014.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G.; SCHNEIDER, S. Desenvolvimento Humano e Bem-Estar no meio rural como superação da vulnerabilidade: o caso de Arroio do Tigre/RS. Colóquio (Taquara), v. 11, p. 9-30, 2014.

Nesse sentido, enquanto estes estudos propunham dois indicadores para definir G.D (renda e tempo de trabalho), para esta tese foram selecionadas nove indicadores, divididos nos cinco capitais, a partir das questões do instrumento de pesquisa dos meios de vida (instrumento 1), com intuito de compreender melhor esse grau de dependência das famílias em à CPT para além do aspecto renda. Voltando à proposta teórico-metodológica, para pensar diversificação é preciso entender quais fatores condicionam os indivíduos, no caso as famílias produtoras de tabaco, a terem ou manterem ou transformarem essa relação de dependência além do aspecto produtivo. Assim, as perguntas utilizadas para medir o grau de diversificação foram dadas nos cinco capitais, conforme quadro que segue.

QUADRO 3: Banco de questões utilizados para medir Grau de Diversificação.

1. FÍSICO (valores totais entre 0 – 1)				
1.1. A área produtiva representa quanto do total da <i>unidade familiar</i> ?				
0. Nada	1. Um pouco (Até 25% ou =)	2. Quase metade (Até 50%)	3. Mais da metade (Até 75%)	4. A maior parte (Mais de 75%)
2. NATURAL (valores totais entre 0 – 1)				
2.1 Quanto aos insumos químicos como são adquiridos?				
0. Somente com a empresa	1. Somente em lojas locais	2. Empresa e lojas locais	3. Não usa	
2.2. Como a maior parte lenha é adquirida?				
0. Comprada pela empresa	1. Comprada de terceiros	2. Parte própria parte comprada	3. Própria	4. Não utiliza
3. FINANCEIRO (valores totais entre 0 – 1)				
3.1. Quanto dos ganhos anuais provém do plantio do tabaco? (Valor líquido _____)				
0. Mais de 75%	1. Até 75%	2. Até 50%	3. Até 25%	4. Nada
3.2. Quanto dos ganhos totais da família destina-se ao pagamento do custeio da produção do fumo?				
0. Mais de 75%	1. Até 75%	2. Até 50%	3. Até 25%	4. Nada
(*Lembrar que quanto menor forem os gastos com pagamento de financiamentos, custos de produção, maior a “liberdade” em utilizar a renda e consequentemente menor vulnerabilidade financeira).				
4. HUMANO (valores totais entre 0 – 1)				
4.1. Quanto do tempo de trabalho em média é dedicado somente à produção de tabaco durante o ano?				
0. Mais de 75%	1. Até 75%	2. Até 50%	3. Até 25%	4. Nada
4.2. Tirando o fumo, quanto do tempo de trabalho em média é dedicado a atividades agrícolas ou não agrícolas dentro ou fora da <i>unidade familiar</i> durante o ano?				
0. Nada	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
5. SOCIAL (valores totais entre 0 – 1)				
5. Se não pudesse mais plantar fumo...				
5.1	Permaneceria na <i>unidade familiar</i>	0.Não	1.Sim	
5.2	Gostaria que seus filhos(as) permanecessem na <i>unidade familiar</i>	0.Não	1.Sim	

Fonte: Questionário aplicado no trabalho de campo.

Com base no quadro 3, as perguntas selecionadas referiram-se ao uso da área de terra (capital físico), uso de insumos químicos e naturais como lenha, adubos, agrotóxicos, etc (capital natural), representação financeira do tabaco no orçamento familiar considerando os custos da produção buscando auferir a proporção da renda líquida (capital financeiro), a relação de tempo de trabalho destinado à fumicultura em comparação às outras atividades da Unidade produtiva (capital humano) e por fim o aspecto social, de compreender-se enquanto agricultura familiar, mas não somente como unidade produtora de tabaco (capital social).

A partir das respostas das famílias chegou-se a um valor por questão que variou entre 0 e 1; de posse destes valores, estabeleceu-se o valor médio de cada capital, também variando entre 0 e 1 (submédias). Da mesma forma que ocorreu na composição dos valores dos índices (IMV e IPV), cada pergunta tem os valores em suas alternativas que poderiam ser 0, 0,25, 0,50, 0,75 e 1 (em questões com cinco alternativas) e 0, 0,33, 0,66 e 1 (em questões com

quatro alternativas). Por fim, para chegar ao grau de diversificação (G.D), somaram-se estas submédias dos capitais dividindo-as por 5, segundo equação destacada abaixo.

$$G.D = \frac{\text{Físico(média)} + \text{Natural(média)} + \text{Financeiro(média)} + \text{Humano(média)} + \text{Social(média)}}{5}$$

De tal modo, o G.D é uma medida escalar que varia entre 0 e 1 e que possibilitou classificar as famílias de especializadas (para aquelas com valores próximos a 0) até diversificadas (aquelas com valores mais próximos a 1) compondo um gradiente de diversificação. Para melhor entender desta classificação descrevem-se dois exemplos:

- **Família A:** valores médios 0,75 (físico), 0,66 (natural), 0,5 (financeiro), 0,9 (humano), 0,8 (social); então o valor do G.D = $3,61/5 = \underline{0,722}$.

- **Família B:** valores médios: 0,25 (físico), 0,2 (natural), 0,33 (financeiro), 0,25 (humano), 0,5 (social); então o valor do G.D = $1,53/5 = \underline{0,306}$.

Contudo, para classificar tais famílias, foi preciso estabelecer cortes dentro deste gradiente delimitando onde, numericamente, encaixava-se cada categoria de família produtora, o que também ocorreu com base nos trabalhos anteriormente mencionados. Assim, tem-se a divisão utilizada neste estudo:

1. Índice entre 1,0 - 0,67: famílias diversificadas
2. Índice entre 0,669 - 0,50: famílias quase diversificadas
3. Índice entre 0,499 - 0,34: famílias pouco diversificadas
4. Índice entre 0,339 - 0: famílias especializadas



Logo, a presente categorização permitiu pensar em *tipos ideais das famílias produtoras de tabaco*, sendo que as diversificadas seriam aquelas que apresentam seu grau de diversificação entre 0,67 e 1, em contrapartida, as especializadas seriam àquelas que apresentam seu G.R entre 0 e 0,339. Tal categorização por grau de diversificação consentiu então analisar quais meios e percepções encontravam-se mais vulneráveis nas condições de

vida destas famílias e quais possibilitavam, por exemplo, superar tal condição de privação. Ainda, ressalta-se que a categoria intermediária foi dividida em duas, uma vez que a partir da pesquisa empírica observou-se grande diferença entre essas famílias que obtiveram médias entre 0,333 e 0,67, o que tornaria as análises dessa categoria distorcidas em relação à realidade, o que justifica essa subdivisão em quase e pouco diversificadas.

Portanto, na presente proposta, diversificar significa ter menor dependência de fatores externos, menor dependência de recursos controlados por atores externos e utilizar ao máximo as atividades dentro e fora da unidade produtiva, agrícolas ou não agrícolas, procurando, ao fim, a melhoria dos meios de vida e conseqüentemente das condições de vida. A diversificação torna-se um fator-chave no desenvolvimento, pois dá aos atores sociais a possibilidade de ter maior autonomia e construir trajetórias de vida consideradas significativas. Nesse sentido, a partir de tal tipificação buscou-se ponderar sobre os meios e as percepções de vida a fim de entender e mensurar seus *conjuntos capacitórios* e a relação com a *diversificação dos meios de vida*.

4.7. O CONJUNTO CAPACITÓRIO: A REPRESENTAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA

As definições apresentadas neste capítulo decorreram da estruturação do *framework* ilustrado na figura 5, capítulo 3. Metodologicamente, o conjunto capacitório expressa então a relação entre meios e percepção de vida, ou seja, a média entre o valor submédio apresentando no IMV e no IPV (variou entre 0 e 1). Retomando o organograma da figura 7 cada capital (meios de vida) é um conjunto que, tendo médias próximas a zero limita as liberdades e oportunidades de escolher realizar certos funcionamentos e próximas a um, um conjunto que amplia esse “leque de oportunidades”, as visões de mundo e as possibilidades de melhoria das condições dessas famílias. O mesmo raciocínio aplicou-se às análises simultâneas do IPV. Destarte, a partir das conceituações descritas no capítulo 2 e dos indicadores elencados neste capítulo tem-se a figura ilustrativa da organização dos meios e das percepções na constituição dos Conjuntos Capacitórios.

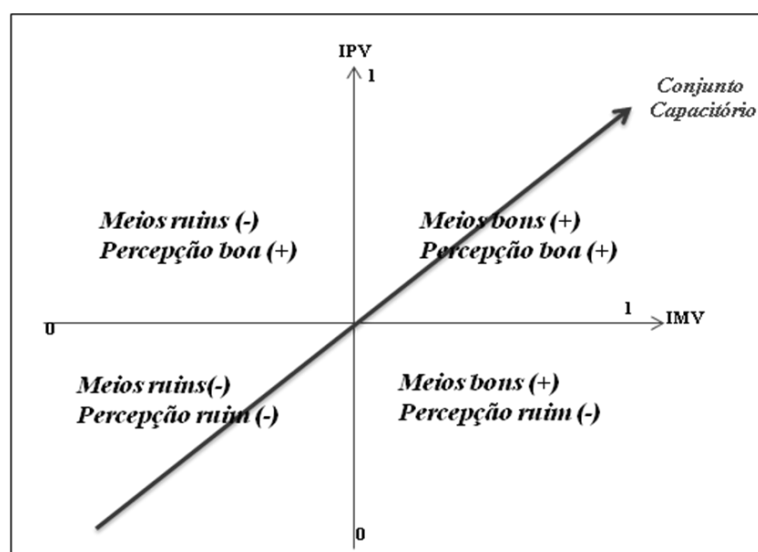


Figura 10: Gráfico ilustrativo das possibilidades de combinação dos Conjuntos Capacitórios.
Fonte: Schneider et. al (2012) – Relatório Técnico

Pela figura 10 é possível entender que, por um lado, quanto maior o valor médio dos meios e das percepções de vida, maior será o conjunto capacitório e, portanto, melhores serão as condições de vida, uma vez que esse conjunto representa a ampliação das capacidades, das oportunidades e das liberdades humanas para escolher ou não realizar certos funcionamentos. Por outro, pode-se ter meios e percepções baixos (ou próximos a zero), o que caracterizaria famílias com limitações ou em situação de vulnerabilidade, o que seria um obstáculo ao desenvolvimento. Ainda, pelas médias dos IMVs e IPV, pode-se encontrar famílias com seus ativos alcançando médias mais próximas a 1, mas com percepção negativa em relação a esses meios e vice-versa.

Assim sendo, cada um destes grupos de produtores (diversificados, quase diversificados, pouco diversificados e especializados) apresentou dois gráficos do tipo biogramas: um relativo aos meios de vida (IMV) e outro às percepções de vida (IPV), os quais permitiram tecer comparativos entre os meios e as percepções de cada categoria de famílias produtoras, conforme categorização que segue.

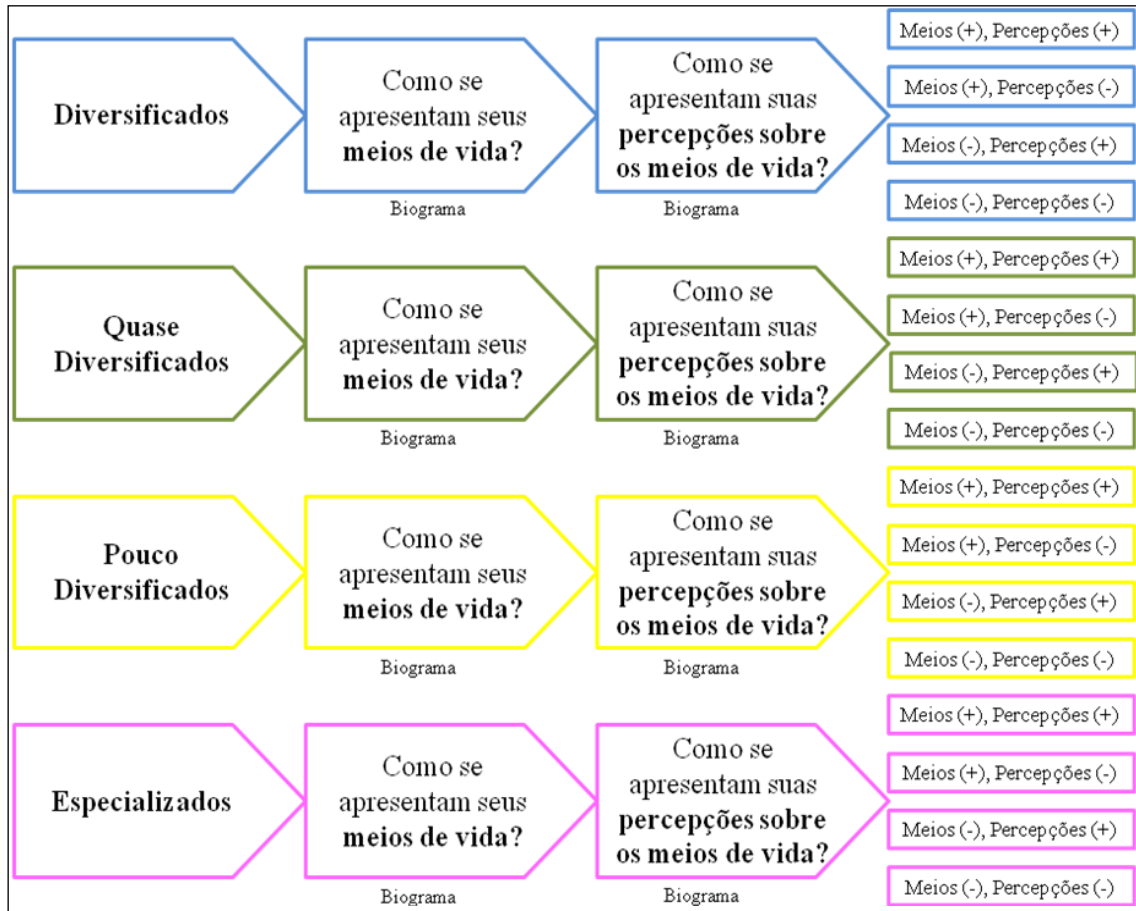


Figura 11: Possibilidades de combinações: grau de diversificação, meios de vida, percepções de vida.
 Fonte: Elaboração própria com base em Schneider et. al, (2012).

Destas tipologias em relação ao grau de diversificação foi possível estabelecer hipoteticamente que famílias produtoras de tabaco que se caracterizam como diversificadas (menos dependentes da CPT) apresentam um conjunto capacitório maior em relação às outras categorias, seguindo-se das famílias quase diversificadas, pouco diversificadas e especializadas. Assim, a metodologia utilizada procurou captar a multidimensionalidade dos processos de desenvolvimento, sintetizando-os em indicadores objetivos e subjetivos, no caso, os capitais e as percepções, respectivamente.

Esta análise por índices permitiu operacionalizar tais indicadores agregados a fim de traçar uma síntese das múltiplas dimensões da realidade de vida dos fumicultores do RS. Segundo Mattos (2007, p. 14), os índices e suas aplicações permitem “o acompanhamento das mudanças percebidas pelas famílias rurais”. Nesse sentido, pretendeu-se aqui um trabalho que desvinculasse o meio rural de aspectos como produtividade, terra e mão de obra, dando um reconhecimento diferenciado à essa multidimensionalidade dos processos diversificação dos meios de vida que possibilitam às famílias fumicultoras alcançar melhores condições de vida.

4.8. ESTRATÉGIAS ANALÍTICAS

Para responder às questões sobre a relação entre o conjunto capacitório e as condições de vida de forma geral e em relação ao Grau de Diversificação, traçaram-se os seguintes objetivos específicos que foram divididos nos capítulos 5, 6 e 7 que seguem.

- 1) Caracterizar a Cadeia Produtiva do Tabaco como um processo que assevera as condições de vida das famílias produtoras em relação aos aspectos como saúde, trabalho, rendimentos, mostrando a vulnerabilidade e dependência dessa Cadeia para além do aspecto produtivo.
- 2) Descrever as 250 famílias de forma geral e por categoria de diversificação em relação aos aspectos sociais como grau de escolaridade e ocupações por faixa etária e sexo, bem como aspectos econômicos e produtivos relacionados à Unidade Familiar Produtiva rural a fim de entender a unidade de análise: *household*.
- 3) Para o conjunto das 250 famílias pesquisadas, ponderar sobre quais dimensões (meios e percepções) são mais vulneráveis relacionando com o contexto da fumicultura e quais podem ser apontadas como ampliadoras dos conjuntos capacitórios, ou seja, que possibilitariam a criação de estratégias de diversificação para melhorar suas próprias condições de vida.
- 4) Em relação às tipologias do Grau de Diversificação, mensurar os fatores que determinam a possibilidade (ou não) de estabelecer estratégias de diversificação, os quais estão inseridos nos cinco capitais e percepções (natural, humano, social, financeiro, físico) – IMV e IPV. Estas interpretações deram-se com base no comparativo entre as médias dos conjuntos capacitórios considerando as diferenças significadas entre os IMVs e IPVs, a partir dos seus indicadores objetivos e subjetivos. destacando em cada categoria aqueles que aumentam ou limitam o conjunto de capacitações para.

Logo, para compreender os dados levantados pela pesquisa de campo com as 250 famílias, em termos operacionais e metodológicos, foi preciso organizar a presente estratégia analítica, que se constituiu da seguinte forma:

- A) Com a finalização da pesquisa de campo, as informações foram organizadas e tabuladas em um banco de dados do programa *Microsoft Office Excel*, possibilitando o cálculo inicial de todas as médias (questões que compuseram cada capital e cada percepção), desvios-

padrão, mínimos, máximos. Assim, observou-se a necessidade de tratamento de algumas variáveis, resultando em um reordenamento da base de dados permitindo então as análises descritivas e elaboração dos biogramas.

- B) Análises descritivas: deram-se por distribuições de frequência (ou proporções), uma vez que o presente estudo ocorreu com uma amostra representativa da população de estabelecimentos produtores de tabaco no RS. Foram analisadas as respostas das famílias de forma geral e em relação ao Grau de Diversificação, para entender o levantamento descritivo e a existência de conexões entre as respostas das famílias e sua condição Diversificada, Quase Diversificada, Pouco Diversificada e Especializada. Importante ressaltar que não se inferiu causalidade direta em nenhuma das análises, mas todas passaram por teste estatístico de significância (*qui-quadrado*).
- C) Análise de Variância: testou-se a existência de diferença significativa ($p \geq 0,05$) entre as médias das respostas e do modelo proposto. As análises de variância ou ANOVAs utilizaram como variável dependente o Grau de Diversificação e como independentes as médias dos Conjuntos Capacitório, do IMV e IPV, dos Capitais e Percepções e dos indicadores objetivos e subjetivos. Deste modo, só foram analisadas e interpretadas as respostas das famílias quando a ANOVA obteve resultado significativo estatisticamente⁶¹, o que pode ser confirmado por um *post hoc tests (Turkey)* ao nível de 0,05. Para tais testes utilizou-se a ferramenta SPSS.

BOX 3: LEGENDA

Ainda, a fim de estabelecer tais análises foi preciso criar uma legenda em relação aos índices e dimensões que serviu de referência aos entendimentos dos capítulos 5, 6 e 7 desta tese.

- | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 1. Capital | 2. Percepção | Conjunto Capacitório |
| 1. Físico | 2. Natural | 3. Financeiro |
| | | 4. Humano |
| | | 5. Social |
| Diversificadas | Quase Diversificadas | |
| Pouco Diversificadas | Especializadas | |

⁶¹ Os testes estatísticos encontram-se no Anexo II.

5. A FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL: O ESPAÇO EMPÍRICO

No ano de 1997, tem-se registro da maior produção mundial de fumo, aproximadamente 9 milhões de toneladas sendo a China líder desta realidade, responsável por 47% do tabaco produzido (4,2 milhões de toneladas). De 1997 até os dias atuais, enquanto alguns países reduziram sua oferta de tabaco, o Brasil segue aumentando sua produção, tornando-se o maior exportador mundial de fumo em folha. Algumas vantagens comparativas em relação aos demais países, como as condições climáticas à exploração da fumicultura, o nível tecnológico utilizado pelos produtores e os custos de produção mais baixos, principalmente em relação aos Estados Unidos, onde a mão de obra é escassa e muito valorizada, o Brasil coloca-se em vantagem no mercado internacional (GROXKO, 2011).

O país é atualmente o maior exportador de fumo em folha do mundo, produzindo 850.673 toneladas ano de 2013 (IBGE), o que resulta em um valor monetário da produção em torno de R\$5.631.445,00. Na safra 2014, a Associação dos Fumicultores Brasileiros (AFUBRA) apresenta uma produção de 751.030 toneladas, com 342.875 hectares plantados no país, com aproximadamente 182 mil famílias fumicultoras. Dentre os Estados da Federação, os da Região Sul destacam-se entre os maiores produtores, na sequência: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina⁶². Na safra 2013/2014, AFUBRA e IBGE destacaram que a região sul respondeu por 327.700 hectares plantados, totalizando 97,4% do total produzido no país, seguida da região nordeste, com participação de 2,5%. Ainda segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco de 2014, existem 162.410 mil famílias produtoras de tabaco, ocupando uma área de 323.700 hectares, o que resultou 731.390 toneladas de fumo nos três estados do sul do Brasil. O mapa da figura 11 mostra como a produção está distribuída pelo território nacional.

⁶² Para melhor caracterização da Cadeia Produtiva do Tabaco nos três Estados do sul do Brasil ver Belinazzo (2009).

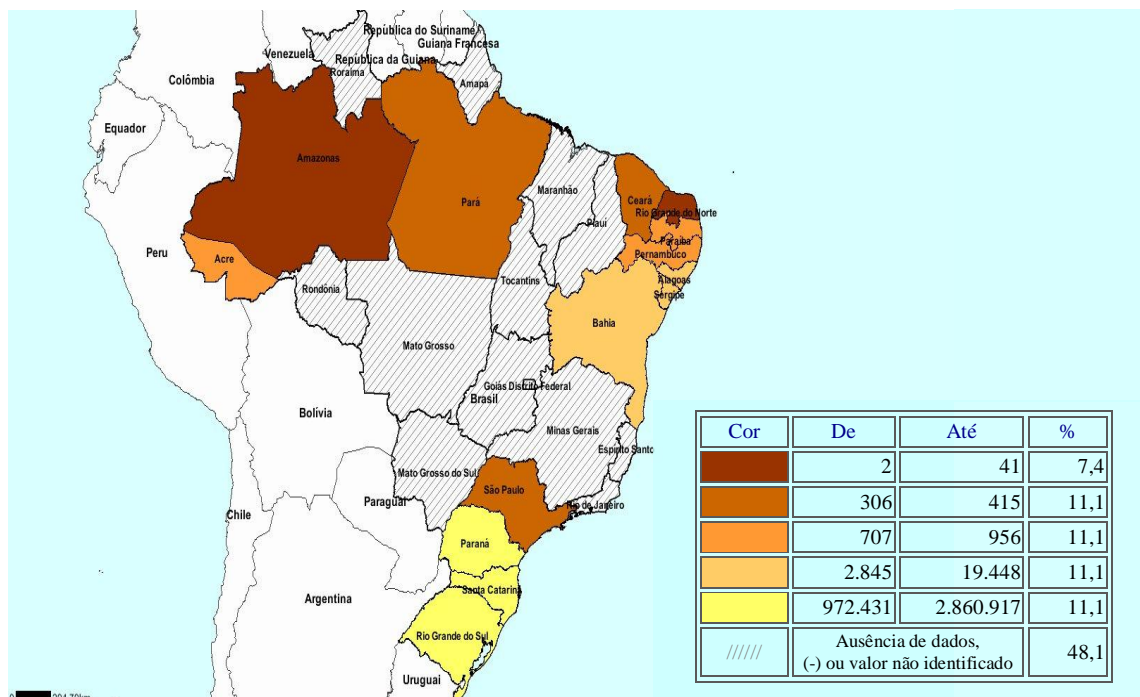


Figura 12: Valor de Produção de Fumo (em folha em mil reais) – Unidades da Federação.
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2013.

Devido o alto valor de produção (como mostra o mapa da figura 12), a região sul tem sido foco de trabalhos acadêmicos e não acadêmicos no que se refere à Cadeia Produtiva do Tabaco (CPT) e suas consequências sociais e econômicas. Contudo, conforme Schneider, Libardoni e Pandolfo (2013), grande parte destes trabalhos assentam-se nos aspectos de produtividade, economia, setor industrial e saúde, ficando os estudos sobre meio ambiente, capital humano e social, aspectos culturais, dentre outros, à margem das pesquisas que buscam entender esse sistema agrícola no sul do país. Assim, este trabalho tem como campo empírico a fumicultura no Rio Grande do Sul, Estado com o maior cultivo de fumo do Brasil, que apresenta elevados valores de produção nas suas regiões e por municípios, resultando em grande dependência de uma cadeia produtiva com expressão internacional.

Para melhor compreensão desta realidade, tem-se a seguinte seção com um conjunto de informações sobre a Fumicultura no Rio Grande do Sul, contexto histórico-cultural e a estruturação da Cadeia Produtiva do Tabaco. Na sequência, dá-se início a uma primeira caracterização do objeto empírico desta tese com base em dados secundários e dados coletados pela pesquisa empírica nos municípios do RS onde decorreu a pesquisa de campo. Por fim, apresentam-se as unidades familiares produtoras de tabaco e sua composição baseadas em sexo, faixa etária e ocupação profissional de forma geral e estratificadas pelo grau de diversificação.

5.1. PROBLEMATIZANDO A FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL.

A fumicultura no Rio Grande do Sul iniciou-se pela a imigração de alemães para a região central do Estado, principalmente com a implantação de políticas de ocupação de novas áreas de produção já no final do século XIX no Brasil. Ao longo do século XX o tabaco passou por um processo de especialização regional, acompanhando pela inserção das primeiras indústrias beneficiadoras de cigarro. O objetivo era atender ao mercado urbano que crescia, tornando-se elemento estratégico no sistema de integração social, moldando costumes, comportamentos, relações sociais, econômicas e políticas e que ainda podem ser vistas nos dias atuais. Apesar do crescimento da produção no sul do país, esta teve condições climáticas e culturais favoráveis para prosperar, tais como: produção em pequena propriedade e com organização familiar, chuvas bem distribuídas ao longo do ano, um relevo adequado e a existência da ferrovia como meio de transporte favorável ao plantio.

Em 1920 instalou-se no Rio Grande do Sul a empresa Souza Cruz, que impulsionou o cultivo de tabaco na região do Vale do Rio Pardo. Inicialmente, a produção ocorria de forma manual e mais natural, com fumo simples (galpão) que não exigia tantas técnicas agrícolas e conhecimento para manuseio de sementes em insumos. Contudo, a partir da década de 1960 o fumo produzido na região tornou-se produto de exportação, passando para 5,5% de participação no mercado externo nos anos de 1970 e 11,5% em 1985. (BUAINAIN e SOUZA FILHO, 2009).

Entre os anos de 1970 e 1990 muitas empresas multinacionais beneficiadoras instalaram-se na região do Vale do Rio Pardo, levando a uma institucionalização do sistema integrado de produção, com a definição de preços e regras de regulação do mercado. Surge então o Sindicato da Indústria do Fumo (atual Sinditabaco) e a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Nessa perspectiva, a “modernização” do setor também chegou às propriedades com a inserção de estufas, fornos, fumo do tipo *Virginia*, adubos químicos e defensivos agrícolas, bem como a assistência técnica para capacitação das famílias produtoras. A figura que segue mostra fotos do trabalho de campo que representam esta modernização.



Figura 13: Modernização na fumicultura – fornos, estufas elétricas e defensivos agrícolas.
Fonte: Acervo próprio.

Do início dos anos 1990 até 2013, segundo IBGE, a área de fumo plantada no Rio Grande do Sul tem expandido para regiões que não foram originárias da produção de tabaco, mas que hoje se enquadram ao sistema integrado de produção. As figuras que seguem mostram mapas da área plantada em 1990 e 2013 no Rio Grande do Sul.

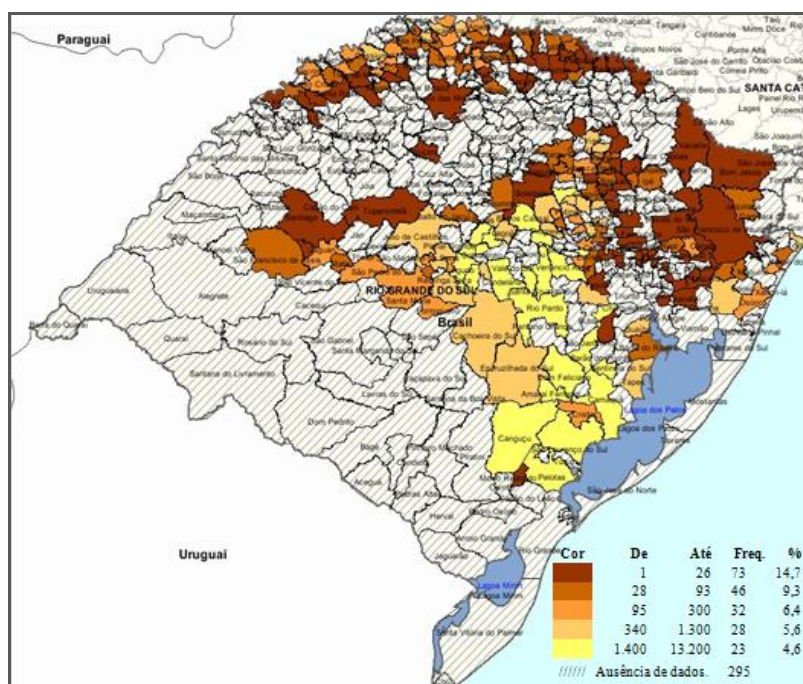


Figura 14: Área plantada de fumo (hectares) por municípios do Rio Grande do Sul – 1990
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

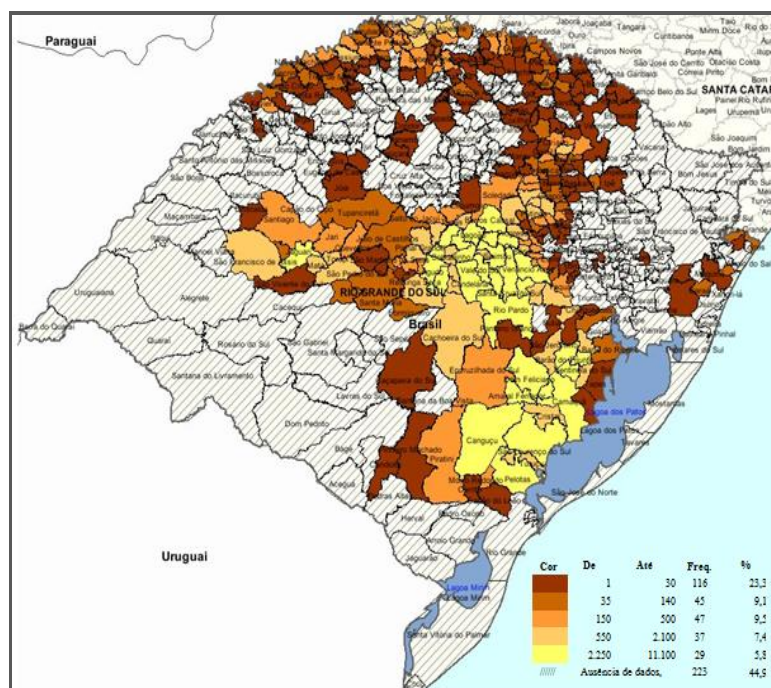


Figura 15: Área plantada de fumo (hectares) por municípios do Rio Grande do Sul – 2013
 Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A figura 14 mostra que no ano de 1990 a produção estadual de fumo espalhava-se por alguns municípios da região centro-oriental e sudeste e um pouco nos municípios do nordeste rio-grandense. Já em 2013 é possível perceber que a área plantada desloca-se do nordeste e região metropolitana para concentrar-se na região central do Estado, com o surgimento de novas áreas de cultivo em municípios direcionados à campanha e ao norte do RS. Conforme as legendas das figuras, em 1990, 14,7% dos municípios tinham área plantada com fumo entre 1 e 26 hectares; já em 2013 esse percentual passa para 23,2% correspondente a 116 municípios com pequenas áreas produtoras de tabaco.

Na figura 15 (ano de 2013), 29 municípios apresentam área plantada de fumo entre 2.250 a 11.110 hectares, ou seja, a concentração da produção no RS está em 5,5% dos municípios; segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2014), existem 155.110 hectares de fumicultura, produzindo 341.590 toneladas de fumo em folha, gerando uma produtividade de 2.202 kg/ha. A análise destas duas figuras e dos dados a AFUBRA e Anuário do Tabaco indica que mesmo com o aumento do número de regiões produtoras de tabaco, o centro da produção brasileira está no Rio Grande do Sul, e esta se subdivide majoritariamente em duas regiões: Vale do Rio Pardo e Serras do Sudeste. Tais informações justificam a importância que a CPT possui tanto para o Estado quanto para as principais regiões produtoras, ressaltando a necessidade de compreender melhor e multidimensionalmente a realidade social das famílias integrantes deste complexo agroindustrial.

5.1.1. A Cadeia Produtiva a do Tabaco (CPT) e a dependência sócio-produtiva: o contexto de vulnerabilidade social

Para além dos dados sobre o histórico, produtividade e crescimento da fumicultura no Rio Grande do Sul, é importante descrever como a Cadeia Produtiva do Tabaco estrutura-se a partir de um sistema integrado, reunindo empresas multinacionais e produtores e os papéis desenvolvidos por estes agentes. A integração da CPT justifica-se pelas necessidades das fumageiras garantirem qualidade na produção, o controle da matéria-prima em função do tamanho e das especificidades da demanda do comércio de tabaco no mundo. Porém, mesmo se tratando de um sistema integrado, que passa por termos e cláusulas firmadas mediante contratos assinados por ambas as partes, não há garantias de trabalho legalizado nestes contratos, nem se constituem vínculos empregatícios. Se por um lado, segundo Buainain e Souza Filho (2009), as empresas avalizam assistência técnica, facilidade no acesso ao crédito, custeio de transporte e compra integral da safra, por outro, muitos produtores submetem-se às condições de trabalho desumanas para cumprir as disposições já assinadas, explicitando a ausência de autonomia produtiva e vulnerabilidade humana.

As empresas fumageiras utilizam-se desse sistema afirmando que cada ator tem seu papel central, sendo o das empresas a prestação de assistência técnica gratuita, repasse de insumos certificados, mediação de financiamentos desses insumos, custeio de transporte da produção (da propriedade até empresa) e compra garantida da safra produzida com preço e quantidade pré-definida em contrato. De forma geral, nas regiões produtoras de tabaco, é comum associar o cultivo com o enriquecimento material e financeiro dos produtores, sendo reconhecida como atividade que “mais dá dinheiro por hectare“. Conforme exposto anteriormente, empresas fumageiras e associações, como AFUBRA, têm demonstrado os aspectos “positivos” da produção a partir de uma lógica que justifica o aumento da rentabilidade do produtor pelo aumento da produção e exportação⁶³. A figura 16 que segue demonstrada pela AFUBRA e publicada pelo Anuário do Tabaco descreve esta realidade.

⁶³ Segundo dados da AFUBRA, de 2011 para 2012 o volume de exportação do tabaco subiu de 545.610 toneladas (R\$ 4.911.154.000,00) para 637.780 toneladas (R\$ 6.456.637.000,00). Quanto à renda bruta do produtor, a Associação aponta que o aumento entre os anos foi de R\$ 4.249.329.000,00 em 2011 para R\$ 4.673.296.000,00. Ver em <http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/86>.

Renda na propriedade fumicultora (principais atividades*)				
Cultura	Área (ha)	%	Produção (kg)	Renda (R\$)
Tabaco	2,64	16,8	5.973	43.462,00*
Milho	3,55	22,6	13.639	6.410,00
Mata nativa	2,47	15,7	–	–
Mata reflorestada	1,83	11,7	–	–
Pastagens	3,2	20,4	–	–
Soja	1,23	7,8	3.150	3.465,00
Mandioca	0,11	0,70	2.708	2.952,00
Feijão	0,29	1,8	407	1.066,00
Produção Animal	–	–	10.985	20.207,00
Total Geral	15,7**	98,2	36.872	78.940,00

*Entre 20 atividades listadas.
** Média de tamanho das propriedades fumicultoras do Brasil.

Figura 16: Renda do tabaco e outros produtos.
Fonte: Anuário Brasileiro do Tabaco (2014, p. 36).

Conforme figura 16 do Anuário de 2014, o tabaco chega a compor em 53,1% da renda das famílias, ficando os outros cultivos com 46,9%. Segundo AFUBRA, relacionando área plantada com ganhos financeiros, um hectare de tabaco gera uma receita de R\$16,4 mil reais, enquanto que, o segundo cultivo mais rentável (milho) chega a apenas R\$1,8 mil reais por hectare, ou seja, apenas 11% do total da renda familiar. O problema a ser apontado neste estudo da AFUBRA é que não há demonstração dos custos embutidos no cultivo do tabaco e das outras atividades em relação à área plantada, o que tornaria mais transparente a compreensão dos ganhos reais com a fumicultura para as famílias produtoras.

Assim, observa-se que o desenvolvimento das regiões a partir da cadeia produtiva do tabaco torna-se real apenas em seu aspecto econômico; a especialização na agricultura e, particularmente, na agricultura familiar, tem evidenciado também o que Giddens (2012) chamou de “outra face do desenvolvimento”. Ainda que muitas famílias tenham consideráveis ganhos econômicos com o modelo de especialização, é possível afirmar que foram poucos aqueles que realmente conseguiram transformar este crescimento econômico em melhoria das condições de vida das suas famílias, o que pode ser expresso pelos Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios produtores. Para melhor entender a relação entre a produção de fumo nas propriedades rurais e a CPT, tem-se uma descrição das etapas do processo produtivo do tabaco, as quais foram observadas ao longo da pesquisa de campo.



Figura 17: Etapa 1: Cuidado com as mudas ainda nas bandejas (*float* e processo de poda antes do plantio).
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo pessoal – Unidade produtiva em Paraíso do Sul.



Figura 18: Etapas de plantio, crescimento da planta do tabaco e colheita.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo pessoal: Unidade produtivas em Sinimbu (2 figuras de cima) e Vale do Sol (2 figuras de baixo).



Figura 19: Etapas de secagem do tabaco nos fornos e processo de separação dos fumos (claros e escuros).
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo pessoal: Unidade produtivas em Segredo, Vale do Sol e Venâncio Aires.

Conforme uma das maiores empresas do setor fumageiro, as fases da produção compreendem inicialmente a construção do canteiro, enchimento das bandejas com as sementes, aplicação de adubos, tratamentos preventivos das mudas e poda das mesmas (SOUZA CRUZ, 2014⁶⁴). As figuras 17, 18 e 19 demonstram o processo de cultivo do tabaco ainda dentro da unidade familiar: a primeira etapa (figura 17) trata do cuidado com as mudas, (fase em que o uso de insumos químicos é intensivo), o que geralmente ocorre pelo sistema *float* (bandejas), e o momento da poda das mudas, a partir de uma “máquina” adaptada pelo produtor para melhorar as condições de trabalho⁶⁵. A primeira etapa de cuidado com as mudas e sementeira dos canteiros ocorre nos meses de junho e julho; ficando por aproximadamente 60 dias nas bandejas, as mudas atingem tamanho ideal e passa-se então para etapa do plantio.

Pela figura 18 tem-se a demonstração dessa fase de plantio (geralmente entre os meses de agosto e setembro na região sul do Brasil), seguida do período de maturação da planta, no qual os fumicultores retiram a flor da “ponteira do pé” de tabaco para que este atinja seu melhor desempenho (fase de uso do agroquímico *Primeplus*, também conhecido como

⁶⁴ Disponível em:

http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7ZHQUY?opendocument

Acessado em maio de 2015.

⁶⁵ Segundo o produtor da figura 17, para não precisar trabalhar agachado nos canteiros *float*, o mesmo adaptou um motor de máquina de lavar roupa a um fio de nylon para podar as mudas em uma posição mais confortável à sua saúde e para que todas fiquem do mesmo tamanho. Contudo, este método de poda foi visto em apenas três unidades familiares, sendo a poda manual nos canteiros o mais comum.

antibrotante). A partir de meados de novembro até início de dezembro dá-se início ao período da colheita, que perdura exatamente durante os três meses de verão na região sul juntamente com a secagem das folhas nas estufas. É importante lembrar que existe uma diferença em relação à colheita: o fumo tipo *Virgínia* é colhido das folhas inferiores em direção às superiores do pé, acompanhando o crescimento e maturação, já as espécies *Burley* e *Comum* amadurecem de maneira uniforme e a planta é colhida de uma única vez.

Por fim, pela figura 19, percebe-se o processo de secagem e separação das folhas, período em que ocorre a classificação. Após a colheita, as folhas são amarradas em varas e levadas para secagem nas estufas (fumo *Virgínia*) ou nos galpões (fumo *Burley* e *Comum*). O momento da secagem ou curo é essencial para conferir aroma e sabor ao fumo, bem como a coloração padrão ou ideal das folhas. Ao estarem secos e classificados, os fumos são agrupados em fardos e “manocados” (unidos em maços com número determinado de folhas e por tipo de classificação), ficando então armazenado nos galpões ou paios até momento da comercialização.

Quanto a este contexto envolvendo o cultivo do tabaco, Schneider (2010a) aponta que as condições de produção do tabaco expõem os agricultores familiares a situações paradoxais. De um lado, praticam uma atividade altamente rentável e lucrativa, que apesar de demandar uso intenso de mão de obra, pode ser realizada em pequenas áreas de terra, dado o volume total produzido por área plantada. Por esta razão, a maximização do fator trabalho representa uma vantagem comparativa frente aos demais sistemas de cultivo ou criações, gerando e/ou conferindo competitividade incomum aos estabelecimentos de pequeno porte voltados à produção do tabaco. Por outro lado, esta produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragilizam estas famílias e geram situações de pobreza e risco. Alguns exemplos de trabalhos destacam essa condição de vulnerabilidade social, principalmente em relação à saúde do produtor, o trabalho infantil e a questão ambiental. A figura que segue traz exemplos de fotos do acervo pessoal a fim de ilustrar as condições de trabalho dos agricultores.



Figura 20: Condições de trabalho dos fumicultores nos galpões.
Fonte: Acervo próprio.

Na perspectiva de Zotti (2010), o cultivo do tabaco é bastante controverso, pois de um lado tem-se a grande importância econômica dessa atividade, tanto para os agricultores familiares, que estão na base do processo, quanto para os atravessadores, as indústrias, e os empregos nelas gerados, bem como para o Estado, por meio dos impostos recolhidos desde a produção até a comercialização do produto final. Mas por outro lado, o tabaco apresenta sérios problemas ao bem estar das pessoas, afetando desde os agricultores que se dedicam à atividade, até os consumidores ativos e passivos, ocasionando sérios riscos à saúde humana.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a fumicultura integrada, além de ratificar sua precariedade pelo não cumprimento dos direitos do produtor rural, também acarreta baixa qualidade de saúde na vida desses indivíduos, decorrente de problemas advindos do tipo de trabalho que exercem e nas condições que exercem. Para o INCA, uma das principais causas de insatisfação e de busca por alternativas entre os fumicultores refere-se à percepção que possuem dos riscos a que se submetem devido à intoxicação por uso de agrotóxicos. Estudos realizados nas regiões produtoras de tabaco do Brasil destacam forte relação entre o surgimento de doenças em fumicultores e o cultivo da planta, gerados em função da utilização de agrotóxicos e pelas condições de trabalho que influenciam negativamente no estado biopsíquico dos produtores e de suas famílias. (Falk et al., 1996; Erdmann & Pinheiro, 1998; Campaign for Tobacco Free Kids, 2001; Fialho, 2001 *apud* CAVALCANTE E PINTO, 2004).

Ainda quanto ao problema do trabalho na agricultura familiar do tabaco, é preciso mencionar as discussões sobre trabalho infantil no meio rural. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001), dentre as crianças de 5 a 15 anos envolvidas em atividades agrícolas na região Sul do Brasil, 14% trabalham no cultivo do tabaco. Esta porcentagem não se explica apenas como uma questão cultural de transmissão de valores do trabalho, mas serve para ratificar a manutenção da posse da terra, como um componente econômico da força de trabalho necessária para a atividade com fumo.

Conforme Marin, et. al (2013), Pandolfo (2012) e Schneider (2005), o trabalho infantil na agricultura familiar não pode ser entendido como um “atraso” ou “exploração de menores”, pois representa uma ajuda/apoio na garantia do sustento familiar, sendo também reconhecido como “momento de formação e preparação para a reprodução do modo de vida” (MARIN, et. al, 2012, p. 767). Trata-se da sociabilidade familiar, da transmissão do conhecimento necessário para a sobrevivência e reprodução, conhecimento este que não é ensinado pela escola. (PANDOLFO, 2012). É preciso lembrar que “o fato dos filhos dos agricultores realizarem trabalhos pode estar relacionado a outros fatores causais como a pobreza, a baixa produtividade dos fatores de produção ou a falta de acesso às tecnologias”. (SCHNEIDER, 2005, p. 6). O uso desta mão de obra passa a ser uma construção simbólica de valores que orientam a conduta de vida dos jovens.

Em relação aos problemas ambientais decorrentes do cultivo de tabaco, trabalhos e pesquisas realizados recentemente mostraram que a utilização de pesticidas em larga escala (para garantir uma boa qualidade da folha conforme recomendações das empresas) tem provocado além de danos à saúde dos agricultores e de suas famílias, problemas ambientais, com danos ao ecossistema pela contaminação do solo, de alimentos, da fauna e dos rios^{66 67}. A figura que segue destaca os problemas ambientais e as áreas de plantio de tabaco, como margens de rios e encostas de morros.

⁶⁶Instruções dadas pela *British American Tobacco* (BAT) recomendam que os agricultores façam 16 diferentes tipos de aplicação de pesticidas durante três meses antes da transferência da semente para o campo. No início dos anos 90, os produtores de fumo brasileiros aplicavam entre 5,5 a 6 kg de defensivos agrícolas por hectare. Atualmente, a média é de 2,2 kg/ha. Apesar de se verificar tal redução, a quantidade de produtos disponíveis para a comercialização é ainda elevada (DESER, 2003a).

⁶⁷Trabalhos sobre a questão ambiental e a fumicultura: Rathke (2001); Lovatto (2007).

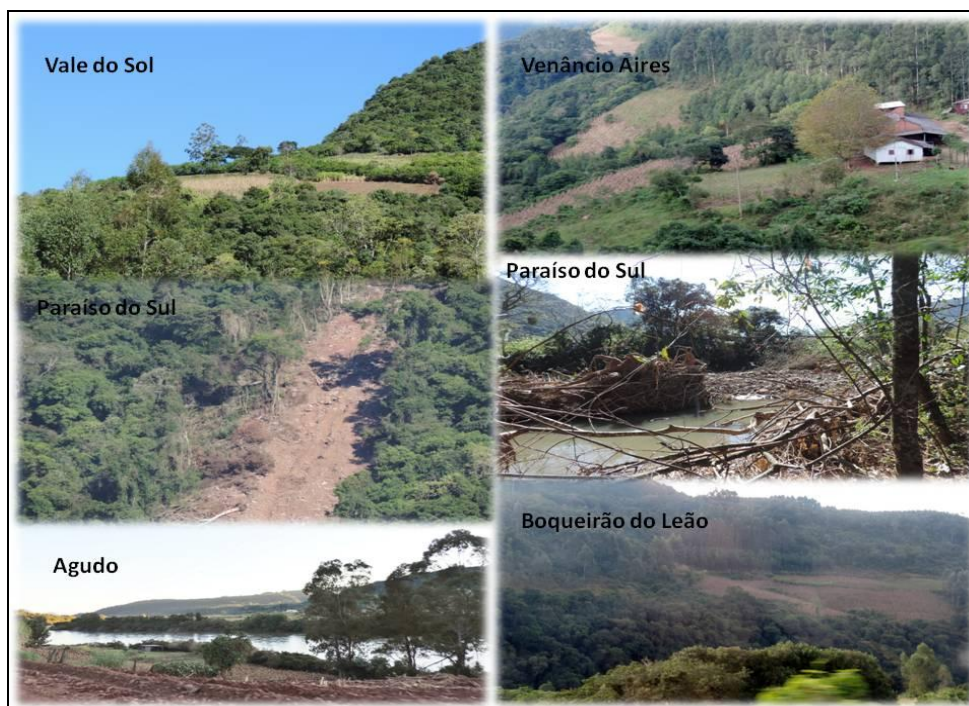


Figura 21: Os problemas ambientais em áreas de produção de tabaco.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo próprio.

Durante os 10 meses de plantio do fumo até a colheita e secagem das folhas são utilizados diversos tipos de insumos químicos altamente tóxicos. Seja no cultivo do tabaco, seja em outras culturas agrícolas e na pecuária, o uso exacerbado de agrotóxicos acaba quase sempre contaminando o meio ambiente: biota, água, ar, solos, etc. Segundo o Observatório de Controle do Tabaco (INCA), existe a contaminação do ar, do solo e dos recursos hídricos, os quais são abundantes na região. A contaminação do ar ocorre pela pulverização e a poluição pela queima da madeira para secagem das folhas com a emissão de partículas tóxicas. Exprime-se também a existência de desmatamentos com objetivo de aumentar a área de plantio do fumo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, a cada ano, cerca de 200 mil hectares de matas e florestas são destruídos no mundo para dar lugar a plantações de tabaco (Almeida, 2005)⁶⁸.

Conforme Etges (2002) e Almeida (2005), o uso excessivo de insumos químicos provoca contaminação do solo principalmente para as Unidade produtivas que adoram o sistema *float* para trabalho com as mudas. Pela pesquisa de Etges (2002), notou-se

⁶⁸ “Em estudo realizado na região de Santa Cruz do Sul/RS (Etges, 2002) observou-se que o processo produtivo do tabaco causou desflorestamento da mata nativa da região. No que se refere à qualidade do solo, observou-se aumento das concentrações de metais pesados e sedimentos, além do aumento significativo de manganês, que pode estar associada ao uso dos fungicidas diticarbamatos, que contém esse tipo de metal em sua composição. Também foram identificados resíduos de agrotóxicos em alimentos. Já sobre a qualidade das águas utilizadas para consumo observou-se alta contaminação destas.” (Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco)

contaminação da água nas etapas finais do processo produtivo (meses de novembro a fevereiro). Para a autora, o grande problema está no descarte desta água utilizada nas bandejas de mudas, pois esta é geralmente misturada ao calcário diretamente no solo ou permanece no sistema *float* até a evaporação, podendo também ser carregada pelas águas das chuvas.

Nesta perspectiva, tem-se na fumicultura do Rio Grande do Sul o exemplo característico do que aqui se denominou “paradoxo do desenvolvimento”. A cultura do tabaco traz junto com o crescimento econômico a dependência do sistema de integração das fumageiras e a falta de autonomia dos produtores (Rudnick, 2012), porque muitas vezes o “saber-fazer”, passado de geração em geração, acaba esquecido frente a um “etapismo” produtivo pré-definido pelas indústrias. Para Etges (in SILVEIRA, 2013), a cadeia produtiva do tabaco deveria impulsionar o desenvolvimento e contribuir de forma decisiva para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida, tanto do meio rural quanto da zona urbana, mas isto não ocorre na realidade.

A base para esta argumentação está na publicação de Ramos e Paiva (2005), no qual os autores destacam que, em relação à região do Vale do Rio Pardo, as rendas produzidas pela fumicultura que permanecem na região correspondem a 36,15%, enquanto que no Estado esse valor chega a quase 51%. Esta é mais uma justificativa pela escolha do estudo da fumicultura como contexto empírico para uma Sociologia das Condições de Vida: o crescimento econômico não tem sido refletido em Qualidade de Vida para os municípios, nem mesmo para as famílias produtoras. Assim sendo, a seção que segue apresenta uma caracterização da realidade socioeconômica das famílias fumicultoras segundo a pesquisa de campo realizada para esta tese.

5.2. CARACTERIZAÇÃO DO HOUSEHOLD: A COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS

A partir desta seção, passa-se à análise dos dados da pesquisa de campo realizada entre outubro de 2013 e agosto de 2014 na região produtora de tabaco do Rio Grande do Sul: Vale do Rio Pardo e Centro-Serra. Buscou-se aqui observar os dados dos municípios onde ocorreu a pesquisa empírica, bem como das 250 famílias em relação às questões de gênero, ocupação profissional, faixa etária, com intuito de auxiliar a construção de um perfil social destas famílias fumicultoras. Ainda, tais informações ajudaram as apreciações mais complexas,

multidimensionais deste trabalho, que ocorrerão nos capítulos seguintes (6 e 7). Destarte, tem-se uma caracterização de forma geral e subdivididas em relação às categorias de diversificação das unidades familiares, sendo ponto essencial para a compreensão do processo de diversificação dos meios de vida como forma de superação das vulnerabilidades.

É importante frisar que a seleção das famílias ocorreu de forma aleatória e voluntária⁶⁹; geralmente os homens eram indicados como os respondentes mesmo quando acompanhados de suas companheiras/esposas. Chamou atenção a questão que alguns homens não se faziam presentes para a realização do questionário ou recusavam-se responder, geralmente pela necessidade de não parar o trabalho na lavoura, delegando a função para esposas ou filhos (as). Algumas pesquisas ocorreram nos galpões de seleção/sortição do fumo ou na residência com toda a família, deixando livre para que todos participassem da pesquisa, destacando por vezes o principal respondente⁷⁰. Assim, os primeiros dados apresentados aqui descrevem brevemente estas pessoas indicadas para “falar em nome da família”.

Tabela 3: Idade dos designados como respondentes.

IDADE (dos designados como principal respondente).	
Média de idade dos 250 respondentes	44 anos
Respondente mais idoso	74 anos
Respondente mais idosa	65 anos
Respondentes mais jovens	17 anos (meninos e meninas)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 4: Idade dos designados como respondentes

GÊNERO E IDADE MÉDIA (dos designados como principal respondente).	
101 mulheres	41 anos
149 homens	45 anos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Analisar a composição familiar por faixa etária e ocupação profissional tornou-se ponto importante nesta primeira etapa de interpretação dos dados da pesquisa de campo. Tal estima decorre dos diversos questionamentos teóricos e políticos/práticos em relação, por um lado, à possibilidade ou potencialidade de diversificação no meio rural e, por outro, a não

⁶⁹ A questão da adesão voluntária à pesquisa decorre do fato que algumas famílias ou membros destas não aceitaram responder ao questionário.

⁷⁰ Em função do período de realização do trabalho de campo (durante a safra do fumo) e da dificuldade para o deslocamento pelo interior das localidades, algumas pesquisas foram realizadas na sede dos sindicatos dos trabalhadores rurais, no caso nos municípios de Candelária e Arroio do Tigre, com o familiar voluntário.

permanência dos jovens no campo ou a pouca mão de obra disponível para um processo de diversificação⁷¹. Nesse sentido, apresenta-se a composição familiar das unidades produtoras – o *household* – juntamente com o arranjo familiar em relação às categorias de diversificação (diversificadas, quase diversificadas, pouco diversificadas, especializadas). O gráfico 1 traz um detalhamento da composição familiar em relação ao número de pessoas e a porcentagem correspondente.

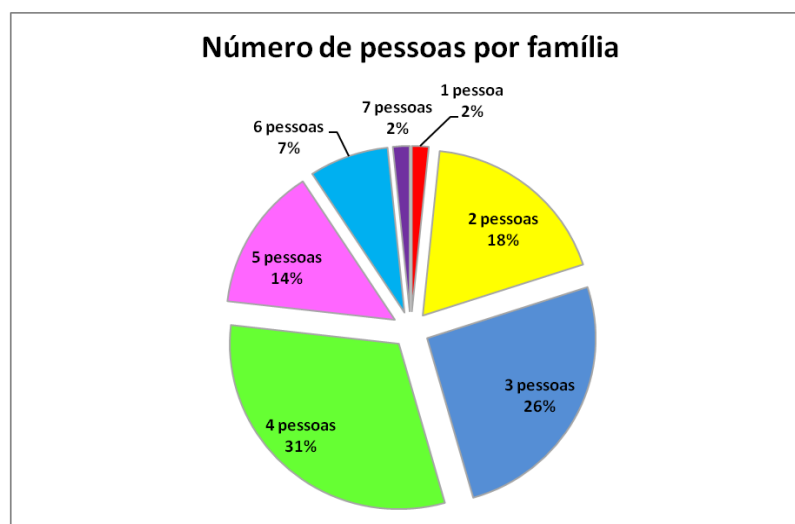


Gráfico 1: Número de pessoas por família.
Fonte: Elaboração própria.

A figura do gráfico 1 mostrou que 31% das famílias são compostas por 4 pessoas, seguidas de 26% com 3 pessoas e 14% com 5 pessoas. Das 917 pessoas relacionadas entre as 250 famílias, 484% (444) são mulheres e 51,5% (473) são homens, resultando em uma média de 1,77 mulheres e 1,892 homens por família. Em relação à faixa etária menor que 19 anos têm-se 229 jovens (43,24% do sexo feminino e 56,76% do sexo masculino), resultando em 0,916 jovens/família. Também, os primeiros dados da *household* mostraram que existem em média aproximadamente 4 pessoas por família e que a grande maioria é composta por indivíduos entre 19 e 59 anos, que são considerados como a faixa etária economicamente ativa no meio rural.

Entre as pessoas com 60 anos ou mais, observou-se um total de 114, sendo 65% (74) do sexo feminino e 35% (40) do masculino, com uma média de 0,456 idosos/família. Cabe ressaltar que muitas pessoas nessa faixa etária seguem trabalhando normalmente e com movimentação no bloco de produtor, mesmo que já recebam aposentadorias. Ainda analisando a composição familiar, o número pessoas entre 19 e 59 anos é de 574, sendo 47%

⁷¹ Lembrando que o processo de diversificação considerado por esta tese não se refere à produtiva/econômica e sim à Diversificação dos Meios de Vida nas cinco dimensões apresentadas nos capítulos 3 e 4.

(271) mulheres e 53% (303) homens, uma média de 2,29 adultos por família. Para tanto, segue-se esta mesma análise da composição do *household* em relação ao grau de diversificação e faixa etária.

Tabela 5: Composição familiar por faixa etária e grau de diversificação⁷².

Composição Familiar em relação ao Grau de Diversificação								
	Diversificadas		Quase Diversificadas		Pouco Diversificadas		Especializadas	
Total de Famílias	39 – 15,6%		108 – 43,2%		69 – 27,6%		34 – 13,6%	
Número de Jovens entre 0 e 18 anos	36	24%	98	25%	61	24%	33	28%
Média de Jovens por Família	0,92		0,91		0,88		0,97	
Idade Média dos Jovens	12,56		12,53		9,275		9,48	
Número de Adultos entre 19 e 59 anos	85	56%	245	62%	167	66%	77	66%
Média de Adultos por Família	2,18		2,27		2,42		2,26	
Idade Média dos Adultos	38,75		37,07		34,95		36,72	
Número de Idosos a partir de 60 anos	31	21%	51	13%	26	10%	7	6%
Média de Idosos por Família	0,79		0,47		0,38		0,21	
Idade Média dos Idosos	70,54		70,83		74,36		69,7	
Total de pessoas	152	100%	394	100%	254	100%	117	100%
Média total de pessoas por família	3,89		3,65		3,68		3,44	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Conforme a tabela 5, quanto a presença de jovens até 18 anos, as famílias Diversificadas (D), Quase Diversificadas (Q.D.) e Pouco Diversificadas (P.D.) são compostas de aproximadamente de 24% e 25% de pessoas nessa faixa etária. Já as Especializadas (E) apresentaram percentual maior, com 28% de jovens. Em relação à média de idade dessas pessoas, para as D. e Q.D este valor ficou em 12 anos, enquanto que para as famílias P.D. e E. esta idade ficou em 9 anos. Na faixa etária entre 19 e 59 anos, as famílias Diversificadas têm uma composição percentual de 56%, enquanto que as Q.D., P.D. e E. apresentaram estes valores mais elevados (62% e 66%), o que configurou uma média de 2 adultos por família para as quatro categorias. Em relação à média de idade dos adultos, esta ficou em aproximadamente 37 anos nas famílias Q.D. e Especializadas, 39 anos nas Diversificadas e 35 anos nas P.D.

⁷² Para todas as inferências desta Tabela 5 foi realizado o teste *qui-quadrado*, sendo que o cálculo para a relação entre as categorias de diversificação e a composição familiar obteve grau de significância abaixo de 0,05 para os cruzamentos entre diversificadas e as outras três categorias.

Para as pessoas acima de 60 anos, a maior proporção deu-se nas famílias Diversificadas, com 21%, seguida das Q.D, com 13%, das P.D., com 10% e das Especializadas, com 6%. Ainda com base na tabela 5, nota-se que houve maior discrepância entre o número médio e proporcional de idosos por família: as diversificadas tem quase 1 idoso por família, enquanto as especializadas possuem apenas média de 0,21. Quanto aos jovens e adultos, estes valores foram semelhantes nas quatro categorias, mas é possível afirmar que existe uma diferença significativa entre às quatro categorias em relação à sua composição familiar.

A) Grau de escolaridade e Ocupação profissional entre os Jovens até 18 anos.

Os dados que seguem trazem uma caracterização dos jovens com até 18anos⁷³ das 250 famílias sobre o grau de escolaridade, a faixa etária e o sexo de todos os componentes.

Tabela 6: Número de jovens e idade média por gênero

Número de jovens até 18 anos por gênero			
Gênero	Idade Média	Total	%
Feminino	12,4 anos	99	43
Masculino	12,7 anos	129	56
Total		228	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

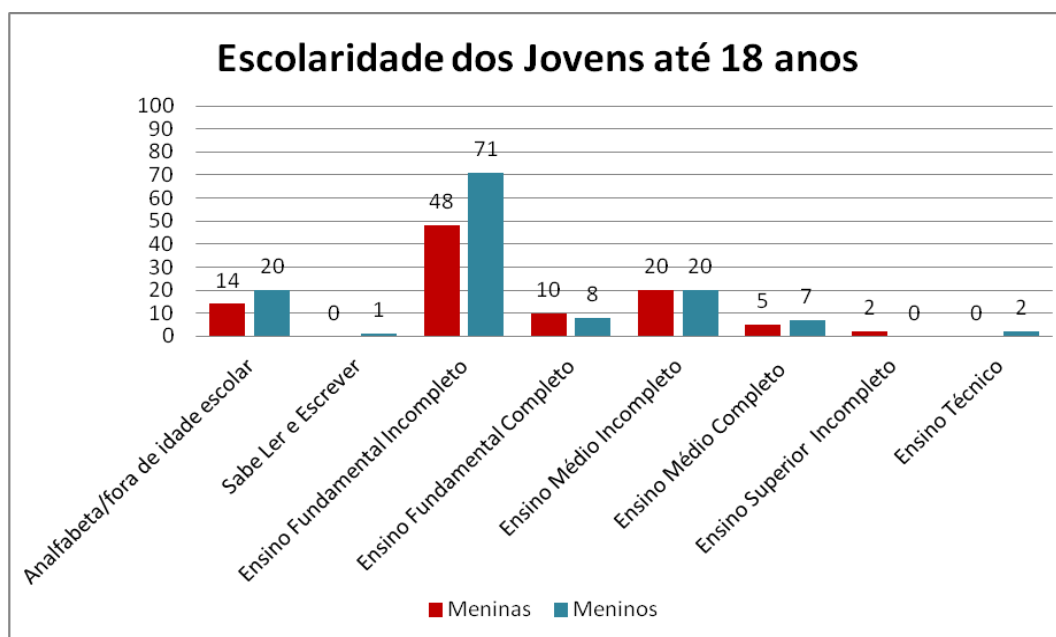


Gráfico 2: Escolaridade dos Jovens até 18 anos por sexo.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

⁷³ Não houve diferença estatisticamente significativa quanto ao grau de diversificação das famílias e a escolaridade dos jovens até 18 anos.

Em relação ao gráfico 2, pode-se dizer que a idade média dos jovens tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino confirma a incidência maior de destes no Ensino Fundamental. Das 99 jovens do sexo feminino, 48 possuem Ensino Fundamental Incompleto (EFI), o que corresponde a 48,4%, enquanto que para os meninos, dos 130, 71 possuem EFI, ou seja, 54,6% do total de jovens. Conforme a pesquisa de campo, existe grande presença de jovens que ainda não ingressaram no sistema escolar, a saber: 35 crianças. De forma geral, é possível inferir que os jovens em idade escolar encontravam-se nos anos educacionais proporcionais à faixa etária, demonstrando também maiores e melhores condições de estudo que os adultos e idosos de ambos os sexos. A tabela 7 que segue apresenta a ocupação profissional destes jovens até 18 anos.

Tabela 7: Ocupação profissional dos Jovens até 18 anos por gênero

Meninas			Meninos		
Ocupação profissional	Casos	%	Ocupação profissional	Casos	%
Unidade produtiva	6	6,06	Unidade produtiva	3	2,32
Serviços	2	2,02	Serviços	3	2,32
Estudante	75	75,76	Estudante	94	72,86
Unidade produtiva e Serviços	1	1,01	Unidade produtiva e Serviços	2	1,55
Estudante e Unidade produtiva	1	1,01	Estudante e Unidade produtiva	9	7
Estudante e Serviços	1	1,01	Estudante e Serviços	0	0
Casa (creche)	13	13,13	Casa (creche)	18	13,95
229	99	100	129	100	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Segundo a tabela 7, 75,76% das jovens possuem como ocupação profissional “Estudante”, seguida da não existência de atividade, representada pela categoria “Casa (creche)”, com 13,13%⁷⁴. Quanto aos jovens, 72,86% são estudantes, seguido de 13,95% para os que ainda não ingressaram na Escola. As informações da presente tabela refletem-se nos dados do gráfico 2 sobre a faixa etária e ao grau de escolaridade. Logo, com a execução do trabalho de campo, pode-se observar que as crianças frequentavam a Escola com assiduidade, pois, diferentemente de gerações anteriores, agora existe o transporte gratuito que faz deslocamentos pelas estradas das localidades, possibilitando maior acesso à educação⁷⁵.

⁷⁴ Não foi constatada diferença estatisticamente significativa em relação ao sexo dos jovens até 18 anos e o grau de escolaridade.

⁷⁵ Para melhor apreciação sobre a responsabilidade legal dos municípios e do Estado do Rio Grande do Sul sobre o transporte escolar ver CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, parecer nº 36 de 4 de dezembro de 2001; Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008, em Pergher, 2014.

B) *Grau de escolaridade e Ocupação profissional dos Adultos entre 19 e 59 anos.*

É importante ressaltar que esta é a chamada “classe trabalhadora” e geralmente “dona” da unidade familiar produtiva, ou ainda, aqueles que detêm seus “nomes” em contratos com as empresas fumageiras, em políticas de financiamento ou em programas sociais. Das 250 famílias pesquisadas, 97,6% têm uma ou mais pessoas dentro desta faixa etária que comporta a categoria “adultos”. Assim sendo, de acordo com as tabelas 8 e 9, analisam-se os dados sobre o grau de escolaridade e ocupação profissional destas 574 pessoas entre 19 e 59 anos, as quais correspondem a 62,59% do total de 917 participantes da pesquisa.

Tabela 8: Adultos entre 19 e 59 anos por gênero e idade média

Número de adultos entre 19 e 59 anos por gênero e idade média			
Gênero	Idade Média	Total	%
Feminino	37,2	271	47
Masculino	35,4	303	53
Total		574	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 9: Grau de escolaridade de homens e mulheres entre 19 e 59 anos.

Escolaridade	Mulheres		Homens	
	Casos	%	Casos	%
Analfabeto (a)	2	0,74	5	1,65
Sabe ler e Escrever	7	2,78	8	2,64
Ensino Fundamental Incompleto	141	52,03	176	58,09
Ensino Fundamental Completo	36	13,28	41	13,5
Ensino Médio Incompleto	13	4,80	12	3,96
Ensino Médio Completo	41	15,13	42	13,86
Ensino Superior Incompleto	17	6,27	5	1,65
Ensino Superior Completo	10	3,69	3	0,99
Ensino Técnico	4	1,48	10	3,30
APAE	0	0,00	1	0,33
Total	271	100,00	303	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Pela tabela 8 pode-se notar que das 574 pessoas dessa faixa etária, 53% são do sexo masculino com idade média em 35,4 anos e 47% do sexo feminino, com média de 37,2 anos. Já a tabela 9 mostra a questão da escolaridade, na qual a maioria dos homens e mulheres possui Ensino Fundamental Incompleto (EFI), seguido pelo Ensino Médio Completo (EMC). No que se refere às pessoas do sexo feminino, esta proporção fica em 52,03% no EFI e de 15,13% no EMC do total de 271 participantes; dentre o sexo masculino, tem-se a proporção de 58,09% no EFI e 13,86% no EMC; estatisticamente, pode-se afirmar que o grau da

escolaridade das mulheres é maior que dos homens⁷⁶. Como justificativa para esta baixa escolaridade, boa parte dos respondentes alega que parou de estudar porque as escolas da localidade onde residiam tinham formação até a 4ª série do Ensino Primário (hoje Fundamental) e não havia possibilidade de locomoção para as sedes municipais. Outro motivo declarado é que somente nos últimos 10 anos tem-se o transporte gratuito que permite aos jovens irem às escolas com mais facilidade, mesmo que residam distante da instituição de ensino.

Mais um ponto a ser destacado é a existência de pessoas no Ensino Superior (ES): são 22 cursando alguma faculdade e 13 que já concluíram o ES. É interessante notar que dentre os que possuem ESC e o ESI existe a proporção de 27 mulheres para 8 homens. Conforme os relatos da pesquisa de campo, muitos destes estudantes conseguiram ingressar em Universidades públicas, principalmente pela Educação à Distância e em Universidades particulares por meio de programas como o Financiamento ao Ensino Superior (FIES) e o PROUNI. A existência de polos da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNOPAR, UNINTER, Faculdades Dom Alberto, próximo aos municípios também é tido como um estímulo à realização de uma graduação. Para estas pessoas, mesmo que o custo com educação seja elevado, muitas famílias conseguem sustentar filhas e filhos em outros municípios apenas com os recursos financeiros advindos da agricultura.

Constatou-se também que as mulheres apresentavam um desejo maior de começar curso superior para exercerem outra profissão além da agricultura. Os cursos mais procurados pelas mulheres eram na área de saúde e educação; dentre os homens, percebeu-se um anseio maior em cursos técnicos relacionados ao setor agropecuário, ou ainda nas áreas de Administração e Direito. Nessa perspectiva, tem-se uma análise a cerca da ocupação profissional dos adultos em relação ao sexo. O gráfico 3 abaixo evidencia estes dados.

⁷⁶ A realização do teste *qui-quadrado* ao nível de $p \leq 0,05$ confirmou esta assertiva.

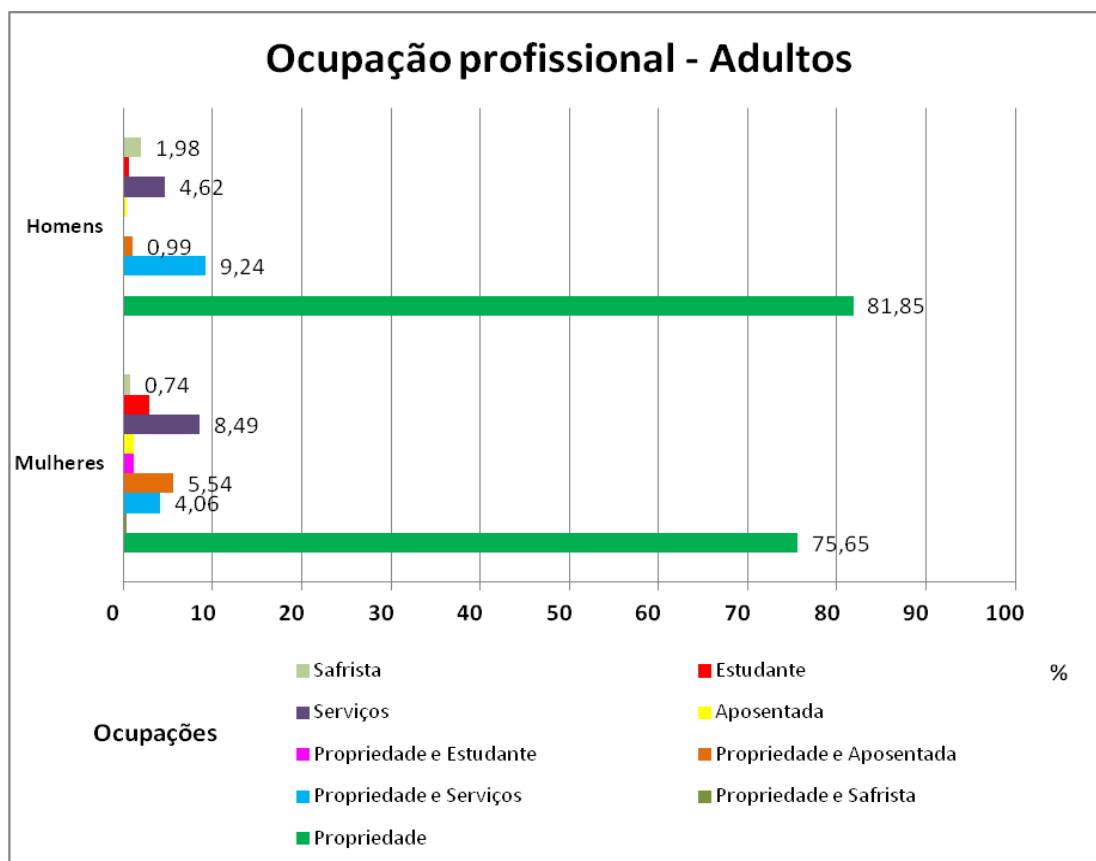


Gráfico 3: Ocupação profissional dos adultos em relação ao sexo
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

De acordo com o gráfico acima, 78,91% das pessoas entre 19 e 59 anos possuem ocupação profissional somente na Unidade Produtiva, deste total, 75,65% são mulheres e 81,85% são homens. Para as mulheres, a segunda forma de ocupação mais citada foi o Setor de Serviços⁷⁷ (linha roxa) com 8,49%, enquanto que para os homens foi o trabalho na UPF juntamente com Setor de Serviços (linha azul). Do total de 574 pessoas, 13,24% apresentam como ocupação profissional atividades no Setor de Serviços, apontando para um primeiro indício de pluriatividade no meio rural. O gráfico que segue mostra a ocupação profissional dos adultos divididos por categoria de diversificação.

⁷⁷ Como “Setor de Serviços” tem-se: comércio, indústria, instituições públicas ou privadas, etc.

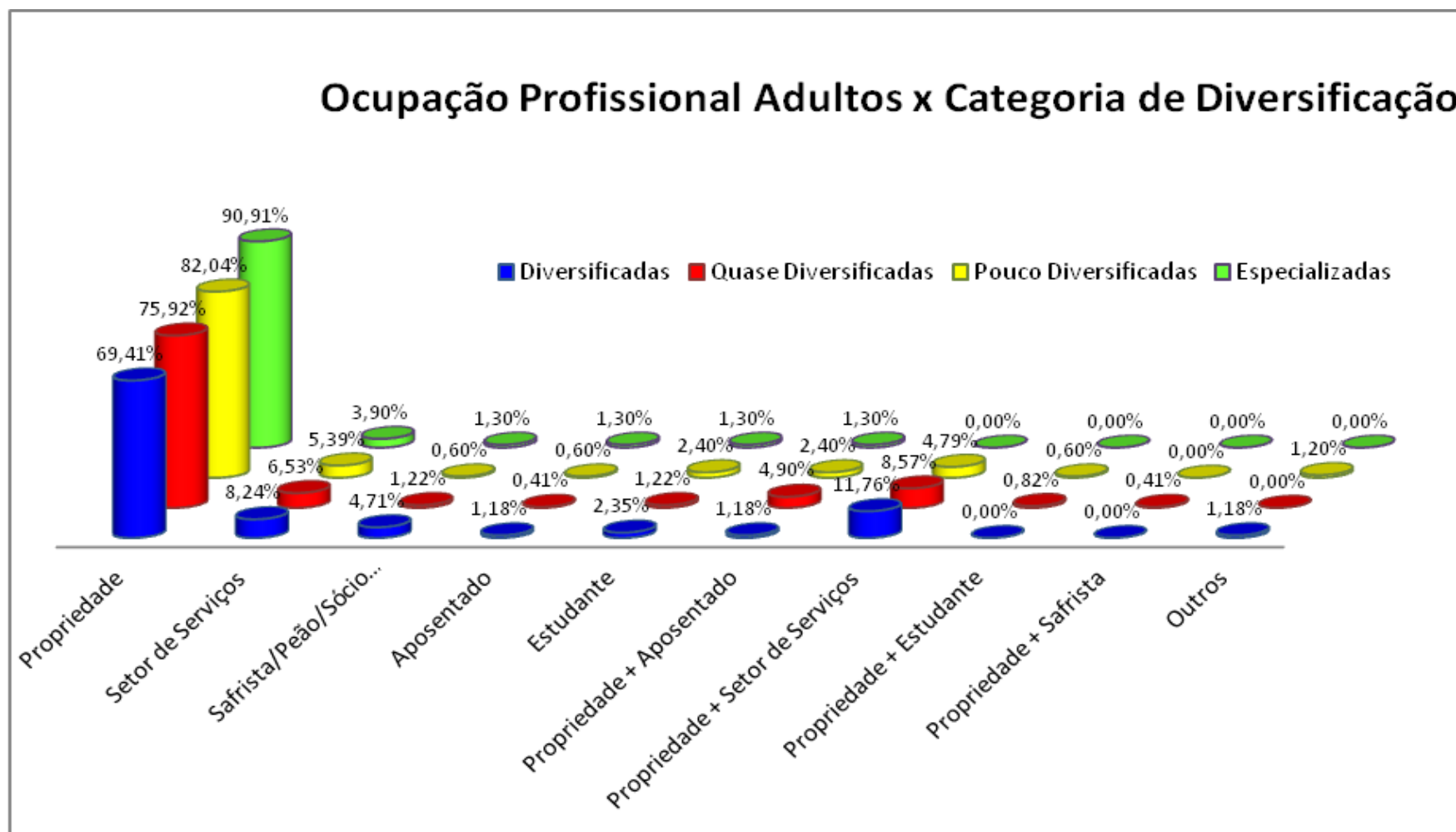


Gráfico 4: Ocupação profissional dos adultos em relação à categoria de diversificação familiar.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O gráfico 4 mostra as proporcionalidades das ocupações profissionais dos adultos em relação à diversificação: aproximadamente 91% dos integrantes adultos das famílias especializadas estão ocupados somente na UPF, o mesmo ocorre com as pessoas entre 19 e 59 anos das famílias pouco diversificadas, chegando a 82%. Pode-se dizer que não há uma diferença expressiva de ocupação para estas duas categorias de famílias nas outras atividades⁷⁸. Dentre as quase diversificadas, 76% dos adultos trabalham somente na UPF, seguido de 8,57% na unidade e setor de serviços.

As pessoas desta faixa etária das famílias diversificadas são as que apresentam maior variação dentre as ocupações profissionais: 69,41% trabalham só na Unidade produtiva, 11,76% na Unidade produtiva e setor de serviços e 8,24% somente no setor de serviços. A realização do teste estatístico *qui-quadrado* comparando as atividades das famílias diversificadas com as outras três categorias, a um grau de significância ($p \leq 0,05$), apontou que existe maior pluriatividade e plurirrendimentos nesta categoria em relação às quase diversificadas ($p=0,01$), pouco diversificadas ($p=0,03$) e especializadas ($p=0,00$), o que permite então afirmar que existe uma menor dependência financeira da Cadeia Produtiva do Tabaco. (SCHNEIDER, 2010b.). Por fim, tem-se uma apreciação dos dados coletados sobre pessoas com 60 anos ou mais, também em relação ao grau de escolaridade e ocupação profissional.

C) Grau de escolaridade e Ocupação profissional entre os Idosos a partir de 60 anos

Na categoria “idosos” tem-se as informações relativas às pessoas com 60 anos ou mais, o que representa 12,43% do total de participantes da pesquisa (917).

Tabela 10: Número de idosos com 60 anos ou mais por gênero e idade média

Gênero	Idade Média	Total	%
Feminino	70,3	74	65
Masculino	69,8	40	35
Total	114	-	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Apesar da idade média de homens e mulheres ser praticamente a mesma (70 anos), é interessante notar que o número de idosos é pouco mais que a metade do número de idosas, o que reafirma os dados de 2010 do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, pelo qual se

⁷⁸ Para tal afirmação realizou-se o teste estatístico *qui-quadrado* entre as categorias de diversificação e a ocupação na *unidade familiar*, o qual não obteve grau de significância menor que 0,05.

observa que as mulheres apresentam expectativa de vida de 79,5 anos, enquanto que os homens ficam com 72,1 anos. Ressalta-se também a importância destes números em relação à presença de aposentadorias como uma alternativa de renda familiar, conforme os gráficos 5 e 6.

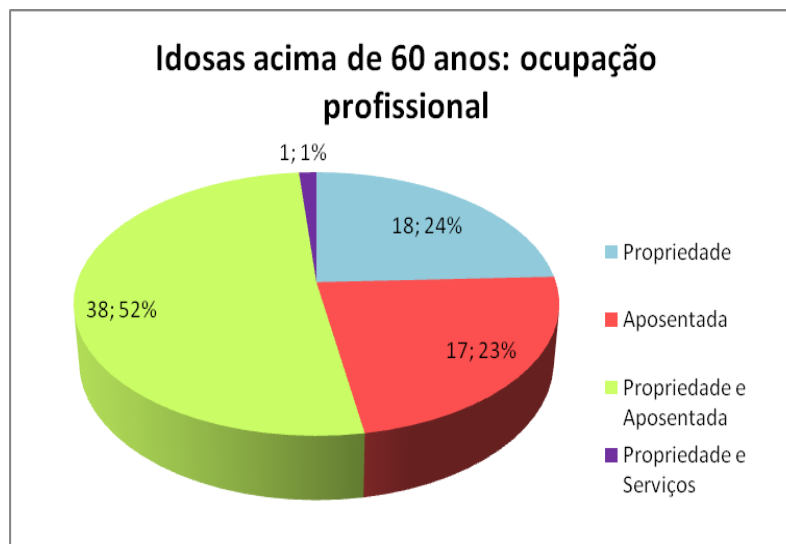


Gráfico 5: Ocupação profissional de mulheres com 60 anos ou mais.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em relação às mulheres com 60 anos ou mais, estas representam 65% dos componentes da categoria. Como ocupação profissional, tem-se como mais citada o trabalho na Unidade Produtiva acrescentado de aposentadoria, 52%. Conforme pesquisa de campo, pode-se dizer que muitas delas não exercem mais atividades nas lavouras de tabaco, mas participam dos processos de sortição do fumo nos galpões e tinham atividades como o cuidado com a horta, com a casa e com animais de pequeno porte (galinhas, cães, gatos, etc).

Mesmo com idade superior a 60 anos, muitas mulheres ainda não haviam conseguido o benefício da aposentadoria, alegando que “não tinham movimentação no bloco de produtora”, o que representa 24% dessas mulheres e justifica a existência da opção “propriedade” como resposta. Algumas famílias ainda apresentavam idosas com idade superior a 85 anos e destas, 23 % não participavam de nenhuma atividade agrícola, apenas contribuíam para a renda familiar com sua aposentadoria. O gráfico 6 que segue trata também da ocupação profissional, mas em relação aos homens com 60 anos ou mais.

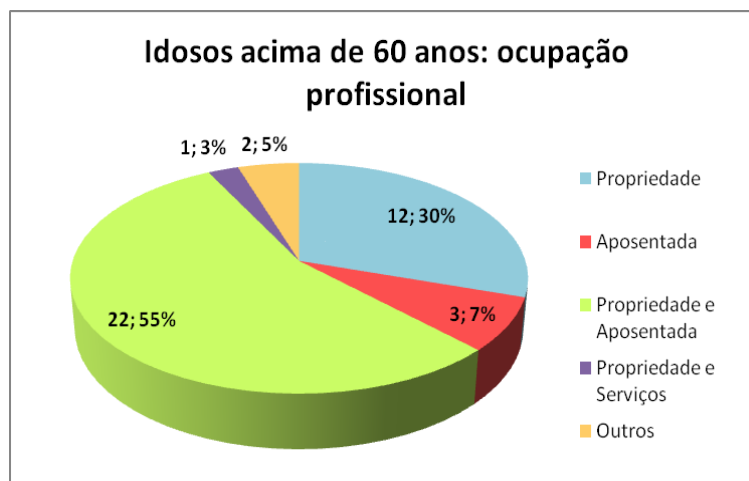


Gráfico 6: Ocupação profissional de homens com 60 anos ou mais.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Para os homens “idosos” o trabalho na UPF acrescentada de aposentadoria é uma atividade para 55% dos respondentes; 30 % dos idosos trabalha somente na Unidade produtiva e apenas 7% são somente aposentados. Esse número é menor quando comparado às mulheres idosas, uma vez que a idade de aposentadoria rural para homens é de 65 anos e para mulheres é de 60, o que também sustenta a constatação de mais mulheres aposentadas que homens, bem como a pouca idade média dos homens, de 69,8 anos. O gráfico que segue traz a mesma análise, comparando estes 114 idosos e idosas em relação ao grau de diversificação.

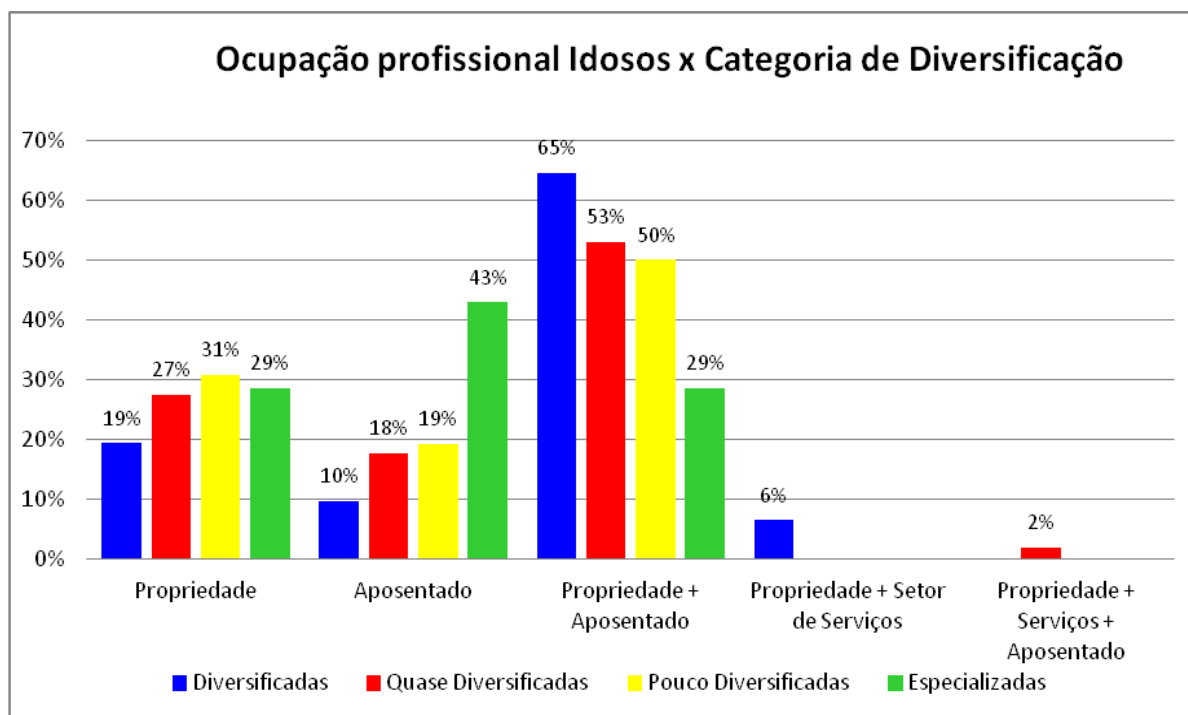


Gráfico 7: Ocupação profissional dos idosos em relação à categoria de diversificação familiar.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Quanto aos idosos e idosas das famílias diversificadas, 65% são aposentados e trabalham na UPF, 19% só exercem atividades no *household*, 10% somente possuem aposentadoria e 6% trabalham no setor de serviços e na Unidade produtiva ao mesmo tempo. A ocupação mais mencionada entre os idosos da categoria especializadas é “aposentado”, com 43%, seguida de 29% para “Unidade produtiva + aposentado” e também “Unidade produtiva”. Já 50% dos idosos das famílias Pouco Diversificadas possuem aposentadoria e trabalham na UPF; 31% só trabalham no *household* e 19% são só aposentados. Os integrantes com 60 anos ou mais das famílias quase diversificadas distribuem-se em: 53% aposentados e trabalham na UPF, 27% ocupam-se só na atividade agrícola, 18% são só aposentados e 2% são aposentados e possuem algum tipo de atividade no *household* e setor de serviços.

Constatou-se assim diferença significativa entre a ocupação dos idosos das famílias Diversificadas e Especializadas. Nesse sentido, pode-se inferir que as famílias diversificadas apresentaram maior variação de atividades ocupacionais entre os idosos que as famílias especializadas (E)⁷⁹. Tanto para as E. quanto para as P.D. a ocupação profissional dos idosos distribuiu-se em três categorias; já para as Q.D. e D. notou-se a presença de pessoas também em atividades no setor de serviços, o que mais uma vez se caracteriza como pluriatividade no meio rural e uma forma de menor dependência financeira da fomicultura. A despeito do grau de escolaridade entre os idosos e idosas com mais de 60 anos, tem-se a tabela abaixo.

Tabela 11: Grau de escolaridade entre homens e mulheres com 60 anos ou mais⁸⁰.

Escolaridade	Mulheres		Homens	
	Casos	%	Casos	%
Analfabeto	14	18,92	4	10
Sabe ler e Escrever	16	21,62	11	27,5
Ensino Fundamental Incompleto	42	56,76	23	57,5
Ensino Fundamental Completo	1	1,35	1	2,5
Ensino Médio completo	1	1,35	1	2,5
Total	74		40	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Ampliando a descrição dos dados da tabela 11 acima, percebe-se que para ambos os sexos, mais da metade dos homens afirmou não ter concluído o Ensino Fundamental – 56,76% das idosas e 57,5% dos idosos. Além disso, tem-se a incidência de pessoas com

⁷⁹ Para tal inferência realizou-se teste *qui-quadrado* a fim de compreender a ocupação profissional dos Idosos entre as Categorias Diversificadas e Especializadas. O teste apontou significância menor que 0,05.

⁸⁰ Não houve significância estatística entre a Escolaridade de homens e mulheres com 60 anos ou mais.

nenhuma ou quase nenhuma escolaridade: 27 integrantes só “Sabem ler e escrever” (21,62% entre as mulheres e 27,5% entre os homens) e 18 são “Analfabetos” (18,92% de mulheres e 10% dos homens). A presença de 72 mulheres e 38 homens entre as três variáveis que representam menor grau de escolaridade é justificada pela pouca possibilidade de estudo nas comunidades rurais, inexistência de escolas com séries avançadas, dificuldade de acesso viário e, principalmente, necessidade que havia em contar com a mão de obra infantil para ajudar nas atividades da UPF, principalmente na lavoura de fumo, impossibilitando a continuidade da formação educacional.

De forma geral, destaca-se uma “evolução” do grau de escolaridade das três categorias, na qual os idosos apresentam no máximo 4 anos de estudo, os adultos distribuem-se entre EFI e EMC e os jovens possuem níveis de escolaridade correspondente à idade média da categoria, 12 anos – EFI. Em relação à ocupação profissional, conforme já descrito, os jovens são predominantemente estudantes, os adultos possuem como atividade principal o trabalho na Unidade Produtiva, seguido do setor de serviços e os idosos são aposentados e seguem as atividades na propriedade, tanto para homens quanto para mulheres. Assim, tem-se um panorama geral dos 917 integrantes das 250 famílias pesquisadas, em relação à faixa etária, sexo, escolaridade e ocupação profissional. Dando sequência às análises do *household*, passa-se então à apreciação dos dados alusivos às unidade produtivas e ao cultivo do tabaco, tais como área média, área de plantio de tabaco, área de mata, integração às empresas fumageiras, etc.

5.3. CARACTERIZAÇÃO DO HOUSEHOLD: AS UNIDADES PRODUTIVAS

A realização do presente diagnóstico produtivo das 250 unidades familiares fumicultoras tornou-se fundamental para a compreensão da questão da diversificação dos meios de vida, uma vez que o ativo “terra” é essencial para a categorização das famílias entre diversificadas, quase diversificadas, pouco diversificadas e especializadas. A tabela que segue apresenta uma descrição geral destes *households*.

Tabela 12: Panorama geral das 250 Unidades Produtivas Fumicultoras

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
Condição da unidade familiar produtiva por uso da terra.	<ul style="list-style-type: none"> • 231* são próprias • 11 são do tipo “meia” ou por sociedade • 8 arrendadas <p>*das 231 áreas próprias 9 também possuem terras arrendadas para outros cultivos (fumo e soja).</p>
Tipo de Fumo plantado	<ul style="list-style-type: none"> • Somente Burley – 12 <i>householdss</i> • Somente Virgínia – 220 <i>householdss</i> • Burley e Virgínia – 17 <i>householdss</i> • Orgânico – 1 <i>household</i> <p>*4 <i>householdss</i> tinham fumo do tipo Virgínia e do tipo Amarelinho ou Orgânico.</p>
Integração à Cadeia Produtiva do Tabaco (CPT)	<ul style="list-style-type: none"> • 15 famílias não integradas • 235 famílias integradas
Tempo (em anos) que a família planta fumo:	<ul style="list-style-type: none"> • Médio: 26,73 anos (mediana: 26,5) • Tempo máximo: 90 anos • Tempo mínimo: 1 ano
Área de plantio de tabaco:	<ul style="list-style-type: none"> • Média: 3,23 hectares (47 mil pés de fumo) (<i>sem outliers</i>) • Máximo: 13 hectares • Mínimo: 0,5 hectares
Área de mata (plantada e/ou nativa)	<ul style="list-style-type: none"> • Média: 4,5 hectares (<i>sem outliers</i>) • Máximo: 120 hectares • Mínimo: 0 hectares

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Conforme a tabela 12, percebe-se que 92,4% das áreas de terra são próprias das famílias (231), e que 4,4% dividem a área para plantio na metade (meia)⁸¹ ou são sócios⁸² de outra família (11 casos). Das 8 famílias que só possuem área arrendada somada às 9 que são proprietárias e arrendam, tem-se 17 casos de “aluguel” da terra cujo pagamento geralmente ocorre em dinheiro ou em produção agrícola. No caso, das 9 famílias que são proprietárias, 5 alegaram que arrendam terra para plantio de outras culturas como a soja, já que a área que possuem não é suficiente para uma cultura que, segundo os respondentes, exige mais de 20

⁸¹ A denominação “meeiro” significa que a família divide a lavoura de fumo em 50%, desde os custos até a lucratividade, trabalhando num sistema de parceria. Geralmente uma família é a proprietária da terra e a outra trabalha somente na metade, sem residir dentro da área da unidade familiar.

⁸² A denominação “sócio” significa que a família vive e trabalha numa unidade familiar maior, mas que é responsável por alguma porcentagem da lavoura (geralmente de 15% a 20%). Por exemplo, se a família é sócia no grau de 15% ela auferir ganhos em 15% e custeia esse mesmo percentual da lavoura total de fumo, mas trabalha em toda ela. Geralmente essas famílias moram em pequenas residências dentro da propriedade maior e não precisam arcar com os custos de luz, água e aluguel, apenas com a própria alimentação.

hectares de plantio para obtenção de lucro. As outras 4 famílias afirmaram que arrendam tanto para o plantio do fumo como para outras culturas, pois mesmo tendo terra própria, esta não serve para agricultura por ser área de preservação como encostas ou pela proximidade de rios e nascentes.

Em relação ao fumo plantado, predomina o tipo *Virgínia* (ou de estufa) em 88% das *households*, principalmente por ser uma espécie que detém maior valor de mercado em relação ao fumo de galpão ou ao *Burley*. 4,8% das famílias plantam somente o tipo *Burley* e 6,8% plantam os dois tipos. Além disso, foi possível notar a presença do fumo amarelinho e o orgânico sob a alegação de que tinham maior valorização em relação ao fumo de estufa, mas apenas em 5 unidades familiares. Comparativamente, o fumo de estufa tem um processo de colheita e secagem que demanda mais trabalho físico e mão de obra devido às colheitas frequentes (no mínimo em 3 fases) para preencher uma estufa para a etapa de secagem (ou cura). Já o fumo *Burley* organiza-se com apenas uma colheita (corte do pé inteiro) e não necessita do uso da lenha no momento da secagem, o que muitas vezes torna-se o principal motivo para a escolha deste tipo de fumo: mesmo com um valor de mercado menor, o *Burley* exige menor participação da mão de obra e o custo de produção chega a ser metade do necessário para o fumo *Virgínia*⁸³.

Quanto à participação no sistema integrado, 94% das famílias possuem contrato formal com uma ou mais empresas beneficiadoras de tabaco, enquanto que 6% não estão integrados ao sistema, seja por decisão de vender sua produção de forma mais independente, seja por possuir dívidas e não conseguir mais realizar contratos com as empresas. Nos dois casos as famílias apontaram vantagens e desvantagens de fazer parte da Cadeia Produtiva do Tabaco o que pode ser constatado na seção 5.1.1.

Sobre o tempo de cultivo do tabaco nas famílias, este ficou em média de 26,73 anos, o que caracterizaria aproximadamente 3 gerações de acordo com a forma de contagem dos respondentes⁸⁴. Muitos afirmam que herdaram a unidade produtiva e o “saber cultivar o fumo” dos seus pais e avós e que, em muitos casos, isso não se perpetuará nas próximas gerações, tanto pelo êxodo dos jovens do campo, quanto pelo desejo de não seguir plantando tabaco de pais e filhos, mesmo que permaneçam na agricultura. Já as informações a cerca do uso da área foram divididas em três questões: área de plantio do tabaco, área de mata (plantada e nativa) e área total da unidade produtiva.

⁸³ Ver seção 5.1.1 deste capítulo.

⁸⁴ Segundo as próprias famílias, uma geração produtora de tabaco é renovada a cada 10 anos.

A respeito de o uso de terra para fumicultura, a média é de 3,23 hectares, o que corresponde a aproximadamente 47 mil pés de fumo em média; a área máxima com plantio ficou em 13 hectares e a área mínima em 0,5 hectares⁸⁵; quanto à área de mata, a ocupação média ficou em 4,5 hectares por unidade produtiva (a média foi calculada sem *outliers* - casos extremos). É importante destacar que alguns produtores conseguem retirar toda ou parte da lenha para secagem do tabaco de sua própria área, reduzindo os custos de produção; alguns ainda conseguem plantar eucalipto para a venda da madeira, constituindo outra fonte de renda que é tida como altamente lucrativa para as famílias. Na sequência, tem-se o gráfico 8 que apresenta as informações sobre a área média das *households*.

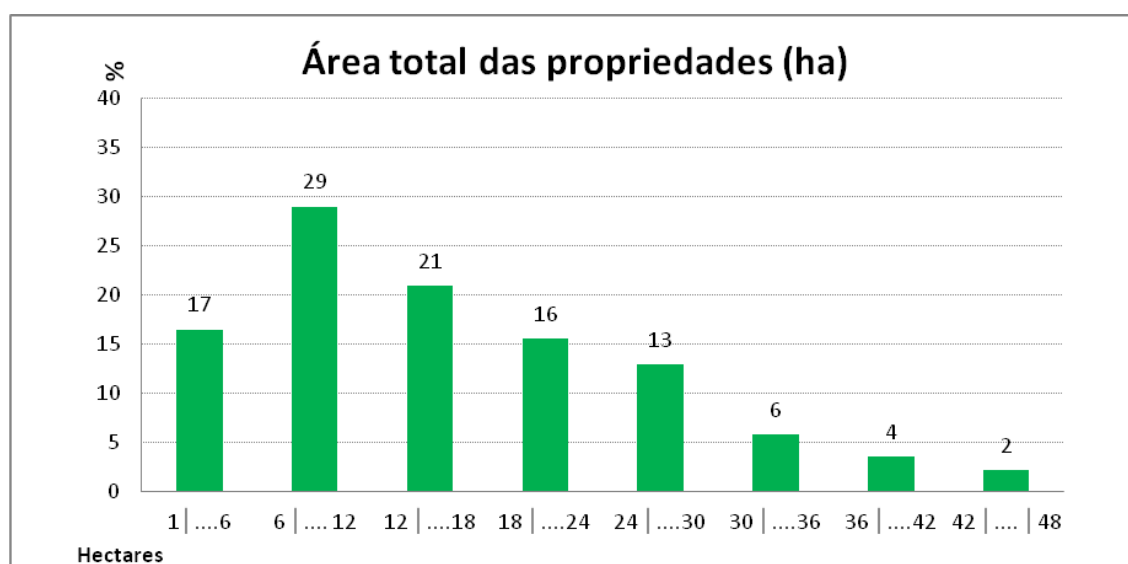


Gráfico 8: Área média das *households* em hectares.
Fonte: Elaboração própria.

Conforme o gráfico acima, 29% das 239⁸⁶ famílias possuem área da unidade produtiva entre 6 e 11,9 hectares, 21% apresentam área entre 12 e 17,9 hectares; 17% das famílias possuem área entre 1 e 5,9 hectares, 16% entre 18 e 23,9 hectares e 13% entre 24 e 29,9 hectares. A média geral da área das unidades familiares fumicultoras ficou (sem *ouliers*) em 16 hectares, o que caracteriza predomínio de pequenas propriedades segundo o Estatuto da Terra de 1964. A partir dessa estruturação de informações gerais, inclui-se agora uma exposição dos dados das características produtivas em relação ao seu grau de diversificação das famílias.

⁸⁵ A média foi calculada sem *outliers*.

⁸⁶ Como o desvio padrão da média de hectares das 250 famílias foi maior que a metade da média, teve-se a necessidade de corrigir este desvio estatisticamente, assim, as famílias apresentaram mais de 48 hectares foram retiradas do cálculo. Nesse sentido, utilizou-se cálculo por classes de hectares, conforme gráfico.

5.3.1. Estrutura das Unidades Produtivas nas Categorias de Diversificação.

De acordo com as informações levantadas com a pesquisa de campo, foi possível observar algumas diferenças estatisticamente significativas entre as famílias Diversificadas, Quase Diversificadas, Pouco Diversificadas e Especializadas em relação às características dos *households*. A presente caracterização inicia-se então com análise sobre condição da UPF fumicultora.

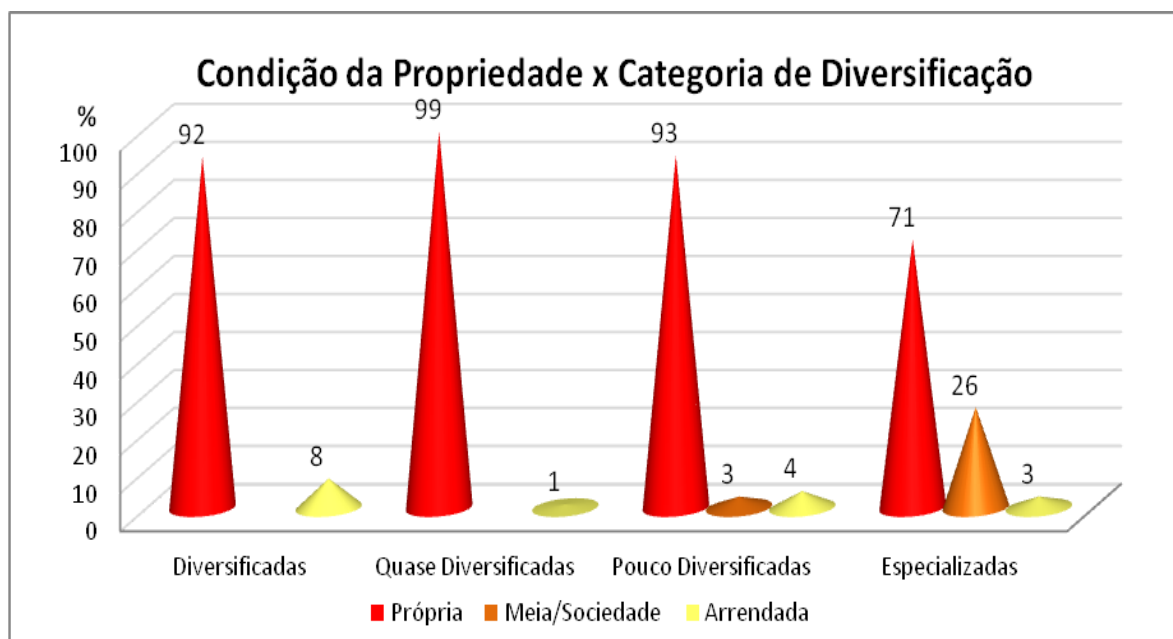


Gráfico 9: Condição da Unidade Familiar por Categoria de Diversificação.
Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 9 demonstra que para os quatro tipos de famílias, a principal condição é “própria”: 92% para as Diversificadas (D), 99% para as Quase Diversificadas (Q.D), 93% para as Pouco Diversificadas (P.D) e 71% para as Especializadas (E). Apesar das 4 categorias terem a principal condição da área de terra como própria, vale destacar que dentre as E. esta proporção é bem menor em relação às outras três. Ainda, 26% destas famílias trabalham em terras na forma de “meia/sociedade” o que permite afirmar que possuem elevado grau de dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco, pois nem mesmo são donas das áreas na qual plantam e/ou residem, configurando uma relação de trabalhado não formalizada na agricultura⁸⁷. A tabela que segue organiza informações das famílias diretamente sobre a produção de tabaco: tipo de fumo plantado e quantidade, integração às empresas fumageiras e tempo médio de plantio.

⁸⁷ Para tais inferência foi realizado teste estatístico *qui-quadrado*, o qual mostrou diferença significativa ao grau de 0,05 para a comparação entre diversificadas e especializadas, diversificadas e quase diversificadas. Não houve diferença significativa em relação às categorias diversificadas e pouco diversificadas.

Tabela 13: Características da Produção de Tabaco por Categorias de Diversificação

	Diversificadas	Quase Diversificadas	Pouco Diversificadas	Especializadas
Total de Famílias	39	108	69	34
Virgínia (estufa)	31 famílias	93 famílias	64 famílias	32 famílias
Burley	6 famílias	4 famílias	2 famílias	0
Virgínia e Burley	1 família	11 famílias	3 famílias	2 famílias
Outro	1 família	0	0	0
Integrados ao CPT	29 famílias	105 famílias	68 famílias	33 famílias
Não Integrados ao CPT	10 famílias	3 famílias	1 família	1 família
Tempo médio de plantio de tabaco	27,07 anos	28,06 anos	27,04 anos	22 anos
Média de pés de fumo plantados	42,84 mil	47,62 mil	53,83 mil	45 mil

Fonte: Elaboração própria.

Quanto às características da produção do tabaco, a tabela 13 evidencia algumas diferenças importantes e estatisticamente significativas⁸⁸ dentre as quatro tipos de famílias. Sobre o tipo de fumo plantado, notou-se que entre as 39 Diversificadas, 31 (79,48%) cultivam somente *Virgínia* e 6 (15,38%) só o fumo *Burley*; das 108 famílias Quase Diversificadas, 86,1% plantam o *Virgínia*, seguido de 10% *Virgínia* e *Burley*. 92,7% das famílias Pouco Diversificadas trabalham apenas com o fumo de estufa, da mesma forma que 94% das Especializadas. Estas duas últimas categorias demonstram pouca variação em relação ao tipo de tabaco cultivado, o que pode diminuir a margem de negociação com os comerciantes de fumo, sejam eles atravessadores ou empresas. Logo, é possível inferir que as famílias diversificadas optam por plantar uma variedade de tabaco que exige menor intensidade de mão de obra e uso de insumos como a lenha (*Burley*), permitindo-lhes otimização do tempo de trabalho para além do cultivo do fumo.

Mais evidente ficou a questão da dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco quando se analisou a integração ou não ao sistema⁸⁹: 25,6% das famílias Diversificadas (10 em 39) não estão integradas à CPT, proporção esta bastante expressiva quando comparada às outras três categorias. Das Quase Diversificadas, 2,78% não são integradas; do total de famílias das Pouco Diversificadas e das Especializadas, apenas 1 não tem integração à CPT, conforme a tabela 13.

⁸⁸ O teste *qui-quadrado*, comparando as quatro categorias de famílias em relação ao tipo de fumo plantado mostrou-se significativo ao grau de 0,00.

⁸⁹ Grau de significância estatística para o teste *qui-quadrado* foi de 0,00 para as quatro categorias em relação à integração à CPT.

O tempo médio de plantio de tabaco por tipo de família é numericamente o mesmo (27 e 28 anos) para as diversificadas, quase diversificadas e pouco diversificadas, tendo pequena variação para as especializadas, com 22 anos – pouco mais de duas geração. Sobre a média de fumo plantado (por mil pés), observou-se que esse valor foi menor entre as famílias D. (42,84 mil pés) e maior entre as P.D. (53,83 mil pés), seguido das Q. D. (47,62 mil pés) e das E. (45 mil pés), mas a diferença entre as médias não foi significativa. O gráfico abaixo expressa a relação quanto ao uso da área da unidade produtiva.

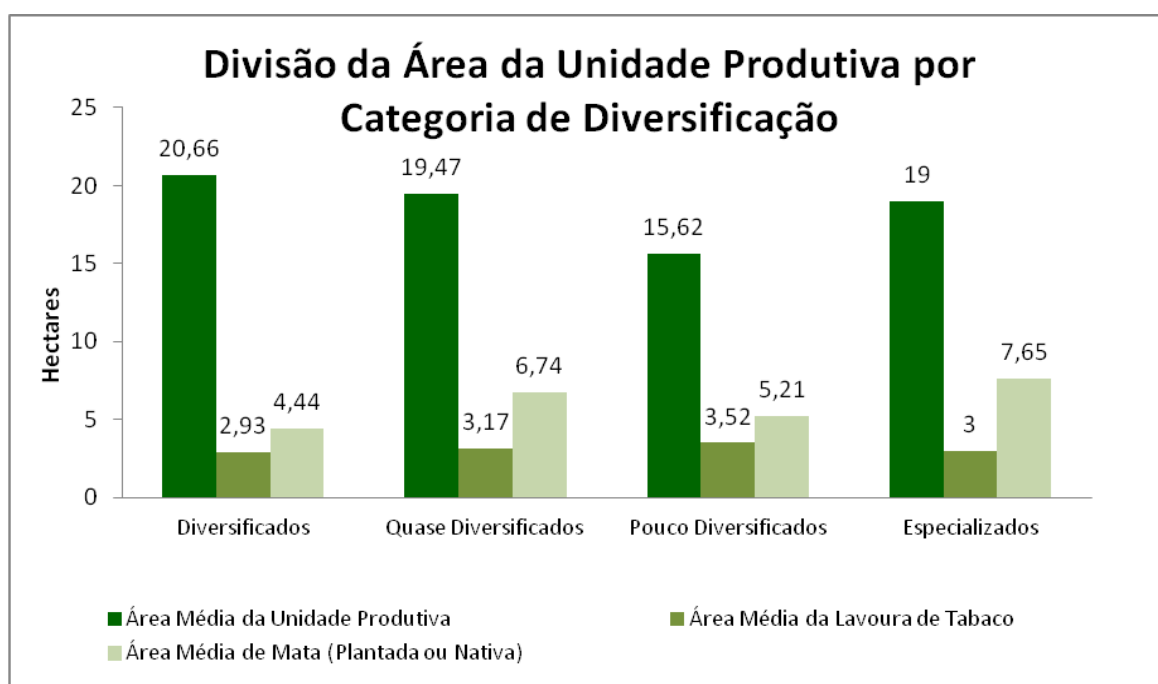


Gráfico 10: Divisão da Área da Unidade Produtiva por Categoria de Diversificação
Fonte: Elaboração própria.

A área média do *household* é maior entre as famílias Diversificadas com 20,66 hectares e menor entre as Pouco Diversificadas com 15,62 hectares. Em contrapartida, são estas famílias P.D. que apresentaram maior uso médio de área para plantio do tabaco, com 3,52 hectares e as D. com o menor uso, 2,93 hectares em média. As quatro categorias familiares possuem utilização de área média para o cultivo do fumo semelhante à média geral de 3,22 hectares. É interessante notar que para a área de mata (plantada ou nativa), o número médio de hectares é maior entre as Especializadas, com 7,65 e menor entre as D., com 4,44 hectares. Fazendo uma relação entre área média total, subtraindo área média de mata e de plantio de tabaco é possível perceber que as famílias Diversificadas ficam com 13,29 hectares em média para outros usos, sendo para agricultura, pecuária ou moradia. Essa média decresce

para 9,56 hectares para as Q.D., 8,35 para as E. e 6,89 para as P.D., o que mais uma vez pode ser entendido como uma dependência da CPT em relação ao uso da área de terra das unidades.

Assim sendo, tanto as inferências para as 250 famílias estudadas quanto às interpretações de forma categorizada buscaram explicitar um pouco da realidade da fumicultura no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra a partir deste estudo empírico. Estas informações também contribuem para a compreensão de como a questão da diversificação dos meios de vida é influenciada por uma maior ou menor dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco. Portanto, as inferências aqui descritas para as 250 unidades familiares produtoras de tabaco servem também para explicar a realidade dos 61.931 estabelecimentos no Rio Grande do Sul, com grau de confiança de aproximadamente 94%.

6. OS MEIOS E AS PERCEPÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS FUMICULTORAS

De acordo com as explicações do *framework* teórico-metodológico do capítulo 3, empiricamente, o presente capítulo busca apresentar, a partir de uma análise dos Meios de Vida e das Percepções de Vida, os conjuntos mais vulneráveis que restringem e/ou limitam as possibilidades as famílias fumicultoras enfrentarem as adversidades as quais estão expostos em função da integração a um sistema produtivo. Por outro lado, também se analisam os conjuntos ou as dimensões que permitem às famílias expandirem a qualidade das suas condições de vida ou o bem-estar.

Desta forma, parte-se de uma análise geral das médias dos cinco conjuntos capacitórios (ou dimensões), verificando quais ampliam e quais restringem às condições de vida dessas famílias. Por conseguinte, dentre os conjuntos ampliadores, explanou-se sobre os meios e percepções “expansoras”; dentre os conjuntos entendidos como limitantes interpretou-se sobre os meios e percepções mais vulneráveis⁹⁰. O gráfico abaixo, juntamente com a tabela que segue, mostra o comportamento geral dos conjuntos capacitórios nas cinco dimensões.

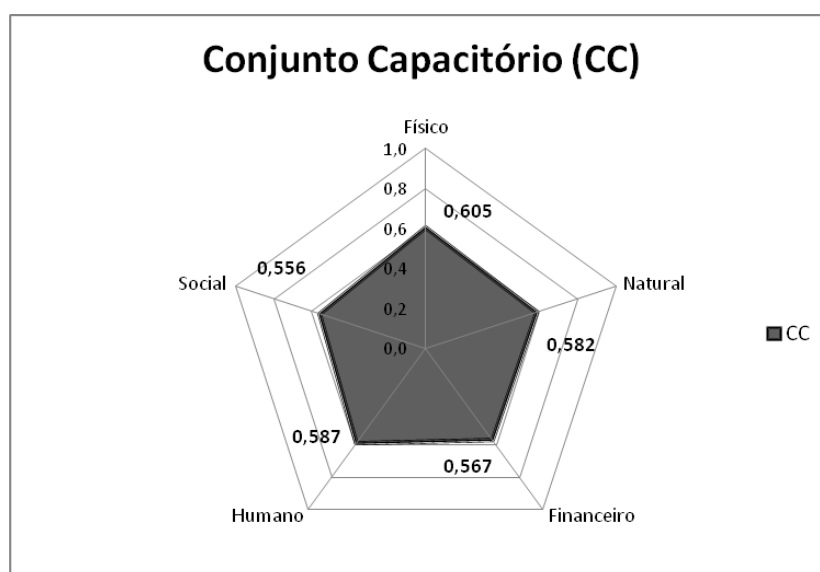


Gráfico 11: Biograma do Conjunto Capacitório das 250 famílias.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

⁹⁰As análises partem das médias dos conjuntos (ou dimensões), do Índice dos Meios de Vida e do Índice de Percepção de Vida, mas não restringem-se somente a estas médias, consideraram também os relatos das famílias que ocorreram ao longo da pesquisa de campo, o que permitiu ampliar a compreensão dos gráficos e tabelas.

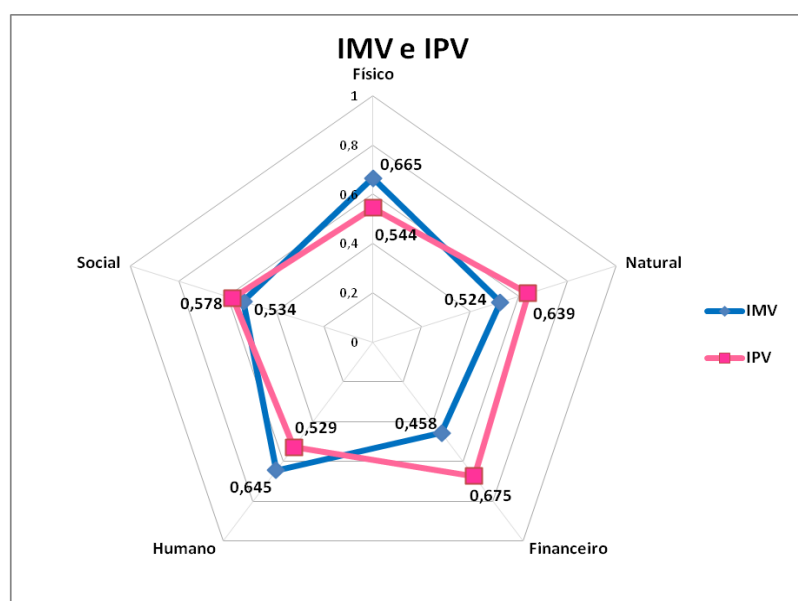
Tabela 14: Valores gerais do Conjunto Capacitório por Dimensão para as 250 famílias.

Dimensões	Físico	Natural	Financeiro	Humano	Social	Geral
Conjunto Capacitório (média IMV e IPV)	0,605	0,582	0,567	0,587	0,556	<u>0,579</u>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Refletindo sobre o biograma e os valores dos Conjuntos Capacitórios (CC) Geral e por dimensão, obteve-se uma média final de 0,579; com a disposição harmônica do radar no gráfico, o valor médio das dimensões mostrou-se semelhante para o conjunto das 250 famílias. Observando os valores dos conjuntos capacitórios, em comparação ao CC_geral (0,579), tem-se que os limitantes às condições de vida foram: CC Social, com média de 0,556, seguido do CC Financeiro, com média de 0,567. Como conjuntos que permitem ampliar/melhorar as condições de vida tem-se: CC físico (0,605), CC humano (0,587) e CC natural (0,582). Devido à proximidade das médias desses CC, foi necessário entender cada dimensão separadamente, analisando as causas dessa distribuição não igualitária dos “ganhos” advindos desse processo de modernização no meio rural, e quais os motivos levaram o conjunto social e financeiro serem os mais vulneráveis.

É importante ressaltar que pela utilização de médias simples para o cálculo dos CC, mesmo que estas tenham resultado de uma distribuição normal, foi preciso “abrir” cada conjunto para apreender os fatores limitantes e ampliadores em relação aos meios e as percepções de vida. O biograma que segue mostra essa organização do CC no Índice dos Meios de Vida (IMV) e no Índice das Percepções de Vida (IPV).

**Gráfico 12: Biograma do IMV e IPV geral.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Analisando o biograma 12, observa-se uma representação desigual dos pentágonos pelos cinco capitais e suas percepções, no qual a linha azul (meios de vida) possui desenho oposto à linha rosa (percepções), o que remete à “preocupação” inicial sobre o conceito de Qualidade de Vida, apontando para a necessidade de uma interpretação de forma multidimensional, além do aspecto renda, não somente avaliando aquilo que as pessoas têm, mas como elas percebem o que possuem, uma vez que as representações que as pessoas fazem sobre seus meios influencia nas opções e escolhas de estratégias para melhoria das condições de vida. Assim, retomando a ideia de Sen (2008; 2010), pode-se inferir que, segundo o biograma do IMV e do IPV, estas condições encontram-se de forma desequilibrada para estas famílias fumicultoras, pois os valores dos índices dos recursos financeiros, sociais e naturais apontaram para uma situação mais precária em relação aos outros capitais e diferente também da própria percepção sobre estes ativos. A tabela e a figura que seguem mostram os valores dos Índices dos Meios de Vida e dos Índices de Percepção de Vida em relação às dimensões física, natural, financeiro, humana e social.

Tabela 15: Valores dos IMVs, IPVs e Conjunto Capacitório por Dimensão

Dimensões	Físico	Natural	Financeiro	Humano	Social	Geral
IMV	0,665	0,524	0,458	0,645	0,534	0,565
IPV	0,544	0,639	0,675	0,529	0,578	0,593
Conjunto Capacitório (média IMV e IPV)	0,605	0,582	0,567	0,587	0,556	0,579

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Estabelecendo um comparativo entre as média dos cinco capitais e suas percepções, pela tabela 15, tem-se que o Índice dos Meios de Vida (IMV_{geral}) das 250 famílias produtoras de tabaco foi de **0,565** e o Índice de Percepção de Vida (IPV_{geral}) em **0,593**. Essa primeira diferença entre o IMV e o IPV permite afirmar que as famílias percebem um pouco melhor seus intitamentos em relação a como eles se encontram na vida real. Desta forma, os valores médios gerais do IMV e do IPV foram utilizados como parâmetros de comparação para pensar quais capitais apresentaram-se mais vulneráveis (negativos) e quais permitem ampliar as liberdades destas famílias (positivos) e, ainda, como ocorre sua relação com a forma que as famílias percebem (ou não) essa vulnerabilidade⁹¹. A figura 22 que segue traz esses comparativos.

⁹¹ É preciso considerar que os valores das questões oscilaram entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 0 tem-se maior dependência da CPT e quanto mais próximo de 1 tem-se uma condição mais autônoma na gerência

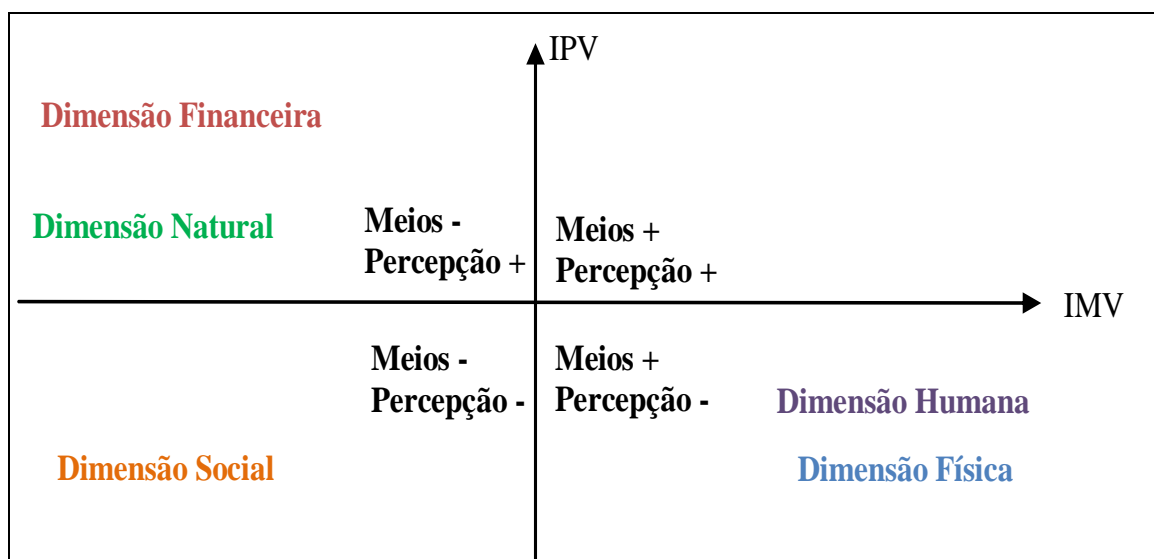


Figura 22: Organização das Dimensões de Vida em relação aos meios e percepções.
Fonte: Pesquisa de Campo

Com base da ilustração da figura 22, tem-se que o ponto de encontro entre as retas do IMV e IPV é a média dos cinco conjuntos capacitórios: 0,579. Nesse sentido, constatou-se que os capitais mais vulneráveis apresentaram uma média de 0,458 para o financeiro, seguido de 0,524 para o natural e 0,534 para o social (ambos abaixo do IMV geral – 0,565) o que faz com que na figura 22 apareçam nos quadrantes “negativos” do IMV. Em contrapartida, o capital físico foi o que obteve melhor média dentre os meios de vida, sendo esta de 0,665; o capital humano apresentou valor de 0,645, sendo este o segundo melhor ativo, o que faz com que estes capitais esteja nos quadrantes “positivos” do IMV. Esta mesma organização nos quadrantes da figura 22 ocorreram para as percepções, tendo então como as mais negativas a humana, com 0,529, a física, com 0,544 e a social, com 0,578 – ambas abaixo do valor do IPV geral de 0,593. Diferentemente dos meios de vida, a melhor percepção fora a financeira, com 0,675, seguida da natural com 0,639.

Ademais, tais comparativos entre meios e percepções colocaram algumas questões a serem respondidas ao longo deste capítulo: afinal, quais indicadores permitem entender os intitamentos financeiros e naturais serem os mais negativos/vulneráveis em relação à média geral? Quais indicadores auxiliam as explicações sobre as percepções positivas das famílias para esses capitais mais vulneráveis? Da mesma forma, como entender o capital físico e humano como os melhores meios de vida e as piores percepções? E em quais indicadores tem-se essa condição de fragilidade na dimensão social?

dos recursos financeiros da família, ou seja, maior liberdade para que estas pudessem fazer escolhas para melhorar ou manter determinada condição de vida tida como satisfatória.

6.1. OS CONJUNTOS CAPACITÓRIOS AMPLIADORES DAS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO

Nesta seção apresentam-se os dois conjuntos que tiveram as médias dos Capitais como positivas e as médias das Percepções como negativas, mas que tiveram seus conjuntos capacitórios com médias maiores que 0,579. Logo, a proposta aqui é compreender como os conjuntos físico e humano seriam os ampliadores das estratégias de diversificação a partir de uma análise dos seus indicadores objetivos e subjetivos, relacionando os resultados com outros trabalhos já publicados sobre a temática da fomicultura. A assertiva é que por terem percepções piores que seus meios, as famílias busquem estabelecer estratégias para melhorar tais condições de vida.

6.1.1. O Conjunto Físico – Meios e Percepções

Conforme a perspectiva da diversificação dos meios de vida, o capital físico caracteriza-se por abranger o que foi criado, consumido, conquistado pelo processo econômico de produção, remetendo-se às condições de infraestrutura do *household*, ou seja, a posse de máquinas, os bens materiais, as condições de acesso e deslocamentos, os seguros e garantias do *cash crop* e das demais formas de produção e a área da unidade produtiva familiar. Assim, o gráfico e a tabela que seguem demonstram as médias desses indicadores objetivos e subjetivos da dimensão física das 250 famílias pesquisadas.

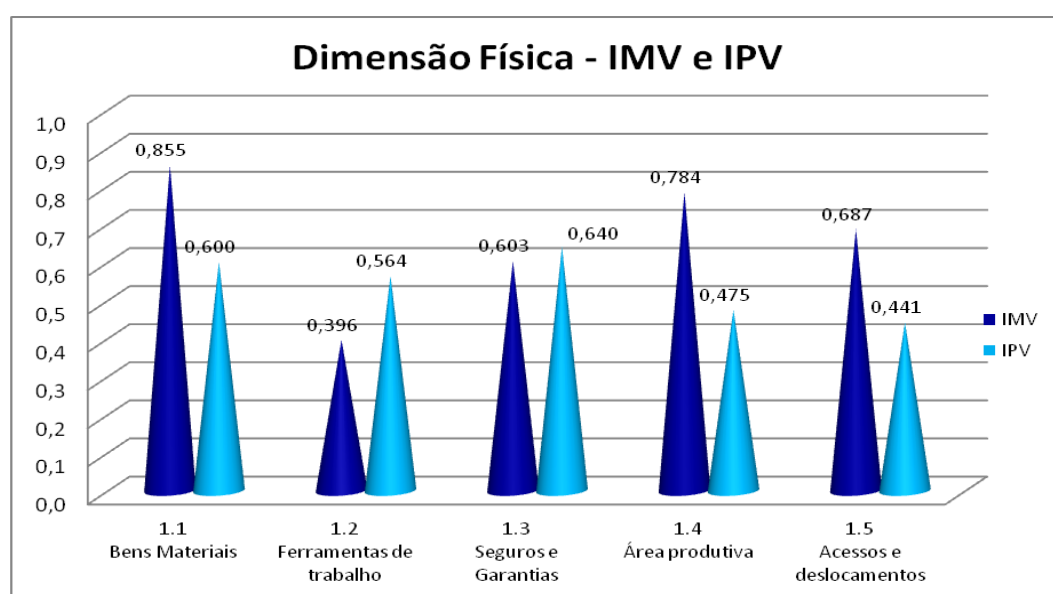


Gráfico 13: Dimensão Física – IMV e IPV
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 16: Dimensão Física - Média dos indicadores objetivos e subjetivos

Meio Físico: indicadores – 0,665	Percepção Física: indicadores – 0,544
1.1.1 = 0,855	2.1.3 = 0,640
1.1.4 = 0,784	2.1.1 = 0,600
1.1.5 = 0,687	2.1.2 = 0,564
1.1.3 = 0,603	2.1.4 = 0,475
1.1.2 = 0,396	2.1.5 = 0,441

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Segundo gráfico 13, observou-se que de forma geral as famílias apresentaram elevada média quanto à posse de bens materiais (1.1.1), com 0,855, seguida de área produtiva (1.1.4), com 0,783 e acesso e deslocamentos (1.1.5), com média de 0,687, ambos indicadores acima do IMV_físico geral de 0,665, sendo estes então os ativos que permitem às famílias ampliarem suas estratégias de diversificação dentro do Capital Físico. As percepções expansoras estão relacionadas a seguros e garantias (2.1.3), bens materiais (2.1.1) e ferramentas de trabalho (2.1.2), acima da média do IPV_físico geral de 0,544.

É interessante notar que, dos cinco conjuntos capacitórios, a média da percepção física é a segunda pior, mesmo que seu capital seja o de melhor média. Ainda, as piores percepções estão relacionadas aos melhores meios 1.1.4 e 1.1.5 (indicado nas setas). É justamente essa diferença entre meio e percepção que será analisada na sequência e que permite entender sobre as estratégias das famílias para organizarem “projetos de diversificação dos seus meios de vida”, no caso, meio físico. No caso, delineou-se a abertura daqueles indicadores objetivos que tiveram média acima de 0,665, mas com indicadores subjetivos com médias abaixo de 0,544, como demonstrado nas setas da tabela 16.

A) 1.4: Área produtiva

Tratando-se de agricultura familiar, sabe-se que as áreas médias das propriedades no Rio Grande do Sul são caracterizadas como “pequenas”, o que pode ser comprovado com os dados do capítulo 5, os quais mostraram que a área média das 250 famílias ficou em 16 hectares, tendo também percentual expressivo entre 6 e 12 hectares. Assim, ao serem questionados sobre quanto a área produtiva representava do total da área da unidade familiar obtiveram-se as respostas conforme gráfico abaixo.

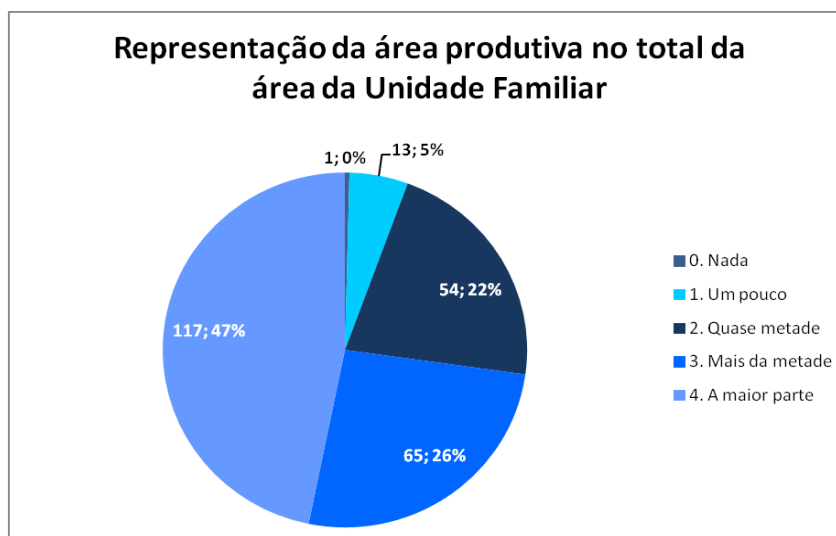


Gráfico 14: Área produtiva no total da área da Unidade familiar
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Os dados do gráfico 14 revelam que 47% das unidades familiares (117) utilizam a maior parte da sua área de terra, ou seja, mais de 75%; para 26% das famílias (65) o uso ficou em mais da metade (entre 50% e 75%) e para 22% (54) esse valor permaneceu em quase metade, entre 25% e 50%. Estes números e percentuais corroboram a ideia que, mesmo em pequenos espaços de terra, as famílias conseguem utilizar grande parte para suas atividades agrícolas, característico da agricultura familiar brasileira⁹². Contudo, a percepção das famílias sobre a sua área disponível para além do cultivo do tabaco foi a segunda pior do IPV físico, com média de 0,475 (tabela 16). A tabela 17 abaixo mostra a percepção sobre a área produtiva.

Tabela 17: Percepção sobre a Área Produtiva

2.1.4 Para plantar outros produtos que não o tabaco, acha que o tamanho da unidade produtiva é:		
Alternativas	Frequência	%
0. Nada suficiente	13	5,2
1. Pouco suficiente	132	52,8
2. Suficiente	91	36,4
3. Muito suficiente	14	5,6
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

⁹² Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006 e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) existem 80.250.453 hectares divididos em 4 367 902 estabelecimentos de agricultura familiar (Lei 11.326), o que corresponderia a uma média de 18,3 hectares por estabelecimento; ainda 74% do total das ocupações estão distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total).

Conforme tabela 17, 52,8% alegaram que a área para plantar/cultivar outros produtos além do tabaco é “pouco suficiente”, seguido de 36,4% que afirmaram que este espaço seria “suficiente”. Para estas 250 famílias, há uma relação entre pouco uso de hectares para fumicultura e altos rendimentos, o que não ocorre com outras culturas, como por exemplo, o milho e a soja. Retomando o que foi exposto no capítulo 5 sobre a CPT, de acordo com Anuário Brasileiro do Tabaco de 2014, a produtividade na safra 2013/2014 chegou a 2.272 quilos por hectare e a uma receita média de R\$ 7,28 por quilo.

Os estudos de Vargas (2013), Belinazo (2009) e Oliveira (2005), mostraram que há um melhor uso da área total da unidade produtiva para famílias que não possuem na fumicultura sua principal atividade agrícola. Segundo Oliveira (2005), as atividades ligadas à policultura são realizadas em áreas menores das propriedades. Belinazo (2009), comparando fumicultores dos três estados do sul do Brasil, apontou que os produtores do RS podem ser caracterizados como essencialmente monocultores de tabaco, diferentemente dos produtores de SC que aproveitam melhor seu espaço de terra. Ainda, estes trabalhos apontaram também que a área utilizada pela fumicultura nas unidades produtivas fica entre 2 a 3 hectares.

Nesse sentido, pode-se afirmar que em relação ao uso da área da unidade produtiva, geralmente as famílias não se percebem com outras atividades além do tabaco. A presença de expressiva de área média de mata (plantada e nativa – ver capítulo 5 e seção 5.3.1) é geralmente é vista como um espaço “sem utilidade” e que, se derrubado, poderia ser aproveitado para outros cultivos ou atividades. Logo, as estratégias de melhoria desse ativo passariam por uma readaptação da área produtiva para além da monocultura do tabaco, tanto na utilização do espaço de terra quanto na percepção das várias formas de gerar, por exemplo, ganhos financeiros, inclusive nas áreas de mata nativa.

B) 1.5: Acessos e deslocamentos

Outro indicador da dimensão física que apresentou meio positivo e a percepção negativa (tabela 16) está relacionado aos acessos e deslocamentos dos membros das famílias para a realização de atividades, tais como distancia entre o *household* e os centros ou sedes dos municípios, tipo de estrada e presença de transporte coletivo. Quanto à localização das unidades familiares, 47,2% distam até 10 quilômetros (Km) da sede do município, 43,6% localizam-se entre 10 km e 30 km e 9,2% estão a mais de 30 km da sede municipal.

Em relação à conservação das estradas, 55,6% afirmaram que estas eram de terra com manutenção regular, 23,2% afirmaram que as estradas não possuíam manutenção e 21,2%

tinham as estradas para deslocamentos com pavimentação asfáltica. Sobre as formas de transporte (além do particular/privado), 88% afirmaram ter acesso ao transporte coletivo (geralmente utilizado em horários escolares, duas a três vezes ao dia) e 12% só conseguiam deslocar-se pelo município com meios próprios. Apesar da existência de estradas no meio rural e de quase 50% das famílias residirem até 10 km da sede dos municípios, a percepção deste ativo foi o pior dentre os cinco indicadores subjetivos da dimensão física. Levando-se em consideração que a pesquisa de campo ocorreu em localidades do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra, a percepção das famílias sobre as condições das estradas pode ser ilustrada pelas figuras abaixo.



Figura 23: Estrada interditada no município de Rio Pardo por inundação.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo próprio.



Figura 24: Condições das estradas – Candelária, Paraíso do Sul (acima) *versus* Agudo e Boqueirão do Leão (abaixo).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo próprio.

Para 39,6% das 250 famílias, a condição das estradas foi avaliada como “ruim”; 17,6% como “péssimas”; para 35,6% as estradas são “boas” e para 7,2% as estradas são “muito boas”. Nesse sentido, o maior problema relatado foi: existe uma tentativa de manutenção das estradas não pavimentadas por parte das prefeituras locais, contudo, há a dependência das condições climáticas, como pode ser observado na figura 23 na localidade de Albardão em Rio Pardo. Devido ao elevado regime de chuvas, a ponte que ligava a comunidade à sede central do município desabou com a força de um córrego que transbordou, derrubando também a cabeceira da estrada. O mesmo pode ser percebido na figura 24, onde o demasiado regime de chuvas no Rio Grande do Sul, no inverno de 2014, trouxe desmoronamento de encostas e alteração no curso das estradas do interior de Paraíso do Sul e Candelária.

Segundo Sen (2008; 2010), a dificuldade para deslocar-se, para ir e vir, seja ela temporária ou permanente, pode trazer uma limitação de oportunidades ligadas, por exemplo, às facilidades econômicas e oportunidades sociais que dependeriam no caso, não somente da disponibilidade dos meios de transporte coletivos, mas das condições para a realização destes deslocamentos. Portanto, mesmo que existam acessos e estradas disponíveis para as famílias realizarem suas atividades, bem como para escoamento da produção agrícola, a dependência das condições climáticas e da manutenção destas estradas pelas administrações locais faz com que a percepção das famílias seja pior que seu ativo, sendo então um fator limitador à expansão das capacidades (físicas) de criar ou executar estratégias de diversificação.

6.1.2. O Conjunto Humano – Meios e Percepções

Pela abordagem de Amartya Sen (2010), o conjunto das capacitações humanas é essencial na compreensão das possibilidades de realizar mudanças nas condições de vida das pessoas. Para Sen, a educação, a saúde e emprego são elementos mínimos na vida dos indivíduos para que estes consigam superar determinados contextos de riscos e incertezas. Assim, as oportunidades sociais de Sen foram operacionalizadas pelo Capital Humano da perspectiva dos *livelihoods* referindo-se às questões de saúde, educação, trabalho, lazer, bem como a existência de instituições de educação pública e serviços de saúde adequados. Estes elementos foram organizados nos meios e percepções destacados no gráfico e na tabela que seguem.

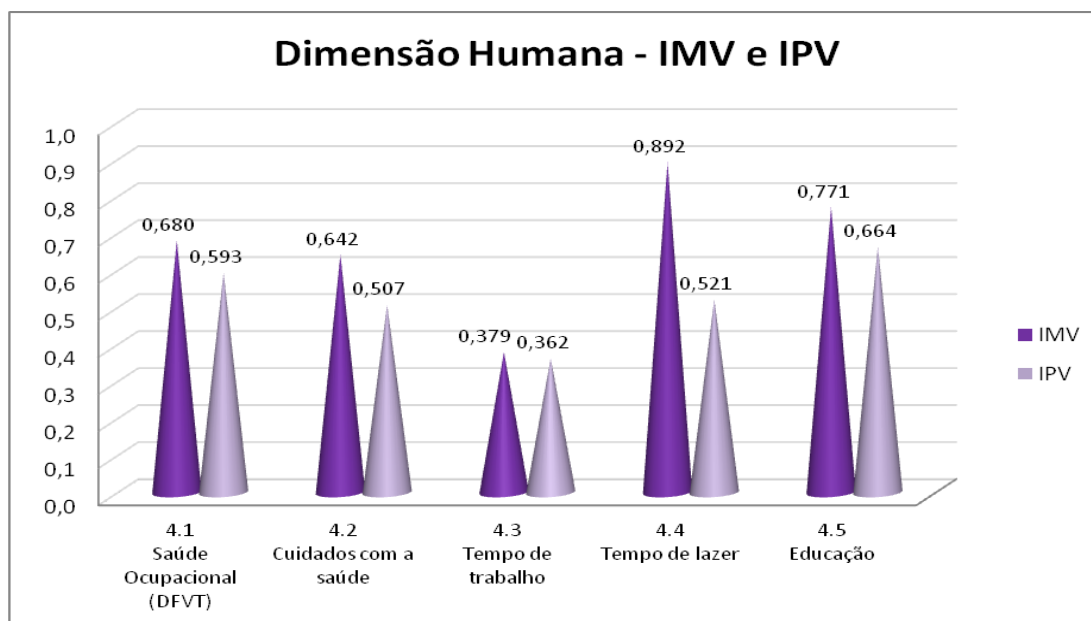


Gráfico 15: Dimensão Humana – IMV e IPV
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 18: Dimensão Humana - Média dos indicadores objetivos e subjetivos

Meio Humano: indicadores – 0,645	Percepção Humano: indicadores – 0,529
1.4.4 = 0,892	2.4.5 = 0,664
1.4.5 = 0,771	2.4.1 = 0,593
1.4.1 = 0,680	2.4.4 = 0,521
1.4.2 = 0,642	2.4.2 = 0,507
1.4.3 = 0,379	2.4.3 = 0,362

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Segundo as informações do gráfico e da tabela acima sobre a dimensão humana, todas as percepções possuem valores médios abaixo do seu meio/ativo correspondente, ou seja, os cinco indicadores objetivos apresentam seus cinco indicadores subjetivos menores. Ainda, pode-se dizer que os intitulamentos relacionados ao tempo de lazer (1.4.4), educação dos membros da família (1.4.5) e cuidados com a saúde do trabalho (1.4.1) foram apontados como os melhores meios; já as melhores percepções estão associadas à importância da educação (2.4.5) e aos cuidados com a própria saúde (2.4.1).

Estes meios e percepções são entendidos como os que permitem às famílias ampliarem suas estratégias de diversificação em relação ao conjunto humano. A partir da média do IMV tem-se no Capital Humano o segundo melhor meio de vida; dos ativos e percepções considerados expansores do conjunto capacitório, o que está arrolado ao tempo de lazer foi o

único que apresentou diferença, com indicador objetivo acima do IMV e o subjetivo abaixo do IPV (seta da tabela 18) e que está associado diretamente ao trabalho na fumicultura.

A) 4.4. Tempo de Lazer

O tempo de lazer na agricultura está interligado ao montante de trabalho ao longo do plantio, colheita e secagem do tabaco, assim como às condições climáticas locais. Nesse sentido, quando questionadas se durante a safra do fumo tinham tempo livre para passear, descansar ou realizar atividades de lazer com a família, 10,8% responderam que não possuíam este tempo livre, enquanto que 89,2% afirmaram que tinham esse tempo de lazer e/ou descanso. Já ao longo da pesquisa de campo foi possível perceber o que as famílias entendiam o tempo de lazer em relação ao trabalho no cultivo do tabaco, e mesmo sendo reconhecida como uma atividade que demanda elevado tempo de trabalho, algumas famílias alegaram que *“o fumo não é um trabalho que tenha que ‘bater cartão’, se está chovendo você pode não trabalhar e fazer outros serviços, ou descansar. É você que faz seu tempo”*.

Outras famílias relataram que ao terminarem todo processo de secagem, sortição e manocagem do fumo, costumavam “fechar” o galpão e ficarem alguns dias viajando, visitando parentes, na praia, etc. Ainda, determinadas expuseram que ao final do processo de colheita e secagem revezavam-se com os parentes nas “férias”, enquanto uns membros ficavam uma semana fora, outros seguiam o trabalho; na semana seguinte, os que estavam em férias ficavam trabalhando para que a primeira turma tivesse seu período de descanso e lazer. Em relação à percepção sobre esse tempo livre, tem-se as respostas das 250 famílias conforme tabela 19 abaixo.

Tabela 19: Percepção em relação ao Tempo Livre

Em relação ao tempo que vocês dedicam a ficar com a família, ou viajar, ou tirar férias, ou participar de atividades da comunidade, vocês acham que este tempo de lazer é:	Frequência	%
0. Nada suficiente.	16	6,4
1. Pouco suficiente.	91	36,4
2. Suficiente.	130	52
3. Muito suficiente	13	5,2
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Quanto à percepção sobre o tempo livre, 52% das famílias afirmaram que este é “suficiente”, 36,4% como “pouco suficiente”, o que culminou em uma média do indicador

subjetivo de 0,521. Estas informações reafirmam os dados do Censo Agropecuário de 2006, o qual mostrou que para 95,5% das pessoas envolvidas na fumicultura trabalham por 180 dias ou mais:

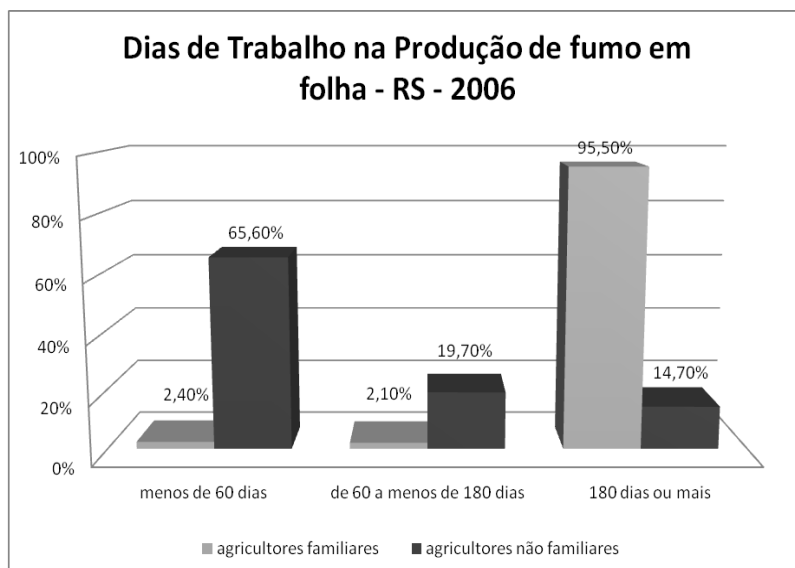


Gráfico 16: Dias de Trabalho na Fumicultura em 2006 – RS.

Fonte: Censo Agropecuário 2006. (adaptado de Schneider et. al, 2013, p. 49)

Em consonância às informações do IBGE (2006), ressalta-se que o trabalho na fumicultura geralmente era comparado de forma positiva com a atividade leiteira (que demanda trabalho com animais e ordenha durante toda semana e duas vezes ao dia) ou com o trabalho formal de alguns membros da família exercido no setor de serviços. Para outros, era comparado de forma negativa aos produtores de soja ou pecuaristas, afirmando que estas atividades exigiam pouco tempo de dedicação do agricultor. Tais justificativas juntamente com os dados do IBGE e da pesquisa de campo permitem entender como recurso tempo livre foi o mais positivo enquanto ativo e a menor média dos indicadores subjetivos.

Ainda em relação ao Conjunto Humano, muitos estudos associam o trabalho na fumicultura às questões de saúde dos agricultores, tanto pela Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) (questão 4.1) quanto aos problemas a cerca da contaminação e o uso de agrotóxicos. Contudo, neste trabalho, notou-se a existência de conhecimento sobre as consequências da exposição ocupacional (DFVT) dos trabalhadores, diferentemente do que foi exposto por Silva, J.B. et. al (2013) em pesquisa realizada na região de Pelotas no Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva, a preocupação entre as famílias com os problemas de intoxicação ou mal-estar durante a colheita do fumo estava associada à dificuldade do uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), por serem “desconfortáveis” e causarem

sensação de “sufocamento” devido ao calor dos meses de verão na região sul, mas a maioria das 216 famílias que afirmaram não utilizar o EPI justificavam-se com o uso de outras formas de proteção (capas, roupas, etc).

Por fim, o meio de vida mais vulnerável relacionado ao capital humano remeteu-se ao tempo de trabalho das famílias e que tem sua percepção também negativa: 24,4% das famílias afirmaram que destinam mais de 75% do tempo de trabalho, em um ano, ao cultivo do tabaco. 34,8% dedicam mais da metade (entre 75% e 50%) do tempo à fumicultura, 32% trabalham quase metade de um ano somente no tabaco, 7,6% designam um pouco do seu tempo. Contrariamente, tendo o ativo tempo livre como um dos melhores, pode-se pensar que essa organização temporal entre trabalho e lazer está diretamente ligada à CPT e ao ciclo do cultivo, o que justifica também a percepção negativa para este intitramento (2.4).

Quanto à educação, conforme já demonstrado no capítulo anterior, observou-se que a maioria das crianças em idade escolar frequentavam cotidianamente as Escolas e que muitos jovens estavam buscando qualificação, sendo por cursos técnicos ou nível superior. Sobre a questão de saúde ocupacional e problemas de saúde em geral, com base na pesquisa de campo, pode-se dizer que existe um cuidado maior das famílias em relação aos problemas de intoxicação e busca de informações sobre a DFVT. Nesse sentido, a “estabilidade” em relação aos aspectos de saúde e educação juntamente com a organização do tempo destinado ao lazer tornou o Capital Humano o segundo melhor meio de vida.

Logo, é justamente no caso desses dois conjuntos capacitórios (físico e humano) que se enfatiza a necessidade da Sociologia das Condições de Vida interpretar as percepções dos indivíduos ou grupos em relação aos seus meios/ativos/intitamentos. Com base nos dados apresentados destas duas dimensões, pode-se afirmar que, a partir do momento que um determinado recurso é percebido de forma “negativa” e que as famílias dispõem de meios para transformá-lo, tem-se então a possibilidade de criar estratégias de ampliação das capacidades de mudança melhorando ainda mais as condições (humanas e físicas, no caso). Portanto, justifica-se empiricamente uma primeira importância da associação das análises objetivas e subjetivas propostas nesse trabalho. A seguir, descrevem-se os conjuntos limites, que tiveram suas médias abaixo da geral de 0,579.

6.2. OS CONJUNTOS CAPACITÓRIOS LIMITANTES DAS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO

A partir desta seção apresentam-se os dois conjuntos que tiveram seus meios piores que suas percepções, a saber Natural e Financeiro. Assim, o escopo aqui é compreender como estas dimensões podem ser entendidos como limitadores das estratégias de diversificação explorando seus indicadores objetivos e subjetivos, conforme as respostas das famílias. Deste tanto, serão analisados os indicadores que apontarem diferença entre os ativos/meios/intitulos e as percepções.

6.2.1. O Conjunto Natural – Meios e Percepções

Apesar de Amartya Sen (2008; 2010) não trazer uma definição mais explícita sobre a questão natural como uma liberdade instrumental, é notável em seus trabalhos a importância dada a esta dimensão enquanto meio e fim do desenvolvimento humano. Segundo Sen e Kliksberg (2010), assim como as instituições são necessárias para regulamentar e prover incentivos de preservação ambiental, é preciso um compromisso mais forte dos indivíduos com o bem-estar do meio ambiente, uma vez que este se reflete diretamente na vida das pessoas e em suas escolhas. Tratando-se de meio rural, essa ligação com o ambiental é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento, pois o ativo terra (essencial à sobrevivência humana e produtiva na agricultura) depende fortemente da preservação dos arroios, nascentes, rios, matas nativas, animais, solos, etc.

Especificamente, diversos trabalhos⁹³ têm demonstrado essa relação entre o processo produtivo do tabaco e a questão do uso de insumos, agrotóxicos e os riscos ao solo, bem como quanto à utilização do insumo lenha e a poluição das águas pelos pesticidas. Para tanto, analisam-se os meios e as percepções da dimensão natural das 250 famílias fumicultoras, entendendo quais indicadores objetivos apresentaram-se piores que seus correspondentes subjetivos, colaborando para a diferença entre as médias gerais do IMV e do IPV (como apontado nas setas da tabela que segue).

⁹³ ERIKSEN, MACKAY, ROSS, 2012; ANTONELLI, 2011; INÁCIO, 2011; FARIAS, 2010; LIMA, 2007; SOUZA, 2006; dentre outros.

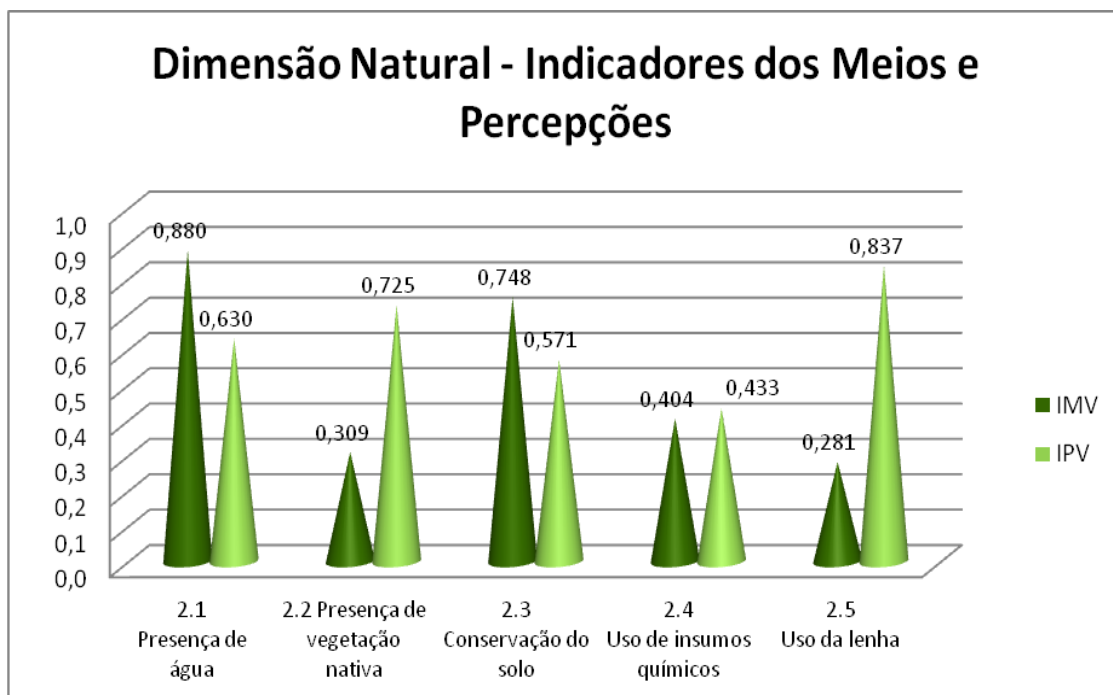


Gráfico 17: Dimensão Natural – IMV e IPV

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 20: Dimensão Natural - Média dos indicadores objetivos e subjetivos

Meio Natural: indicadores – 0,529	Percepção Natural: indicadores – 0,639
1.2.1 = 0,880	2.2.5 = 0,837
1.2.3 = 0,748	2.2.2 = 0,725
1.2.4 = 0,404	2.2.1 = 0,630
1.2.2 = 0,309	2.2.3 = 0,571
1.2.5 = 0,281	2.2.4 = 0,433

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Pela tabela 20 tem-se que o IMV_natural geral ficou com média de 0,529 e o IPV_natural geral com 0,639. Segundo as informações do gráfico e da tabela acima, nota-se que os ativos relacionados à (1.2.1) presença de água na unidade familiar e à existência de (1.2.3) práticas de conservação do solo podem ser assinalados como os melhores recursos naturais; já as melhores percepções ocorreram para (2.2.5) uso da lenha e (2.2.2) presença de vegetação nativa. Observando mais atentamente a tabela 20, as setas apresentam a problemática a ser analisada na sequência, a saber: ter intitulos vulneráveis (abaixo da média do IMV) e boas percepções (acima da média do IMV).

A) **2.5. Uso da lenha:**

Sendo um dos componentes essenciais do cultivo do fumo do tipo *Virginia*, o uso e a aquisição da lenha apontam para uma dependência de um recurso natural que tem sido debate em relação aos processos de desmatamento, bem como à produção em larga escala de eucalipto, o que pode ser comprovado pelas respostas da questão 1.2.5 na tabela 21.

Tabela 21: Formas de consumo da lenha na fumicultura.

Como a maior parte da lenha é adquirida?	Frequência	%
0. Comprada pela empresa.	13	5,2
1. Comprada de terceiros.	81	32,4
2. Parte própria parte comprada.	66	28,2
3. Própria.	74	31,6
4. Não utiliza	16	*
Total válido	234	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Das 250 famílias entrevistadas, 234 usam lenha no processo produtivo⁹⁴, destas, 5,5% adquirem este insumo diretamente da empresa fumageira, 34,61% (81 famílias) compram de terceiros, 28,2% (66 famílias) compram uma parte da lenha e produzem outra parte e 31,6% (74 famílias) produzem a própria lenha. Pela pesquisa de campo, percebeu-se entre as famílias uma prática de reflorestamento com eucalipto justamente para diminuir essa dependência de um consumo externo, mas que interfere diretamente do meio ambiente da região.

Segundo Almeida (2005), o desmatamento para produção de lenha, tendo em vista o processo de secagem do tabaco, alcança um consumo de 1,8 milhão de toneladas de lenha/safra nos estados da região sul do Brasil. Ainda, para Almeida (2005) e Vital (2007), os impactos ambientais sobre a água, solo e principalmente na biodiversidade podem ser gerados pela exploração de eucalipto, essencialmente com a substituição da cobertura natural, provocando mudanças na fauna, flora e até mesmo no clima. (ALMEIDA, 2005).

Conforme relatos dos pesquisados, nos últimos anos, em função do novo Código Florestal de 2012, somente é permitido o uso de madeira de reflorestamento (eucalipto) para transformação em lenha, o que acabou por encarecer e dificultar a aquisição do insumo, uma vez que planta fica “pronta para corte” a cada dois anos. Em alguns casos, as famílias relataram já terem utilizado lenha nativa para secagem do fumo, mas que isto ocorria apenas

⁹⁴ Dentre as 16 famílias que não utilizam lenha na secagem no tabaco, têm-se as que produzem o fumo do tipo *Burley* que não necessita de secagem em estufas. Mesmo que as estufas sejam elétricas, elas necessitam de lenha para seu funcionamento.

em episódios extremos. Outros entrevistados declararam que nos últimos anos percebem um aumento “do mato”, principalmente pela redução da área plantada com tabaco na região, que segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2014) ficou diminuída entre 4% a 10%.

Nesse sentido, confirma-se o índice perceptivo médio de 0,837 (acima do IPV natural de 0,639). Apesar dos primeiros impactos negativos em relação à mudança proposta pelo Código Florestal Brasileiro, as famílias mostraram-se preocupadas com o uso excessivo de lenha e com a preservação da pouca mata nativa ainda existente. Ao serem questionados se as mudanças ocorridas pelo código florestal afetavam suas atividades agrícolas, 70,8% das famílias afirmaram que as novas leis “não interferem” na unidade familiar.

Logo, a percepção positiva em relação ao uso de lenha para secagem do tabaco e a questão das leis ambientais está justamente na ideia de existir um menor uso da mata nativa para o processo e, portanto, preservação do meio ambiente. Em contrapartida, ter um índice baixo em relação ao uso/consumo da lenha possibilita inferir que neste indicador tem-se uma situação de dependência (elevada) da cadeia produtiva, o que limita a criação de estratégias para redução do uso deste insumo. Este indicador (2.5) está diretamente relacionado ao item 2.2 abaixo.

B) 2.2. Presença de Vegetação Nativa:

Ao serem interpelados sobre a mata nativa na unidade de produção, obtiveram-se as seguintes respostas: 49,6% das famílias possuem até 25% da área total da unidade familiar com mata nativa, 28,4% têm entre 25% e 50% da área, 16,4% não possuem nenhuma parte com mata nativa. Sendo a região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra coberta por encostas e morros, notou-se a existência de muitas nascentes e cursos de água dentro das unidades (220 famílias tinham presença de água – nascente, vertente, sanga, arroio, etc), ficando a mata nativa ao redor dessa área hídrica.

Segundo 57,6% das famílias, desde quando residem na unidade familiar plantando tabaco, a mata nativa “manteve-se” a mesma e para 31,2% ela aumentou nos últimos anos. Muitas famílias, apesar de destacarem a importância das leis ambientais para proteção do meio rural, afirmavam que “*essas leis não entendem da realidade das nossas terras*”, contestando as determinações legais da não utilização de mata nativa para a agricultura, o que se tornou algo oneroso às famílias, uma vez que aumentou o custo da produção de tabaco em função do valor do metro cúbico da lenha (geralmente do eucalipto). Estes dados vão ao encontro à pesquisa de Etges (2002), ressaltando que em 1975, as áreas de cobertura florestal

na região da Bacia do Rio Pardo ocupavam 44.900 hectares, já em 1999 esta área era de 72.020 hectares.

Para a autora, essa evolução de 26% decorre essencialmente pela redução no número de famílias no meio rural, abandono de terras, pela intensificação da fiscalização ambiental, dentre outros fatores. É precisamente esse processo de reflorestamento e ressurgimento de mata na região que justifica a percepção média deste indicador em 0,725 (acima do IPV natural de 0,639). O mapa na figura abaixo mostra as Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul e suas categorias, pelas quais se percebe que as regiões do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra ainda possuem áreas de mata atlântica e de preservação permanente.

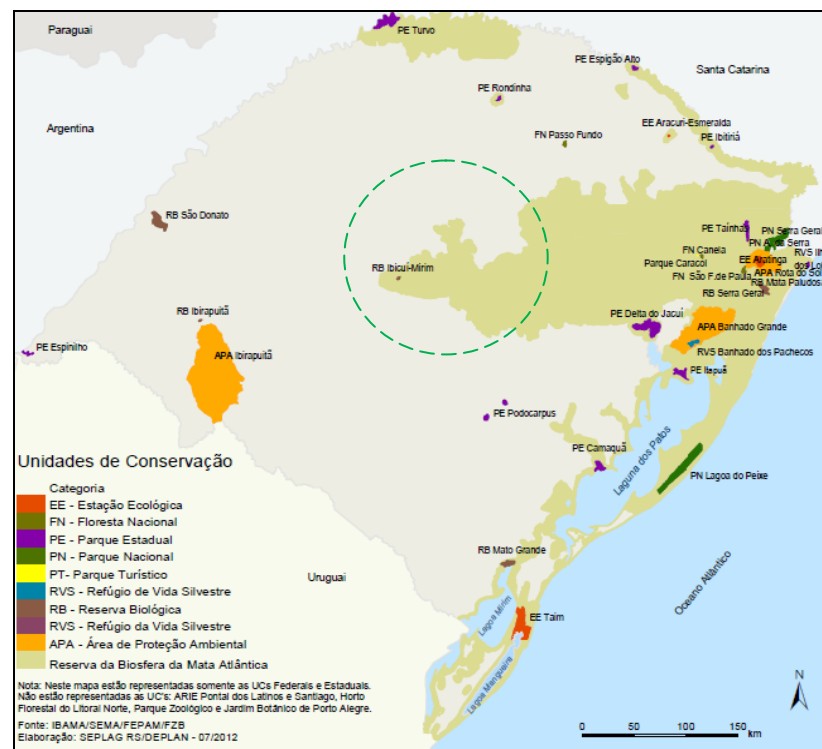


Figura 25: Mapa das Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul – 2012.

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul – Meio Ambiente.

Conforme figura 25 acima, na região fumicultura do Rio Grande do Sul (destacada em verde) encontram-se áreas da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, bem como a Reserva Biológica do Ibicuí-Mirim (centro do mapa). Logo, a questão sobre a vulnerabilidade do meio de vida natural a ser compreendida aqui é que, mesmo observando-se um aumento na vegetação em locais onde anteriormente existiam lavouras de tabaco, esta não é mais “nativa”, ou seja, não é mais a Mata Atlântica original e sim, vegetações primárias ou “capoeirão”, com a presença de outras espécies vegetais e animais diferente das originárias da região, o que,

segundo Almeida (2005) implica mudanças climáticas e da biodiversidade da região. Esta questão está imbricada também ao uso de insumos químicos na fumicultura.

As referências sobre fumicultura e a questão ambiental são amplas e não se encerram aqui principalmente por ser o meio ambiente um ativo essencial ao desenvolvimento das famílias na agricultura familiar. Desta forma, pode-se dizer que a dimensão ambiental tendo uma média geral de 0,54 para os meios e 0,639 para percepção permite entender a difícil relação entre agricultura familiar atrelada a um modelo produtivo “moderno integrado” e a preservação ambiental. Sendo o capital ambiental, segundo Ellis, relacionado ao uso da terra, manejo da água, recursos de flora, manejos produtivos que permitam criar um ambiente sustentável, principalmente em momentos de crises dos recursos naturais, interpretar a condição de vida ambiental dessas famílias sugere, conforme Belinazo (2009), repensar as formas de produção redefinindo também as relações entre produção e natureza, reconhecendo a atual insustentabilidade natural, financeira e social da Cadeia Produtiva do Tabaco.

Portanto, apesar de existir entre as famílias um senso de produção sustentável e tentativa de diminuição do uso de insumos químicos na unidade produtiva (o que já ocorre na plantação para autoconsumo), a CPT e o próprio “pacote tecnológico” oferecido pelas empresas para uma eficiência agrícola assevera os recursos naturais, os quais são essenciais às boas condições de vida, fundamentalmente no meio rural, onde o “sustento” ocorre pela exploração desses recursos naturais. Mais uma vez, a percepção positiva dos meios de vida naturais, não reflete a realidade desses ativos para as famílias fumicultoras, porém, pode-se dizer que existe uma propensão das famílias a criar estratégias para melhoria das condições de vida ambientais, não pela percepção de seus meios de vida naturais, mas por entenderem que a preservação ambiental tornou-se necessária à agricultura e à manutenção das famílias no próprio contexto rural.

6.2.2. O Conjunto Financeiro – Meios e Percepções

Reportando-se às conceituações de Amartya Sen e à perspectiva dos *livelihoods*, definiu-se a dimensão financeira como o conjunto relacionado à satisfação das necessidades materiais, às *facilidades econômicas* em utilizar recursos para consumo, produção e troca e que, invariavelmente, dependem de fatores externos como preços e mercados. Nesse sentido, os indicadores objetivos e subjetivos elencados para entender a dimensão financeira das

condições de vida no contexto da fomicultura foram expressos pelas médias dos indicadores, que podem ser observados no gráfico e tabela abaixo.

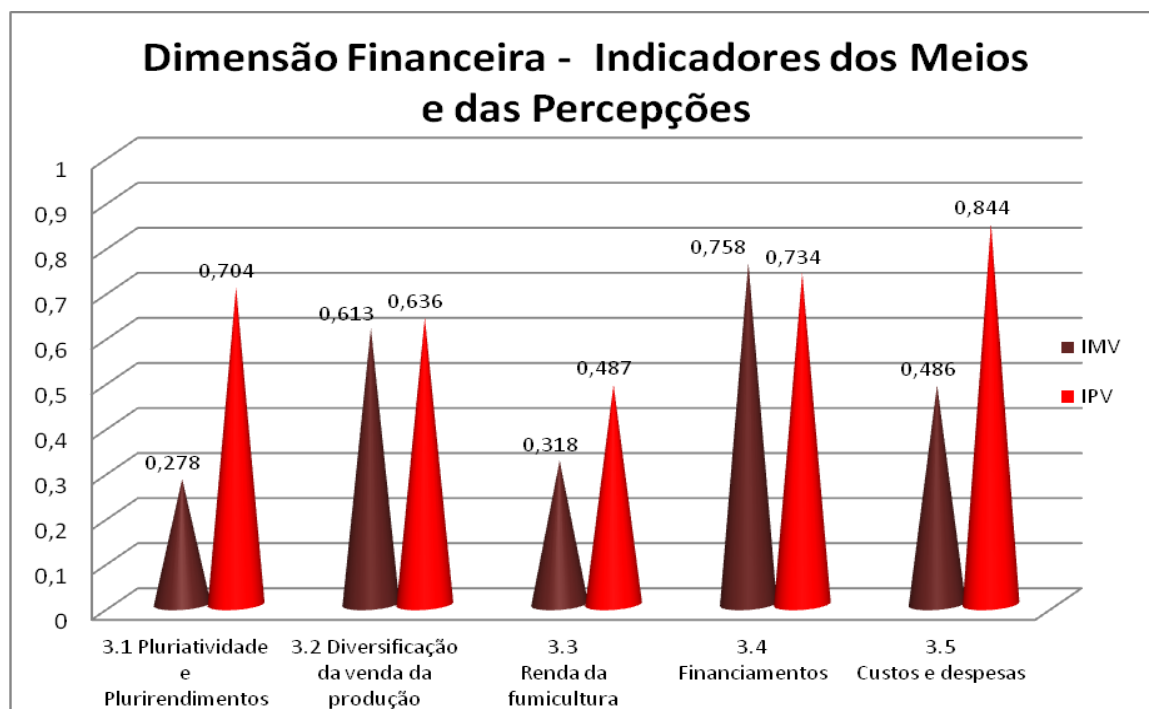


Gráfico 18: Dimensão Financeira: IMV e IPV.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 22: Dimensão Financeira - Média dos indicadores objetivos e subjetivos

Meios: indicadores – 0,458	Percepção: indicadores – 0,675
1.3.4 = 0,758	2.3.5 = 0,844
1.3.2 = 0,613	2.3.4 = 0,734
1.3.5 = 0,489	2.3.1 = 0,704
1.3.3 = 0,318	2.3.2 = 0,636
1.3.1 = 0,278	2.3.3 = 0,487

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O gráfico 18 apresenta os indicadores da dimensão financeira e suas respectivas médias, conforme resposta das 250 famílias pesquisadas. O índice dos meios de vida para capital financeiro ficou em 0,458, abaixo da média geral do IMV (0,565), sendo então o “Meio de Vida” mais vulnerável das famílias fomicultoras. O IPV financeiro ficou em 0,675, sendo esta a melhor percepção entre as cinco dimensões. A tabela 22 acima permitiu classificar estes indicadores: de forma positiva, têm-se os ligados aos financiamentos (1.3.4 – acesso às políticas de crédito), às formas de comercialização da produção (1.3.2) e custos,

gastos e despesas (1.3.5) que tiveram as médias dos ativos financeiros de 0,758, 0,613 e 0,489, acima do IMV_financeiro (0,458).

Sobre a percepção destes meios, os valores ficaram em 0,734, 0,636 e 0,844 respectivamente, ou seja, as percepções sobre os recursos relacionados às diferentes formas de comercialização e ao acesso aos financiamentos correspondem ao que as famílias possuem na realidade, contudo, a percepção mais positiva em relação aos custos, gastos e despesas (2.3.5) não corresponde às reais condições desses meios (1.3.5). De forma negativa, os dados da tabela 22 mostraram também que existem dois indicadores abaixo do valor do IMV_financeiro (0,458) que remetem às questões sobre diversificação das rendas por pluriatividade ou plurirrendimentos (1.3.1) e renda da fumicultura (1.3.3).

Quanto ao IPV_financeiro geral, este ficou em 0,675, sendo a pior percepção a relacionada à satisfação com a renda vinda da fumicultura (2.3.3 = 0,487), seguida da percepção quanto às formas de comercialização da produção (2.3.2 = 0,636). Assim, para compreender os motivos do conjunto capacitório financeiro ser um limitante à criação de estratégias de diversificação, analisam-se os indicadores objetivos com médias abaixo do IMV_financeiro e suas respectivas percepções (que mostraram valores melhores que os ativos), conforme as setas da tabela 22.

A) 3.1: Diversificação financeira.

Ao serem questionadas sobre as receitas anuais é importante destacar que não foi possível realizar um cálculo mensal dessas receitas, uma vez que as famílias organizam seus orçamentos a partir das receitas advindas da safra anual do tabaco, sem realizarem uma contabilidade mensal destes valores ou mesmo dos recursos provenientes das atividades realizadas dentro e fora da unidade familiar, agrícolas ou não agrícolas, incluindo recebimento de benefícios como aposentaria ou bolsa família (ou outros). Nesse sentido, a pergunta original do instrumento de pesquisa foi alterada de respostas proporcionais para “sim” e “não”, pelas quais se obteve os seguintes resultados.

Tabela 23: Pluriatividade e Plurirrendimentos nas unidades familiares

Quantidade de atividades ou rendas extras para além do tabaco	Número de Famílias (%)		Observações
Nenhum	15	6%	-----
1	38	15,2%	Nenhuma família recebia renda de aluguel de imóveis, de arrendamento de terras, de atividades ligadas ao turismo rural na <i>unidade familiar</i> .
2	50*	20%	Nenhuma família recebia renda de aluguel de imóveis, de arrendamento de terras; apenas 1 tinha receita com atividades ligadas ao turismo rural na <i>unidade familiar</i> .
3	64	25,6%	Nenhuma família recebia renda de aluguel de imóveis, de arrendamento de terras; 2 tinham receita com atividades ligadas ao turismo rural na <i>unidade familiar</i> .
4	56	22,4%	Nenhuma família recebia renda com atividades ligadas ao turismo rural na <i>unidade familiar</i> .
5	22	8,8%	Nenhuma família recebia renda de aluguel de imóveis e atividades ligadas ao turismo rural.
6	05	2%	5 tinham aposentadoria + agricultura + pecuária + agroindústria + 2 atividades (exceto turismo rural).
-	250	100%	

* As demais 49 famílias apresentaram duas atividades distribuídas entre agricultura, pecuárias e outros animais, setor de serviços, temporário/safrista, agroindústria familiar, aposentadorias e transferência de renda.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Considerando as informações das 250 famílias, percebeu-se a existência de pluriatividade (FULLER, 1990; SCHNEIDER, 2005) nos *households*, destacando-se atividades ligadas à agricultura e pecuária, seguida de atividades com agroindústria familiares e no setor de serviços. Conforme descrito no capítulo 5 (gráfico sobre ocupação profissional dos adultos entre 19 e 59 anos), o setor de serviços foi apontado como a segunda ocupação para as mulheres e também foi destacado em segundo lugar para os homens, mas unido com as atividades agrícolas da propriedade. Ainda, os dados do capítulo 5 corroboram a informação de que 164 famílias apresentam o trabalho agrícola como principal e 132 possuem trabalhos com pecuária e outros animais e 102 famílias têm as duas atividades em comum⁹⁵: das 574 pessoas entre 19 e 59 anos analisadas nas 250 famílias, 78,91% exercem função na unidade produtiva familiar (capítulo 5).

Em relação à produção agrícola, segundo os respondentes, os principais cultivos depois do tabaco, eram o milho, o feijão e a soja (principalmente nos municípios de Segredo, Arroio do Tigre, Agudo), o que vai ao encontro da pesquisa realizada pela AFUBRA/NUPS safra 2013/2014⁹⁶ para um diagnóstico socioeconômico. Ainda, encontrou-se plantação de eucalipto e poucas unidades familiares tinham frutíferas, o que mais uma vez vai ao encontro

⁹⁵ Cabe lembrar que as famílias apresentam atividades agrícolas e com animais ao mesmo tempo, incluindo ou não outras rendas e atividades.

⁹⁶ Ver tabela em: AFUBRA: <http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/197> (visitado em maio de 2015).

dos estudos de Oliveira (2005), Belinazo (2009), e Vargas (2013) sobre fumicultores e não-fumicultores e a especialização produtiva. Quando realizada a pergunta sobre as rendas vindas de outras atividades além do tabaco, na agricultura, a grande maioria dos produtores costumava afirmar que “*isso é muito pouco, nem dá para contar*”; alguns alegaram vender o milho para aqueles que tinham criação de animais a um preço mais atrativo que do mercado agropecuário.

Já sobre as atividades pecuárias, algumas famílias afirmaram que às vezes vendiam animais (vivos ou abatidos), auferindo rendas esporádicas e que não poderiam ser contabilizadas porque eram pouco em relação ao tabaco, mas que ajudavam naquele período. Outras, alegaram que já tinham vendido animais para auxiliar no pagamento das dívidas do fumicultura, e que o valor que entrava na receita da família com a venda destes animais, milho, verduras e outros produtos ajudavam bastante na contabilidade financeira⁹⁷. Cabe salientar que boa parte destes cultivos ficava para consumo interno (alimento para os animais e para família), o eucalipto para secagem do tabaco, sendo algumas vezes o excedente vendido para mercados locais e outras formas de distribuição, o que não configurava um mercado estruturado, mas que possibilitava ganhos financeiros ou pelo menos pagamento do custo da produção.

Aspecto importante a ser ressaltado é que 104 famílias declararam ter alguma fonte de renda proveniente de trabalho (de um ou mais membros) da agroindústria familiar, geralmente organizado pelo gênero feminino das famílias (o que retoma a análise do capítulo 5 sobre a ocupação profissional das mulheres entre 19 e 59 anos). Também se percebeu a importância de rendas provenientes de aposentadorias⁹⁸ ou pensões e transferências sociais, principalmente bolsa família (BF)^{99 100}. Como estas rendas são mensais, muitas famílias

⁹⁷ As respostas incertas mostraram a inexistência de um orçamento familiar organizado o que levou a uma reestruturação da questão: ao invés de utilizar-se alternativas entre nada (0), um pouco (0,25), quase metade (0,5), mais da metade (0,75), a maior parte (1), optou-se por analisar entre 0 (não tem renda proveniente de) e 1 (tem alguma renda proveniente de), uma vez que o somatório das alternativas não expressava a realidade financeira.

⁹⁸ Para melhor quantificação das aposentadorias por membros das famílias, sexo e idade, ver capítulo 5, seção 5.2.3 e 5.2.4.

⁹⁹ O Programa Bolsa Família (BF) foi criado no ano de 2003 é executado pelo Governo Federal Brasileiro e tem como objetivo a transferência de renda direta às famílias pobres e extremamente pobres do país. Para o recebimento deste benefício, é preciso que a família tenha renda mensal de até R\$70,00 por pessoa ou famílias com gestantes, nutrízes e crianças/adolescentes entre 0 e 15 anos. Ainda, salienta-se que o benefício está condicionado à frequência escolar dos jovens. (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, 2012a).

¹⁰⁰ Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social – Portal SAGI, em abril de 2015 os municípios estudados possuíam o seguinte número de Bolsa Família: Agudo – 845 famílias; Arroio do Tigre – 744 famílias; Boqueirão do Leão – 383 famílias; Candelária – 1492 famílias; Paraíso do Sul – 394 famílias; Passo do Sobrado – 199 famílias; Rio Pardo – 3110 famílias; Santa Cruz do Sul – 3514 famílias; Segredo – 588 famílias; Sinimbu – 467 famílias; Vale do Sol – 507 famílias; Venâncio Aires – 2759 famílias; Vera Cruz – 1139 famílias.

declararam sustentar-se (“pagar as contas de casa”) com estes valores. Algumas afirmaram que já haviam utilizado suas aposentadorias para cobrir prejuízos da fumicultura, mas comumente destinavam estes valores à compra de medicamentos aos necessitados (geralmente idosos). No caso das famílias com transferências sociais (BF), estas alegaram utilizar o recurso para compra de material escolar e vestimenta para os filhos, sendo que, algumas vezes, o valor também era usado na compra de alimentos, o que se reafirma com os trabalhos de Duarte, Sampaio e Sampaio (2009) que analisaram os gastos com alimentação de famílias rurais beneficiadas em quatro estados do nordeste do Brasil.

Quando questionados sobre a importância dessas outras rendas e atividades além da fumicultura, 42% das 250 famílias (105) famílias perceberem estas outras fontes de rendas/atividades como “muito importantes” e 37% (92 famílias) qualificaram estas rendas/atividades como “importantes”, o que resultou em uma média de 0,704 do indicador subjetivo. Ainda, rendas/receitas provenientes de aposentadorias e transferências sociais tornaram-se essenciais para as famílias produtoras de tabaco, pois se caracterizam como fonte de pagamento dos custos mensais familiar. Estes dados justificam a percepção das famílias sobre a importância dessas rendas, mesmo que entendidas como inexpressivas quando comparadas aos rendimentos da fumicultura.

Nesse sentido, compreendeu-se que a habilidade para trabalhar em diferentes funções da unidade produtiva (ou fora) associada às rendas incorporadas às receitas das famílias, representam um ativo essencial ao desenvolvimento financeiro do *household*. Tal habilidade e as demais rendas mensais (transferências) podem ampliar o leque de oportunidades para auferir renda dessas famílias e, portanto, revelar um “caminho” financeiro de menor dependência da CPT. Contudo, a questão sobre a vulnerabilidade financeira a ser entendida aqui é que, mesmo com a incidência de diversas atividades, dentro e fora do *household*, agrícolas e não agrícolas, bem como da presença de rendas mensais provenientes de aposentadoria, transferências sociais e salários das atividades do setor de serviços, as famílias parecem não ter conhecimento do que poderia ser denominado como “gestão financeira rural”, pensando em uma renda familiar mensal e por pessoa em relação aos trabalhos executados.

B) 3.3. Renda da Fumicultura e sua Percepção.

Este indicador objetivo está relacionado diretamente ao *cash crop* tabaco das famílias é o segundo mais vulnerável, com média de 0,318, sua percepção também foi a mais negativa

com média de 0,487. É importante lembrar que ao serem questionados sobre esta porcentagem da renda do fumo no orçamento familiar, mais uma vez, boa parte das famílias não sabia dimensionar este valor exato, sendo estes dados valores declarados aproximados. Pelo gráfico 19 abaixo, é possível ver a proporção da renda proveniente do tabaco em relação ao número de famílias.

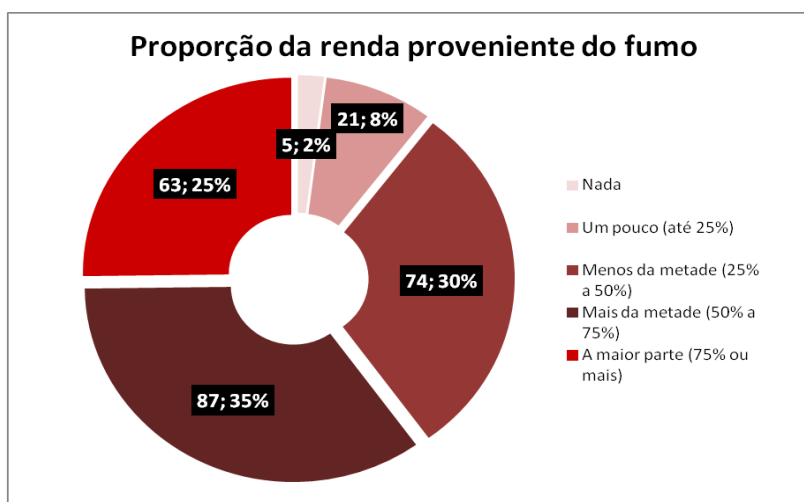


Gráfico 19: Proporção da Renda proveniente da Fumicultura.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Com base nos resultados do gráfico 19 nota-se que 87 famílias, 35% da amostra total de 250, têm mais da metade de sua renda proveniente do cultivo do tabaco, seguido de 74 famílias, 30%, com menos da metade da renda vinda da fumicultura. Ainda, 25% (63) tem mais de 75% da sua renda originada pela venda do fumo, 8% (21 famílias) tem até 25% composta pelo cultivo do tabaco e apenas 5 famílias (2%) não tinham mais renda nenhuma vinda da fumicultura¹⁰¹.

Quanto à percepção sobre a renda gerada pelo tabaco tem-se que 4,8% das famílias declararam estar “nada satisfeitos”, 49,2% afirmaram estar “pouco satisfeitos”, 41,2% disseram estar “satisfeitos” e também 4,8% famílias alegaram estar “muito satisfeitos”. Ademais, sendo a percepção média sobre a renda da fumicultura melhor que o próprio ativo, pode-se pensar em uma maior restrição para criar estratégias de diversificação financeira, uma vez que há uma condição de “satisfação” com os ganhos provenientes da fumicultura, mesmo que esta implique em dependência de um cultivo agrícola e assevere os riscos sobre o capital financeiro de forma geral.

¹⁰¹ A presença de famílias que não possuem renda proveniente do fumo nesta análise justifica-se por estas estarem quitando dívidas de safras anteriores, mas com receitas de outras atividades.

Deste modo, os dados dos itens A, B explicitam que, apesar da diversidade de atividades exercidas dentro e fora da unidade produtiva ou mesmo das rendas provenientes de aposentadorias ou transferências sociais (conforme analisado no item A), ainda o tabaco representa a parcela mais importante do orçamento familiar. Analiticamente, pode-se entender esta situação como um limitante das capacidades dessas famílias não somente uma condição de dependência financeira da fumicultura, mas também da gestão do *household*, uma vez que todo orçamento é organizado em função da atividade da fumicultura, sendo que as demais receitas, mesmo que percebidas como “importantes”, acabam minimizadas quando comparadas ao valor monetário obtido pela venda do tabaco.

As duas dimensões aqui analisadas apresentaram seus percepções melhores que seus meios de vida. De acordo com a teoria, sendo estes meios percebidos como satisfatórios ou “positivos”, pode-se dizer que tal situação resultaria em uma limitação das famílias para mobilizarem um repertório de recursos fora do mercado fumicultor, criando estratégias para manter e ampliar sua autonomia (PLOEG, 2008). Em relação à diferença entre os recursos e as percepções financeiras, pela análise dos resultados, pode-se inferir que existe uma situação de limitação dos meios de vida financeiros para estas famílias.

A percepção positiva destas famílias sobre estes recursos financeiros remete à questão já analisada por outros trabalhos: apesar da dependência e da vulnerabilidade comprovada, a Cadeia Produtiva do Tabaco ainda é percebida como a melhor ou principal forma de “*ganhar a vida*”¹⁰² na agricultura familiar. Portanto, sendo a condição da unidade familiar como “produtora de tabaco”, esta é vista como inalterada na racionalidade cotidiana mesmo que vulnerável. Logo, a percepção positiva sobre esses intitamentos financeiros reflete não a liberdade das pessoas para levarem a vida que desejam e usufruírem de forma autônoma das suas facilidades econômicas, mas que estas famílias estão acostumadas a uma situação de privação que se tornou naturalizada. Segundo Sen (2003) esse “consentimento” pode ser entendido como uma acomodação resignada à privação continuada e à vulnerabilidade e, ainda, uma aceitação de uma condição de incerteza, risco e dependência.

¹⁰² Ao falarem sobre a possibilidade de terem outros cultivos, a resposta da maioria das famílias era “*não tem o que bata o fumo em dinheiro pelo espaço de terra que se usa. O que eu faço de dinheiro em dois hectares de fumo eu preciso de 20 do soja*”, retomando a ideia da especialização produtiva.

6.3. O CONJUNTO CAPACITÓRIO SOCIAL

Por dimensão (ou conjunto capacitório) social entende-se aqui o que Amartya Sen denominou como garantias de transparência, pela qual são retratadas as relações de confiança que os indivíduos (no caso, famílias fumicultoras) têm tanto com outros indivíduos/grupos/famílias quanto com instituições. Ainda, segundo a proposta de diversificação dos meios de vida de Frank Ellis, o capital social faz referência aos vínculos internos do grupo familiar, bem como as relações do grupo com a comunidade e com as instituições próximas, a fim de entender as relações de reciprocidade, pertencimento ou exclusão social.

No caso aqui estudado, foi possível observar que as relações entre os indivíduos e as instituições e comunidade davam-se por questões culturais, morais e pela necessidade de informações tanto em relação à produção, quanto à possibilidade de estabelecer novos vínculos sociais que pudessem ampliar esse capital. Logo, tem-se a necessidade de entender quais indicadores fizeram com que este capital e percepção resultassem no conjunto capacitório mais vulnerável e, conseqüentemente, mais limitante para as famílias. O gráfico que segue e a tabela 24 apresentam a distribuição das médias dos meios sociais e percepções relacionados a cada indicador objetivo e subjetivo, respectivamente.

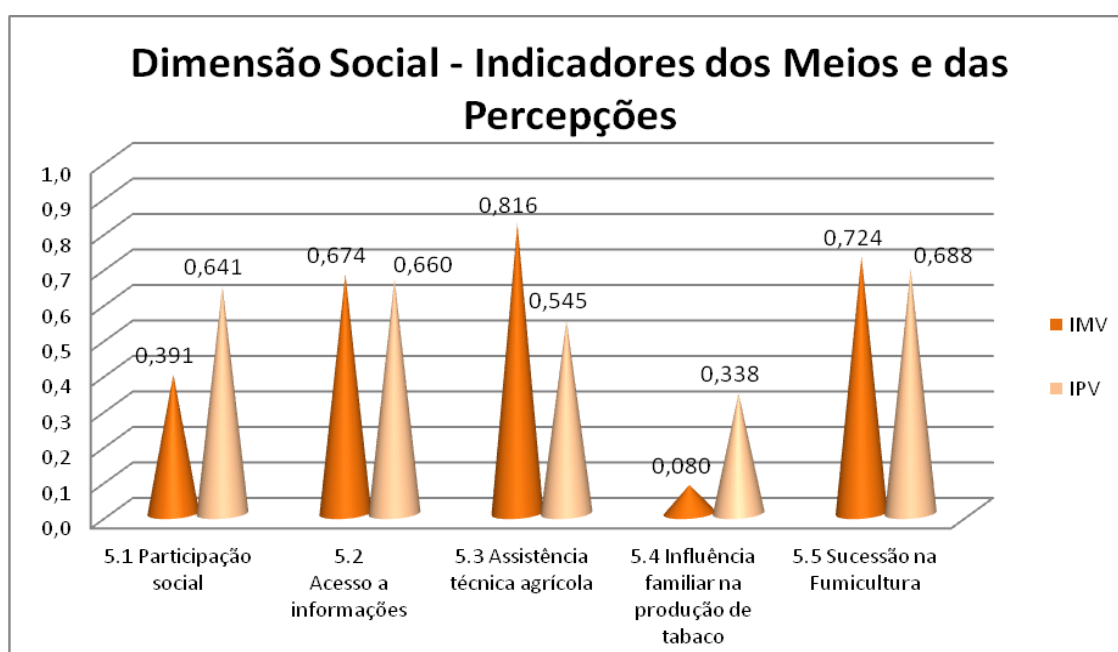


Gráfico 20: Dimensão Social – IMV e IPV.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 24: Dimensão Social - Média dos indicadores objetivos e subjetivos

Meio Social: indicadores – 0,534	Percepção Social: indicadores – 0,578
1.5.3 = 0,816	2.5.5 = 0,688
1.5.5 = 0,724	2.5.2 = 0,660
1.5.2 = 0,674	2.5.1 = 0,641
1.5.1 = 0,391	2.5.3 = 0,545
1.5.4 = 0,080	2.5.4 = 0,338

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Voltando-se ao biograma do gráfico 12 e à tabela 16, no início deste capítulo, tem-se que a média do IMV_social geral ficou em 0,534 e a média do IPV_social geral em 0,578. O capital social foi o segundo mais vulnerável em comparação com o IMV_geral de 0,575 e o IPV_social foi o terceiro mais vulnerável, também abaixo da média. Assim, o gráfico 20 acima apresenta os indicadores da dimensão social e suas respectivas médias, conforme resposta das 250 famílias. Pode-se dizer que de forma positiva (comparado ao IMV_social – 0,534), os indicadores 1.5.3 sobre assistência técnica agrícola, 1.5.5 sobre sucessão na fumiicultura e 1.5.2 sobre acesso a informações gerais apresentaram valores médios de 0,816, 0,724 e 0,674 respectivamente. Em oposição, os recursos mais vulneráveis foram dos indicadores 1.5.4 sobre influência familiar na produção de tabaco, com média de 0,080 e 1.5.1 sobre a participação social, com médias 0,391.

Em relação ao IPV_social, para o conjunto dos cinco indicadores subjetivos, a média ficou em 0,578. Os indicadores subjetivos com média abaixo do geral foram: 2.5.4 percepção sobre a influência familiar na produção de tabaco (0,338) e 2.5.3 percepção sobre a assistência técnica agrícola (todas as culturas). Outro ponto a ser entendido aqui é a diferença entre o indicador 1.5.3 que teve a maior média dentre os objetivo e sua percepção de 0,545, abaixo do IPV_social geral. Nesse sentido, analisam-se as variáveis que fazem parte destes indicadores entendendo quais fatores tornaram o capital social um limitante das oportunidades e liberdades para diversificação, tanto em relação aos meios, abaixo da média do IMV 0,534 quanto em relação à percepção desses meios que ficaram abaixo do IPV de 0,578, conforme destacam as setas da tabela 24.

A) 5.4 – Histórico familiar de produtores de tabaco.

Este indicador objetivo foi o de menor valor médio, sendo este de 0,080, mostrando justamente a importância da cultura do tabaco no processo decisório das famílias. Ao serem questionadas sobre o saber-fazer produtivo passado de geração em geração (“Ter histórico de

produtores de tabaco na família teve influência na decisão da família em seguir plantando?”), observou-se que 92% das famílias (230), responderam “sim” e apenas 8% (20) “não”.

A influência do histórico familiar na continuidade na fumicultura em 92% dessas unidades retoma a perspectiva de que esta atividade agrícola é mais que um modo de produção, mas uma forma de organização social e cultural. A ideia de uma permanência na agricultura em um cultivo que teve seu “saber-fazer” perpassado entre as gerações mostra a importância da fumicultura na organização social do *household*, desde as relações de trabalho (divisão do trabalho), até a sua própria inserção na comunidade.

Tabela 25: Percepção das 250 famílias em relação à continuidade na fumicultura.

Qual sua opinião sobre a possibilidade dos filhos seguirem plantando tabaco?	Frequência	%
0. Muito ruim	57	24,3
1. Ruim	120	51,28
2. Bom	54	23
3. Muito bom	3	1,2
Total Válido	234	100
NSA	16	-
Total	250	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em relação à percepção (2.5.4), observou-se que 51,28% das famílias alegaram que seria “ruim” para os filhos seguirem o trabalho com tabaco e somente para 1,2% a continuidade no cultivo do fumo seria “muito bom”. Assim, relacionando capital e percepção deste indicador, pode-se dizer que existe uma situação de dependência de uma estrutura produtiva e social que perpassa gerações, mas tal situação é vista como algo “negativo” e, portanto, não deve ser seguido pelos filhos.

De acordo com os relatos dos pesquisados (as), as famílias estavam em sua terceira ou quarta geração de produtores e sucessão nas unidades familiares e afirmavam que em períodos passados não havia possibilidade de estudar ou buscar alternativas de sustento e, portanto, “*aprender a lidar no tabaco*” era a principal obrigação dos filhos com os pais. Os dados analisados no capítulo 5 sobre o grau de escolaridade dos adultos entre 19 e 59 anos por gênero corroboram estas afirmações, uma vez que se percebeu a incidência de adultos com apenas ensino fundamental incompleto (52% das mulheres e 58% dos homens).

Conforme pesquisa de campo, para boa parte dos respondentes, nos dias atuais, os jovens conhecem uma vida além do tabaco e da lavoura, aprendem atividades diferentes e o acesso à informação e as próprias políticas de diversificação permitem pensar uma vida fora

da unidade produtiva ou com outras atividades rurais. Da mesma forma, na seção 5.2 reforçou-se esta alegação das famílias devido a existência de 31 mulheres cursando alguma faculdade ou curso técnico ou já finalizados; dentre os homens, existem 28 nesta mesma categoria do grau de escolaridade.

Nesse sentido, reconhecer a existência da influência histórica na família e ao mesmo tempo afirmar que não desejam que os filhos sigam plantando tabaco possibilita pensar que essas 250 famílias mantêm ou mantiveram uma condição de resignação ou de aceitação de uma situação tida como limitadora das liberdades pela dependência estrutural da Cadeia Produtiva do Tabaco. Retomando a ideia de Giddens (1991), a conduta do grupo social (família) de seguir o modelo institucional familiar de produção mostra não somente a influência econômica da fumicultura, mas também o papel cultural, de crenças e valores em relação ao processo de desenvolvimento dessas famílias. Logo, compreende-se essa conduta econômica por motivos não econômicos, relacionadas à visão de mundo e ao saber local. Essa é a justificativa de entender a influência familiar como um o fator limitante à construção de estratégias de diversificação dos meios de vida em relação à fumicultura.

B) 5.1 – Participação social

Ao ter este indicador objetivo como o segundo mais vulnerável do capital social pode-se pensar na proposição de que a especialização produtiva também especializa as relações sociais, modificando aspectos da vida social e econômica da unidade familiar. Outro ponto importante é que a própria organização das relações intrafamiliares e “para além porteira” também possuem afinidade com o processo produtivo do tabaco, como estruturador do tempo social (ou de lazer), como já analisado na seção 6.1.2 deste capítulo.

Segundo Conterato et. al (2007, p. 53), ao analisar a mercantilização da agricultura familiar, observou-se também que “as estratégias de reprodução social tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes, ampliado-se a interação mercantil com o ambiente social e econômico externo.” Assim, as respostas das famílias sobre a participação social e a percepção que elas têm desse intitulado associam-se com esta afirmação e podem ser vistas na tabela e análises que seguem.

Tabela 26: Frequência de participação familiar em atividades sociais.

Atividades Sociais	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre	Total
Festas	24 9,6%	86 34,4%	17 6,8%	7 2,8%	116 46,4%	250 100%
Atividades esportivas	95 38%	37 15,2%	27 10,8%	66 26%	25 10	250 100%
Atividades religiosas	3 1,2%	88 35,2%	110 44%	21 8,4%	28 11,2	250 100%
Atividades escolares	15 9,6%	27 17,3%	9 5,7%	- -	105 67	156* 100%
Cooperativas	76 48%	63 40%	2 1%	- -	17 11	158** 100%
Sindicatos de Trabalhadores Rurais (sócios ou reuniões)	119 48%	101 40%	7 3%	- -	23 9	250 100%
Associações	83 33%	64 26%	57 23%	3 1%	43 17	250 100%
Atividades com ONGs	180 72%	52 21%	5 2%	2 0,8%	11 4	250 100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Conforme a tabela acima, as atividades sociais mais importantes estão relacionadas àquelas desenvolvidas pelas escolas e depois as festas locais, em contrapartida, percebe-se uma baixa participação das famílias nos Sindicatos e em atividades realizadas por Organizações Não-Governamentais. De acordo com os dados, em relação à participação em atividades promovidas por ONGs, das 250 famílias, 180 (72%) alegaram “nunca” terem participado de atividades e 52 (21%) afirmaram participar “eventualmente”. A segunda atividade com menor participação das famílias foram tanto àquelas desenvolvidas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais quanto por Cooperativas: 48% afirmaram “nunca” terem participado de reuniões, eventos ou outras atividades ou nem serem sócios dos Sindicatos; em relação a Cooperativas, também 48% (de 156 famílias) responderam que “nunca” participaram de cooperativas, reuniões, atividades, etc.

Quanto à média da percepção sobre a participação social, esta ficou em 0,641, e foi calculada por duas subquestões, uma em relação à importância dada às atividades desenvolvidas pelas Escolas, Igrejas e na comunidade e outra em relação à importância dada às atividades de ONGs, Associações, Cooperativas e Sindicatos. As respostas sobre a importância destas atividades para as famílias estão na tabela 27 que segue.

Tabela 27: Percepção das famílias sobre a participação em atividades sociais

	Acreditam que as atividades desenvolvidas por Escola, Igrejas, Festas da Comunidade, atividades esportivas são:		Acreditam que as atividades desenvolvidas por ONGs, Cooperativas, Associações Sindicatos, na sua localidade são:	
	Frequência	%	Frequência	%
0. Nada importante	5	2	13	5,2
1. Pouco Importante	44	17,6	66	26,5
2. Importante	134	53,6	120	48,2
3. Muito importante	67	26,8	50	20
Total	250	100	249	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Sendo a média da participação a segunda mais baixa do IMV_social e sua percepção estar acima da média do IPV_social tem-se então a necessidade de compreender porque as famílias percebem estes ativos de forma “mais positiva” em relação à maneira como eles se apresentam na realidade. Assim, pela tabela 28 acima, notou-se que para a maioria das famílias é “importante” participar tanto das atividades desenvolvidas mais localmente como das Escolas, Igrejas, Festas Comunitárias (53,6%), quanto àquelas organizadas por instituições comerciais ou de representação de classe (sindicatos) (48,2). Em relação às atividades mais locais, teve-se que 26,8% das famílias afirmaram ser “muito importante” participar destas atividades, seguida de 17,6% para “pouco importante”; já para as atividades/eventos comerciais e/ou de representação de classe, tem-se que 26,5% qualificaram como “pouco importantes” e 20% como “muito importantes”.

De forma geral, a percepção sobre a importância dessas atividades não reflete a real participação dos membros das famílias nas mesmas. Segundo Ellis (2000), as relações sociais dentro do grupo familiar e do grupo com o “ambiente externo” permitiriam às famílias acessar ativos ou recursos de instituições e organizações que possibilitariam criar estratégias de superação de uma condição de vulnerabilidade. Analisando essa divergência entre meios e percepções, notou-se a existência de limitantes internos e externos à participação efetiva dessas famílias. Retomando as proposições de Sen (2010) em comparação às análises dos resultados, compreenderam-se como limitantes externos, as possíveis falhas das próprias instituições, tanto por não serem atuantes em determinadas localidades ou por não representarem os desejos/anseios das famílias. Quanto aos limitantes internos, pode-se pensar

que estes estejam associados às dificuldades de deslocamentos ou mesmo em relação ao tempo livre para atividades fora da unidade familiar¹⁰³.

C) 5.3. Assistência técnica e Confiança nas informações para agricultura.

Em relação a este indicador, é interessante notar que há uma dissonância entre “ter assistência técnica produtiva” (1.5.3) e a confiança nas informações passadas pelas pessoas/instituições públicas ou privadas. As respostas dos pesquisados quanto à confiança nas informações passadas pelos técnicos agrícolas foram divididas em duas subquestões¹⁰⁴, conforme tabela 28.

Tabela 28: Grau de confiança nas informações para agricultura em geral.

Quanto às informações para agricultura em geral...					
2.5.3.1 (...) confiam quanto nas informações passadas pelos técnicos das empresas?			2.5.3.2. (...) confiam quanto nas informações passadas pelas pessoas da Emater, Embrapa, Universidades, etc?		
Alternativas	Frequência	%	Alternativas	Frequência	%
0. Não confiam	28	11,34	0. Não confiam	8	3,82
1. Confiam pouco	99	40	1. Confiam pouco	31	14,83
2. Confiam	111	45	2. Confiam	138	66,02
3. Confiam muito	9	3,64	3. Confiam muito	32	15,3
NSA	3	-	NSA	41	-
Total válido	247	100	Total válido	209	100
Total	250	100	Total	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em relação ao grau de confiança nos instrutores das empresas fumageiras (2.5.3.1), percebeu-se que 45% “confiam” nas informações passadas para a produção de tabaco, seguido de 40% que “confiam pouco” e 11,34% que “não confiam” nestas informações. Em relação às informações passadas por extensionistas rurais de outras instituições, 66% das famílias afirmaram que “confiam”, 15% “confiam muito” e 14,83% “confiam pouco”. É interessante

¹⁰³ A relação entre participação social, deslocamentos e tempo livre sugere-se como análises e cruzamentos futuros, uma vez que a proposta metodológica deste trabalho não é o cruzamento entre indicadores de diferentes dimensões.

¹⁰⁴ A fumicultura possui uma peculiaridade, pois os extensionistas públicos, ou no caso, da Emater/Ascar do Rio Grande do Sul atendem às famílias de forma indireta em relação ao plantio do tabaco, uma vez que as próprias fumageiras disponibilizam instrutores técnicos para o atendimento às famílias. Conforme canal de relacionamento da EMATER/RS, a mesma afirmou que a instituição “não faz distinção quanto ao tipo de cultivo do produtor. Enquadrando-se como agricultor familiar, o produtor é atendido” (Júlio Fiori, Assessoria de Imprensa da Emater/RS-Ascar). Segundo extensionistas dos municípios visitados, alguns aspectos são realizados em conjunto, como análises de solo, instruções para elaboração de curvas de nível, etc. Nesse sentido, foi preciso dividir a questão em duas, uma vez que o conteúdo das informações é diferenciado: extensionistas em geral (Emater, cooperativas, etc) e extensionistas ou instrutor técnico da produção de tabaco.

notar que 41 famílias não souberam responder sobre a questão 2.5.3.2, ainda, o valor médio da questão subjetiva sobre confiança ficou em 0,545, sendo a média do IMV_social de 0,578. Logo, pode-se dizer, segundo os dados, que há “confiança” (para a maioria das famílias) nas informações passadas, contudo, se comparado ao indicador objetivo que mensurou sobre ter ou não assistência técnica para tabaco e para os outros cultivos (média de 0,816 – melhor ativo social), a média da percepção das famílias é pior que seu ativo, o que careceu a retomada de alguns relatos e fatos observados durante a pesquisa de campo.

Inicialmente, mesmo que 247 famílias tenham respondido sobre a confiança nos instrutores técnicos das fumageiras, 228 (das 250) afirmaram que recebem assistência técnica produtiva. Essa diferença pode ser explicada pelas observações que faziam ao responderem que “0. Não (tinham assistência)”: *“ter assistência técnica, do cara vir, aqui, colocar a mão na terra, ir lá ver a lavoura, não tem, mas ele informa certo sobre preço, sobre quando vender, faz o pedido certinho...”*; outras famílias ainda afirmaram que o instrutor só iria até a unidade familiar em períodos específicos, como elaboração de pedidos de insumos e sementes, colheita e venda do tabaco. Estas informações corroboram as conclusões de Rudnick (2012, p.150) ao afirmar que “O orientador, gradualmente, além de passar a atender outras comunidades, que não aquelas de origem, também diminui a frequência das visitas.”

Quanto aos outros cultivos tem-se que 71% das 250 famílias (179) afirmaram ter acesso à assistência técnica além dos instrutores das empresas e 28,4% (71) alegaram não ter outra assistência. Quando questionados sobre a confiança nas informações passadas por estes extensionistas, notou-se a seguinte diferença em relação aos dados da tabela 29: das 71 famílias que afirmaram não ter outro tipo de assistência técnica, 48% (34 famílias) ainda fizeram alguma qualificação em relação à confiança nas informações e 52% (37 famílias) não souberam responder.

Neste caso, a experiência de campo permitiu observar que a diferença nestes dados deu-se porque algumas famílias obtinham informações ou avisos importantes da Emater, Cooperativas ou outras instituições pelos meios de comunicação, com programas diários ou semanais em rádios locais e jornais locais. Assim, mesmo que as 34 famílias não tenham a presença física dos extensionistas em suas unidades produtivas, as informações, notícias e avisos repassados por meios de comunicação foram mensurados quanto à confiabilidade. Nesta questão é essencial entender que apesar da existência de assistência técnica tanto para a fumiicultura quanto para as outras atividades, a confiabilidade nas informações passadas pelos instrutores técnicos ou outros extensionistas ainda é mediana.

Em relação às informações para a produção do tabaco, o trabalho de Hoff (2014) mostrou que o conhecimento repassado pelos instrutores é incorporado ao “saber-fazer” da família, destacando que as inovações tecnológicas e produtivas não desapropriaram estas famílias de seu longo conhecimento acumulado por gerações. Segundo o autor, a “novidade” é incorporada ao fazer cotidiano ao longo do tempo, mesmo que seja determinado pela empresa ou pela organização da cadeia produtiva, o que permite aqui explicar essa divergência entre intitlamento e percepção. Ainda, Deponti e Schneider (2013), descreveram que a atividade prestada pelos instrutores das empresas, muitas vezes é tido como “dispensável”, o que corrobora com o 40% das famílias alegarem que confiam pouco no instrutor. Quanto às informações passadas por outras extensões, essas ocorrem mediante procura das famílias e interesse próprio em buscar apoio técnico e informacional¹⁰⁵.

Logo, a existência de um importante ativo na agricultura (assistência técnica) não implica em relações de confiança nesse saber/conhecimento externo¹⁰⁶. Para melhor compreender esta questão, retomam-se aqui as ideias de Anthony Giddens (1991; 1997) sobre a relação entre sistemas peritos e guardiões do conhecimento relacionando com o contexto da fumiicultura. O autor, ao explicar sobre as escolhas “racionalis” dos indivíduos, afirma que estas estão baseadas na vida cotidiana das pessoas e que as mudanças tecnológicas penetram nessas escolhas por meio dos sistemas abstratos que podem influenciar, mas não determinar tais escolhas individuais. Associando o pensamento de Giddens ao contexto estudado, pode-se entender a fumiicultura como uma tradição (sistema tradicional) que pré-determina um estilo de vida e suas consequentes escolhas, sendo essa tradição uma identidade.

É justamente a manutenção dessa “identidade” um requisito da segurança ontológica das famílias frente às “ameaças” de um conhecimento perito. Segundo Rudnick et.al (2014) esta desconfiança ou não aceitação de informações/conhecimentos externos ao tradicional, no

¹⁰⁵ Ao longo da pesquisa de campo foi possível acompanhar o trabalho de alguns escritórios municipais da Emater-RS na execução das chamadas públicas de diversificação do tabaco e chamada da sustentabilidade. Observando o cotidiano institucional, cabe retomar o que Deponti e Schneider já haviam referenciado: “o dia a dia do técnico é permeado por ações e atividades que, muitas vezes, estão isoladas de um plano estratégico para ação, restringindo-se a responder as demandas que surgem no cotidiano dos agricultores ou simplesmente cumprindo metas da agência de extensão. A vida cotidiana, tanto do técnico quanto dos agricultores, está dominada por um motivo pragmático, orientada para resolver problemas práticos. O cotidiano dos extensionistas, em função das atribuições diárias, muitas vezes, ingressa em uma rotina que não permite o entrelaçamento dos distintos mundos da vida, do técnico e do agricultor.” (DEPONTI, SCHNEIDER, 2013, p. 193). Esta realidade também foi percebida junto aos escritórios e no cotidiano dos extensionistas entre outubro de 2014 e agosto de 2014.

¹⁰⁶ Os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que aproximadamente 95% dos fumiicultores do Rio Grande do Sul recebem assistência técnica através da empresa integradora, o que geralmente consta nos contratos firmados. (CONTERATO, 2013, p.52 in Silveira e Dornelles, 2013).

caso da fumicultura, é um entrave aos projetos de diversificação produtiva, uma vez que “as famílias não conseguem visualizar alternativas produtivas, na medida em que é confortável manter-se na atividade e “confiar”.” (RUDNICK et.al, 2014, p.230). Assim, essa desconfiança nas informações pode ser explicada, conforme Giddens (1997) e Rudnick et. al (2014), como uma “proteção às ameaças”, riscos e incertezas dos novos saberes.

A análise acima dos indicadores objetivos e subjetivos da dimensão social permite inferir que existe um cenário de desconfiança e ameaça a um saber e a um fazer tradicional que ultrapassa gerações, o qual é visto não somente como uma forma de produção e geração de riqueza, mas como um organizador das relações sociais dentro e fora do *household*. Para estas famílias fumicultoras, mesmo que a participação seja algo “importante”, ela só se efetiva quanto aglutinada à conjuntura econômico-produtiva; as informações e conhecimentos vindos de entes externos tanto para a cultura do fumo como para outras atividades é visto geralmente com desconfiança pelas pessoas da unidade familiar e, quando aceito é incorporado ao saber tradicional.

Assim, pode-se afirmar que a fumicultura limita não somente o aspecto de produção de uma *cash crop*, mas também das relações sociais estabelecidas a partir dele, ou seja, as oportunidades sociais e garantias de transparência (SEN, 2010). Retomando a abordagem das capacitações e da diversificação dos meios de vida, a limitação do conjunto capacitório social restringe também às famílias (enquanto agentes sociais) a acessarem ativos via instituições que permitiriam ampliar as estratégias de diversificação e, portanto, melhorar as condições de vida em relação à dimensão social quanto às demais dimensões.

Nesta perspectiva, se, por um lado, os conjuntos de capacitações físico, humano e natural foram os que apontaram para uma condição de vida medianamente estável (já que suas médias variaram entre 0,58 e 0,6), por outro, existem dois outros essenciais conjuntos que indicaram a existência de uma condição de vida e também de agente pela racionalidade econômica especializada na fumicultura que se reflete na organização social interna e externa dos *households*. Para pensar na qualidade de vida destas famílias produtoras de tabaco, não basta que se tenham condições de saúde, trabalho e educação satisfatórias se suas oportunidades para utilizar recursos econômicos (liberdades econômicas de Sen) ou a obtenção de liquidez (lucro), ou ainda o acesso a mercados alternativos ou políticas de crédito (Ellis) encontrem-se em condição vulnerável. Da mesma forma, não basta que tenham acesso à políticas de crédito, financiamentos se estes investimentos mantiverem essas unidades familiares cada vez mais dependentes da Cadeia Produtiva do Tabaco.

Retomando à abordagem das capacitações de Sen (2010) operacionalizadas aqui pela perspectiva dos *livelihoods*, pode-se dizer que os conjuntos capacitórios sociais e financeiros, dados pelos capitais e percepções, restringem as facilidades econômicas, oportunidades sociais e garantias de transparência das famílias, reduzindo também às possibilidades de criarem estratégias de diversificação em relação à CPT e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Neste ponto, ao se pensar a organização de mecanismos para melhorar as condições de vida destas famílias por um processo de diversificação, pode-se afirmar que tais estratégias (sendo estas via políticas públicas ou pelas próprias famílias) necessitam aumentar as relações sociais, permitindo que estes agentes sociais (famílias) criem portfólios de atividade integrando as dimensões social e financeira, para que consigam superar uma condição de vulnerabilidade, que está além do tripé terra-capital-trabalho, mas refletida nas oportunidades sociais (SEN, 2008; 2010) – capital social (ELLIS, 2000) – do *household*.

7. A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E OS CONJUNTOS CAPACITÓRIOS

Os resultados da pesquisa de campo permitiram identificar os grupos de famílias com maior ou menor posse de ativos e estratégias de transformação/diversificação e que interferem nas condições de vida individual, familiar e comunitária. Teoricamente, como já descrito no capítulo 2, pretendeu-se compreender as capacitações de cada grupo de famílias fumicultoras, com intuito de aferir se famílias com maior grau de diversificação dos seus meios de vida (ou menor dependência de um *cash crop*, no caso, tabaco) apresentam conjuntos capacitórios expandidos e, portanto, melhores condições de vida.

A hipótese a ser respondida por este capítulo é que famílias diversificadas apresentam melhores condições de vida (dadas pelos conjuntos capacitórios) e que quanto maior for o grau de dependência da CPT, piores são as condições de vida. Diferentemente do capítulo anterior, as análises aqui se darão em relação às quatro categorias de diversificação, entendendo, a diferença entre as médias dos meios de vida e das percepções sobre esses meios dentro de cada dimensão¹⁰⁷.

7.1. O MODELO ANALÍTICO DO GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO

O primeiro ponto a ser considerado neste capítulo refere-se ao modelo de categorização das famílias. Conforme apresentado na seção metodológica, a ideia de diversificação ultrapassa a perspectiva relacionada unicamente à produção, sendo então decorrente da análise de nove variáveis (escolhidas dentro de cada capital – objetiva), que resultaram em cinco submédias, as quais culminaram em um valor médio final entre 0 e 1. Os indicadores destacados no quadro 4 que segue representam teoricamente as variáveis que permitiram compreender aspectos pontuais sobre a dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco. A média destas submédias originou a escala de diversificação (já explicitada no

¹⁰⁷ Para as inferências deste capítulo foram utilizados os programas estatísticos SPSS e a base de dados organizada no programa Excel. Foram realizados os testes estatísticos ANOVA (comparativo entre as médias), *Qui-quadrado* (avaliar a relação existente entre as variáveis e o Grau de Diversificação). As análises somente foram realizadas nos indicadores dos IMVs e IPVVs que obtiveram diferença estatisticamente significativa de suas médias ($p \geq 0,05$), o que permite dizer que as inferências descritas neste capítulo são válidas para o universo dos estabelecimentos de famílias produtoras de tabaco do Rio Grande do Sul

capítulo metodológico). Desta divisão resultaram quatro grupos com a seguinte composição numérica das unidades familiares, conforme quadro 5.

QUADRO 4: Questões utilizadas na composição da média do Grau de Diversificação

1. <i>Capital Físico:</i>	1.1.4. <i>Uso da área da unidade familiar</i>
2. <i>Capital Natural:</i>	1.2.4. <i>Uso de Insumos Químicos + 1.2.5. Natural (lenha)</i>
3. <i>Capital Financeiro:</i>	1.3.3. <i>Renda da Fumicultura</i>
4. <i>Capital Humano:</i>	1.4.3. <i>Tempo de Trabalho</i>
5. <i>Capital Social:</i>	1.5.5. <i>Sucessão na fumicultura</i>

Fonte: Elaboração própria com base no *Framework* Teórico-Metodológico.

QUADRO 5: Índice Médio proposto para classificação de cada Categoria de Diversificação e Número de Famílias

Categoria	Índice Médio entre:	Número de Famílias
Diversificadas (D)	1,0 - 0,67	39 famílias
Quase Diversificadas (Q.D)	0,669 - 0,50	108 famílias
Pouco Diversificadas (P.D)	0,499 - 0,34	69 famílias
Especializadas (E)	0,339 - 0	34 famílias

Fonte: Elaboração própria.

Comparando-se as médias do Grau de Diversificação (G.D) para estas quatro categorias por indicador obtiveram-se os resultados, conforme o gráfico 21 e a tabela 29.

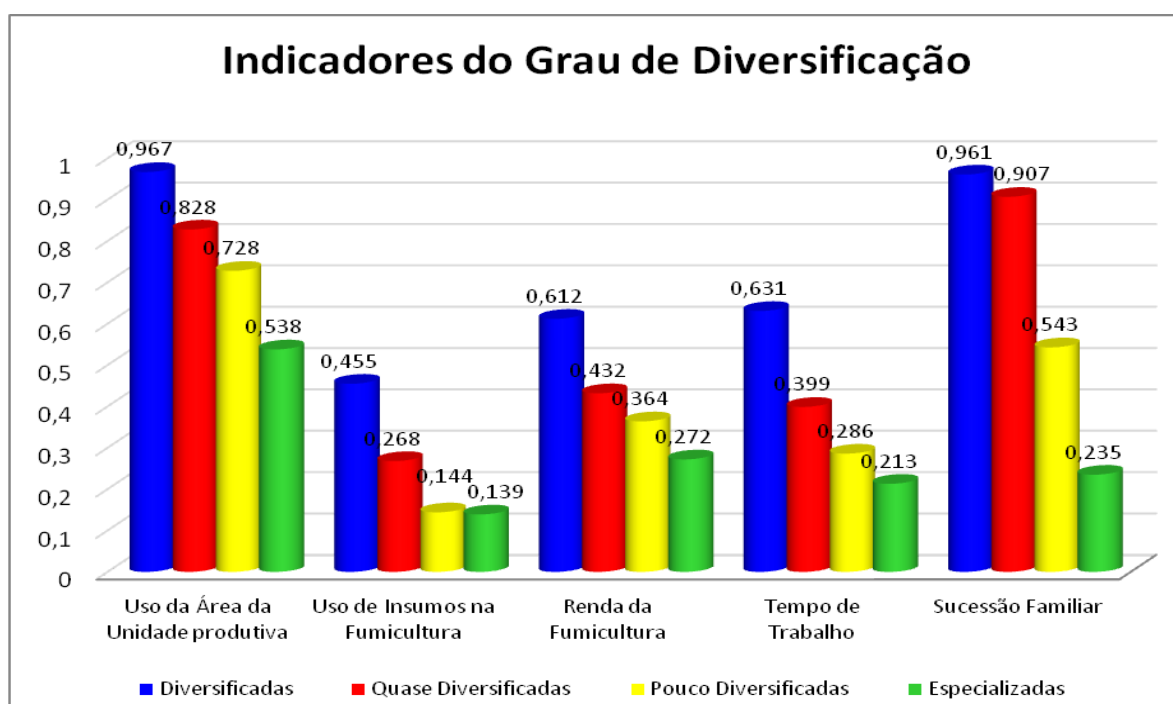


Gráfico 21: Média dos Indicadores do Grau de Diversificação por Categoria

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 29: Indicadores do Grau de Diversificação

	Uso da Área da Unidade Produtiva	Uso de Insumos na Fumicultura	Renda da Fumicultura	Tempo de Trabalho	Sucessão Familiar	Média Final
Diversificadas	0,967	0,455	0,612	0,631	0,961	0,725
Quase Diversificadas	0,828	0,268	0,432	0,399	0,907	0,673
Pouco Diversificadas	0,728	0,144	0,364	0,286	0,543	0,413
Especializadas	0,538	0,139	0,272	0,213	0,235	0,279

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

As médias dos cinco indicadores apresentaram diferença estatisticamente significativa, sendo que a categoria Diversificada (D) obteve melhores médias, seguida das Quase Diversificadas (QD), Pouco Diversificadas (PD) e, por fim, as Especializadas (E). Nota-se que em relação aos indicadores “Uso da Área da Unidade Produtiva” (Capital Físico) e “Sucessão Familiar” (Capital Social) têm-se as melhores médias para todas as famílias. Ao ser realizado uma análise de variância (ANOVA), pode-se inferir que em relação ao indicador Uso da área da U.P a diferença entre as médias é estatisticamente significativa entre todas as categorias; o mesmo ocorreu para o indicador “Renda da Fumicultura”. Quanto ao “Uso de Insumos na Fumicultura” existe diferença significativa entre as categorias, exceto entre as famílias Pouco Diversificadas e Especializadas; o mesmo aconteceu para “Tempo de Trabalho”. Em relação à “Sucessão na Fumicultura”, não houve diferença estatisticamente significativa entre as famílias Diversificadas e Quase Diversificadas.

De forma geral, estes indicadores de cada capital foram pensados em relação à possibilidade de medir um maior ou menor atrelamento à Cadeia Produtiva do Tabaco, ou seja, quanto maior a média do G.D, menor é a dependência. A partir do modelo proposto, pode-se afirmar que tais indicadores expressam a diversificação dos meios de vida na fumicultura que vai além da diversificação produtiva com base no tripé terra-capital-trabalho, mostrando então que a dependência de um *cash crop* está também nos meios de vida humano, natural e social.

Nesse sentido, as análises que seguem neste capítulo buscaram responder à proposição de que famílias menos dependentes da CPT apresentam melhores condições de vida, tendo assim melhores médias dos Conjuntos Capacitórios. Portanto, serão interpretadas a seguir as médias de cada conjunto, ponderando sobre a significação da diferença entre os valores dos Meios de Vida e das Percepções de Vida para estas quatro categorias dentro de cada dimensão. É importantes destacar que estatisticamente não se propõem uma análise de causa-

efeito, mas um estudo sobre a diferenciação das médias resultantes. Assim, as explicações que seguem trazem análises sobre estes mesmos indicadores, uma vez que todos mostraram diferença significativa entre suas médias dentro de cada Conjunto Capacitório, ou seja, na composição do IMV de cada dimensão¹⁰⁸.

7.2. CONJUNTOS CAPACITÓRIOS E AS CATEGORIAS DE DIVERSIFICAÇÃO

Com a divisão das unidades familiares produtoras de tabaco entre as categorias Diversificadas, Quase Diversificadas, Pouco Diversificadas e Especializadas, observaram-se as diferenças entre as médias do Índice dos Meios de Vida (IMV) e do Índice das Percepções de Vida (IPV) para cada categoria, conforme o gráfico abaixo.

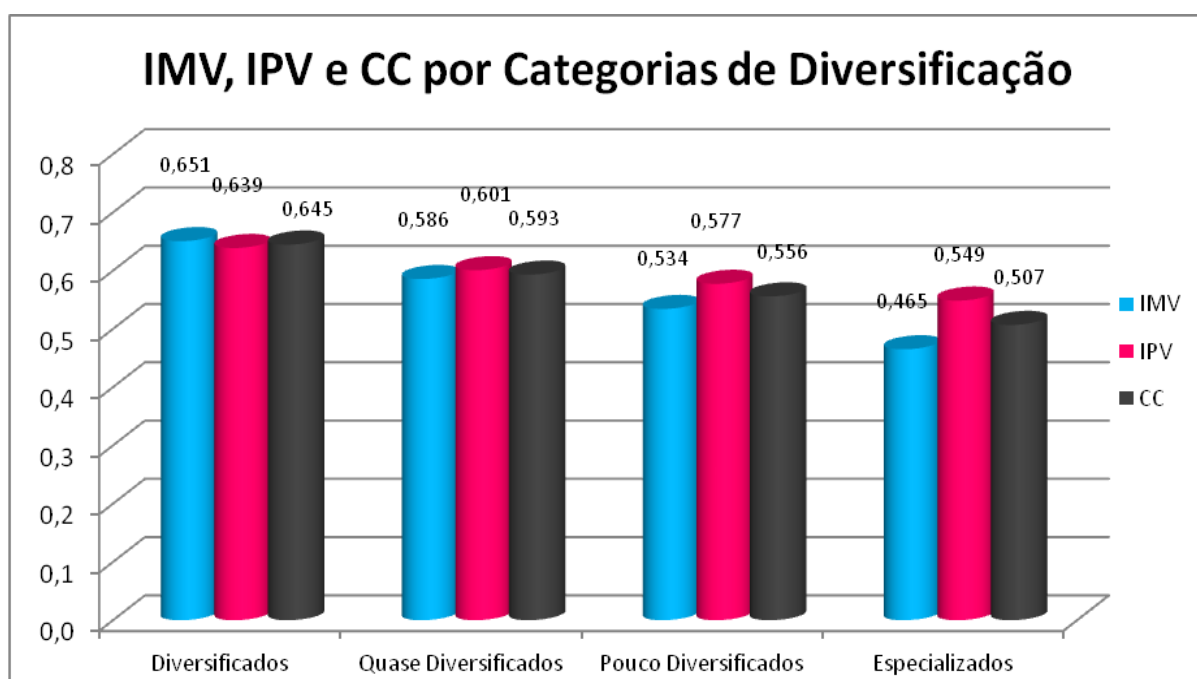


Gráfico 22: IMV, IPV e Conjunto Capacitório por Categorias de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Pelos dados da tabela 29 e do gráfico 22 notou-se que, com exceção das famílias Diversificadas, os meios de vida (azul) apresentaram médias menores que as percepções de vida (rosa) e que estas médias diminuíram gradativamente com a diminuição do Grau de

¹⁰⁸ Por mais que possa parecer uma repetição ou obviedade que os indicadores do Grau de Diversificação tenham significância estatística, como não se sugeriu fazer análises de causa-efeito, não foram realizados testes para verificar a multicolinearidade das variáveis.

Diversificação pela categorização das famílias; o mesmo pode ser visualizado nos conjuntos capacitórios. A realização de uma análise de variância, seguida de um *post hoc tests* (Turkey) ao nível de 0,05¹⁰⁹, permitiu afirmar que em relação ao Conjunto Capacitório existe uma diferença significativa entre as médias de todas as categorias, o que também pode ser comprovado para o IMV. Quanto às percepções de vida, observou-se diferença estatisticamente significativa entre as famílias diversificadas e as outras três categorias (ou seja, quanto mais diversificada a família, melhor a média geral da percepção, porém não houve diferença entre Quase Diversificadas e Pouco Diversificadas, nem entre P. D. e Especializadas. Estas relações entre as médias podem ser observadas no desenho dos biogramas da figura 26 que segue.

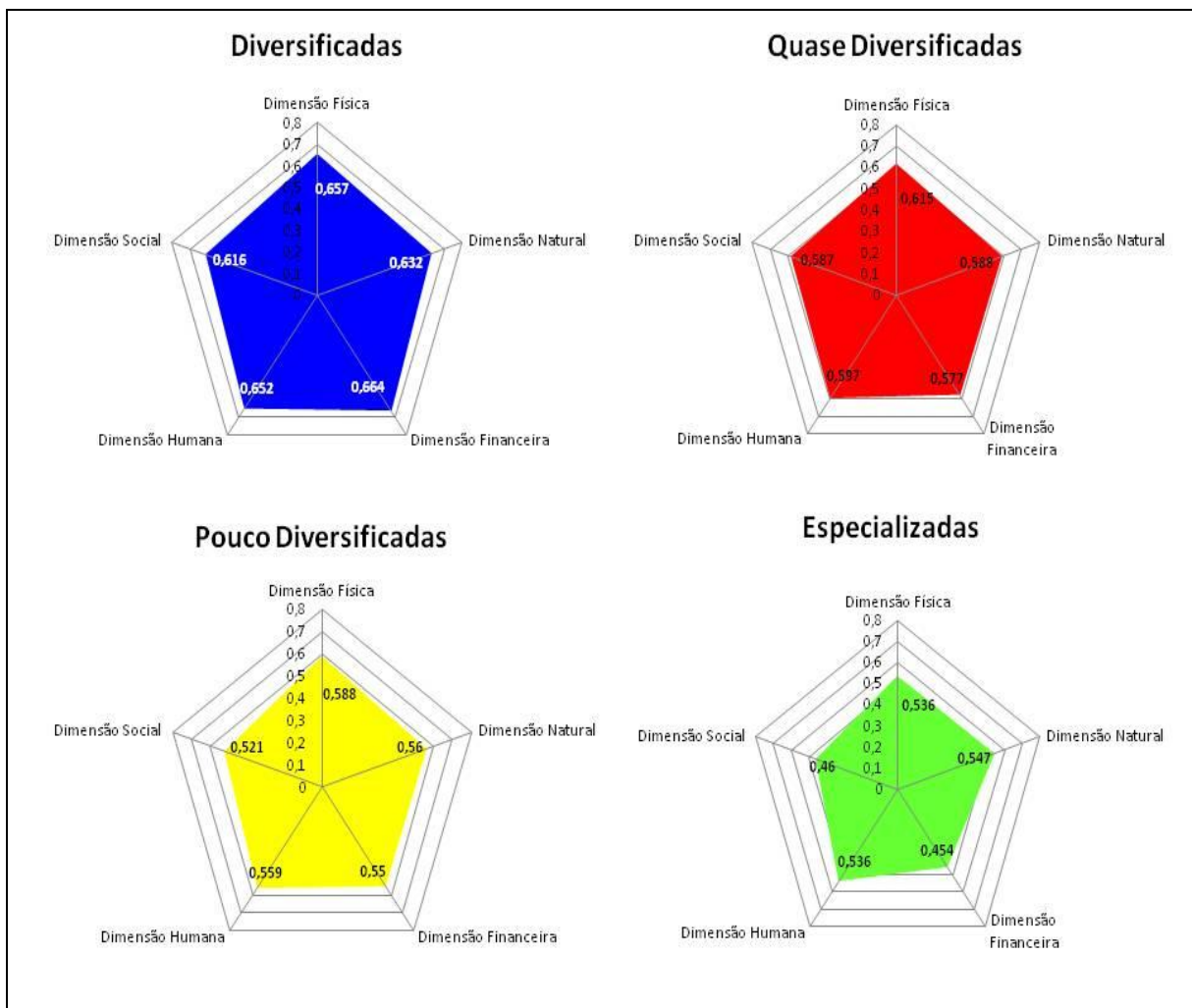


Figura 26: Biogramas das Dimensões por Categoria de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

¹⁰⁹ Ver Anexo II.

Comparativamente, o biograma das famílias Especializadas é o mais disforme e com a dimensão financeira a mais vulnerável (médias entre 0,4 e 0,55); no biograma das famílias Pouco Diversificadas obteve-se um desenho do radar mais homogêneo, mas com as médias das dimensões entre 0,5 e 0,6. No gráfico das famílias Quase Diversificadas, notou-se um biograma mais amplo (aberto), também uniforme, tendo as médias variando entre 0,55 e 0,65; já o biograma azul das famílias Diversificadas apresentou desenho bastante homogêneo, tendo as médias das dimensões variando entre 0,6 e 0,7. Assim, para melhor entender o comportamento das médias dos conjuntos, tem-se a abertura dos biogramas do Índice dos Meios de Vida (IMV) e das Percepções de Vida (IPV).

Tabela 30: Médias dos IMVs e IPVs por Categorias de Diversificação

	Dimensão Física		Dimensão Natural		Dimensão Financeira		Dimensão Humana		Dimensão Social		Conjunto Capacitório	
	IMV	IPV	IMV	IPV	IMV	IPV	IMV	IPV	IMV	IPV	IMV	IPV
Diversificadas	0,738	0,577	0,598	0,667	0,576	0,753	0,711	0,594	0,630	0,603	0,651	0,639
Quase Diversificadas	0,682	0,551	0,531	0,645	0,472	0,683	0,657	0,537	0,586	0,588	0,586	0,601
Pouco Diversificadas	0,647	0,529	0,497	0,623	0,434	0,667	0,613	0,506	0,480	0,562	0,534	0,577
Especializadas	0,560	0,512	0,472	0,622	0,326	0,582	0,598	0,475	0,369	0,552	0,465	0,549

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

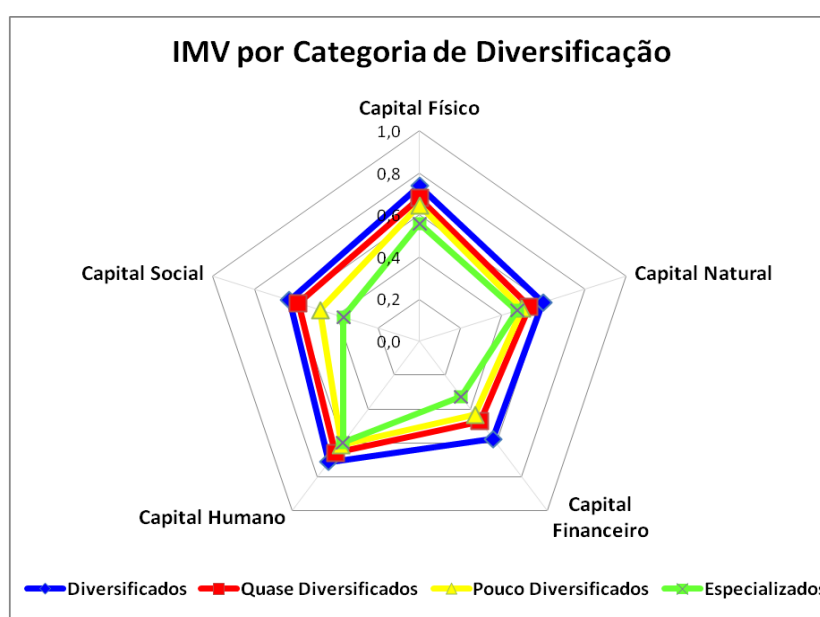


Gráfico 23: Biograma do IMV Geral por Categorias de Diversificação

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

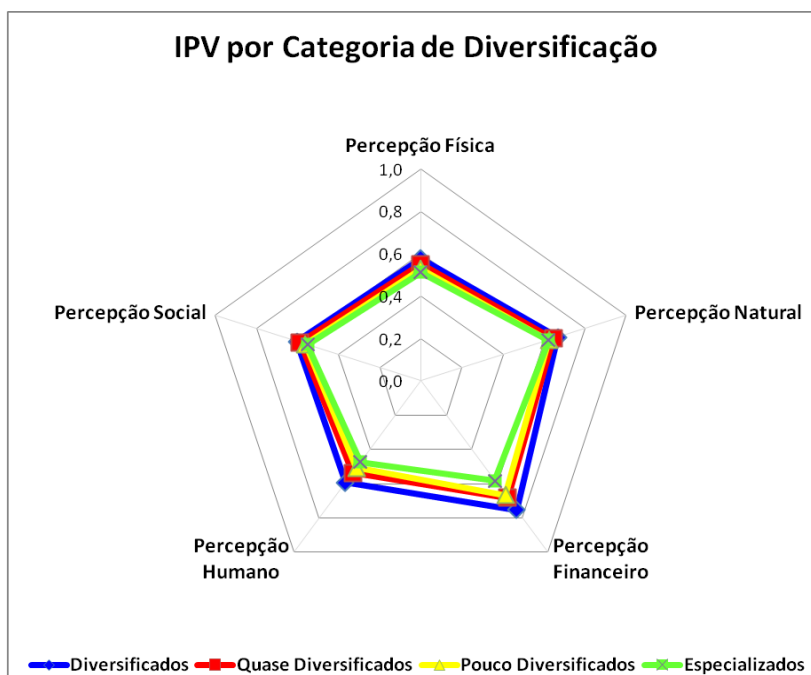


Gráfico 24: Biograma do IPV Geral por Categorias de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Pelo biograma do gráfico 23, o IMV_físico apresentou a melhor média dentre os cinco capitais para três categorias (entre 0,6 e 0,8), exceto as famílias Especializadas (E). Quanto ao gráfico 24, percebeu-se que a geometria dos biogramas assemelha-se na Percepção Física, Social e Natural, tendo pequena distinção na Percepção Humana. A tabela 30 mostra que na Dimensão Física, todas as percepções são piores que seus meios para as quatro categorias, o que também aconteceu na Dimensão Humana. Quanto à Dimensão Natural, Financeira e Social, ambas tiveram, para os quatro tipos de famílias, os meios piores que suas percepções. Ainda em todas as dimensões, quanto menor o Grau de Diversificação (D. > E.), menores as médias tanto dos meios quanto das percepções.

A partir de tais observações foram realizados testes de Análise de Variância (ANOVA) a fim de apreender quais IMVs e IPVs apresentaram diferença significativa, com nível de confiança de 95%. Isso permite dizer que as análises realizadas nas seções que seguem trazem interpretações somente onde ocorreu essa significância e que podem ser inferidas para o total da população de famílias fumicultoras do Rio Grande do Sul. Para tanto, observou-se sobre quais indicadores objetivos e subjetivos apontaram para existência de uma relação entre menor dependência da CPT e melhores condições de vida em cada dimensão.

7.3. DIMENSÃO FÍSICA

Conforme já descrito nos capítulos anteriores, a dimensão física refere-se àquilo que foi consumido, adquirido pelas facilidades econômicas, assim como a infraestrutura do *household* e à possibilidade de deslocar-se livremente. Nesse sentido, foram elencados cinco indicadores para compor os ativos/intituleamentos/meios de vida físicos e da mesma maneira cinco indicadores subjetivos para entender a percepção que as famílias tinham de seus próprios recursos. Logo, a proposta a ser pensada e interpretada nesta seção 7.3 é que as famílias menos dependentes da CPT apresentam-se em melhores condições de infraestrutura, habitação, maior posse de máquinas e equipamentos que facilitam o trabalho agrícola, bem como uso mais proporcional (e talvez racional) da área da unidade produtiva. Assim, a partir das respostas das questões obtiveram-se as médias do Capital Físico e da Percepção Física conforme tabelas e biogramas que seguem.

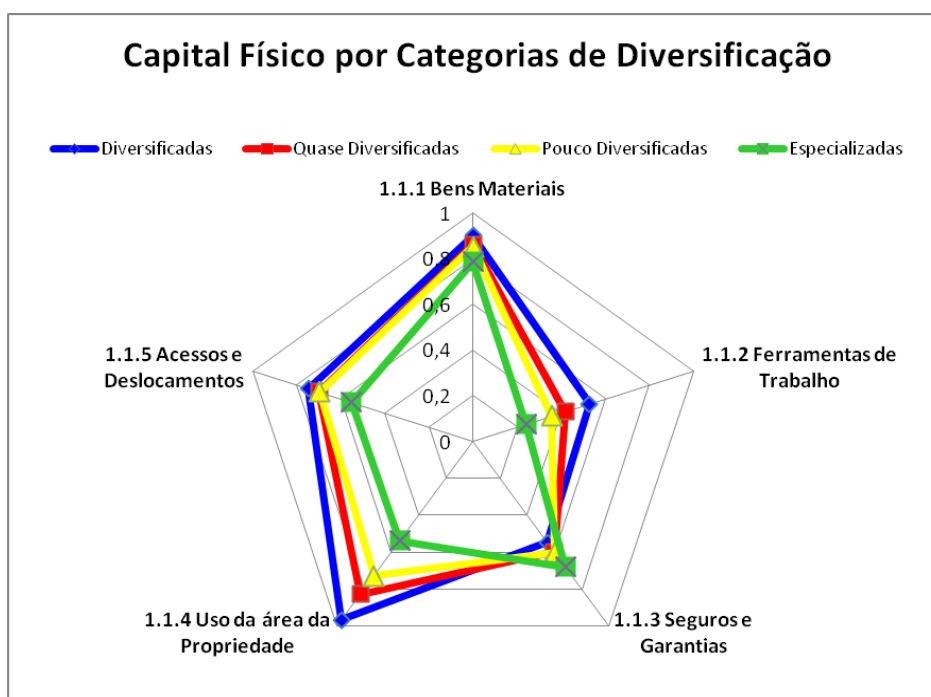


Gráfico 25: Biograma do Capital Físico por Categorias de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

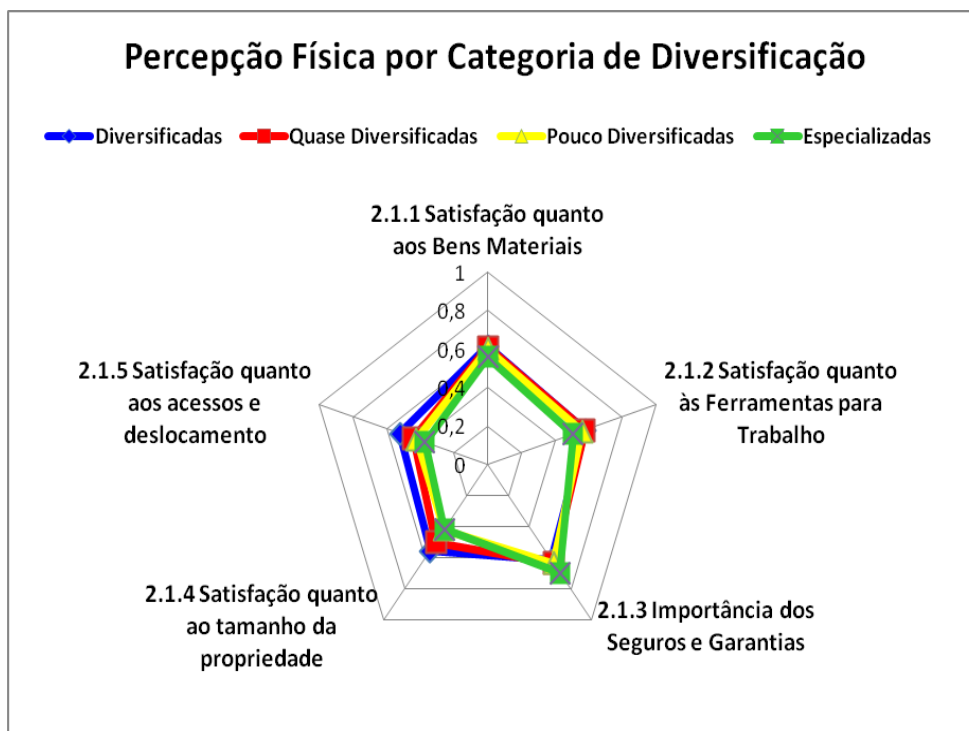


Gráfico 26: Biograma da Percepção Física por Categorias de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 31: Indicadores do Capital Físico por Categorias de Diversificação

	1.1.1 Bens Materiais	1.1.2 Ferramentas de Trabalho	1.1.3 Seguros e Garantias	1.1.4 Uso da área da U.P.	1.1.5 Acessos e Deslocamentos	IMV_ Físico
Diversificadas	0,899	0,529	0,546	0,967	0,747	0,738
Quase Diversificadas	0,861	0,42	0,599	0,828	0,699	0,681
Pouco Diversificadas	0,852	0,358	0,601	0,728	0,698	0,647
Especializadas	0,785	0,242	0,68	0,538	0,553	0,56

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 32: Indicadores da Percepção Física por Categorias de Diversificação

	2.1.1 Satisfação quanto aos Bens Materiais	2.1.2 Satisfação quanto às Ferramentas para Trabalho	2.1.3 Importância dos Seguros e Garantias	2.1.4 Satisfação quanto ao tamanho da U.P	2.1.5 Satisfação quanto aos acessos e deslocamentos	IPV_ Físico
Diversificadas	0,615	0,581	0,615	0,555	0,521	0,577
Quase Diversificadas	0,608	0,577	0,633	0,499	0,444	0,551
Pouco Diversificadas	0,601	0,56	0,635	0,421	0,425	0,528
Especializadas	0,558	0,509	0,696	0,415	0,372	0,511

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Em relação às médias gerais do Capital Físico, estas foram significativas das famílias Especializadas para as demais, não configurando diferença entre as médias das Diversificadas e Q.D. e destas com as P.D. Com relação à Percepção Física, não houve diferença significativa entre as médias das famílias, o que resultou na não realização de análises sobre os indicadores de percepção. Com base no gráfico 25 e na tabela 31, pode-se inferir que dentro os cinco indicadores do Capital Físico, a melhor média ocorreu no 1.1.4 – Uso da área da U.P para as famílias Diversificadas; já o indicador 1.1.1 – Bens Materiais apresentou as melhores médias das famílias Quase Diversificadas, Pouco Diversificadas e Especializadas.

Com exceção do indicador 1.1.3 – Seguros e Garantias, em todos os outros as houve um decréscimo das médias em relação ao aumento da dependência da CPT das famílias. Outro ponto a ser destacado é que as geometrias dos biogramas são divergentes e disformes, principalmente para as famílias especializadas que obtiveram médias de 0,68 para os seguros e garantias e 0,242 em relação às ferramentas de trabalho. Contudo, estas diferenças só configuraram-se como estatisticamente válidas para os itens 1.1.2 – Ferramentas para Trabalho e 1.1.4 – Uso da área da Unidade Produtiva, os quais foram interpretados na sequência.

A) Ferramentas para Trabalho

Pode-se entender aqui que as ferramentas como um conjunto de objetos e máquinas que tem como objetivo facilitar o trabalho na agricultura familiar, disponibilizando mão de obra para outras atividades ou ainda otimizando a produtividade dos cultivos. A tabela que segue mostra quais destas ferramentas e/ou máquinas agrícolas as famílias possuem.

Tabela 33: Ferramentas e Máquinas Agrícolas por Categoria de Diversificação

1.1.2. Quanto às máquinas (para a produção em geral), a família possui:																
	1.1.2.1 Trator		1.1.2.2 Máquina plantadeira		1.1.2.3 Máquina colheitadeira		1.1.2.4 Pulverizador (para trator ou sobre rodas)		1.1.2.5 Roçadeira		1.1.2.6 Sistema de irrigação		1.1.2.7 Estufa Elétrica*		1.1.2.8 Tecedeira de fumo	
	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%
Diversificadas	27	69,2	18	46,15	8	20,5	24	61,5	26	67	13	33,3	11	28,2	35	88
	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100
Quase Diversificadas	68	63	32	29,6	13	12	45	42	68	63	17	16	17	16	102	94,4
	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100
Pouco Diversificadas	39	56,5	11	16	4	6	25	36,2	30	43,4	6	9	13	19	67	97
	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100
Especializadas	11	32,3	1	3	0	0	8	23,5	13	38,2	0	0	5	15	28	82,3
	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100
Total	145	58	62	25	25	10	102	41	137	54,8	36	14,4	46	18,4	232	93
	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100

* Somente para quem planta fumo Virgínia.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Com base na tabela 33 acima, pode-se dizer que em relação à posse de tratores, 69,2% das famílias diversificadas possuem esta máquina, 63% das Q.D também; 56,5% das P.D e 32,3% das Especializadas têm trator como uma máquina agrícola na U.P. Em relação à Plantadeira, observou-se que 46,15% das famílias Diversificadas têm tal máquina, enquanto que somente 3% das Especializadas possuem-na. Sobre a existência de Pulverizador (exceto costal/manual): 61,5% das famílias Diversificadas alegaram ter esta máquina e somente 23,5% das especializadas possuem tal implemento.

Por outro lado, analisando a “tecedeira de fumo”, notou-se que esta máquina está presente em quase todas as unidades familiares, sendo um bem material essencial à cultura do tabaco e que, conforme as famílias, facilitou o trabalho com as folhas na preparação para etapa de secagem. As figuras que segue mostram a tecedeira de fumo em uma propriedade no município de Vera Cruz – RS e os diferentes usos de tratores em outra U.P. de Vale do Sol – RS.



Figura 27: Tecedeira de Fumo
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo Próprio



Figura 28: Uso de Tratores para Cultura do Tabaco e Produção de Silagem
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo Próprio.

De forma geral, o processo produtivo do tabaco não demanda muitos recursos tecnológicos, como maquinários agrícolas, sendo uma atividade essencialmente manual, principalmente em regiões de encostas e morros. Contudo, o uso de alguns equipamentos, como tratores e estes associados aos pulverizadores e outros implementos (disco, arado, etc) diminuía o esforço físico de alguns membros das famílias em etapas do cultivo que requeriam uso de insumos químicos, tanto a organização dos canteiros, quanto as etapas de aplicação de agroquímicos. Apesar da necessidade de adequação dos equipamentos agrícolas ao relevo em geral, observou-se pela pesquisa de campo que não havia interesse em adquirir tratores e implementos para a utilização na lavoura de tabaco, mesmo que fora de áreas de encosta.

Ainda pelos dados da tabela 33, tem-se que as famílias diversificadas apresentaram também uma proporção maior em relação à existência de sistemas de irrigação nas U.P.,

principalmente para outros cultivos além do tabaco, como hortaliças, verduras, frutas, etc. Logo, a necessidade de implementos agrícolas para estas famílias Diversificadas justifica-se sobretudo para o uso em outras atividades, dentro e fora da propriedade, impedindo a depreciação dos maquinários e possibilitando auferir rendimentos não agrícolas, já que algumas famílias relataram que alugavam a máquina por hora para outros produtores. Nesse sentido, pode-se dizer que a existência de tratores, plantadeiras, pulverizadores sobre rodas, sistemas de irrigação, etc permitem às famílias diversificadas organizarem o trabalho na agricultura de forma dinâmica, com a execução de trabalhos também fora do *household*, seja pela liberação da mão de obra, ou pelo aluguel destes equipamentos por outras famílias.

Em relação às quatro categorias, os dados aqui descritos também podem ser justificados pelas observações sobre a elaboração dos projetos para aquisição de crédito via PRONAF¹¹⁰, pelos quais geralmente as famílias buscavam equipamentos para investir em outras atividades, principalmente a pecuária leiteira, criação de suínos e aves ou implementação de agroindústrias familiares, essencialmente em famílias que foram aqui caracterizadas como diversificadas ou quase diversificadas. Como não há financiamento público para implementos da CPT (fornos, estufas, tecedeiras, etc), as famílias que se dedicavam exclusivamente à fumicultura alegavam que não fariam empréstimos ou financiamentos – “dívidas” – para adquirir máquinas que não seriam utilizadas na fumicultura ou em função da impossibilidade de utilizar ao menos um trator para organizar os canteiros. Assim, a presença de máquinas nas U.P Diversificadas justifica-se essencialmente pela busca da diversificação produtiva, além de outros aspectos que serão tratados na dimensão financeira.

B) Área Produtiva

Da mesma forma que no capítulo anterior observou-se divergência entre o espaço produtivo dos *households* e a percepção das famílias, neste capítulo destacou-se também a diferença do ativo terra (e seu uso) para as quatro categorias de diversificação. As respostas das famílias mostraram que existe um uso intensivo da área das U.P., e de forma diferenciada entre as Diversificadas (D), Quase Diversificadas (Q.D.), Pouco Diversificadas (P.D.) e Especializadas (E), o que também apontou para um processo de especialização.

¹¹⁰ Durante a pesquisa de campo foi possível participar juntamente com os técnicos da EMATER da elaboração de projetos de créditos para PRONAF, o que ocorria dentro dos próprios escritórios municipais do órgão.

Tabela 34: Uso da Área Produtiva por Categoria de Diversificação

1.1.4 A área produtiva representa quanto do total da área da <i>unidade familiar</i> ?												
	0. Nada		1. Um pouco (até 25%)		2. Quase Metade (26% a 50%)		3. Mais da metade (51% a 75%)		4. A maior parte (75% ou mais)		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	0	0	0	0	0	0	5	13	34	87	39	100
Quase Diversificadas	0	0	0	0	20	18,5	34	31,4	54	50	108	100
Pouco Diversificadas	0	0	4	6	22	32	19	27	24	35	69	100
Especializadas	1	3	9	26,4	12	35,2	7	20,5	5	15	34	100
Total	1	0,4	13	5,2	54	21,6	65	26	117	47	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Com base nas respostas das 250 famílias, pode-se notar que 47% do total utiliza “a maior parte” da área de terra disponível, o que também foi a resposta apontada por 87% das famílias Diversificadas, 50% das Q.D., 35% das P.D. e apenas 15% das Especializadas. Para aquelas que responderam que utilizam “mais da metade” tem-se 13% das D., 31,4% das Q.D., 27% das P.D. e 20,5% das E. Ainda, para 35,2% das famílias Especializadas a utilização é de “quase metade” e para 26,4% tem-se “um pouco” da área disponível como produtiva.

Estes dados permitem inferir que em relação ao uso e otimização do espaço de terra, as famílias Diversificadas apresentaram melhor uso que as demais famílias. Tal comparativo torna-se verdadeiro quando, retomando os dados do capítulo 5 (seção 5.3.1), tem-se que a área média para as D., Q.D e E. é de aproximadamente 20 hectares e das P.D. de 16 hectares. Logo, se as famílias Diversificadas e Especializadas possuem o mesmo número médio de hectares de área e a mesma ocupação de terra para plantio do tabaco (3 hectares em média), pode-se afirmar que para as Diversificadas o ativo “terra” é organizado de forma menos dependente da CPT, tornando-se um recurso importante para a diversificação, uma vez que permite a criação de um leque de atividades que também podem trazer melhorias à vida das famílias.

7.4. DIMENSÃO HUMANA

As questões relacionadas à saúde, condições de trabalho e educação são elementos essenciais em análises sobre qualidade de vida das populações. Como já explicitado no capítulo anterior, foram elencados cinco indicadores objetivos para compor os ativos/intitamentos/meios de vida humanos e cinco indicadores subjetivos para entender a percepção destas famílias sobre seus meios. Portanto, sendo a condição humana relacionada à saúde e educação dos membros das famílias, bem como à autonomia sobre seu tempo de trabalho/lazer, observou-se que as famílias com menor dependência da CPT demonstraram melhores médias no Capital e na Percepção Humana, conforme as tabelas e biogramas que seguem.

Tabela 35: Capital Humano por Categorias de Diversificação

	1.4.1: Presença de Sintomas da DFVT	1.4.2: Cuidados com a saúde	1.4.3: Tempo de trabalho	1.4.4: Tempo de lazer	1.4.5: Educação da família	IMV_ Humano
Diversificadas	0,689	0,641	0,631	0,897	0,696	0,711
Quase Diversificadas	0,667	0,626	0,399	0,935	0,659	0,657
Pouco Diversificadas	0,685	0,657	0,286	0,855	0,599	0,613
Especializadas	0,699	0,658	0,213	0,823	0,593	0,597

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Tabela 36: Percepção Humana por Categorias de Diversificação

	2.4.1: Percepção sobre os cuidados com própria saúde	2.4.2: Percepção sobre os Serviços de Saúde Públicos	2.4.3: Percepção sobre o Tempo de Trabalho	2.4.4: Percepção sobre o tempo destinado ao lazer	2.4.5: Percepção sobre a Educação dos jovens da família	IPV_ Humano
Diversificadas	0,641	0,555	0,444	0,530	0,807	0,593
Quase Diversificadas	0,620	0,509	0,367	0,530	0,682	0,536
Pouco Diversificadas	0,555	0,500	0,344	0,516	0,613	0,506
Especializadas	0,529	0,478	0,313	0,490	0,545	0,474

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

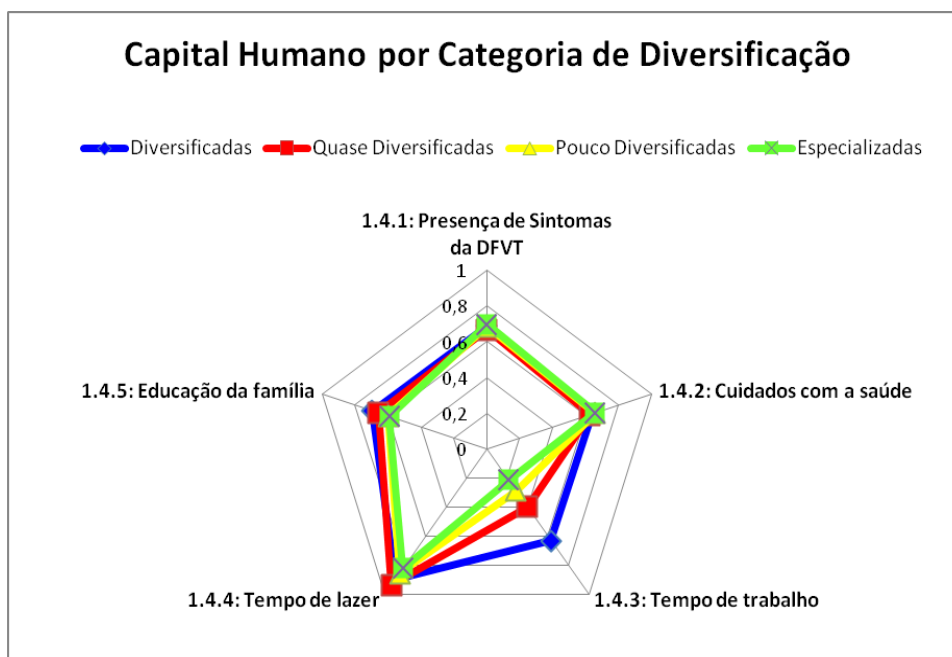


Gráfico 27: Biograma do Capital Humano por Categorias de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

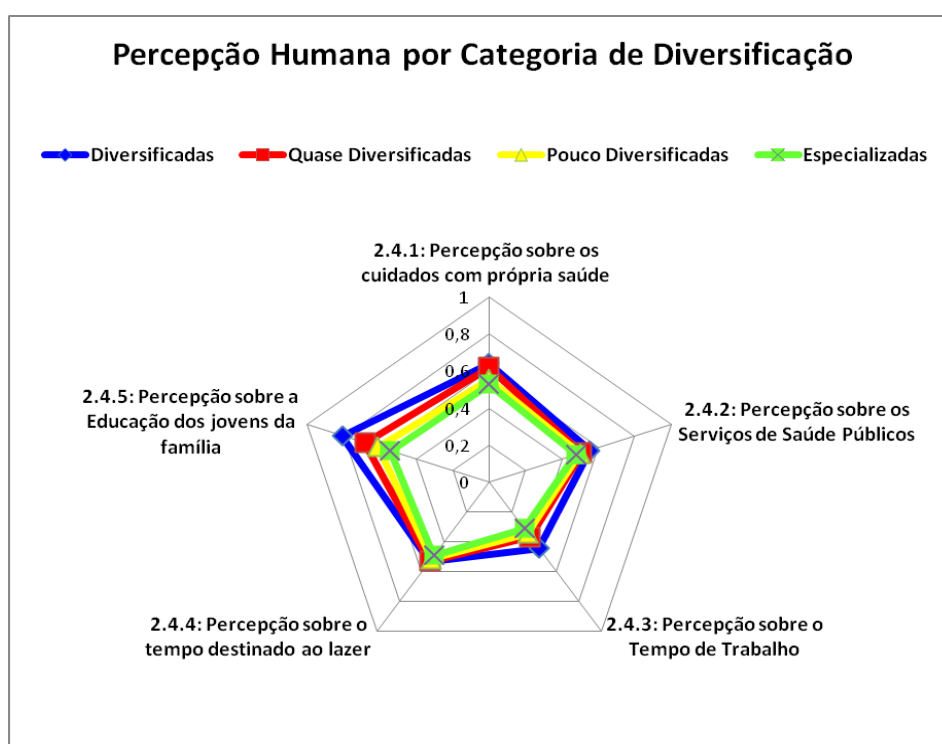


Gráfico 28: Biograma da Percepção Humana por Categorias de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Observando-se o gráfico do biograma do Capital Humano e a tabela com os valores médios dos indicadores objetivos para cada categoria, pode-se inferir que existe diferença significativa (ANOVA, com $p \geq 0,05$) entre as médias do IMV_humano, sendo que as famílias Diversificadas apresentaram valor médio de 0,711, seguido das famílias Quase

Diversificadas com média 0,657, as Pouco Diversificadas com 0,613 e as Especializadas com 0,597. Analisando as médias de cada uma das cinco questões que compuseram o Capital Humano, foi possível encontrar diferença significativa entre as quatro categorias nas questões relacionadas ao Tempo de Trabalho (1.4.3) e Educação da Família (1.4.5). Ainda, o biograma do Capital Humano demonstra maior distorção na linha verde (especializadas), sendo esta mais próxima à zero no indicador 1.4.3, enquanto que a linha azul (diversificadas) ficou próxima ao ponto médio 0,6. Para as quatro categorias de famílias, notou-se que suas respectivas linhas representativas no biograma do gráfico 27 ficaram entre os pontos 0,8 e 1, o que também mostrou a desconfiguração geométrica do radar.

Sobre a Percepção Humana (tabela 36 e gráfico 28) percebeu-se pelo desenho do biograma que existe uma semelhança entre as médias dos indicadores 2.4.4 (sobre tempo de lazer) e 2.4.2 (serviços de saúde públicos); em relação ao indicador subjetivo 2.4.1 – Percepção sobre os cuidados com a própria saúde – a diferença entre as médias não foi significativa. Por outro lado, assim como no Capital humano, constatou-se significância entre as médias da Percepção sobre o Tempo de Trabalho na Fumicultura e sobre a Educação dos jovens das Famílias.

De forma geral, o melhor IPV_humano foi das famílias Diversificadas e o pior das Especializadas. Outro aspecto a ser analisado dentro da dimensão humana é que as médias das percepções foram piores que os meios para as quatro categorias de famílias (o que já fora discutido no capítulo 6). Portanto, passa-se agora às interpretações dos indicadores da dimensão humana que apresentaram diferença entre as médias em relação ao Grau de Diversificação das famílias.

A) Tempo de Trabalho – meio e percepção.

O indicador tempo de trabalho mostrou como as famílias organizam suas atividades agrícolas e não agrícolas em relação ao processo de cultivo do tabaco. Nesse sentido, pretendeu-se identificar se a diversificação dos meios de vida (menor grau de dependência da CPT) também se reflete na organização do tempo destinado às atividades dos membros do *household*. Conforme as descrições realizadas para o gráfico 21 (seção 7.1), em relação ao tempo de trabalho, a análise de variância permitiu afirmar que existe diferença significativa entre as categorias, exceto entre as famílias Pouco Diversificadas (P.D.) e Especializadas.

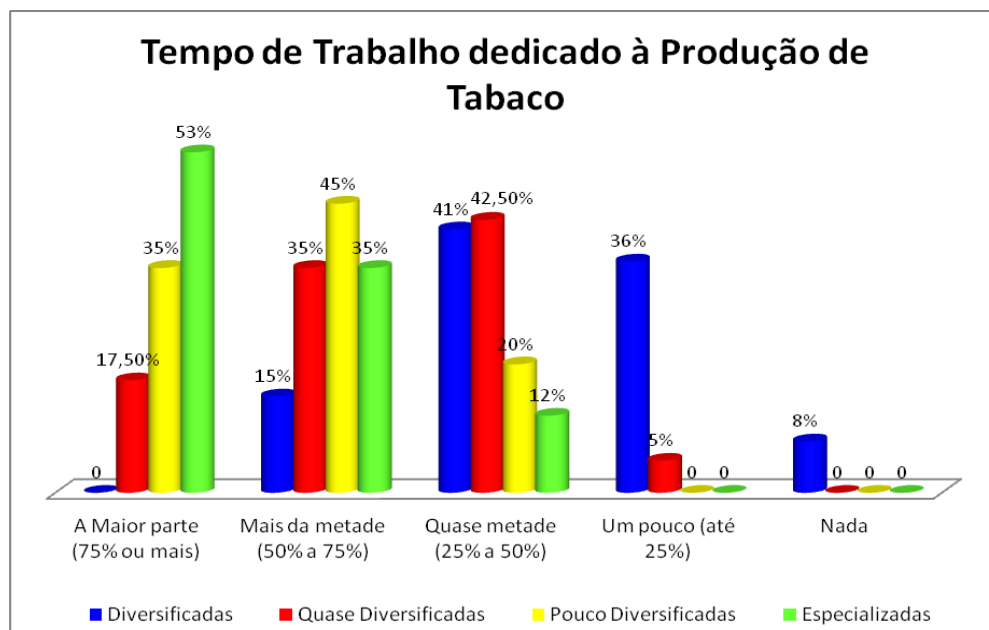


Gráfico 29: Tempo de Trabalho destinado à Fumicultura por Categoria de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Interessante notar que no gráfico acima, dentre as famílias que dedicam “a maior parte” do tempo de trabalho à fumicultura tem-se 17,5% das Q.D., 35% das P.D. e 53% das Especializadas. Em relação a destinam às famílias que afirmaram destinar “mais da metade” do seu tempo tem-se 15% das Diversificadas (D), 35% das Q.D., 45% das P.D. e também 35% das Especializadas. Já para àquelas que alegaram dedicar “quase metade” do tempo de trabalho ao cultivo do tabaco, observou-se um aumento proporcional das famílias D. e Q.D. e um decréscimo das famílias P.D. e Especializadas. Ainda, tem-se 36% de famílias Diversificadas que dedicam “um pouco” do seu tempo à fumicultura.

Analisando o gráfico da esquerda para a direita (ou do maior tempo dedicado à fumicultura ao menor), tem-se a configuração dos resultados de um dos indicadores do Grau de Diversificação. Enquanto que da esquerda para direita a porcentagem das famílias Especializadas decresce, a das famílias Quase Diversificadas e Diversificadas cresce (até “quase metade”). Assim, a tabela que segue mostra essa distribuição temporal para as outras atividades desenvolvidas pelos membros do *household*.

Tabela 37: Tempo de Trabalho destinado a outras Atividades por Categoria de Diversificação

1.4.3.2. Quanto do tempo de trabalho em média é dedicado a atividades agrícolas ou não agrícolas dentro ou fora da unidade produtiva durante o ano?												
	0. Nada		1. Um pouco (até 25%)		2. Quase Metade (26% a 50%)		3. Mais da metade (51% a 75%)		4. A maior parte (75% ou mais)		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	0	0	1	2,5	21	54	6	15,3	11	28,2	39	100
Quase Diversificadas	2	2	28	26	66	61	8	7	4	4	108	100
Pouco Diversificadas	2	3	38	55	27	39	1	1,4	1	1,4	69	100
Especializadas	4	6	22	65	8	23,5	0	0	0	0	34	100
Total	8	3	89	35,6	122	49	15	6	16	6,4	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Conforme a tabela 37 acima, em relação às famílias que dedicam “quase metade” do seu tempo de trabalho a outras atividades (agrícolas ou não agrícolas – dentro ou fora da U.P.) durante o ano, tem-se 54% das Diversificadas e 61% das Quase Diversificadas. Já alegaram dedicar “um pouco” do seu tempo tem-se 55% das Pouco Diversificadas e 65% das Especializadas. Nesse sentido, observou-se a existência de uma organização trabalho-temporal das famílias e seus membros em relação às atividades realizadas, e que tal organização varia com o quanto a família é dependente da Cadeia Produtiva do Tabaco¹¹¹, ou seja, quanto maior for o Grau de Diversificação, menor é a dependência do tempo de trabalho dedicado à fumicultura. Pensando nas proposições teóricas explicitadas neste trabalho, isso significa que as famílias diversificadas conseguem distribuir seu tempo de trabalho em outras atividades além da fumicultura, criando, por exemplo, um leque de oportunidades de alocação da própria mão de obra familiar.

O indicador perceptivo sobre tempo de trabalho também apresentou diferença significativa entre as médias das famílias, uma vez que as diversificadas tiveram médias maiores que as Q.D., as P. D e as Especializadas – 0,444; 0,367; 0,344; 0,313, respectivamente. A análise de variância mostrou que existe diferença entre as médias dos *households* Diversificados para os Quase D. e Diversificados para Especializados, as quais foram interpretadas a partir das respostas das famílias exibidas nas tabelas que seguem.

¹¹¹ A realização do teste *qui-quadrado* apontou para um nível de significância maior que 0,05 para o cruzamento Tempo de Trabalho x Categoria de Diversificação.

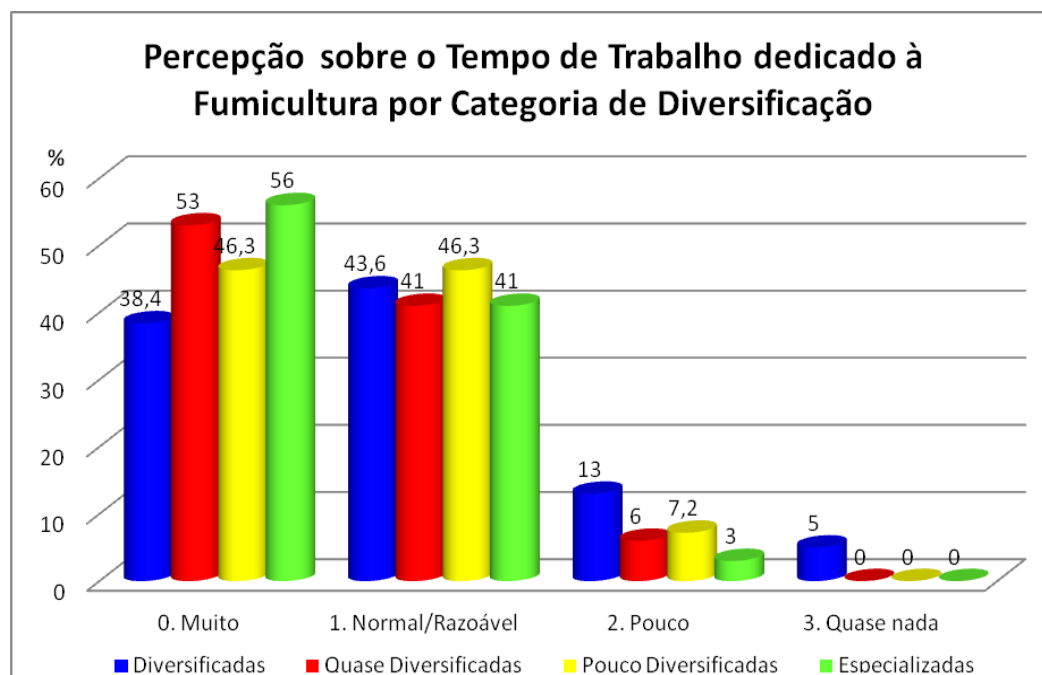


Gráfico 30: Percepção sobre o Tempo de Trabalho dedicado à Fumicultura por Categoria de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O gráfico 30 acima mostra dentre as famílias que percebem o tempo dedicado à fumicultura como “muito” tem-se 56% das Especializadas, 53% das Q.D. e 38,4% das Diversificadas. Em relação às que afirmaram que o tempo destinado para cultura do tabaco é “normal/razoável”, tem-se 41% das Especializadas e Q.D. e 43,6% das Diversificadas. Para aquelas que acreditam que o tempo de trabalho é “pouco” notou-se um decréscimo em todas as proporções, sendo a maior (13%) ainda para as famílias Diversificadas. Estes dados corroboram com os apresentados anteriormente no gráfico 29, uma vez que as famílias diversificadas apontaram ter uma distribuição mais homogênea do tempo de trabalho nas diferentes atividades realizadas na unidade familiar (e/ou fora), o que refletiu na percepção sobre a intensidade de tempo dedicado à fumicultura, bem como nas demais atividades, compreendida pelas informações da tabela abaixo.

Tabela 38: Percepção sobre o Tempo de Trabalho dedicado a outras atividades por Categoria de Diversificação

2.4.3.2. Para a realização de outras atividades que também geram/gerariam renda, vocês acham que o cultivo do tabaco.										
	0. Interfere muito		1. Interfere		2. Interfere pouco		3. Não interfere		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	7	18	8	20,5	9	23	15	38,5	39	100
Quase Diversificadas	10	9	50	46	28	26	20	19	108	100
Pouco Diversificadas	9	13	25	36,2	21	30,4	14	20,2	69	100
Especializadas	8	23,5	11	32	7	21	8	23,5	34	100
Total	34	13,6	94	37,4	65	26	57	23	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Segundo a tabela 38 foi possível entender a percepção das famílias ao estabelecerem um comparativo entre tempo dedicado ao tabaco e às outras atividades. Ao serem questionadas sobre a interferência que a fumiicultura teria para realização de outras atividades que também gerassem ganhos financeiros, tem-se que 38,5% das famílias Diversificadas afirmaram que a fumiicultura “não interfere” nas outras atividades, já para as famílias Q. D, P. D e Especializadas, a maior incidência de respostas foi que o cultivo do tabaco “interfere” na realização de outras atividades (46%, 36,2% e 32%, respectivamente). Para compreender a questão das famílias Q.D, P.D e Especializadas terem a percepção sobre o meio “tempo de trabalho” melhor que a condição desse ativo na realidade tornou-se necessário retomar algumas informações dos capítulos anteriores.

De acordo com os dados do capítulo 5 sobre a quantidade de fumo plantado, observou-se que as famílias diversificadas cultivam em média 43 mil pés de tabaco, enquanto que as Q.D plantam 48 mil, as P.D. 54 mil e as Especializadas plantam 45 mil pés de fumo. Ademais, comparando a quantidade de tabaco plantado, a diferença das famílias Diversificadas para as Especializadas é de apenas 2 mil pés (em média). Logo, a questão da especialização não se aloca sobre uma quantidade maior de fumo plantado (que aumentaria a demanda de mão de obra), mas sim, como a família estrutura seu tempo e sua mão de obra nesse cultivo, tendo (ou não) a capacidade de distribuir esse tempo nas diferentes atividades realizadas pelos membros do *household*. Mais uma vez, pode-se dizer que imersão no cultivo do tabaco – processo de especialização – torna-se aqui um limitante da condição de agente

dessas famílias, restringindo também as possibilidades de diversificar, tanto o tempo de trabalho, quanto a produção agrícola em geral.

B) Educação da família

A Educação geralmente é um dos indicadores mais utilizados nos estudos sobre condições de vida das pessoas/grupos, sendo entendido teoricamente nesta tese como uma forma de oportunidade social (SEN, 2010), uma vez que permite às pessoas maior conhecimento sobre determinados assuntos ou realidades. Desta forma, o aspecto educação foi dividido em três questões¹¹², as quais foram aglutinadas em uma média entre 0 e 1 compuseram o indicador Educação (dos membros das famílias), que foram aqui interpretadas separadamente.

Tabela 39: Educação dos membros das Famílias por Categoria de Diversificação

1.4.5. Quanto à educação, os (as) jovens e adultos da família:												
	1.4.5.1. Têm ou tiveram a possibilidade de acesso à escola técnico agrícola?				1.4.5.2. Têm ou tiveram possibilidade de frequentar a escola na comunidade onde mora?				1.4.5.3. As crianças e adolescentes participam das atividades agrícolas?			
	0. Não		1. Sim		0. Não		1. Sim		0. Não		1. Sim	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	28	72	11	28,2	0	0	39	100	0	0	21*	100
Quase Diversificadas	89	82,4	19	17,5	1	1	107	99	4	5,6	67	94,4
Pouco Diversificadas	65	94	4	6	0	0	69	100	5	11,6	38	88,3
Especializadas	32	94	2	6	0	0	34	100	2	10,5	17	89,5
Total	214	85,6	36	14,4	1	0,4	249	99,6	11	7	143	93
	250		100		250		100		154		100	

* Não possuem jovens ou crianças (NSA) – 18.

** NSA – 37.

*** NSA – 26.

**** NSA – 15.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Conforme a tabela 39, a questão 1.4.5.2 confirmou que, em geral, as famílias têm ou tiveram a possibilidade de frequentar escolas locais, não apresentando diferença significativa nas respostas. Contudo, é importante retomar o que fora descrito no capítulo 5 a cerca do aumento do grau de escolaridade dos membros das pessoas das famílias ao longo das

¹¹² A questão 1.4.5.3 foi organizada no indicador educacional com intuito de analisar se as crianças frequentavam as escolas e participavam ou não das atividades desenvolvidas na *unidade familiar*.

gerações: enquanto a maioria dos idosos e adultos possuía Ensino Fundamental Completo, os jovens até 18 anos distribuíram-se nos níveis de escolaridade proporcionalmente às suas idades.

Quanto à questão 1.4.5.1 sobre a possibilidade de cursar técnico agrícola, os dados da tabela 40 mostraram que 28,2% das famílias diversificadas têm pelo menos uma pessoa cursando ou que já concluiu um curso técnico agrícola, sendo esta proporção de 17,5% para as Quase Diversificadas. Para apenas 6% das famílias P.D. e das Especializadas obteve-se a possibilidade de cursar/concluir Técnico Agrícola. A realização do teste *qui-quadrado* permitiu afirmar que existe uma relação entre o grau de diversificação e a existência de um tecnólogo agrícola nas famílias, comparando-se as quatro categorias¹¹³.

Segundo as observações da pesquisa de campo, foi possível notar que as famílias que tinham algum jovem frequentando Escolas Agrícolas vislumbravam um processo de diversificação produtiva e principalmente uma reorganização da estrutura familiar. Em alguns casos, observou-se que era através das informações e conhecimentos transmitidos pelos professores dessas escolas que iniciavam as mudanças na unidade familiar, essencialmente pela compreensão de gestão da produção, dos custos e lucros dos cultivos e uma autonomia dos jovens em relação à condução econômica da unidade produtiva.

A presença de jovens (já técnicos ou futuros profissionais) foi apreendida como um dos principais meios de transformação dessas famílias, tanto em relação à produtividade quanto à percepção da própria dependência da CPT. Uma das famílias diversificadas relatou que já no primeiro ano que o filho frequentou a Escola da Família Agrícola de Santa Cruz do Sul as mudanças começaram na U.P., justamente no momento que o filho calculou todos os custos e ganhos da produção de 50 mil pés de tabaco; segundo o produtor “*a planilha feita na escola mostrou que gente só plantava para tirar os custos, não pagando nem um salário mínimo por mês pelas pessoas que trabalhavam com fumo num ano*”.

Comentários semelhantes sobre os conhecimentos levados pelos jovens às famílias principalmente sobre gestão da unidade produtiva ocorreram em outras famílias. As fotos que seguem mostram uma propriedade hoje certificada como Quintais Orgânicos, no município de Sinimbu/RS e que um dos jovens está cursando técnico agrícola, a outra figura revela a transformação de uma área anteriormente cultivada com tabaco e que atualmente abriga as estufas de pepino, morango e outros cultivos, em uma propriedade no município de Passo do Sobrado – RS.

¹¹³ Nível de significância do teste *qui-quadrado* entre Categorias de Diversificação e Acesso à Escola Agrícola foi $p \geq 0,05$.



Figura 29: Unidade familiar com produção orgânica (incluindo tabaco) – Sinimbu/RS
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo Próprio.



Figura 30: Unidade familiar com estufas de morango e pepino para Agroindústria Familiar – Passo do Sobrado/RS
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo Próprio.

Os exemplos apontados nestas figuras também permitem entender a proporção de crianças e jovens nas famílias que participam das atividades agrícolas: todos os jovens das famílias diversificadas participam das atividades familiares na agricultura, 94,4% nas Q.D., 88,3% nas P.D. e 89,5% nas Especializadas (tabela 39). Apesar dos inúmeros debates sobre o trabalho infantil na agricultura familiar e na fomicultura, estes geralmente apresentam problemas conceituais sobre o labor no meio rural familiar, o que conforme Schneider (2005), provocam limitações ou interpretações equivocadas sobre o trabalho e o quantitativo de crianças que realizam atividades no setor agrícola familiar. Para o autor, “acionar o trabalho dos filhos, mesmo que precocemente, não deve ser compreendido, inexoravelmente, enquanto um ato de exploração da prole pelos pais.” (SCHNEIDER, 2005, p. 7). Assim, o labor dos

jovens foi percebido neste trabalho como um processo de aprendizado, de transmissão de conhecimento, que assume um sentido pedagógico e de construção de uma personalidade dos jovens; ou seja, para estas famílias, o trabalho na agricultura é visto como um processo de reprodução social e manutenção de uma identidade.

Empiricamente, foi possível perceber que as crianças frequentavam a escola no período/turno correspondente ao ano escolar e auxiliavam nos demais nos trabalhos agrícolas, geralmente cuidando das hortas, alimentação dos animais e afazeres domésticos. Portanto, a participação dos jovens nos trabalhos agrícolas foi aqui mensurada como aspecto positivo, uma vez que esta “ajuda” não interferia na frequência dessas crianças nas escolas. Ainda, ao longo dos dez meses de pesquisa, não se observou crianças participando ativamente da colheita do tabaco, algumas acompanhavam os familiares, pois não poderiam ficar na residência pela obviedade dos riscos inerentes a crianças sozinhas em ambientes domésticos.

Nesse sentido, pode-se inferir que mesmo que existam trabalhos e alegações a cerca do que se denomina trabalho infantil na fomicultura, percebeu-se certo grau de consciência dos pais quanto aos riscos, pois a maioria das famílias alegava que “*as crianças não chegavam perto da lavoura de fumo quando era passado veneno, mas que deveriam saber de onde vinha o ganho e o sustento da família*”. Tais afirmações corroboram com a importância dada pelas famílias para a Educação dos filhos, conforme gráfico abaixo.

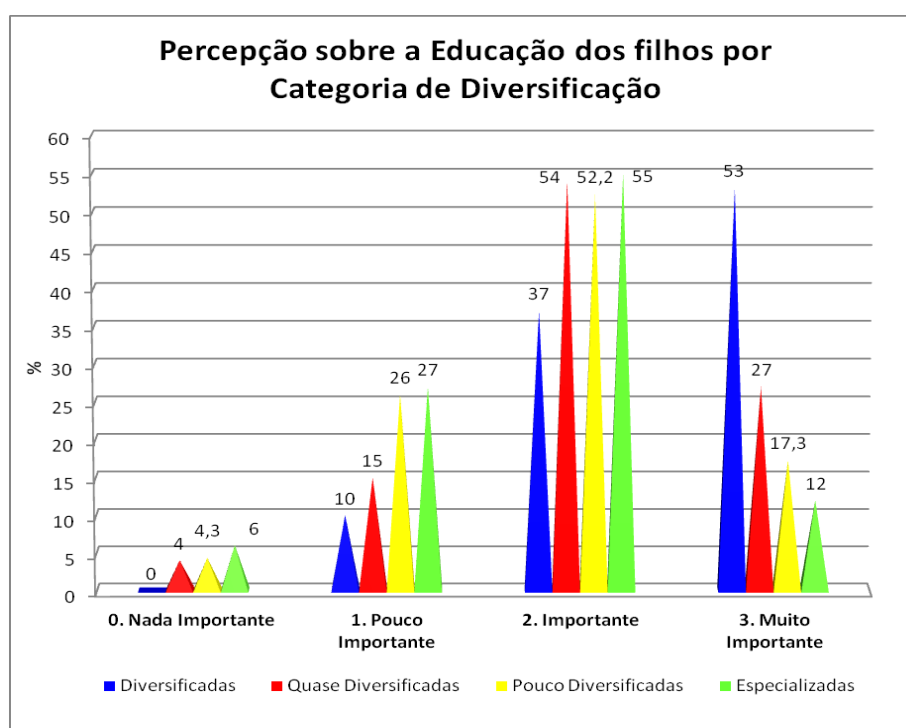


Gráfico 31: Percepção sobre a Importância da Educação dos filhos por Categoria de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

O gráfico 31 mostra que a educação dos filhos é “muito importante” para 53% das famílias Diversificadas, seguido de 27% das Q.D, 17,3% das P.D. e 12% das Especializadas. Classificaram como “importante” 55% das Especializadas, 52,2% das P.D., 54% das Q.D. e 37% das Diversificadas; ainda foi possível notar a incidência de famílias que qualificaram a educação dos filhos como “pouco importante” e “nada importante: 27% e 6% Especializadas; 26% e 4,3% das P.D.; 15% e 4% das Q.D. e 10% Diversificadas, respectivamente. Destarte, o gráfico acima apontou uma diferença significativa¹¹⁴ entre a percepção das famílias Diversificadas e as demais, sobre a importância da educação, o que – juntamente com as respostas da questão 1.4.5.1 – permite inferir que para estas famílias a educação formal e técnica é um ativo importante na ampliação das oportunidades de diversificação e diminuição da dependência da CPT, ou seja, aumento do bem-estar das famílias.

Não obstante, é importante ressaltar que durante a pesquisa de campo a temática de educação dos jovens e das crianças no meio rural tornava-se ponto de longas explicações das famílias, geralmente alegando que o conteúdo “*passado nas escolas não tratam da realidade da vida rural*”, e que frequentar a Escola era apenas porque as crianças tinham o dever de estudar – o que pode justificar a proporção de famílias que responderam que a educação seria “pouco importante”. Determinadas famílias afirmaram que a Escola deveria transmitir conhecimentos que pudessem ser aplicados no cotidiano da unidade produtiva, principalmente nas disciplinas de ciências e matemática. Ainda, no momento em que esta pergunta era feita, algumas vezes as crianças interferiam nas respostas dos pais dizendo que “*nem preciso ir na escola porque eu aprendo muito mais aqui em casa com as contas que o pai faz*”, outras afirmavam que não gostavam de ir para Escola porque a “matéria” não ajudava “na lida” em casa.

Malgrado a educação seja entendida dentro da abordagem teórica das Condições de Vida (e da Qualidade) como um ativo essencial ao Desenvolvimento Humano, a observação de campo e as respostas das famílias sobre a educação mostraram que os jovens e crianças frequentam assiduamente às Escolas, mas isto muitas vezes era visto como uma obrigação e não como um recurso ou uma oportunidade para melhorar as condições de vida das famílias, porque não está voltada para a vivência do meio rural. Ainda, a incidência de pessoas com técnico agrícola nas famílias diversificadas permitiu compreender que uma educação mais voltada para a realidade rural, que auxilie na resolução de problemas cotidianos das unidades familiares, mostrou-se como um dos mecanismos que as famílias utilizaram para elaborar suas

¹¹⁴ A realização do teste *qui-quadrado* apontou para uma relação entre a Educação dos Filhos e as Categorias de Diversificação ao nível de 0,01.

estratégias de diversificação, o que se refletiu na organização das cinco dimensões da vida. Logo, sendo a Escola o local de maior participação social¹¹⁵ e a educação um ativo primordial na promoção do Desenvolvimento, pode-se afirmar que é no *locus* escolar e pelos conhecimentos transmitidos que se percebe um caminho para a constituição de um processo de diversificação dos meios de vida nas áreas de produção de tabaco.

7.5. DIMENSÃO NATURAL

A questão ambiental para Sen (2008, 2010) e pela perspectiva dos *livelihoods*, busca compreender o Meio Ambiente e/ou Capital Natural como um recurso que permite criar um ambiente sustentável e gerar meios de sobrevivência, essencialmente em momentos de riscos e crises ambientais. Contudo, os debates mais gerais sobre meio ambiente e agricultura mostram uma relação de exploração dos recursos naturais e apropriação dos “pacotes tecnológicos” de produtividade, não somente pelo agronegócio, mas também pela agricultura familiar, o que vem interferindo e/ou alterando o quadro ambiental rural para uma condição de insustentabilidade.

No tocante à fumicultura e as etapas de seu processo produtivo, é notório o uso de recursos naturais para além da exploração da terra para plantio, como, por exemplo, a utilização da madeira transformada em lenha para secagem do fumo (tipo *Virgínia*). Para alguns autores (LIMA et. al, 2005; SEQUINATO, 2007, TROIAN et. al, 2012, etc) a utilização de agrotóxicos desde os cuidados nos canteiros de mudas até as lavouras expõem não somente o meio ambiente às transformações agroquímicas, mas também o trabalhador rural. Desta forma, destacam-se problemas relacionados à contaminação dos mananciais, redução da diversidade microbiótica, desmatamento, etc. As médias do capital e da percepção natural revelaram como se encontra a problemática ambiental e as diferenças em relação à dependência da CPT.

¹¹⁵ Ver capítulo 6 – Dimensão Social.

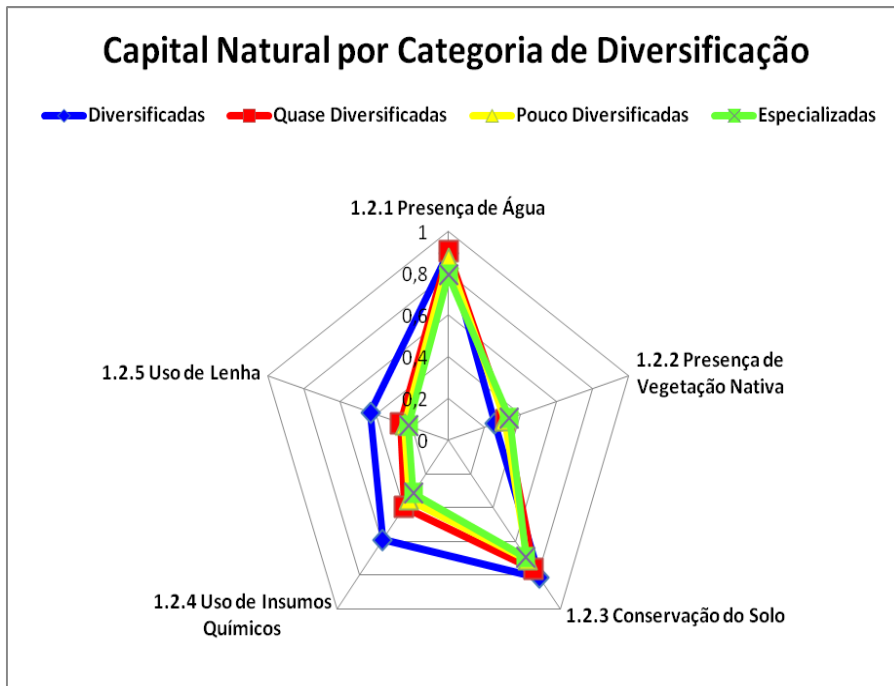


Gráfico 32: Biograma do Capital Natural por Categorias de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

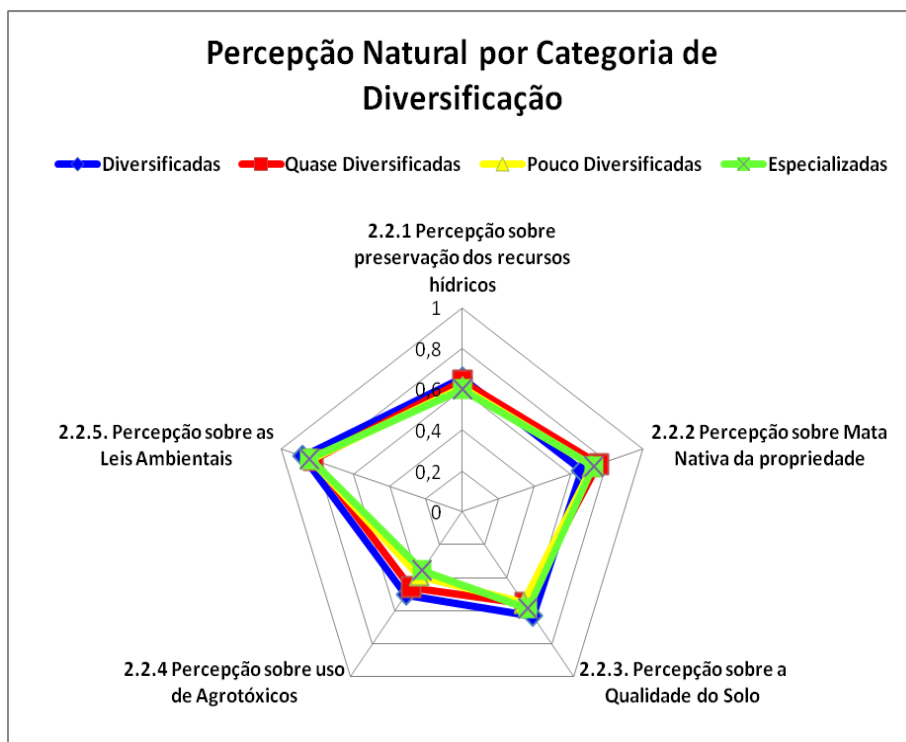


Gráfico 33: Biograma da Percepção Natural por Categorias de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 40: Capital Natural por Categorias de Diversificação

	1.2.1 Presença de Água	1.2.2 Presença de Vegetação Nativa	1.2.3 Conservação do Solo	1.2.4 Uso de Insumos Químicos	1.2.5 Uso de Lenha	IMV_Natural
Diversificadas	0,897	0,256	0,817	0,589	0,432	0,597
Quase Diversificadas	0,907	0,317	0,765	0,397	0,268	0,531
Pouco Diversificadas	0,869	0,311	0,707	0,352	0,242	0,496
Especializadas	0,794	0,338	0,695	0,313	0,220	0,472

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Tabela 41: Percepção Natural por Categorias de Diversificação

	2.2.1 Percepção sobre preservação dos recursos hídricos	2.2.2 Percepção sobre Mata Nativa da unidade familiar	2.2.3. Percepção sobre a Qualidade do Solo	2.2.4 Percepção sobre uso de Agrotóxicos	2.2.5. Percepção sobre as Leis Ambientais	IPV_Natural
Diversificadas	0,657	0,658	0,632	0,504	0,880	0,666
Quase Diversificadas	0,640	0,753	0,555	0,458	0,821	0,645
Pouco Diversificadas	0,611	0,719	0,550	0,388	0,835	0,623
Especializadas	0,600	0,725	0,588	0,357	0,843	0,621

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

De acordo com os dados das tabelas 40 e 41 e suas representações nos biogramas, foi possível constatar diferença entre as médias dos Índices dos Meios de Vida em relação ao Grau de Diversificação das famílias, uma vez que as Diversificadas apresentaram IMV Natural de 0,597, seguida das Quase Diversificadas com 0,531, das Pouco Diversificadas com média de 0,496 e por fim das Especializadas com IMV Natural de 0,472. Contudo, o índice perceptivo não resultou numa diferença significativa entre as médias, o que pode ser visto no biograma do IPV Natural (gráfico 33, tabela 41), pelo qual se observa uma proximidade nos cinco indicadores. Mesmo que a geometria do gráfico do IPV não tenha sido harmônica, não se podem realizar inferências da percepção natural entre as famílias em função da uniformidade das médias.

Desta forma, dentro do IMV, visualiza-se uma diferença na geometria do biograma das famílias Diversificadas (linha azul) em relação às outras três categorias, nos indicadores 1.2.3 – Conservação do Solo, 1.2.4 – Uso de Insumos Químicos e 1.2.5 – Uso de Lenha,

conforme as médias observadas na tabela 40. Assim, tais indicadores objetivos foram analisados a partir das respostas das famílias, abaixo.

A) Conservação do Solo

As práticas de conservação do solo estão associadas tanto ao conhecimento das famílias sobre a “nutrição da terra” quanto aos estudos técnicos realizados pelas próprias empresas fumageiras (análise de solo para plantio do tabaco) ou por outras instituições (UNISC via Emater local). Nesse sentido, foi possível notar uma aceitação e incorporação das informações dos laudos técnicos ao “saber-fazer” do cotidiano, o que pode ser observado pela pesquisa de campo e conforme as respostas da tabela 42.

Tabela 42: Práticas de Conservação do Solo por Categoria de Diversificação

1.2.3. Utiliza práticas de conservação do solo, tais como?										
	1.2.3.1. Plantio em nível? (curva de nível).		1.2.3.2. Adubação verde?		1.2.3.3. Plantio direto?		1.2.3.4. Rotação de culturas?		1.2.3.5. Não usam de fogo?	
	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%
Diversificadas	16*	73	37	95	35	90	20	51	38	97
	22	100	39	100	39	100	39	100	39	100
Quase Diversificadas	44**	54	97	90	88	81,4	58	54	106	98
	82	100	108	100	108	100	108	100	108	100
Pouco Diversificadas	21***	45	60	87	56	81	25	36,2	66	96
	47	100	69	100	69	100	69	100	69	100
Especializadas	9****	37,5	28	82	26	76,4	14	41	34	100
	24	100	34	100	34	100	34	100	34	100
Total	90	51,4	222	89	205	82	117	47	244	98
	175	100	250	100	250	100	250	100	250	100

* NSA – 17.

** NSA – 26.

*** NSA – 22.

**** NSA – 10.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Pelas informações da tabela acima, as famílias em geral não utilizavam mais fogo para abrir áreas de “mato” para constituição de lavoura, assim como afirmaram geralmente fazer uso de adubação verde – após a colheita do milho – a partir dos meses de abril e maio. Quanto à utilização da técnica curva de nível, observou-se que, dentre as famílias que necessitavam desta prática (quando plantio é realizado em regiões com declive), 73% das Diversificadas realizavam-na, sendo 54% das Quase Diversificadas, 45% das Pouco Diversificadas e 37,5% das Especializadas.

Outra técnica essencial à nutrição dos solos para agricultura é a rotação de culturas, ou seja, quando uma área específica fica sem utilização por uma safra, apenas com cuidados

necessários. Sobre a rotação de culturas¹¹⁶, notou-se que muitas vezes os respondentes confundiam com plantio direto. Logo, ao serem esclarecidos sobre o que realmente seria a rotação alegavam que não faziam com frequência porque não tinham espaço de terra para deixar “parada” por uma safra, a não ser que esta fosse a única solução para correção do solo. Ainda, quanto ao plantio direto, percebeu-se que a maioria das famílias (90% das Diversificadas, 81% das Q.D., 81% das P.D. e 76,4% das Especializadas) costumavam “*tirar o fumo e plantar o milho na resteva*”. A figura que segue ilustra estas práticas de conservação de solo.



Figura 31: Técnica de conservação do solo – curva de nível, adubação verde, plantio direto e rotação de culturas (área em pousio).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. Acervo Próprio.

Ao longo da pesquisa de campo foi possível acompanhar algumas coletas de amostras para a realização de análise de solos pelos laboratórios, assim como alguns resultados apresentados por alguns escritórios municipais da Emater. De forma geral, mesmo que exista uma preocupação com a “qualidade da terra”, as famílias geralmente buscavam a correção com utilização de calcário, o qual, em quantidades excessivas, contribui para a diminuição da matéria orgânica, favorecendo a proliferação de fungos e demais problemas nas culturas. Ainda pelas observações, percebeu-se uma dificuldade das famílias em utilizar essa matéria orgânica (o que foi captado como principal problema nos solos da região) ou em associar

¹¹⁶ À despeito das interpretações sobre rotação de culturas e “pousio”, pelos pré-testes realizados dos instrumentos de pesquisa, as informações repassadas pelos próprios agricultores é que “pousio” e rotação de culturas são práticas semelhantes, sendo estas diferentes do plantio direto ou sucessão.

práticas agroecológicas à preservação do meio ambiente. Ainda assim, pode-se inferir que as famílias Diversificadas apresentaram maiores cuidados com a conservação do ativo “terra” que as demais famílias, essencialmente por desenvolverem um maior número de prática de conservação do solo, o que resultou numa média maior do indicador. Entre as Q.D, P.D e Especializadas, não houve diferença estatisticamente significativa.

B) Uso de Insumos Químicos

Os insumos químicos fazem parte do processo produtivo do tabaco desde o cultivo das mudas até o crescimento da planta nas lavouras. Apesar dos agroquímicos serem utilizadas na maioria das práticas agrícolas e em maior quantidade na cultura da soja, arroz e algumas frutíferas, o grande debate a cerca desses insumos na CPT aloca-se na relação entre meio ambiente e saúde do trabalhador. Contudo, uma das questões a ser compreendida quanto aos insumos e a CPT neste trabalho deu-se quanto à forma de aquisição destes produtos e o aumento da dependência da fumageira.

Basicamente, as famílias fumicultoras “compram” sementes, adubos e defensivos via contratos firmados com as empresas pelo “pedido”, realizado nos meses de abril e maio. Por tal pedido, adquirem-se os insumos para o plantio da safra com uma espécie de “empréstimo”, ou seja, as empresas disponibilizam estes insumos (nos meses de maio e junho) que serão pagos com a venda da safra seguinte (de janeiro a março), com preços que podem ser pré-acordados, mas que geralmente são acrescidos de juros e variam com o preço do dólar no dia do pagamento. A partir de tal conhecimento foi possível propor uma questão que buscasse entender a dependência da CPT não pelo uso dos insumos, mas sim pela forma de aquisição. As respostas das famílias foram organizadas no gráfico 34 que segue.

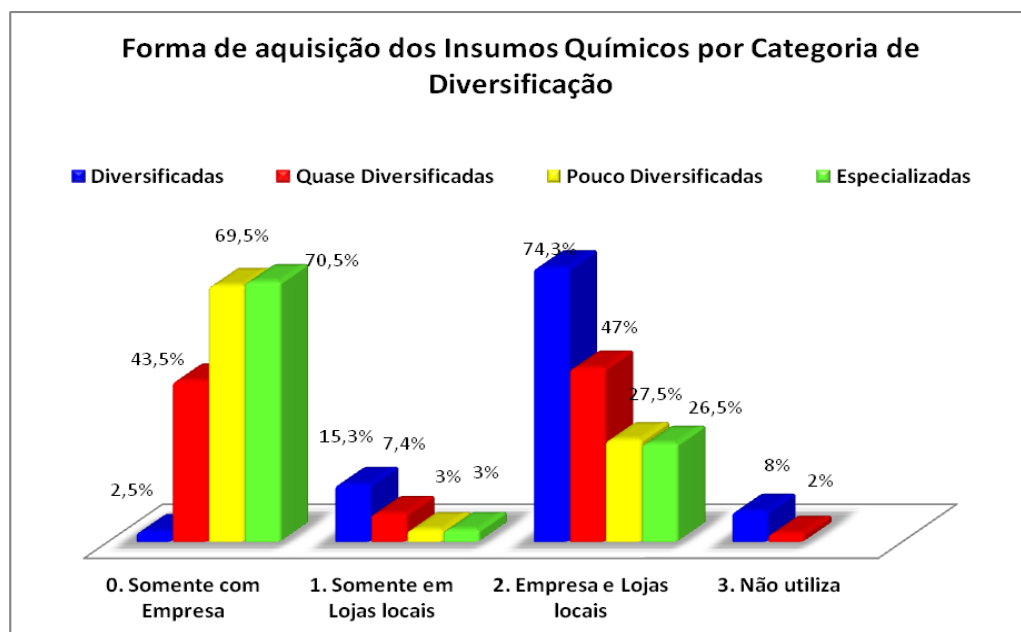


Gráfico 34: Formas de Aquisição dos Insumos Químicos por Categoria de Diversificação¹¹⁷
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

As principais formas de aquisição dos insumos químicos ocorrem diretamente com as empresas ou com estas e nas lojas (agropecuárias) locais. 74,3% das famílias Diversificadas compram os insumos pelas empresas e lojas, locais; tal proporção cai para 47% nas famílias Q.D, 27,5% na P.D e 26,5% nas Especializadas. Por outro lado, dentre as famílias que adquirem os insumos somente com as empresas fumageiras tem-se 70,5% das Especializadas, seguida de 69,5% das P.D, 43,5% das Q.D. e somente 2,5% das Diversificadas. Se a compra de insumos químicos é uma das formas mais visíveis da dependência da CPT, uma vez que atrela os produtores através dos contratos e pedidos, foi possível observar que as famílias Especializadas e Pouco Diversificadas apresentaram forte dependência da CPT para compra desses insumos, enquanto que a maioria das famílias Diversificadas conseguem comprá-los também em agropecuárias.

As respostas das famílias e a observação de campo permitiram compreender essa dependência: primeiramente, a partir do momento que uma família realiza o “pedido” das sementes, adubos e agrotóxicos estabelece-se uma relação de compra e venda com a fumageira, organizada via contrato formal que “obriga” o produtor/família a vender uma porcentagem da produção exclusivamente com a empresa fornecedora, para a quitação da dívida, a qual será cobrada com o primeiro envio de tabaco à fumageira. Ainda, conforme as famílias *“nem sempre é possível saber quanto vai custar lá em janeiro o pote com as*

¹¹⁷ Teste estatístico *qui-quadrado* apontou uma relação entre Formas de aquisição dos insumos e Categorias de Diversificação, com nível de confiança maior que 95%.

sementes e os adubos, porque depende de como a firma compra o fumo e como fica a dívida com ela”.

Algumas famílias mostraram-se mais atentas à questão dos contratos afirmando que faziam o pedido quase mínimo com uma firma só para ter um tempo para pagar os insumos e a certeza de uma compra, mas quando tinham dinheiro “em mãos”, preferiam obter a maior parte nas agropecuárias e não depender do preço do ano seguinte, o que também possibilitava negociar o fumo com diversas empresas. Logo, a limitação na própria negociação do fumo ao final da safra estabelece-se já no ano anterior com o contrato firmado e o “pedido” de insumos fechados com a empresa (como um financiamento) o que reflete na dependência da família da CPT, a qual precisa estruturar o orçamento e a produção para, primeiramente, “quitar a dívida da firma” e somente depois obter o que Sen (2010) denominou de facilidades econômicas, ou os lucros com a fumicultura.

C) Uso de Lenha

Como já descrito no capítulo anterior sobre a Dimensão Natural e no capítulo 5 a cerca da etapa da secagem do tabaco, confirmou-se com as respostas das famílias o uso intensivo de lenha no cotidiano produtivo: 77% das famílias Diversificadas utilizam o insumo natural na fumicultura, 96% das Q.D., 97% das P.D. e 100% das Especializadas. Ainda, a dependência desse recurso ocorre essencialmente na forma de aquisição do mesmo, uma vez que, sendo indispensável no processo produtivo, tornou-se um dos insumos mais “caros” às famílias fumicultoras, principalmente com as determinações legais do Novo Código Florestal¹¹⁸

Tabela 43: Formas de Aquisição da Lenha por Categoria de Diversificação

1.2.4.2. Como a maior parte da lenha é adquirida												
	0. Comprada pela empresa.		1. Comprada de terceiros.		2. Parte própria parte comprada.		3. Própria		4. Não utiliza		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	1	2,5	8	20,5	8	20,5	13	33,3	9	23	39	100
Quase Diversificadas	4	4	35	32	34	31	31	29	4	4	108	100
Pouco Diversificadas	4	6	27	39	16	23	20	29	2	3	69	100
Especializadas	4	12	11	32,3	8	23,5	11	32,3	0	0	34	100
Total	13	5,2	81	32,4	66	26,4	75	30	15	6	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

¹¹⁸ Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, capítulo XII – Da Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm, visitado em maio de 2015.

Pela tabela 43, observou-se que das famílias que não utilizam lenha no processo produtivo (fumo *Burley*) 23% são Diversificadas; a maior proporção de famílias que “compram de terceiros” foi 39% para as Pouco Diversificadas. Dentre as famílias que afirmaram comprar parte de lenha e produzir a outra parte, observou que estas são 31% das Q.D., 23,5% das Especializadas, 23% das P.D. e 20,5% das Diversificadas. Quanto as que afirmaram possuir a própria lenha para secagem do tabaco, tem-se que 33,3% são famílias Diversificadas, 32,3% Especializadas e 29% Q.D e também as P.D. A importância em ter a própria lenha está não somente na utilização do recurso natural, mas possibilita que estas famílias não dependam dos preços praticados nem por terceiros, nem pelas fumageiras, podendo inclusive “vender” o excedente para outras famílias produtoras de tabaco.

Desta forma, ao analisar aspectos ligados à conservação do solo, uso de insumos químicos e lenha, pode-se inferir que o Capital Natural das famílias diversificadas é menos vulnerável que das demais famílias. Isso implica pensar que, sendo a atividade na fumicultura dependente das condições do solo, da compra e uso excessivo de insumos químicos e da extração de madeira para lenha, a vulnerabilidade em relação ao ativo natural limita as famílias mais dependentes da CPT na criação de estratégias para o meio de vida ambiental, buscando assim uma condição de bem-estar mais sustentável no contexto rural.

Como já descrito no capítulo anterior, muitas vezes a preservação ambiental expressada nas práticas cotidianas sustentáveis tornaram-se inviáveis frente a um processo de modernização e de produtividade. A existência do intitlamento terra é essencial às condições de vida no meio rural, mas o uso racional e não exploratório desse intitlamento permitiria pensar estratégias de sustentabilidade na relação homem-natureza, tornando o uso ou exploração dos recursos naturais ampliador do desenvolvimento humano e não uma dimensão limitadora. Portanto, pelas respostas das famílias mais diversificadas, percebeu-se menor dependência dos recursos naturais, dos insumos químicos e melhores práticas de conservação do principal ativo da agricultura familiar – a terra.

7.6. DIMENSÃO SOCIAL

Para o conjunto das 250 famílias, a dimensão social demonstrou-se como uma das mais vulneráveis. Conceitualmente, o aspecto social – oportunidades (SEN, 2010) e o capital social (ELLIS, 2000) – reporta-se às relações cotidianas que as famílias estabelecem tanto no

seu núcleo quanto com o externo, ou seja, comunidade, instituições, etc. Logo, a dimensão social destaca-se pela participação que as famílias têm na sua comunidade, pelas formas como estabelecem relações de confiança e como obtém informações essenciais para a organização da vida e das estratégias do cotidiano, além da relação da fumicultura com a permanência das gerações numa mesma atividade produtiva. As tabelas 45 e 46 que seguem, juntamente com os gráficos dos biogramas do IMV e do IPV Social, destacam as médias dos indicadores objetivos e subjetivos em relação às categorias de diversificação.

Tabela 44: Capital Social por Categorias de Diversificação

	1.5.1: Participação Social	1.5.2: Acesso a informações em geral	1.5.3: Assistência Técnica Agrícola	1.5.4: Influência familiar na fumicultura	1.5.5: Sucessão na Fumicultura	IMV_ Social
Diversificadas	0,433	0,769	0,910	0,769	0,961	0,630
Quase Diversificadas	0,382	0,700	0,851	0,925	0,907	0,586
Pouco Diversificadas	0,379	0,630	0,789	0,579	0,543	0,480
Especializadas	0,308	0,568	0,647	0,882	0,235	0,396

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Tabela 45: Percepção Social por Categorias de Diversificação

	2.5.1: Percepção sobre a participação social	2.5.2: Percepção sobre as informações dos meios de comunicação	2.5.3: Percepção sobre a confiança nas informações técnicas	2.5.4: Percepção sobre QV e Fumicultura para família	2.5.5: Percepção sobre os filhos seguirem plantando Tabaco	IPV_ Social
Diversificadas	0,735	0,692	0,636	0,675	0,261	0,602
Quase Diversificadas	0,640	0,716	0,541	0,663	0,322	0,588
Pouco Diversificadas	0,623	0,603	0,514	0,719	0,356	0,561
Especializadas	0,568	0,558	0,509	0,715	0,395	0,552

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

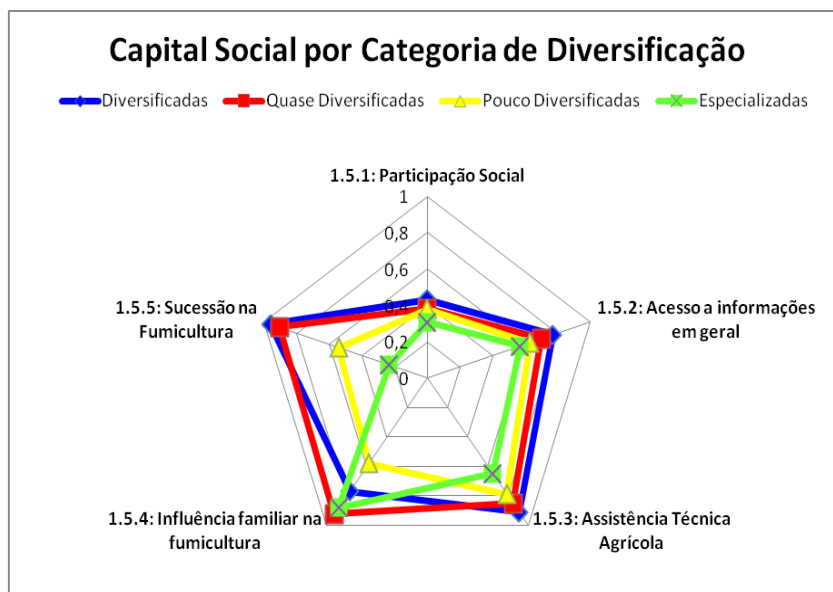


Gráfico 35: Biograma do Capital Social por Categoria de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

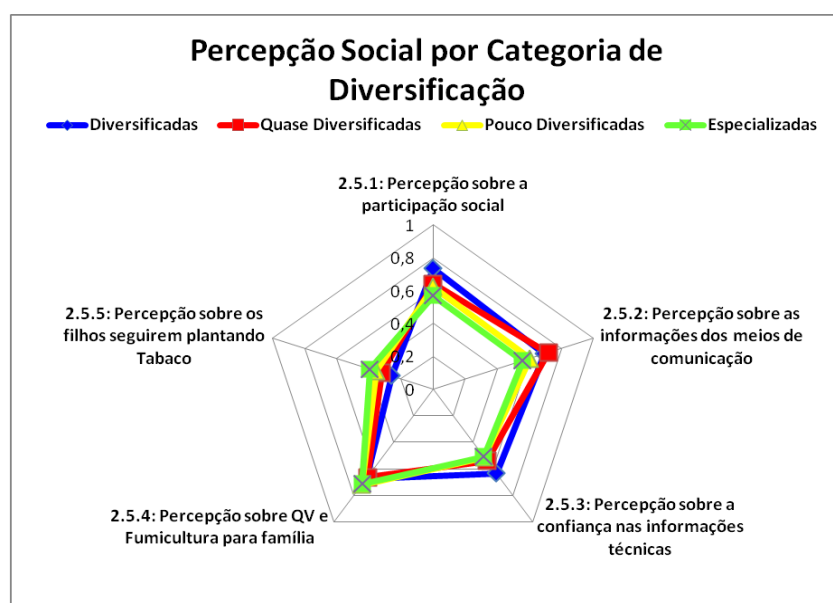


Gráfico 36: Biograma da Percepção Social por Categoria de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Ao analisar estatisticamente o Capital Social em relação ao Grau de Diversificação das famílias, a ANOVA apontou para uma diferença significativa das médias do IMV Social das quatro categorias de diversificação, o que pode ser observado no desenho do gráfico 35. O biograma do Capital Social mostrou que para as quatro categorias a Participação social é o pior indicador objetivo; enquanto que “Sucessão na Fumicultura” (média 0,961) e “Assistência Técnica Agrícola” (0,910) são os melhores para as famílias Diversificadas.

Para as famílias Quase Diversificadas, os melhores indicadores dos meios de vida social são “Influência familiar na Fumicultura” e “Sucessão familiar”, com médias 0,925 e

0,907, respectivamente. O mesmo ocorreu para as famílias Especializadas, mas estas tiveram suas médias dos cinco indicadores mais baixas que das outras famílias, sendo o pior meio a “Sucessão na Fumicultura”, com média de 0,235. Ainda, a desformidade das linhas azul e vermelha em relação às linhas amarela e verde já indicam uma diferença em relação aos Meios de Vida Social dessas famílias.

Quanto à Percepção Social, esta não resultou diferença significativa entre as médias dos indicadores. Contudo, cabe ressaltar também que o biograma do IPV social ficou “achatado” para as quatro categorias de famílias justamente no indicador “Percepção sobre os filhos seguirem plantando tabaco”, que está relacionado à sucessão familiar na unidade produtiva com o trabalho na fumicultura. De forma geral, os outros indicadores subjetivos apresentaram médias aproximadas para as quatro categorias, configurando uma análise estatística não significativa e que, portanto, não foi interpretada nos indicadores que seguem.¹¹⁹

A) Acesso a Informações em Geral

O acesso a informações é um ativo essencial às famílias quando se pretende estabelecer estratégias de diversificação para melhorar uma condição de vida ou mesmo para a manutenção de uma situação tida como favorável ao indivíduo ou grupo familiar. Ao serem questionadas sobre como acessavam as informações em geral, obtiveram-se as seguintes respostas.

Tabela 46: Formas de acesso às informações em geral por Categoria de Diversificação

1.5.2. A família busca informações em geral a partir de (...)?												
	1.5.2.1. Televisão		1.5.2.2. Rádio		1.5.2.3. Jornal		1.5.2.4. Vizinhos/ parentes/amigos		1.5.2.5. Sindicato		1.5.2.6. Internet	
	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%
Diversificadas	37	95	33	85	28	72	38	97	25	64	19	49
	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100
Quase Diversificadas	95	88	100	92,5	58	54	106	98	52	48	42	39
	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100
Pouco Diversificadas	62	90	52	75,3	33	48	67	97	30	43,4	17	25
	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100
Especializadas	24	70,5	28	82,3	13	38,2	32	94	13	38,2	6	18
	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100
Total	218	87,2	213	85,2	132	53	243	97,2	120	48	84	34
	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

¹¹⁹ A escolha dos indicadores deu-se em função de testes estatísticos que apontaram diferença significativa entre as médias em relação às Categorias de Diversificação, ao nível de confiança de 0,05.

A partir da análise das respostas acima, pode-se inferir que as famílias diversificadas acessam mais meios de comunicação para obter informação que as demais famílias a um nível de confiança de 95%. Em relação à busca de informações por “televisão” (ou programas de), observou-se 95% das famílias Diversificadas utilizam-se deste meio de comunicação, enquanto que para as Especializadas, tem-se apenas 70,5%. O rádio é o meio de comunicação acessado por 85% das famílias D., 92,5% das Q.D., 75,3% das P.D. e 82,3% das Especializadas. Ao longo da pesquisa de campo, notou-se que os aparelhos de rádio acompanhavam os produtores nos galpões, na lavoura, sendo que muitas vezes percebeu-se a existência de mais de um aparelho na residência.

Outra variável que apontou diferença foi o acesso via Jornal: 72% para as Diversificadas, 54% para as Q.D., 48% para as P.D. e 38,2% para as Especializadas. Da mesma forma ocorreu com o acesso às informações via sindicato e internet; para o primeiro, 64% das famílias Diversificadas buscam informações nos Sindicatos da localidade, proporção esta que cai para 48% nas famílias Q.D., 43,4% nas P.D., e 38,2% nas Especializadas. Para a segunda variável (acesso via internet), tem-se que 49% das famílias Diversificadas, 39% das Q.D., 25% das P.D. e 18% das Especializadas buscam informações pela internet. Para todas as famílias, o acesso a informações por vizinhos/amigos/parentes foi a forma que obteve maior incidência.

Nesse sentido, acredita-se que quanto maiores as possibilidades de impetrar informações, tanto para a agricultura, quanto para as demais atividades cotidianas, maior o leque de canais de comunicação que as famílias estabelecem para articular estratégias de diversificação. Isso pode ser interpretado pela experiência do trabalho de campo, no qual, muitas famílias afirmavam que acompanhavam “*essas coisas de acabar com fumo*” pela internet, jornais. Outros momentos revelaram que as informações disponibilizadas pelas equipes dos Sindicatos locais eram importantes para o trabalhador rural, como, por exemplo, no período da realização da pesquisa em Arroio do Tigre e Candelária, onde as famílias eram avisadas da disponibilidade de protetores solares nas sedes dos sindicatos e sobre os usos ao longo da colheita. Algumas vezes nesses locais, as informações passadas referiam-se aos preços dos insumos comercializados no mercado ou ainda o preço dos cultivos agrícolas, como a soja, trigo, milho, fumo, etc.

De forma geral, pode-se dizer que as famílias possuem os mecanismos de informação agrícola e não agrícola ao seu dispor, mas este recurso nem sempre é utilizado para melhorar as condições de vida, uma vez que as famílias nem sempre compreendiam a necessidade de

saber sobre “disponibilidade de protetor solar”, “cursos de artesanato ou panificação”, novas técnicas e cultivares, eventos sociais, etc. Este distanciamento de acesso a diferentes canais de informação pode ser entendido como uma barreira à aquisição de conhecimento, o que limita também a condição de agente dessas famílias, essencialmente as Especializadas.

B) Informações Técnico-Agrícolas

Assim como as informações gerais são importantes para a ampliação do leque de oportunidades para criar estratégias de diversificação dos meios de vida, os conhecimentos para agricultura transmitidos por técnicos extensionistas públicos, de cooperativas e até mesmo por instrutores das empresas para cultura do tabaco são essenciais na questão da diversificação produtiva e ampliação do conhecimento para agricultura em geral. As respostas das famílias em cada categoria de diversificação para as perguntas sobre assistência técnica foram organizadas na tabela abaixo.

Tabela 47: Presença de informações técnico-agrícolas por Categoria de Diversificação

1.4.5. Quanto às informações para a produção...												
	1.5.3.1. A família tem assistência técnica dos instrutores das empresas?						1.5.3.2. A família tem assistência técnica dos profissionais da Emater ou Embrapa ou de Universidades quanto à produção de outros cultivos?					
	0. Não		1. Sim		Total		0. Não		1. Sim		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	4	10	35	90	39	100	3	8	36	92	39	100
Quase Diversificadas	8	7,5	99	92,5	107*	100	24	22,4	83	77,5	107*	100
Pouco Diversificadas	5	7	64	93	69	100	24	35	45	65	69	100
Especializadas	4	12	30	88	34	100	20	59	14	41	34	100
Total	21	8	228	92	249	100	71	28,5	178	71,5	249	100

*NSA = 1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Segundo os dados da tabela 47, as famílias em geral afirmaram que possuem assistência técnica para a cultura do tabaco (através do instrutor da empresa a qual estão integrados). A questão a ser observada dá-se sobre as informações destinadas às outras atividades realizadas pela unidade familiar, como a criação de animais, agroindústria, artesanato, turismo, outros cultivares agrícolas, etc. Ao serem questionados sobre a existência de assistência técnica de outros profissionais para à produção, notou-se que 92% das famílias

Diversificadas afirmaram que possuem outro tipo de assistência, assim como 77,5% das Quase Diversificadas, 65% das Pouco Diversificadas e 41% das Especializadas. A diferença destas proporções mostrou-se significativa pela realização do teste *qui-quadrado*, permitindo inferir que as famílias Diversificadas possivelmente por terem demandas além da fumicultura, buscam diferentes formas de obtenção de informações técnicas, o que corrobora com o indicador sobre “Acesso a Informações em geral”.

Comparando com as análises descritas anteriormente, da mesma forma, a especialização produtiva também especializa a busca por conhecimento. Conforme pesquisa de campo, geralmente o atendimento às famílias por outras formas de extensão rural é realizado mediante pedido das mesmas às cooperativas, Emater, Sindicatos, etc. Segundo os extensionistas da Emater e os técnicos dos Sindicatos, muitas famílias não procuram essas instituições para conseguir informações sobre outros cultivos, uma vez que acreditam que por serem famílias produtoras de tabaco não podem ter outra assistência técnica além da disponibilizada pelos instrutores. No decorrer na pesquisa, muitas famílias comentavam: “*nem sei pra que serve esse pessoal da Emater, sei que pro fumo eles não podem ajudar*”, outros afirmavam que já haviam buscado apoio dos extensionistas, mas que algumas vezes ou não foram atendidos ou não conseguiam a informação desejada.

Como já analisado no capítulo 6, observou-se certa resistência de algumas famílias em aceitarem os conhecimentos e informações repassadas por esses técnicos, bem como a dificuldade de participarem de cursos, reuniões, chamadas públicas, tanto por desconhecimento (e até mesmo receio) do que esta participação poderia resultar, quanto por desinteresse em buscar novas informações. Assim, a busca por conhecimentos para além do cultivo do tabaco permite então às famílias criarem estratégias de diversificação que ultrapassam o espectro produtivo. Portanto, pode-se inferir que as famílias Diversificadas, justamente por terem menor dependência social da CPT, ampliam seu portfólio de informações e, conseqüentemente, sua liberdade de agência, tanto pelo acesso a estes canais de conhecimento, quanto por aceitarem e integrarem estes novos saberes (passados por extensionistas e técnicos agrícolas) às suas atividades, mostrando-se também “abertos” à incorporação de novas práticas agrícolas.

C) Sucessão Familiar na Fumicultura

A sucessão familiar está diretamente relacionada ao papel que a fumicultura ocupa na organização interna das famílias, sendo então elemento essencial para compreensão do

Capital Social. Para tanto, a questão buscou mensurar a possibilidade dessas famílias permanecerem na agricultura e terem a sucessão dos filhos nas atividades sem o cultivo do tabaco. As respostas para esta questão foram estruturadas na tabela abaixo de acordo com as categorias de diversificação.

Tabela 48: Sucessão Familiar na Fumicultura por Categoria de Diversificação

1.5.5. Se não pudesse plantar fumo...												
	1.5.5.1. Permaneceria na <i>unidade familiar</i> ?						1.5.5.2. Gostaria que seus filhos(as) permanecessem na <i>unidade familiar</i> ?					
	0. Não		1. Sim		Total		0. Não		1. Sim		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	0	0	39	100	39	100	2	6	34	94	36*	100
Quase Diversificadas	4	4	104	96	108	100	17	17	85	83	102**	100
Pouco Diversificadas	22	32	47	68	69	100	38	60	25	40	63***	100
Especializadas	24	70,6	10	29,4	34	100	27	82	6	12	33****	100
Total	50	20	200	80	250	100	84	36	150	64	234	100
	*NSA = 3		**NSA = 6		***NSA = 6		****NSA = 1					

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Para as análises da tabela 48, foi realizado o teste *qui-quadrado* que apontou significância na relação entre a Sucessão Familiar com as Categorias de Diversificação, ou seja, quanto maior a dependência da CPT, menores as possibilidades da família permanecer na unidade familiar realizando outras atividades para além da fumicultura. Esta assertiva é representada pelos seguintes dados: 100% das famílias Diversificadas e 96% das Quase Diversificadas permaneceriam na unidade familiar, mesmo que não pudessem mais plantar fumo; esta proporção cai para 68% nas famílias Pouco Diversificadas. Já para as Especializadas, aproximadamente 71% afirmaram que não ficariam na unidade produtiva (U.P) sem a fumicultura.

Quando questionadas se gostariam que os filhos ficassem na agricultura mesmo sem o cultivo do tabaco, para as famílias que tinham filhos, as respostas também mostram a relação entre o Grau de Diversificação e a Sucessão Familiar. Assim, 94% das famílias Diversificadas e 83% das Quase Diversificadas alegaram que gostariam que seus filhos ficassem na U.P desenvolvendo outra atividade agrícola que não fosse com o tabaco. Por outro lado, 60% das

P.D. e 82% das Especializadas não gostariam que seus filhos ficassem no meio rural sem serem fumicultores.¹²⁰

Estabelecendo uma análise comparativa entre as respostas, pode-se afirmar que existe uma limitação, principalmente, das famílias Especializadas em relação às possibilidades de atividades na agricultura para além do cultivo do tabaco. Isso pode ser justificado porque 29% das famílias Especializadas (10) não têm a condição jurídica da área de terra como “própria”, sendo que destas 10 famílias, 8 trabalham como meeiro ou sócio, 1 é arrendatária e 1 trabalha na condição de parceria. Portanto, como já descrito no capítulo 5 (gráfico 9), a condição jurídica da U.P. está relacionada com o a sucessão na fumicultura, podendo também ser entendido aqui como uma justificativa das famílias Especializadas afirmarem que não permaneceriam e não gostariam que seus filhos permanecessem na agricultura se não pudessem mais plantar tabaco. Logo, a sucessão familiar na agricultura está diretamente relacionada ao papel que o cultivo do tabaco estabelece na organização interna das famílias Especializadas e Pouco Diversificadas, o que não ocorre para as famílias Diversificadas e mesmo para as Quase Diversificadas.

7.7. DIMENSÃO FINANCEIRA

Malgrado este trabalho tenha objetivado descrever e interpretar as condições de vida das famílias fumicultoras em relação à dependência destas da Cadeia Produtiva do Tabaco, buscando trazer uma análise multidimensional e sem diferenciação de pesos dos conjuntos capacitórios, foi na dimensão financeira que aparecerem as maiores diferenças dos meios e das percepções dessas famílias em relação às categorias de diversificação. As tabelas e os biogramas que seguem apresentaram as diferenças das médias dos indicadores objetivos – IMV – e dos subjetivos – IPV.

¹²⁰ Interessante notar que para as famílias P.D., mesmo que os respondentes tenham alegado que ficariam na unidade familiar sem a fumicultura, eles não gostariam que seus filhos ficassem. Para interpretar tais respostas caberiam outros questionamentos ou cruzamentos com outras variáveis para compreender o desejo das famílias P.D. dos filhos não ficarem na agricultura, o que não pode ser realizado pelo modelo proposto.

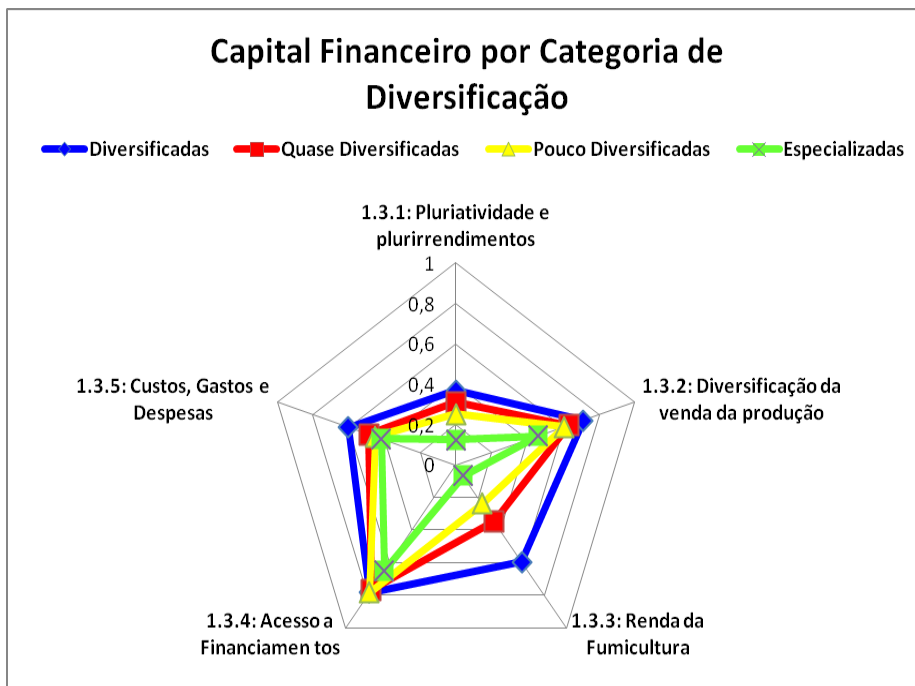


Gráfico 37: Biograma do Capital Financeiro por Categoria de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

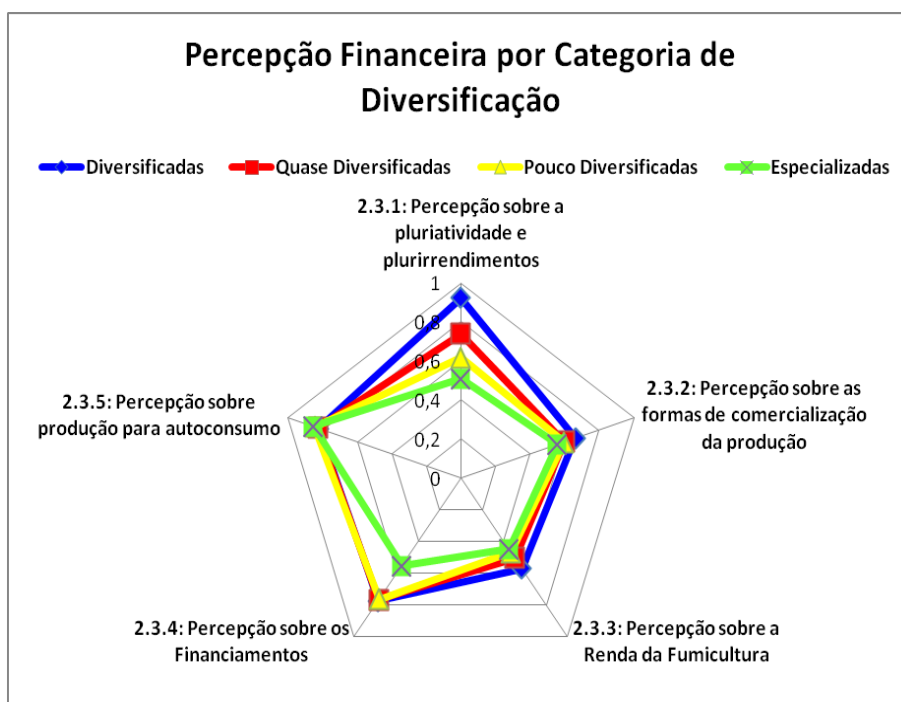


Gráfico 38: Biograma da Percepção Financeira por Categoria de Diversificação
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 49: Capital Financeiro por Categorias de Diversificação

	1.3.1: Pluriatividade e Plurirrendi- mentos	1.3.2: Diversificação da venda da produção	1.3.3: Renda da Fumicultura	1.3.4: Acesso a Financiamentos	1.3.5: Custos, Gastos e Despesas	IMV_ Financeiro
Diversificadas	0,369	0,712	0,596	0,782	0,602	0,576
Quase Diversificadas	0,309	0,629	0,347	0,768	0,488	0,472
Pouco Diversificadas	0,252	0,605	0,239	0,783	0,452	0,434
Especializadas	0,123	0,458	0,066	0,647	0,417	0,326

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Tabela 50: Percepção Financeira por Categorias de Diversificação

	2.3.1: Percepção sobre a diversificação das rendas	2.3.2: Percepção sobre as formas de comercialização da produção	2.3.3: Percepção sobre a Renda da Fumicultura	2.3.4: Percepção sobre os Financiamentos	2.3.5: Percepção sobre produção para autoconsumo	IPV_ Financeiro
Diversificadas	0,923	0,662	0,572	0,777	0,823	0,752
Quase Diversificadas	0,740	0,601	0,507	0,772	0,829	0,682
Pouco Diversificadas	0,618	0,597	0,470	0,766	0,848	0,667
Especializadas	0,509	0,558	0,448	0,555	0,855	0,582

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Como foi possível observar pelos gráficos 37 e 38 da Dimensão Financeira, existe uma diferença entre os biogramas, uma vez que o Capital Financeiro apresentou um desenho (radar) disforme, com as linhas verde e amarela bem próximas à zero nos indicadores 1.3.1 “Diversificação Produtiva” e 1.3.3 “Renda da Fumicultura”. A linha azul é a que aparece com maior amplitude, mas não ultrapassando a média de 0,8 e tendo no indicador 1.3.1 também o de menor valor. De acordo com as tabelas, tem-se que as maiores médias do Capital Financeiro (tabela 49) estão no indicador 1.3.4. “Acesso a Financiamentos”, seguido do 1.3.2. “Diversificação da Venda da Produção”; as piores médias deram-se no indicador 1.3.1. “Diversificação produtiva” e 1.3.3. “Renda da Fumicultura”.

Em relação ao gráfico da Percepção Financeira, notou-se em três pontas do biograma (2.3.2, 2.3.3, 2.3.5) as linhas azul, vermelha, amarela e verde ocupam praticamente a mesma posição; somente no indicador subjetivo 2.3.1 é que se pode visualizar diferença na posição dos biogramas. Quanto às médias, estas foram menores no indicador 2.3.3 sobre a percepção da Renda da Fumicultura; para as famílias Diversificadas, a melhor média foi no 2.3.1.

“Percepção sobre a Diversificação Produtiva”, já para as demais famílias, o melhor valor médio ficou no indicador 2.3.5 “Percepção sobre produção para autoconsumo”.

A realização de um teste estatístico comparando estas médias (ANOVA) apontou diferença significativa no Capital e na Percepção Financeira de forma geral. Dentro de cada um destes, obteve-se significância em quatro do cinco indicadores objetivos e em apenas dois indicadores subjetivos, os quais foram analisados na sequência. Para todas as interpretações descritas abaixo foram efetuados testes estatísticos (*qui-quadrado*) relacionando os indicadores financeiros e o Grau de Diversificação, sendo o estudo analisado somente aonde o nível de significância foi maior ou igual que 0,05.

A) Diversificação Financeira (meio e percepção)

O indicador objetivo “Diversificação Financeira” refere-se às diferentes formas de ganhos das famílias, por atividades agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora da unidade produtiva; ainda, consideram-se as rendas obtidas por aposentadorias, pensões, transferências sociais e aluguel de imóveis urbanos. As respostas das famílias foram sistematizadas na tabela 51 abaixo a fim de compreender a relação entre menor diversificação produtiva e maior dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco (CPT).

Tabela 51: Pluriatividades e Plurirrendimentos por Categorias de Diversificação

1.3.1. Além do tabaco, os ganhos em dinheiro da família provêm de:																				
	Outras atividades agrícolas		Criação de Animais		Trabalho para Terceiros		Trabalho não Agrícola		Turismo Rural		Processamento de Produtos		Arrendamento de terras		Aposentadorias ou Pensões		Transferências Sociais		Aluguel de imóvel nas cidades	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	32	82	30	77	7	18	22	56	1	2,5	22	56	9	23	19	49	0	0	1	2,5
	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100
Quase Diversificadas	81	75	63	58	24	22	40	37	0	0	52	48	10	9,2	53	49	10	9,2	1	1
	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100
Pouco Diversificadas	46	67	32	46	13	19	21	30	2	3	25	36	1	1,4	24	35	9	13	1	1,4
	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100
Especializadas	5	15	7	20	3	9	4	12	0	0	5	15	0	0	8	23,5	10	3	0	0
	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100
Total	164	66	132	53	47	19	87	35	3	1,2	104	42	20	8	104	42	29	12	3	1,2
	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Os dados da tabela 51 demonstraram essencialmente como as famílias Diversificadas articulam um número maior de atividades que as permitem ir além do rendimento auferido pela fumiicultura. Já na primeira variável, tem-se que 82% das famílias Diversificadas afirmaram terem rendimentos com outras atividades agrícolas, esta proporção cai para 75% nas Q.D., 67% nas P.D. e somente 15% nas famílias Especializadas. Esse decréscimo também pode ser percebido em relação à criação de animais, no qual 77% das Diversificadas alegaram terem ganhos financeiros com essa atividade, caindo para 58% das Q.D., 46% das P.D. e 20,5% das Especializadas.

Como já demonstrado no capítulo 5, o trabalho não agrícola também é uma forma de agregar renda ao orçamento familiar, podendo esta ser utilizada de diferentes formas nas atividades realizadas na U.P, logo, notou-se que 56% das famílias Diversificadas possuem um ou mais membros trabalhando fora da propriedade (essencialmente setor de serviços); para as Quase Diversificadas, tem-se 7% das famílias com presença de trabalho não agrícola, sendo que para as P.D. e Especializadas esta proporção cai para 30,4% e 12%, respectivamente. Outro aspecto também já descrito no capítulo 5 na apresentação das famílias é a presença de idosos (as) com aposentadorias em proporção maior nos *households* Diversificadas e Quase Diversificados que nos demais, como constatado na tabela 52.

Ao longo da pesquisa de campo foi possível observar a presença de agroindústrias consolidadas ou em processo de formalização nas unidades produtivas. Aqui também cabe ressaltar a estruturação de famílias em atividades com processamento de produtos, como doces e salgados comercializando tanto com público em geral, mas também em mercados institucionais e até mesmo no comércio dos centros urbanos (sede dos municípios), o que se comprovou com 42% do total de famílias (104) com atividades (e rendimentos) nesse setor. Assim, tem-se que 56% das unidades familiares Diversificadas, 48% das Q.D, 36% das P.D. e 15% das Especializadas desenvolvem esta atividade já obtendo ganhos financeiros para a composição do orçamento do *household*¹²¹.

Ainda, percebeu-se que 23% das famílias Diversificadas auferem renda pelo arrendamento de terras, enquanto que 9,2% das Q.D. e 1,4% das P.D apresentaram esse tipo de ganho financeiro. Mais uma vez retomando as informações do capítulo 5 (gráfico 10), a área de terra média das quatro categorias é aproximadamente a mesma (entre 16ha e 20ha), contudo foram as famílias Diversificadas que apresentaram maior incidência de arrendamento

¹²¹ Neste ponto foi importante observar que as agroindústrias ou atividades com processamento de produtos eram administradas essencialmente pelas mulheres das famílias; em alguns casos, esta organização dava-se pelo conjunto dos membros, mas o registro formal da atividade estava em nome de algum membro do sexo feminino.

de terras como outro rendimento, o que permite inferir que não é o tamanho da área da terra que permite as famílias criarem um leque de atividades que gerem rendimentos. Conforme Sen (2010), as facilidades econômicas são aqui criadas e expandidas pela compreensão que as famílias têm da potencialidade do seu ativo e da maneira como conseguem “explorá-lo” para ampliar seus ganhos financeiros.

Pensando na questão da pluriatividade (FULLER, 1990; SCHNEIDER, 2005; MATTEI, 2005) no meio rural em famílias produtoras de tabaco, segundo Prieb (2005), uma estratégia de desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas (dentro e fora da propriedade) permite elevar os níveis de renda e ampliar o bem-estar das famílias fumicultoras, o que pode ser observado em relação ao Grau de Diversificação dessas famílias. Para estes quatro autores, estas atividades agrícolas em tempo parcial são entendidas como condição essencial ao desenvolvimento no meio rural, uma vez que dá um sentido diferenciado do padrão produtivista ao meio rural.

Para Prieb (2005), o processo de pluriatividade na fumicultura explica-se tanto pelas mudanças na CPT que criaram possibilidades de inserção de outras atividades (rurais ou no setor de serviços) quanto pela situação econômica instável em relação ao tabaco, fazendo com que muitas famílias busquem melhorar suas condições de vida pela diversificação das atividades agrícolas. Quanto à percepção das famílias sobre essas pluriatividades e rendimentos, obtiveram-se as seguintes respostas.

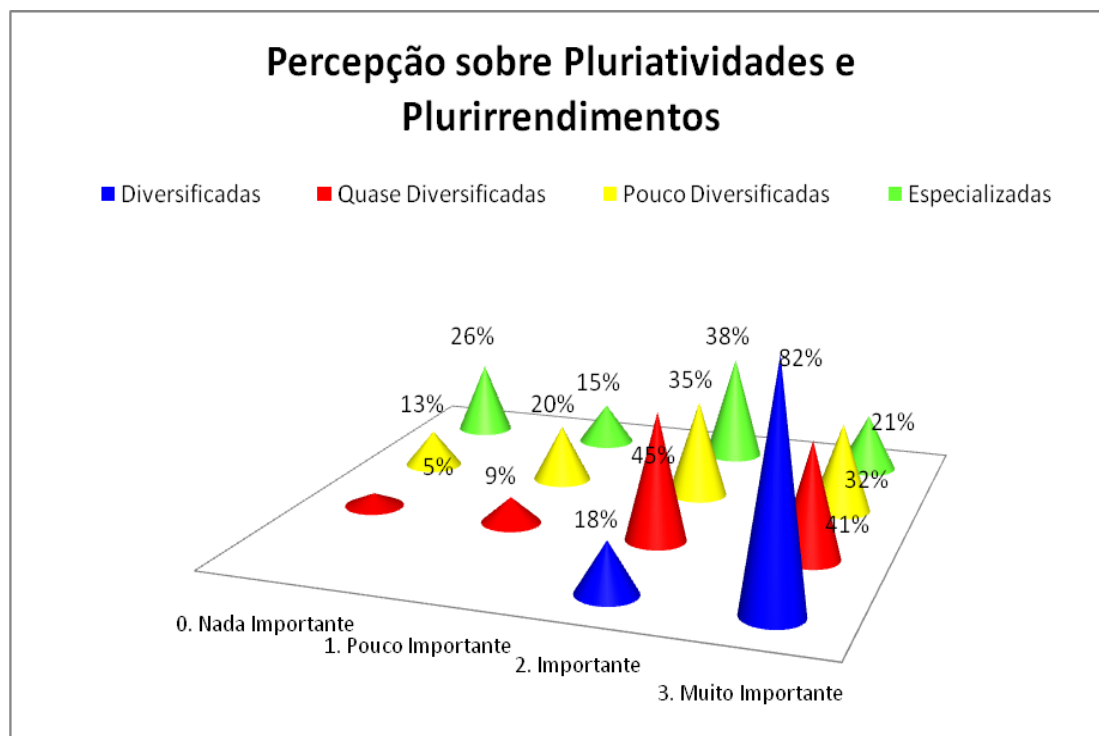


Gráfico 39: Percepção sobre Pluriatividades e Plurirrendimentos por Categoria de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

O gráfico 39 mostra a percepção das famílias por Categoria de Diversificação pelo qual se pode observar que as Diversificadas só classificaram as rendas e atividades além da fumicultura como “Importante” (18%) e “Muito Importante” (82%); já 45% das famílias Quase Diversificadas percebem estas rendas e atividades como “Importantes”, 41% como “Muito Importante” e 9% como “Pouco Importante”. Para as famílias Pouco Diversificadas a maior qualificação ficou em “Importante” com 35%, seguida de “Muito Importante” (32%). A principal diferença deu-se em relação às famílias Especializadas: 38% afirmaram que estas rendas e atividades além da fumicultura são “Importantes”, mas 26% classificaram como “Nada importantes”.

Logo, pode-se afirmar que essa percepção das famílias Especializadas está associada à dependência financeira da CPT. Como já descrito no capítulo 6, o comparativo estabelecido pelas famílias para responderem a esta questão dava-se diretamente com a fumicultura, a qual, segundo estas famílias “*é o que mais dá dinheiro pro pequeno produtor*”. Por conseguinte, a comparação das diferentes rendas e atividades com a cultura do tabaco pode ser entendida como um limitante da racionalidade (agência) dessas famílias Especializadas, uma vez que apresentaram certa resistência para buscarem (ou aceitarem) novas atividades que poderiam gerar rendimento, e, conseqüentemente, serem menos dependentes das receitas geradas com apenas uma forma de trabalho no meio rural – a fumicultura.

B) Diversificação da venda da produção em geral

A Diversificação da venda da produção está aqui associada às diferentes maneiras que as famílias estabelecem relação de mercado para a venda de seus produtos agrícolas ou não agrícolas. As respostas que seguem mostram a diferença do uso (ou não) desses canais de comercialização em relação às categorias de Diversificação.

Tabela 52: Formas de Venda da Produção por Categoria de Diversificação

	Terceiros (intermediários, atravessadores, picaretas...)		Cooperativas ou associações		Venda direta ao consumidor		Venda a empresas		Mercados criados pelo governo (Ex. PAA, Pnae)	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	33	85	26	67	33	85	38	97	9	23
	39	100	39	100	39	100	39	100	39	100
Quase Diversificadas	92	85	44	41	91	84	108	100	5	5
	108	100	108	100	108	100	108	100	108	100
Pouco Diversificadas	62	90	18	26	54	78	69	100	6	9
	69	100	69	100	69	100	69	100	69	100
Especializadas	25	73,5	3	9	15	44	34	100	1	3
	34	100	34	100	34	100	34	100	34	100
Total	212	85	91	36,4	193	77	249	99,6	21	8,4
	250	100	250	100	250	100	250	100	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Como é possível notar pelos dados da tabela 52 acima, de forma geral as famílias comercializam a produção por terceiros e venda para as empresas – essencialmente as fumageiras. A comercialização de produtos por Cooperativas ou Associações foi apontada por 67% das famílias Diversificadas, 41% das Q.D., 26% das P.D. e 9% das Especializadas; diferença proporcional também pode ser observada na venda por Mercados Institucionais, pelo qual 23% das famílias Diversificadas comercializam sua produção, 5% das Q.D., 9% das P.D. e apenas 3% das Especializadas. Quanto à venda direta ao consumidor, tem-se essa forma de comercialização de produtos para 85% das famílias Diversificadas e das Q.D. É importante ressaltar que das cinco formas de venda dos produtos elencados na questão, dois podem ser relacionados à fumiicultura (terceirizados e empresas) e apenas um (mercados institucionais) não comercializam o tabaco.

Assim, incidência de respostas na “venda direta para consumidores” está relacionada à venda de produtos das agroindústrias familiares ou processados como queijos, ovos, leite, carnes e derivados, frutas, verduras, hortaliças, etc, sendo estes muitas vezes “moedas de

troca” no mercado formal e informal das cidades. Exemplificando, alguns produtores vendiam ovos em padarias e supermercados em troca de farinha e outros produtos, principalmente industrializados. Outros comercializavam compotas, frutas, verduras e legumes com as fruteiras (pequenos comércios e mercearias) das cidades ou em feiras organizadas pelas prefeituras; algumas famílias ainda alegaram ter consumidores “cativos” e entregavam os produtos em suas casas ou em local combinado¹²².

Ainda, percebeu-se pouca organização de mercados institucionais e cooperativas/associações para venda de produtos agrícolas que não o tabaco; muitos produtores afirmaram não ter conhecimento sobre os mercados institucionais de alimentos, formalizados via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹²³. Durante o trabalho de campo, ao questionar sobre a participação social nessas instituições (cooperativas e associações) algumas famílias comentavam que *“quando gente vende lá na cooperativa gente sabe que também não vai ganhar o que merece e nem sempre eles compram bem”*. Em outros casos, as famílias apontavam para as desagregações sociais nesses locais, resultado da concorrência para a venda dos produtos no mesmo local (associação de produtores). Além dessa “situação” de concorrência e desagregação, observou-se também um desconhecimento (ou talvez conformação) das famílias Especializadas em relação às diferentes formas de comercialização, tanto por não buscarem informação para outras atividades quanto por aceitarem sua condição de monocultura do tabaco expressada na afirmação: *“a única forma de compra garantida da produção familiar é com a firma de fumo”*.

Logo, as facilidades econômicas que poderiam ser ampliadas pelos diferentes mecanismos de comercialização da produção, possibilitando um aumento das receitas das famílias, apresentaram-se mais limitadas para as famílias mais dependentes da fumicultura. Por outro lado, também foi possível observar que as famílias menos dependentes da CPT foram as que apresentaram diferentes formas de venda da sua produção agrícola, a qual também acaba sendo ampliada justamente pela busca de novos mercados.

¹²² Em Agudo, Paraíso do Sul, Vale do Sol, Sinimbu, Rio Pardo e Passo do Sobrado, notou-se fluxo de pessoas que trabalhavam em órgãos públicos dessas cidades, mas residiam em outras (geralmente Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires). Assim, quando as famílias comentavam dos “compradores cativos”, referiam-se a estas pessoas não residentes na cidade ou na zona rural dos municípios e que organizavam com os produtores rurais um dia de entrega semanal de diversos produtos, principalmente verduras, frutas e compotas.

¹²³ Alguns municípios como Vale do Sol, Venâncio Aires, Passo do Sobrado e Boqueirão do Leão apresentaram uma melhor organização da administração municipal, via secretarias de agricultura e assistência social, para a execução destes dois programas, sendo auxiliados por extensionistas rurais da Emater/Ascar local. Outras cidades tinham a organização destes programas via Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ou outras organizações.

C) Renda da Fumicultura

A Renda da Fumicultura foi o indicador financeiro utilizado para medir o Grau de Diversificação das Famílias quanto à dependência monetária da CPT, estando assim diretamente relacionado ao *cash crop* tabaco. As respostas das famílias sobre a proporção da renda por categoria de diversificação foram organizadas no gráfico que segue.

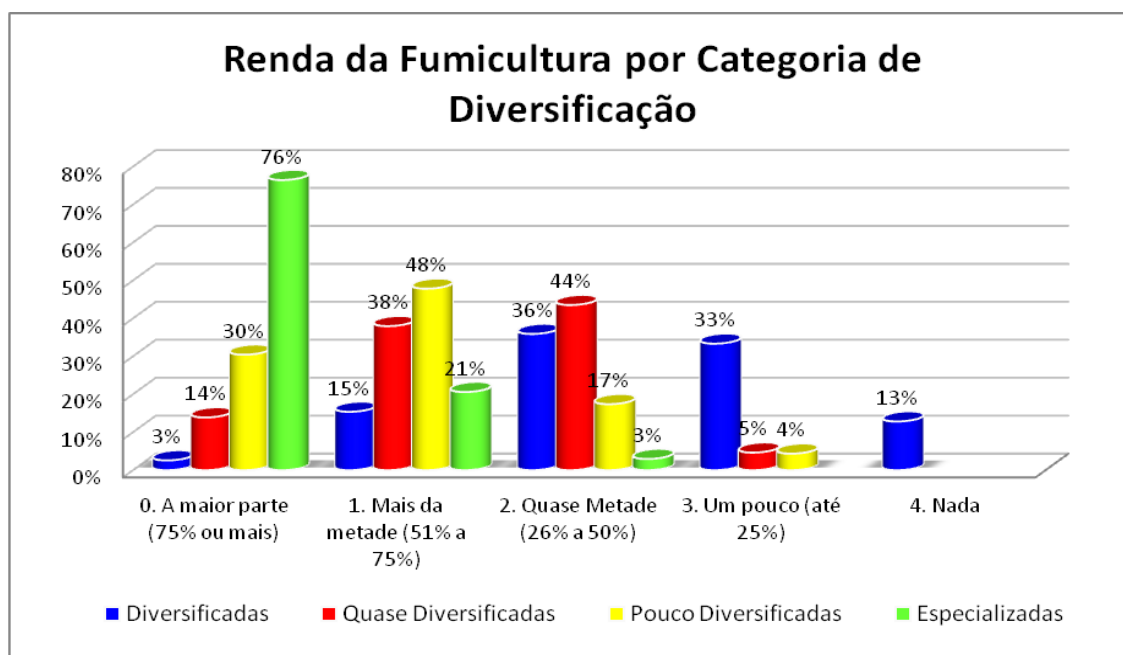


Gráfico 40: Renda da Fumicultura por Categoria de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Pelo gráfico 40 acima, observou-se que 76% das famílias Especializadas tem “A maior parte” da sua renda proveniente da fumicultura, seguida de 30% das P.D., 14% das Q.D. e 3% das Diversificadas. Dentre as famílias que afirmaram ter “mais da metade” de seus rendimentos provenientes da produção de tabaco, tem-se 48% das Pouco Diversificadas, 38% das Q.D., 21% das Especializadas e 15% das Diversificadas. Tanto as famílias Diversificadas quanto as Quase Diversificadas tiveram maior proporção na variável “Quase Metade” (36% e 44%, respectivamente). Importante notar que 33% das Diversificadas alegaram que a fumicultura representa “um pouco” no montante das receitas das famílias e 13% afirmaram não possuem renda proveniente da fumicultura¹²⁴.

Ainda pelo gráfico acima, pode-se dizer que o montante que a fumicultura representa na renda das famílias Especializadas oscila de “quase metade” a “a maior parte” enquanto que

¹²⁴ Como já explicitado no capítulo 6, seção 6.2.2, mesmo que estas famílias tenham afirmado que não possuem renda proveniente do fumo puderam estar presente neste estudo por estarem quitando dívidas de safras anteriores, mas com receitas de outras atividades, mantendo assim uma relação de dependência.

as outras famílias tiveram as respostas distribuídas nas demais proporções. O teste estatístico *qui-quadrado* ao nível de significância de 0,05 permitiu então inferir que o Grau de Diversificação das Famílias é influenciado pela quantidade que a renda proveniente da fomicultura representa nos total dos rendimentos familiares, o que complementa as análises realizadas sobre o item A – Diversificação Produtiva.

D) Custos, gastos e Despesas

Ao serem questionadas sobre os custos, gastos e despesas tanto produtivas como em relação ao orçamento doméstico, percebeu-se uma imprecisão das famílias para mensurarem seus gastos diários e até mesmo a proporção que o custeio da lavoura de tabaco representa no total dos rendimentos familiares.

Tabela 53: Despesas com alimentação por Categoria de Diversificação

1.3.5.1. Quanto dos ganhos totais da família são gastos na compra de alimentos básicos (carnes, vegetais, hortaliças, tomate, batata, feijão, frutas, sucos, etc) em supermercados ou feiras?												
	0. A maior parte (75% ou mais)		1. Mais da metade (51% a 75%)		2. Quase Metade (26% a 50%)		3. Um pouco (até 25%)		4. Nada		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Diversificadas	0	0	0	0	10	26	27	69	2	5	39	100
Quase Diversificadas	2	2	3	3	27	25	72	66	4	4	108	100
Pouco Diversificadas	3	4	8	12	14	20	42	61	2	3	69	100
Especializadas	2	5	4	12	7	21	21	62	0	0	34	100
Total	7	3	15	6	58	23	162	65	8	3	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Pelas informações da tabela 53 quanto aos gastos com alimentação, notou-se que 69% das famílias Diversificadas, 66% das Q.D., 61% das P.D. e 62% das Especializadas gastam “um pouco” dos ganhos da família com a compra de alimentos nos supermercados¹²⁵. Ao longo da pesquisa de campo observou-se que boa parte das famílias tem seus alimentos provenientes da produção na unidade familiar, sendo que muitas afirmaram comprar nos supermercados somente produtos como arroz, sal, condimentos industrializados e esporadicamente biscoitos ou refrigerantes. Além disso, muitas famílias alegaram que se não produzissem seu próprio alimento, a agricultura familiar não teria sustentabilidade financeira,

¹²⁵ Não foi constatado relação entre gastos com a alimentação e o Grau de Diversificação.

comentando que “o colono só prospera no campo se planta o alimento e cria bicho, se tiver que comprar fora, não sobrevive”. Contudo, a principal despesa das famílias foi constatada justamente nos custos com o cultivo do tabaco, conforme gráfico abaixo.

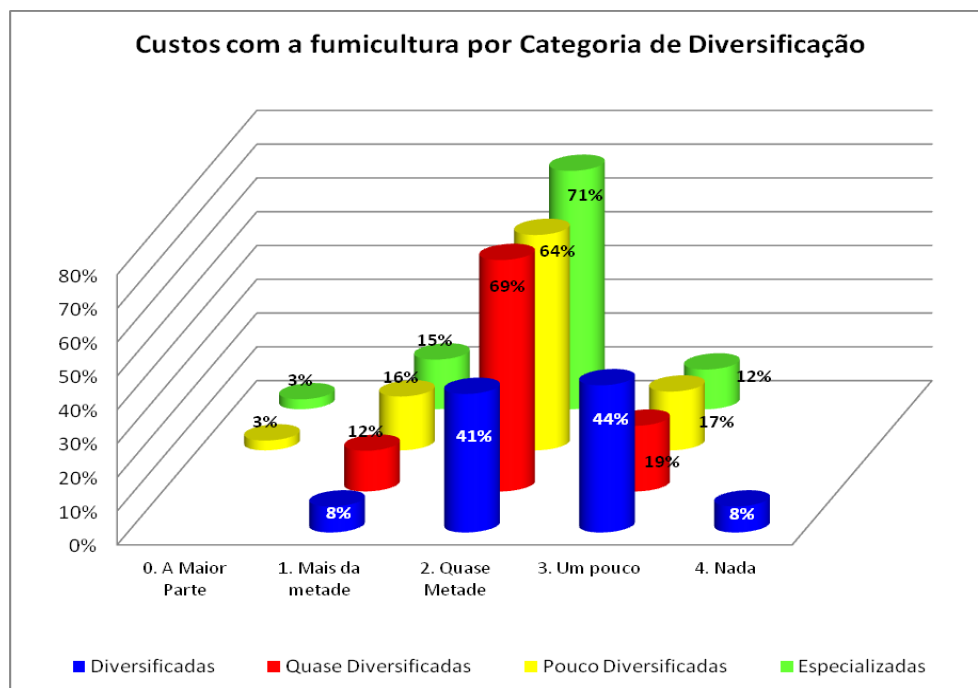


Gráfico 41: Custos com a Fumicultura por Categoria de Diversificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Ao serem questionados sobre “Quanto dos ganhos totais da família destina-se ao custeio da produção do fumo?”, de acordo com o gráfico 41 tem-se que 44% das famílias Diversificadas afirmaram destinar “Um pouco” dos ganhos totais, seguido de 19% das Quase Diversificadas, 17% das Pouco Diversificadas e 12% das Especializadas. Dentre as famílias que afirmaram destinar “quase metade” dos seus ganhos para pagar os custos com a lavoura de tabaco tem-se: 41% Diversificadas, 69% Q.D., 64% P.D. e 71% Especializadas.

Enquanto 8% das unidades produtivas Diversificadas destinam “Mais da metade” de seus ganhos ao custeio da fumicultura, esta proporção sobe para 12% nas Q.D., 16% nas P.D. e 15% das Especializadas. Ainda, tem-se que 3% das P.D. e 3% das Especializadas destinam “A maior parte” dos ganhos familiares ao custeio da lavoura de tabaco. Vale destacar que 8% das famílias Diversificadas afirmaram não retirar nada para pagamento do tabaco, utilizando lucros/reservas do ano anterior para custeio da safra atual tanto pela antecipação dos pagamentos ou quanto pela não formalização de contratos com as empresas fumageiras).

Com base nestes dados e através da pesquisa de campo, mais uma vez foi possível constatar a vulnerabilidade das famílias mais dependentes da CPT em relação à estruturação

do orçamento familiar, pois não costumavam fazer esse tipo de “cálculo”, esperando apenas a primeira venda da safra para saber o custo inicial – pago às empresas, conforme contratos formais¹²⁶. Outro aspecto percebido pelas observações de campo foi que as famílias que apresentavam um orçamento mais organizado tinham conhecimento dos altos custos da fumicultura, essencialmente quanto ao uso de lenha e insumos químicos. Em outros casos as famílias só estabeleciam este raciocínio financeiro (ganhos/lucros menos os custos) no momento da pesquisa, afirmando que “*esta é a primeira vez que eu realmente paro pra ver quanto gasto com fumo*”.

De forma geral, as famílias Diversificadas apresentavam melhor estruturação financeira que as demais, e foi justamente por esta organização que tinham percebido a necessidade de diminuir o cultivo do tabaco em suas U.P. Em contrapartida, alguns respondentes das famílias diziam que não gostariam de organizar o orçamento porque sabiam que “*trabalhavam de graça pra empresa*”. Nesse sentido, como já apontado no capítulo 6, a vulnerabilidade financeira está relacionada à dependência da CPT precisamente porque as famílias que buscaram estabelecer estratégias de diversificação dos seus ganhos financeiros afirmaram que precisaram aceitar e perceber que o fumo não possibilitava tantos rendimentos como geralmente é afirmado e reafirmado pelos discursos e *slogans* das empresas, passando assim por um processo de reestruturação produtiva, social e humana do *household*.

A compreensão das cinco dimensões ou conjuntos capacitórios em relação ao Grau de Diversificação apresentou uma realidade das famílias fumicultoras do Rio Grande do Sul, entendendo como estas articulam seus ativos no contexto em que vivem, considerando não somente o que possuem, mas também como percebem essa realidade em que estão inseridas. Logo, respondendo à questão que deu início às interpretações deste capítulo e com o suporte estatístico para inferir confiança nas explanações foi possível demonstrar que existe uma relação entre o aumento do Grau de Diversificação e o a melhoria das Condições de Vida, ou, quanto maior a dependência de um *cash crop* mais vulneráveis apresentam-se as Condições de Vida.

Esta relação foi observada nos ativos: a) ferramentas de trabalho e uso da área de terra da Unidade Produtiva Familiar, b) tempo de trabalho e educação, c) práticas de conservação do solo, uso de insumos químicos, uso de lenha, d) Acesso a informações gerais, informações para agricultura e sucessão familiar na fumicultura e e) diversificação financeiras, formas de

¹²⁶ Para melhor compreensão de como se organizam os contratos formais e informais ver Rudnicki (2012, p. 40).

venda da produção em geral, renda da fumicultura, custos, gastos e despesas¹²⁷. Ademais, as percepções que se mostraram significativas deram-se nas dimensões humana e financeira.

A despeito de todas as explicações realizadas até aqui, pode-se afirmar que a dependência de uma única fonte de renda na agricultura familiar, a partir de um processo de especialização produtiva não resultou diretamente na modernização e conseqüente desenvolvimento e qualidade de vida dessas famílias fumicultoras. A proposta de uma análise multidimensional mostrou que o aspecto econômico é extremamente importante e o elemento condutor da agência dessas famílias em relação a um processo de mudança de diversificação dos seus meios e modos de viver, mas isoladamente não permite responder sobre uma qualidade de vida desejável.

Assim sendo, no caso das famílias produtoras de tabaco do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que àquelas que se mostraram mais dependentes da CPT tiveram seus conjuntos capacitórios limitados não somente no aspecto financeiro, mas também no social, no humano, no físico e no natural. Isso explica-se porque toda (ou quase toda) a racionalidade das famílias é organizada em função da maior ou menor dependência da fumicultura. Ou seja, seus meios de vida são utilizados e percebidos como essenciais ou importantes a partir da relação que têm com a cultura do tabaco.

¹²⁷ Em relação aos demais ativos de cada conjunto capacitório, estes também apresentaram médias melhores para as famílias diversificadas, seguida das Quase Diversificadas, Pouco Diversificadas e Especializadas, porém, esta diferença entre as médias não pode ser inferida para o todo, uma vez que se estabeleceu uma análise amostral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender como se apresentam as condições de vida das famílias fumicultoras em um contexto que os ganhos econômicos parecem não se refletir o desenvolvimento humano dessas famílias. A realidade observada na fumicultura permitiu desconstruir, sociologicamente, a ideia de que o sistema integrado da Cadeia Produtiva do Tabaco gera ou geraria desenvolvimento para região a partir de um processo de crescimento econômico, geração de riqueza, incremento técnico e produtivo. Ainda, pela Sociologia das Condições de Vida, também foi possível perceber a importância do estudo da componente humana para entender sobre os meios e as percepções de vida das pessoas/famílias e como estes se constituem na realidade, indo muito além das informações técnicas e produtivas amplamente divulgadas como promotoras do desenvolvimento.

Desta forma, tendo como ponto de partida esse contexto de vulnerabilidade social da fumicultura, buscou-se então ponderar sobre como um processo de diversificação dos meios de vida poderia ampliar as capacitações dessas famílias para superarem tal condição. Nesse sentido, é preciso considerar que existe um processo duplo entre a expansão dos conjuntos capacitórios e a diversificação dos meios de vida, pois, ao mesmo tempo que a expansão das capacidades permite criar estratégias de diversificação, a própria diversificação permite também a expansão das capacidades, buscando, das duas formas superar uma situação de incerteza, crise, risco, etc.

A presente análise teve como base duas perspectivas teóricas que trazem para o centro de seus estudos as pessoas ou, no caso, as famílias, a saber: Abordagem das Capacitações e da Diversificação dos Meios de Vida. Assim, a proposta de Amartya Sen foi operacionalizada pelo enfoque da diversificação principalmente pelas concepções de Frank Ellis, resultando em um *framework* analítico essencial para o estudo empírico da Sociologia das Condições de Vida. Se “estar vulnerável” é muito mais que “estar abaixo da linha da pobreza”, então a presente Sociologia das Condições de Vida permitiu entender como as capacidades humanas, através dos meios de vida e das percepções que as famílias têm sobre estes meios, possibilitam criar estratégias de diversificação dos meios de vida para alcançarem a vida que desejam, ou o desenvolvimento humano.

A partir destes pressupostos e com base nos resultados da pesquisa de campo, foi possível responder a alguns questionamentos. Primeiramente: Quais meios de vida e suas

percepções apresentam-se como mais vulneráveis e que restringem/limitam as possibilidades dos indivíduos ou grupos de enfrentar as adversidades as quais estão expostos? Ainda, voltando o estudo para o aspecto empírico da fumicultura, questionou-se se: As famílias produtoras de tabaco menos dependentes do sistema integrado, classificadas aqui como diversificadas, são as que possuem melhores condições de vida em comparação às famílias especializadas (mais dependentes)? De tal modo, com a análise dos dados pela metodologia dos Índices, foi possível destacar pontos essenciais para compreensão das condições de vida na agricultura familiar produtora de tabaco.

Ademais, é preciso considerar que, de forma geral, as vulnerabilidades das famílias fumicultoras são maiores na dimensão financeira e que esta, direta ou indiretamente, interfere nas demais dimensões, uma vez que a unidade produtiva familiar tem sua organização social e econômica dada a partir dos meios que possuem e como conseguem articular tais recursos para estabelecer estratégias e buscar oportunidades que lhes permitam transformar uma condição de dependência de um sistema de integração. Sendo a racionalidade do *household* associada ao aspecto financeiro, nem sempre esta “dependência” foi considerada como um fator limitante, o que pode ser comprovado quando a média da percepção dos intitulos financeiros foi melhor que a média dos próprios meios. Ou seja, mesmo que as famílias tenham seus recursos atrelados e sob o risco de oscilações de fatores externos, como preço dos insumos, instabilidade do valor de mercado do próprio tabaco, esses fatores são entendidos como parte de um processo produtivo, e que ainda, conforme os resultados e as observações de campo torna essa Cadeia Produtiva do Tabaco um mercado seguro às famílias.

Destarte, interpretando estes resultados com base no *framework* teórico proposto, foi possível entender que essa percepção positiva torna-se um fator limitante à condição de agente das famílias. Esta limitação ficou explicitada quando as famílias não sabiam responder sobre os custos e ganhos familiares de forma precisa, o que acarretou, inclusive, na mudança das alternativas do instrumento de pesquisa, em uma das questões do Capital Financeiro (que variava entre “nada” até “quase tudo” e foi alterada para “sim” e “não”). Portanto, tal limitação para criar estratégias de diversificação e modificar tal condição de dependência financeira foi encontrada empiricamente na não organização do orçamento produtivo-familiar e que reflete diretamente nessa incongruência entre meios e percepções, transformando o conjunto capacitório financeiro um obstáculo ao desenvolvimento humano dessas famílias. Deste modo, pode-se dizer que é justamente essa percepção “positiva” que faz parte tanto da racionalidade das famílias, quanto do *marketing* empresarial do setor fumageiro que resulta no

que aqui se denominou como paradoxo do desenvolvimento: crescimento econômico e precárias condições de vida.

Da mesma forma que a dimensão financeira, o aspecto social também apontou para esta diferença entre meios “negativos” e percepção “positiva”. Neste ponto, é possível inferir, conforme os dados apresentados, que as relações sociais estabelecidas entre os membros do *household* e os agentes externos – comunidade, instituições – são essencialmente ligadas à fumicultura. A despeito da baixa participação das pessoas em atividades sociais e a percepção de que estas atividades “são importantes” mostrou que a presença das famílias é condicionada não somente à disponibilidade de tempo livre, mas à relação que estas atividades possuem com o “*trabalho no fumo*”.

Por outro lado, no aspecto social quanto às questões de confiança, as famílias, ao afirmaram que possuem assistência técnica tanto para fumicultura quanto para os outros cultivos e perceberem estas informações repassadas como “confiáveis” ou “pouco confiáveis”, assinalam para um dos fatores também entendidos como limitantes à diversificação dos meios de vida, ou seja, percepção melhor que o próprio meio de vida. Isto significa afirmar que há um conflito entre o “saber-fazer” e os “novos conhecimentos”, ou como diria Giddens (1997), entre a tradição e os sistemas peritos. Ao pensar na formulação de políticas públicas que atendam às demandas da diversificação em áreas de tabaco, observar a existência desse conflito é fundamental, uma vez que este pode ser considerado um fator que restringe às famílias a acessarem, buscarem e até mesmo aceitarem “novos saberes” oriundos de membros externos da unidade familiar.

Também em relação à limitação do conjunto de capacitações sociais, constatou-se que há um processo de sucessão na fumicultura que foi influenciado diretamente pelo histórico de gerações das famílias nessa atividade. Destarte, trata-se não somente de uma continuidade produtiva, mas sim de um saber cultural que perpassa gerações, e que fez com que tais famílias fossem historicamente “conduzidas” a seguirem na atividade fumicultora, tanto pela existência de um processo pedagógico de “ensino no trabalho com fumo”, quanto pela conformidade das gerações passadas em utilizar de uma infraestrutura já estabelecida.

Contudo, é importante observar que esta condição de trabalhador agrícola na cultura do tabaco não é mais vislumbrado como “projeto de vida” para as gerações futuras, o que está diretamente relacionado às possibilidades de acesso à educação, formal e técnica, como revelaram os dados dos capítulos 6 e 7. De tal modo, a questão social mostrou-se atrelada a racionalidade financeira, uma vez que os fatores que limitam as famílias à criarem um

portfólio de canais sociais que lhes possibilitariam ampliar as oportunidades sociais (SEN, 2008; 2010) ou o Capital Social (ELLIS, 2000), foram/são associados pelas famílias ao processo produtivo do tabaco.

Em relação à dimensão natural, para o conjunto das 250 famílias, esta ainda demandaria estudos mais densos sobre a questão, uma vez que a percepção natural também se apresentou melhor que os meios, principalmente nos ativos que estão associados à CPT. Contudo, o valor médio do conjunto ainda permaneceu acima da média geral, o que faz com que ele seja apreendido enquanto um ampliador das capacitações para impetrar estratégias ambientais para diversificação. Quanto às demais dimensões humana e física, estas destacaram alguns fatores que podem ser entendidos como ampliadores das capacitações das famílias para criarem estratégias de diversificação. Tal constatação tornou-se verdadeira quando os dados da pesquisa de campo revelaram esses intitamentos melhores que as próprias percepções, o que permite pensar que, a partir do momento que tais famílias não se satisfazem com determinada condição de um ativo, buscam acessar mecanismos que façam com que tal condição seja melhorada.

Para interpretar a assertiva “famílias diversificadas apresentam melhores condições de vida que famílias especializadas”, foram adotadas estratégias teóricas e metodológicas, essencialmente quanto aos indicadores utilizados para estabelecer uma escala entre as famílias a partir do que foi denominado como Grau de Diversificação. Deste fato, assumiu-se que, quanto maior o grau de diversificação menor a dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco. A partir desta definição foi possível estabelecer comparativos que se revelaram estatisticamente significativos entre as médias dos meios de vida (IMV) e das percepções de vida (IPV) das quatro categorias de *household*, a saber: Diversificadas, Quase Diversificadas, Pouco Diversificadas e Especializadas.

Por conseguinte, analisaram-se questões dentro de cada IMV e IPV que destacaram esta diferença entre as famílias, conforme capítulo 7, que permitiram inferir que as famílias que possuíam seus meios físicos, naturais, sociais, humanos e financeiros menos atrelados à fumicultura revelaram conjuntos capacitórios mais amplos e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Este resultado ficou evidenciado na figura 25, pela qual se nota a diferença entre os biogramas, principalmente entre as famílias Diversificadas e Especializadas, nas cinco dimensões analisadas.

Ademais, estas oposições entre Diversificadas e Especializadas ficaram explicitadas nas questões relacionados ao uso da terra e ferramentas de trabalho (Capital Físico), na forma

de aquisição da lenha e dos insumos químicos e nas práticas de conservação do solo (Capital Natural), na distribuição do tempo de trabalho nas atividades da unidade produtiva e a percepção sobre esse tempo (Humano), nos aspectos ligados ao acesso às informações gerais e direcionadas à produção e a Educação (Capital Social) e, finalmente, em quase todos os meios do Capital Financeiro, exceto o acesso a financiamentos. Foram estes os indicadores objetivos e subjetivos de cada conjunto capacitório que permitiram mostrar, pontualmente, quais os meios e percepções são limitantes para as famílias Especializadas e ampliadores para as Diversificadas.

Dentre estes fatores, destacam-se alguns que certificam esta diferenciação; o primeiro deles está no uso da área da Unidade Produtiva (UP) para a produção agrícola. Sendo esta área das UPs das famílias Diversificadas e Especializadas de aproximadamente 20 hectares em média (vide capítulo 5) e tendo a quantidade de tabaco cultivada em torno de 43 mil pés para as duas categorias, notou-se que a o uso do espaço de terra disponível também está associado à monocultura do tabaco. Isso também ficou explicitado ao analisar as diversas atividades e rendimentos auferidos pelas famílias (Capital Financeiro), uma vez que as Diversificadas, ao utilizarem de forma “mais proporcional” o espaço de terra, conseguem cultivar outros produtos agrícolas ou terem atividades ligadas à agroindústria ou ainda participar dos mercados institucionais, que resultam numa menor vulnerabilidade financeira quando comparadas às famílias Especializadas.

Outro ponto importante que explicitou a relação entre menor dependência da CPT e melhores condições de vida foi descrito no capítulo 7, quanto ao Capital Natural. Sendo o sistema integrado organizado mediante contratos e obrigações entre produtor-empresa, e que uma das disposições destes contratos condiciona a compra final da produção de fumo à aquisição de insumos químicos, sementes e adubos (pedidos), revelou-se aqui uma das principais formas de vinculação das famílias às empresas fumageiras, e que se tornou ainda maior para as Especializadas.

Enquanto as unidades familiares Diversificadas conseguem ajustar seus recursos financeiros para aquisição dos insumos nos mercados locais (que possuem preços menores), a maioria das famílias Especializadas financiam a compra destes insumos diretamente com as empresas, ficando expostas aos riscos do mercado externo (variação do dólar), assumindo também os juros de tal transação comercial. Tal “conta” acaba sendo quitada com a venda do tabaco à empresa contratante, o que acarreta, para estas famílias Especializadas, uma privação no momento da comercialização da sua produção, pois parte da lavoura fica comprometida

com o pagamento “do pedido realizado com a firma”, no ano anterior. O mesmo pode ser observado no caso da lenha, sendo que as famílias Diversificadas produzem este insumo; já as especializadas adquirem-no com “terceiros”. Logo, tem-se mais uma vez uma situação de risco e dependência de fatores externos (preços), que se reflete tanto no Capital Natural quanto no Financeiro.

Caberiam aqui maiores análises que exemplificariam esta situação de dependência da CPT com o aumento da vulnerabilidade das condições de vida, porém, é preciso ponderar as diferenças entre Diversificadas e Especializadas de forma conjunta e multidimensional. Por conseguinte, pode-se afirmar que existe uma situação de vinculação da fumicultura maior na dimensão financeira e menor na dimensão física para o conjunto das famílias. Por conseguinte, enquanto as Especializadas parecem “conformar-se” com tal condição de vulnerabilidade, as famílias Diversificadas, a partir dos ativos disponíveis, conseguem criar mecanismos que não as retiram totalmente do sistema integrado do tabaco, mas que as tornam menos dependentes e, portanto, ampliam a liberdade de transformar essa condição. Tais mecanismos estão associados a uma melhor distribuição do tempo de trabalho, maior acesso às informações gerais e para produção, à existência de pessoas do *household* com cursos técnicos agrícolas e, principalmente, pela percepção destas famílias sobre a dependência dos ativos financeiros e as possibilidades da sucessão na agricultura não estarem atreladas à continuidade na fumicultura.

Com base nestas interpretações sobre as condições de vida das famílias fumicultoras e a relação com o Grau de Diversificação, torna-se importante aqui mensurar a cerca dos limites e potenciais da metodologia proposta neste trabalho. Quanto aos limites, talvez seja importante repensar sobre o uso de médias simples para avaliar meios e percepções dentro de cada dimensão separadamente, uma vez que esta medida pode limitar o entendimento de questões que surgiram ao longo do trabalho e que poderiam ser melhor interpretadas a partir do cruzamento de indicadores de dimensões diferentes. Por exemplo, a baixa participação social das famílias poderia ser explicada pela dificuldade nos acessos e deslocamentos ou pelo tempo de trabalho dedicado à fumicultura? Ou ainda, a percepção sobre as leis ambientais estaria associada ao acesso a informações? Portanto, tem-se aqui possibilidades de estruturar trabalhos futuros que possam utilizar médias simples para a elaboração dos índices, mas que permitam cruzamentos e análises entre indicadores dos Capitais e das Percepções.

Por outro lado, pode-se destacar como ponto positivo o uso do termo “diversificação dos meios de vida” a partir da associação de indicadores que ultrapassam variáveis associadas

ao tripé terra-capital-trabalho, geralmente utilizado como referencial para estudos no meio rural. De tal modo, o *cosntructo* metodológico “Grau de Diversificação” buscou medir a dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco de todo o *household* incluindo, então, questões ligadas às dimensões social e natural, além da física, financeira e humana. A criação de tipologias como um artifício metodológico nas pesquisas sociais demonstrou-se uma ferramenta consistente, ainda que possa ser reajustada futuramente.

Outro ponto a ser ressaltado sobre a metodologia proposta é sua possibilidade de ser aplicada tanto em contextos com presença da fumicultura, quanto para outras realidades rurais que apresentem essa condição de associação da agricultura familiar aos sistemas integrados de produção, uma vez que o processo integrador é, muitas vezes, considerado como uma das formas (ou única) de melhorar as condições de vida das populações rurais. Ou ainda, a utilização desta metodologia em períodos diferentes permitindo então a realização de estudos comparativos, podendo ser empregada para avaliar a relação entre “aparente” crescimento econômico e vulnerabilidade dos meios de vida em outros processos produtivos, como, por exemplo, a soja, café, a cana de açúcar, atividade leiteira, vitivinicultura, dentre outras.

São justamente tais aspectos que alinham esta tese com os atuais estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil, essencialmente quanto aos trabalhos que ressaltam a *diversidade* social desses contextos, tentando apreender o *modus operandi* ou a racionalidade destas categorias sociais. Como buscou a metodologia proposta neste trabalho, tem-se a necessidade de estudos tanto com enfoque quantitativo como qualitativo que permitam aos pesquisadores analisarem as dinâmicas sociais, produtivas e culturais, tentando, conforme Niederle et. al (2014), avançar “dois passos” na compreensão das dinâmicas internas das unidades produtivas familiares.

Ademais, acredita-se que este trabalho permite um diálogo interessante com os estudos internacionais, especialmente com Van der Ploeg (2008; 2011), quando este afirma que a questão do desenvolvimento no meio rural não é somente o resultado de práticas e atividades produtivas, mas também uma união de práticas heterogêneas, de formas de desenvolvimento divergentes e estilos de vida contrastantes que, muitas vezes, acabam imperceptíveis em um primeiro olhar, todavia, podem alterar significativamente a realidade no meio rural. (PLOEG, 2011, p.115). Para Conterato (2008), com base em Ellis (2000) e Ploeg (2003), nem todos os estilos de agricultura seguem os intentos de um projeto maior – no caso, da Cadeia Produtiva do Tabaco – marcado pela verticalização das relações entre agricultores e mercados (fumageiras).

Se por um lado é preciso ponderar sobre as limitações que se impõem a estes agricultores que não conseguem buscar alternativas desse projeto dominante, por outro, há que se considerar as motivações que levam algumas famílias rurais a constituírem estilos de agricultura que permitam adaptar seus meios e percepções de vida e até mesmo transformá-los, como uma forma de distanciamento e descontração das limitações e controles impostos pelo projeto modernizador. (CONTERATO, 2008, p. 75). Com base nestas discussões, pode-se dizer que um dos objetivos alcançados por este estudo tenha sido ponderar a cerca dessa diversidade descrita por Ploeg, Conterato, Niederle e outros, através de um estudo quantitativo e representativo da realidade do Rio Grande do Sul.

A partir das análises de um conjunto de unidades familiares marcadas pelo processo de mercantilização da agricultura (fumicultura, para exportação), observou-se que, internamente, estas famílias apresentaram estilos de vida e estratégias de diversificação dos seus meios e seus *modus operandi* articulados de forma mais ou menos dependente da relação direta com o mercado empresarial do tabaco, reveladas empiricamente nas diferenças entre famílias Diversificadas e Especializadas. Então, tem-se aqui uma contribuição e continuidade aos estudos já desenvolvidos no Brasil sobre diversificação e meios de vida em regiões rurais, como pode ser observado nos trabalhos citados de Schneider Perondi, Waquil, Kageyama, Conterato, Niederle, Rambo, etc.

Por conseguinte, os resultados apresentados permitiram visualizar os diferentes “tipos” de famílias fumicultoras, o que admite indicar os instrumentos de pesquisa como possíveis ferramentas a serem utilizadas na elaboração de políticas públicas para diversificação em áreas de produção de tabaco, o que vai ao encontro das demandas dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco, da qual o Brasil é país signatário e da *World Health Organization*. Ainda, a abordagem teórico-metodológica empregada nesta tese corrobora com os estudos do *International Development Research Centre* (IDRC), o qual tem realizado trabalhos sobre as condições de vida das famílias produtoras de tabaco em regiões de pobreza, no Brasil, Índia e em países da África, especialmente nas questões relacionadas com saúde, trabalho infantil, diversidade produtiva, etc. As demandas deste grupo também se justificam pela necessidade de estudos que apresentem um referencial teórico e metodológico aplicável à realidade e que auxiliem *policy makers* na análise e avaliação dos meios de vida dessas famílias, podendo ser, inclusive empregada por setores da extensão rural que, atualmente, desenvolvem os projetos de diversificação produtiva nas regiões de tabaco, mas que não podem ficar restritos à renda, terra e disponibilidade de força de trabalho.

Também se pode mencionar que, apesar das limitações e dificuldades de operacionalização tidas como críticas e enfrentadas nesta tese, as abordagens das capacitações e da diversificação dos meios de vida permitiram conectar Amartya Sen aos estudos sociológicos das condições de vida. Pretensamente, o *framework* aqui apresentado possibilita criar uma nova agenda de pesquisas a fim de consolidar, nas Ciências Sociais, estudos sobre as reais condições da vida das pessoas frente a um processo de modernização que não resultou no desenvolvimento humano esperado.

Por fim, como todo trabalho que se pretenda enquanto uma tese e que busque trazer contribuições para academia, deve-se mencionar que as dificuldades não foram poucas, desde a organização dos referenciais teóricos, até mesmo na execução do estudo empírico e a subsequente análise de dados, tendo ainda muitas inquietações a serem respondidas. Contudo, a intensidade dos conhecimentos agregados ao longo da pesquisa de campo permitiu não somente compreender a realidade estudada de 250 famílias, mas acreditar que existem inúmeros trabalhos a serem realizados, ainda com *households* produtores de tabaco, assim como no âmbito da agricultura familiar em geral. Portanto, espera-se que o presente estudo seja o término de uma etapa acadêmica, mas que, ao mesmo tempo, possa dar seguimento tanto em estudos focados na temática rural, quanto na constituição de uma Sociologia das Condições de Vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGER, W. N. Social Vulnerability to climate change and extremes in Coastal Vietnam. **World Development**, v. 27, n. 2, p. 249-269, 1999.

_____ ; KELLY, P. M.. Social vulnerability to climate change and the architecture of entitlements. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 4, p. 253–266, 1999.

_____. Vulnerability. **Global Environmental Change**, n. 16, p. 268-281, 2006.

ALLARDT, Erik. Tener, Amar, Ser: Una alternativa al Modelo Sueco de Investigación sobre el Bienestar. In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ALMEIDA, G.E.G. Fumo. Servidão moderna e violações de direitos humanos. **Terra de Direitos**. Curitiba, 2005. Disponível em:
http://actbr.org.br/uploads/conteudo/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf

ALMEIDA, João Ferreira de. Integração social e exclusão social: algumas questões. **Revista Análise Social**, volume XXVIII (123-124), 1993.

ANDRADE, Marcelo Moraes. **Racionalidade Limitada entre Agricultores Familiares Produtores de Tabaco no Vale do Rio Pardo-RS**. Dissertação de Mestrado. PGDR-UFRGS. Porto Alegre, 2014.

ANTONELLI, V. **Dinâmica do Uso da terra e a Produção de Sedimentos em Diferentes Áreas Fontes na Bacia Hidrográfica do Arroio Boa Vista - Guaramiranga - PR UFPR** - Tese de Doutorado Geografia - Paisagem e Análise Ambiental, 2011.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO 2014. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2014. Disponível em:
http://www.grupogaz.com.br/tratadas/eo_edicao/25/2014/12/20141205_748fbb8d5/flip/

ASMUS, Rosa Maria Farias. **Qualidade de Vida na Agricultura Familiar**. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável – Política e Gestão, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL – **Dados Safra 2013/2014**: In:
<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/84>

BAGOLIN, Izete Pengo. **Da Renda às Capacitações: Analisando e Avaliando o Desenvolvimento Humano**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - UFRGS. Porto Alegre, 2005.

BARBOSA, S. R C. S. **Industrialização, Ambiente e Condições de Vida em Paulínia, SP. As representações de Qualidade Ambiental e Saúde para Médicos e Pacientes**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1990.

_____. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão socioambiental.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1996.

_____. Qualidade de vida e ambiente: uma abordagem em construção. In: Barbosa, S R da C S. (org). **A Temática Ambiental e a Pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM.** Campinas: UNICAMP: 1998, p. 401 – 425.

_____. CINTRA, S. B. O Percurso da temática qualidade de vida e risco na teoria social latinoamericana: uma abordagem preliminar. Brasília: **ANAIS IV Encontro Nacional da Anppas.** (2008, 2012).

_____. FERREIRA, L. C.; Intelectuais e Cientistas na América Latina: A importância dos Temas Subjetividade, Qualidade de vida e Risco. **Revista Polis - Sujeto, subjetividad, identidad y sustentabilidad**, n. 27. 2010.

BEBBINGTON, Anthony. Capitals and Capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty. **World Development**, vol. 27, n° 12; pp. 2021-2044, 1999.

BECK, Ulrich. **La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidad.** Editora Paidós Ibérica, S.A. Barcelona, 1998.

BECKER, C; COSTA, L. C.; SACCO DOS ANJOS, F. Consumo social e mercado institucional: a agricultura familiar frente aos mercados de qualidade. **VIII ENPOS**, Pelotas, UFPEL, 2011. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/ca.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

BELINAZO, D. P. **A Agricultura Familiar Integrada e Não Integrada no Sul do Brasil: um estudo comparativo sobre o Perfil e os Determinantes do Valor da Produção dos Fumicultores e dos Não-Fumicultores.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, 2009.

BIGGS, S; ELLIS, F. Evolving themes in rural development 1950s-2000s **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

BIOLCHI, M.A. & OLIVEIRA, M.A. **A fumicultura no Brasil - Elementos para análise. Subsídios às discussões da Câmara Setorial do Fumo sobre a distribuição de renda no setor fumageiro.** Porto Alegre, 03 de fevereiro, 2004.

BONATO, Amadeu A. **A fumicultura e a Convecção-Quadro: Desafios para a Diversificação.** Curitiba: outubro de 2009.

BONENTE, B. I.; FILHO, N. Há uma Nova Economia do Desenvolvimento? **Revista de Economia**, UFPR, v. 34, n. 1, p. 77-1000, jan/abr. 2008.

BRAGA, T.M.; FREITAS, A.P.G.; DUARTE, G.S. Índice de Sustentabilidade Urbana. **ANAIS I ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

EM AMBIENTE E SOCIEDADE, Indaiatuba. Novembro de 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Braga%20-%20Freitas%20-%20Duarte.pdf

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Visitado em janeiro 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. Caderno Técnico-Científico – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília. MEC. SETEC, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família** (2014). Brasília, MDS. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em 27 out. 2014.

BROCK, Dan. Medidas de La Calidad de Vida en El Cuidado de La Salus y la Ética Médica. . In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A.(org) **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BUAINAIAN, Antônio M.; SOUZA FILHO, Hildo M. (coord.). **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas. Editora da Unicamp, 2009.

BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Revista Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, nº 31, São Paulo, 1993.

CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS & ACTION ON HEALTH SMOKING, **Trust us: We're the Tobacco Industry**. London /Washington. 2001. Disponível em: http://www.tobaccofreekids.org/content/what_we_do/industry_watch/doubletalk/TrustUs.pdf

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

CARNEY, Diana. Approaches to Sustainable Livelihoods for the Rural Poor. London: **ODI Poverty Briefing**, n. 2, ODI, 1999.

CAVALCANTE, Tania; PINTO, Márcia. Considerações sobre tabaco e pobreza no Brasil: consumo e produção de tabaco. In **Tabaco e Pobreza, um círculo vicioso - A Convenção Quadro de Controle do Tabaco: uma resposta**. Brasília, 2004, p. 97-136.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. IDS discussion paper. Brighton: n. 296. p.1-33, 1992

COHEN, G.A. ¿Igualdad de qué? Sobre El Bienestar, Los bienes y Las Capacidades. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A.(org) **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

CONTERATO, M. A. **Dinâmica Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. Tabaco, desenvolvimento rural e agricultura familiar: uma análise comparativa entre regiões fumicultoras e não fumicultoras no Rio Grande do Sul. **Anais Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural**. GT15. Porto de Galinhas, 2010.

_____. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A Dinâmica Agrícola do Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/RS: Suas Metamorfoses e Reações Locais: In : SABOURIN, E. e TONNEAU, J.P. (Org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, v. 1, p. 47-60.

_____. Desenvolvimento Rural Desigual: Uma análise entre Microrregiões Fumicultoras e Não Fumicultoras no Rio Grande do Sul. In: **TABACO, Sociedade e Território: Relações e Contradições no Sul do Brasil**. Rogério Leandro Lima da Silveira (organizador). – 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

COSTA LIMA, J. V. R. B. da. As Possibilidades de uma Socioecologia em Amartya Sen. **Revista Pensamento Plural**, 03. Pelotas: julho/dezembro 2008.

CROCKER, David. Qualidade de Vida e Desenvolvimento: O Enfoque Normativo de Sen e Nussbaum. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, nº 31, São Paulo, 1993.

CUMMINS, Robert A. Objective and Subjective Quality of Life: an Interactive Model. **Social Indicators Research**, October 2000, Volume 52, Issue 1, pp 55-72.

DAHRENDORF, Ralf. **O Conflito Social Moderno: Um Ensaio sobre a Política da Liberdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. **Ensaio de Teoria da Sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

DAVIS, John B. The Capabilities Conception of the Individual. **Review of Social Economy**. Vol. 67, nº 4, pp. 413-429. 2009.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS (DESER). **Tabaco: da produção ao consumo – Uma cadeia da dependência**. Curitiba, 2010.

_____. A Cadeia produtiva do Fumo. **Revista Contexto Rural /DESER**, Ano III, no 4, dezembro. 2003a.

_____. Ministério Público do Trabalho intervém nas ações da fumicultura no Paraná. Boletim do Deser 2003c. **Conjuntura Agrícola**. No. 134. Dezembro/2003.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S.; A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano – RS. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, n.2, p. 176-213, jul./dez. 2013.

DOMINGUES, José Maurício. Amartya Sen, a Liberdade e o Desenvolvimento. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**. Março, 2003.

DUARTE, G. B., SAMPAIO, B. e SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 47, n. 04, p. 903-918, out/dez, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

_____. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, London: v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ERIKSEN, Michael; MACKAY, Judith; ROSS, Hana. **The Tobacco Atlas**. Fourth Ed. Atlanta, GA: American Cancer Society; New York, NY: World Lung Foundation; 2012. Disponível em: <http://www.tobaccoatlas.org>

ERIKSON, Robert. Descripciones de La desigualdad: el enfoque sueco de La investigación sobre el bienestar. In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ESTEVA, G. Desenvolvimento In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, Editora Vozes. 2000.

ETGES, V.E., FERREIRA, M., CAMARGO, M.E. et al. O Impacto da Cultura do Tabaco no Ecosistema e na Saúde Humana na Região de Santa Cruz do Sul/RS. – **Relatório preliminar** (2002). In: <http://www.sinpro-rs.org.br/textual/fumo.pdf> (visitado em 15/10/2014).

FALK, J.W.; CARVALHO, L.A.; SILVA, L. R.; PINHEIRO, S.:. Suicídio e Doença Mental em Venâncio Aires – RS: Consequência do Uso de Agrotóxicos Organofosforados? **Relatório Preliminar de Pesquisa**. Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 1996.

FARIAS, J. A. **Atividade florestal no contexto da fomicultura: oportunidade de desenvolvimento regional, diversificação, geração de emprego e renda**. – Tese de Doutorado. Engenharia Ambiental. UFSM. Santa Maria, 2010.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. The World Health Organization instrument to evaluate quality of life (WHOQOL-100): characteristics and perspectives. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 33-38.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional. 1972.

FERREIRA, Armando Mateus. **SPSS – Manual de Utilização**. Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico Rio Branco, 1999.

FREITAS, Tanise. **Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida: a racionalidade do piscicultor do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no município de Restinga Seca no Rio Grande do Sul**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Globalização e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Março, 2011.

_____. D.; RAMBO, A. G. ; SARTORELLI, A. A Heterogeneidade dos Meios e das Condições de Vida no Espaço Rural: O Caso da Fumicultura nos Municípios de Arroio do Tigre(RS) e Laranjeiras do Sul(PR). In: **Anais do 52º Congresso da SOBER**. Goiânia, 2014.

_____. Desenvolvimento Humano e Bem-Estar no meio rural como superação da vulnerabilidade: o caso de Arroio do Tigre/RS. In: **Memórias IX Congresso Sociedades Rurales Latinoamericanas**, diversidades, contrastes y alternativas. ALASRU. Cidade do México 2014.

FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain. 6(4): 361-373, 1990.

FIOCRUZ. FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ; ALIANÇA DE CONTROLE DO TABAGISMO. Carga das doenças tabaco-relacionadas para o Brasil. **Relatório Final**. 2012.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GANDJOUR, Afschin. Mutual Dependency between Capabilities and Functionings in Amartya Sen's Capability Approach. **Social Choice Welfare**. 31, pp. 345-350. 2008

GASPER, Des. The Human and the Social: a Comparison of the Discourses of Human Development, Human Security and Social Quality. **International Journal of Social Quality** 1 (1). Summer 2011: 91 – 108.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. A Vida em uma Sociedade Pós Tradicional. In: BECK, U. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. **Sociologia**. 6ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOMES, Antonio Carlos. **A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale do Rio Pardo: o caso da Cooperativa Leoboqueirense de agricultores familiares**. 2014, 133 p. Dissertação . (Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional . Mestrado e Doutorado) . Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

GROXKO, Methodio. Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2011/12 – Fumicultura. Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná, **Departamento de Economia Rural**. Disponível em:
http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumicultura_2011_12.pdf

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M. et al. **Agricultura familiar e a Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAAN, Leo; ZOOMERS, Annelies. Exploring the Frontier of Livelihoods Research. **Development and Change** 36(1): 27–47 (2005). Institute of Social Studies 2005.

HERCULANO, Selene. Do Desenvolvimento (in)sustentável à Sociedade feliz. In: **Ecologia, Ciência e Política**, Mirian Goldenberg (coord.). Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992, PP. 9 – 48.

_____. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano I, nº 2, 1º semestre de 1998, pp 77–99).

_____; et al. (org). A Qualidade de Vida e seus Indicadores. In: **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: Eduff, 2000.

HOFF, Sandino. As Relações Sociais no Cultivo do Fumo. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 3, p. 31 - 50, set./dez. 2014

INÁCIO, A. F.. **Exposição Ocupacional e Ambiental a Agrotóxicos e Nicotina na Cultura de Fumo do Município de Arapiraca / Alagoas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouc. Saúde Pública e Meio Ambiente. 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo Agropecuário**, Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Visitado em setembro e outubro de 2014.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Banco de Dados Agregados – SIDRA. 2013/2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2001.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do IDHM revela evolução do Brasil em 20 anos**. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19152&catid=4&Itemid=2

_____. Uma Proposta de Erradicação da Extrema Pobreza Urbana via Inclusão Produtiva. **Relatório de Pesquisa**. 2013. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130326_relatorio_proposta_erradicacaopobreza.pdf

JANUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2009.

JASEK-RYSDAHL. K. Applying Sen's capability framework to neighborhoods: Using local asset maps to deepen our understanding of well-being. **Review of Social**

Economy. LIX (3): 313-329. 2001.

KAGEYAMA, A.; LEONE, E. T. Trajetórias da modernização e emprego agrícola: Brasil, 1985-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 40, n.1, p. 9-28, 2002.

_____; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), v. 15, p. 79-112, 2006.

_____. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais. Dossiê Desigualdade**. Volume 15, nº 42, fevereiro 2000.

KIRSCH, Heitor; SCHNEIDER, Sérgio. **Vulnerabilidade Social e Construção de Capacidades Adaptativas – respostas sustentáveis de enfrentamento das mudanças climáticas**. 2012 (não publicado).

KLAMER, Arjo. A Conversation with Amartya Sen. **The Journal of Economic Perspectives**. Vol.3, nº 1, pp. 135-15-. 1989.

KLUTHCOVSKY, Ana Cláudia Garabeli Cavali; TAKAYANAGUI, Angela Maria Magosso. Qualidade de vida – aspectos conceituais. **Revista Salus – Guarapuava**. Janeiro/junho 2007, p.13 – 15.

KÜHN, Daniela Dias. **Desenvolvimento Rural e a Abordagem das capacitações: o microcrédito em Constantina/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS, 2003.

LEITE, A.M.P.; Souza, A.P; MINETTI, L.J. Aspectos Gerais sobre Metodologias utilizadas na Avaliação da Qualidade de Vida Humana. **Anais 1º Simpósio Brasileiro sobre Ergonomia e Segurança do Trabalho Florestal e Agrícola**. Belo Horizonte – MG, 2000.

LIMA, R. G. de., WIZNIEWSKY, J. G., MARTINS, S. R. Os Desafios da Sustentabilidade para o Desenvolvimento Rural da Região do Vale do Rio Pardo, RS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 613-650, set./dez. 2005.

_____. **A transição agroambiental no contexto da fumicultura: caminhos e obstáculos na ótica dos agricultores familiares da sub-região centro do Vale do Rio Pardo, RS**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Agronomia.UFPel. Pelotas, 2007.

_____. Por que os Projetos Alternativos à Fumicultura não vêm se Tornando Prioridade entre os Agricultores do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul? **Revista Desenvolvimento em Questão**. Unijuí. Ano 10, n. 19. Ijuí. jan./abr 2012

LONG, Norman. **Sociología Del Desarrollo: uma perspectiva centrada em el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis. 2007.

LOVATTO, P. B. **A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.

_____.; ETGES, V. E.; KARNOPP, E. A natureza na percepção dos agricultores familiares do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil: algumas perspectivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 225 - 249, jan./abr. 2008

MACHADO, C. L. B. **Motivação, qualidade de vida e participação no trabalho.** Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br>> Acessado em: novembro, 2014.

MARANDOLA JR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. As dimensões da vulnerabilidade. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, jan./mar. 2006. p. 33-43.

MARIN, J. O. B. **Trabalho infantil: a construção de um problema social.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista de Araraquara, 2001.

_____.; SCHNEIDER, S.; VENDRUSCOLO, R.; CASTILHOS, C. B. O Problema do Trabalho Infantil na Agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 4, p. 763-786, Out/Dez 2012 – Impressa em Janeiro de 2013.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Revista Estudos Avançados**. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

MARTINS, Tatiana Gomes. Sociologia e Desenvolvimento (1954–1964). **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 37, p. 211-224, jan./jun. 2010.

MATTE, Alessandra. Vulnerabilidade, **capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MATTEI, Lauro. A relevância da Família Rural como Unidade de Análise dos Estudos sobre Pluriatividade e Desenvolvimento Rural. **Anais do XLIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Ribeirão Preto, 2005.

MATTOS, Ely José. **Relatório com a proposição do Índice de Condições de Vida ICV Territórios Rurais.** Porto Alegre, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais:** Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MENDES, J. M.; TAVARES, A. O.; CUNHA, L.; FREIRIA, S. A vulnerabilidade social aos perigos naturais e tecnológicos em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 93, Junho 2011: 95-128.

NIEDERLE, Paulo; GRISA, Cátia. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desenvolvimento Rural**, Bogotá, Colombia, 5 (61): 41-69, julho – dezembro de 2008.

_____. A agricultura familiar entre o setorial e o territorial? Novos referenciais para as políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Perspectivas Rurales**. Nueva Época, Año 12, N° 24, 2014.

_____; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014.

NIEHOF, Anke. The Significance of Diversification for Rural Livelihoods Systems. **Food Policy** 29 (p.321 – 338). 2004.

NUSSBAUM, M. C.; SEN, A.(org) **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO – Fumicultura e Meio Ambiente, INCA/CONIQ. Brasília. 2012. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/fumicultura_e_meio_ambiente

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humano**. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf (visitado em 20/09/2014)

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHOQOL Group. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): Position paper from the World Health Organization. **Social Science & Medicine**, 41, p.1403-1409, 1995.

_____. **WHOQOL: Measuring quality of life**. Geneva: World Health Organization, 1997.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf (visitado em 05/11/2014).

OLIVEIRA, Luciana Bernadete. Produção de Tabaco e Policultura: Um Estudo Comparativo Nos Três Estados do Sul do Brasil. **Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005**.

PADOIN, I. G.; VIRGOLIN, I.W. C. **A Vulnerabilidade Social como uma Dificuldade à Participação Política**. Disponível em:

http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/A%20VULNERABILIDADE%20SOCIAL%20COMO%20UMA%20DIFICULDADE%20A%20PARTICIPAC%3%87%20POL%3%8DTICA.pdf (visitado em 15/11/2014).

PANDOLFO, Graziela Castro. **Escola e Família: a construção social dos jovens agricultores familiares**. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Sociologia (mestrado), UFRGS. Porto Alegre, 2012.

PAULI, R.I.P; FLECH, E.M.; LUCAS, L.O. Modalidades de produção fomicultora no Rio Grande do Sul e particularidades das variáveis tecnológicas e do trabalho.

Revista Latino-Americana de História. Edição Especial – Lugares da História do Trabalho. Vol. 1, nº. 3 – Março de 2012.

PEREIRA, M. A.; SOUZA, M. de; SCHNEIDER, S. Meios de vida e *livelihoods*: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 1, p. 203-224, jun./jul. 2010.

PÉREZ, Leobardo Plata. Amartya Sen y La economia del bienestar. **Estudios Económicos**, Vol. 14, nº 1 (27) (Jan. – Jun.), pp. 3 -32. 1999.

PERGHER, C.J. **Política de Transporte Rural no Rio Grande do Sul: Configurações de Competências e de Relações (inter)Governamentais na Oferta e no Financiamento**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos Meios de Vida e Mercantilização da Agricultura Familiar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre, 2007.

_____; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **REDES - Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012.

PETTIT, Philip. *The Quality of Life*, edited by Martha C. Nussbaum and Amartya Sen. New York: **Oxford University Press**, 1993.

PINTO, Teresa Costa. Reflexões e Debates em Torno de um Conceito. **Revista Cidades-Comunidades e Territórios**. Dez. 2004, n.0 9, pp. 99-120. Disponível em: http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3315/1/Cidades2004-9_Pinto.pdf

PLOEG, J. D. van der. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch Peasantry**. Assen: Van Gorcun, 2003.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UGRGS, 2008. (Coleção Estudo Rurais).

_____. Trajetórias do Desenvolvimento Rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 27, maio – agosto de 2011, p. 14 a 23.

PRESSMAN, Steven; SUMMERFIELD, Galé. The Economic Contributions of Amartya Sen. **Review of Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 89-113, 2000.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 195p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013b**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/home/> .

RAMBO, Anelise G.; CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sérgio; RADÜNZ, Amanda F. O.; CASARIL, Jardel. **O Desenvolvimento na Escala Humana: uma análise das Condições de Vida no Território Rural da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil a partir da percepção**. Trabalho apresentado nas Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Buenos Aires, 2011.

_____.; FREITAS, T. D.; SCHNEIDER, C. R.; SCHNEIDER, S. Analisando a diversificação dos meios de vida de agricultores familiares produtores de tabaco: um estudo de caso no município de Arroio do Trigre/RS.. In: **Anais do 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia**. Belém, 2013.

RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D.; SCHNEIDER, C. R.; SCHNEIDER, S. Da diversificação dos meios de vida ao bem-estar: bases teórico-metodológicas a partir do estudo de caso com agricultores familiares produtores de tabaco no município de Arroio do Tigre/RS. In: **Anais do VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2013.

RAMOS, M. P. Problemas do uso ingênuo do IDH-M. **Revista Valor**, 2003.

_____.; PAIVA, C. Limitações e possibilidades da análise de indicadores regionais: o caso do COREDE do Vale do Rio Pardo. **Redes** (Santa Cruz do Sul), Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 2, p. 82-93, 2005.

_____. **Pesquisa Social: Abordagem quantitativa com uso do SPSS**. 1. ed. porto Alegre: Escritos, 2014. 165p.

RATHKE Fabiana Silveira. **Avaliação da Qualidade da Água em Propriedades Produtoras de Tabaco nos Municípios de Gramado Xavier, Sinimbu e Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, Utilizando Bioensaios**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2001.

RATHMANN, Regis; HOFF, Débora N.; Santos, Omar I. B.; Padula, Antonio D. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **RER**, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 325-354, abr/jun 2008 – Impressa em junho 2008.

REDIN, Ezequiel. Fumicultura: interfaces entre o real e o ideal. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 2, p. 21-38, jul./dez. 2012

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: (um manifesto não comunista)**. 6.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RUDNICKI, Carlise P. S. **As relações de confiança no sistema integrado da produção de tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil**. Tese de doutorado submetida à Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS. Porto Alegre, 2012.

_____ ; WAQUIL, P.; AGNE, C.L. As Diferentes faces da Confiança na Produção de Tabaco no Rio Grande do Sul, Brasil: A relação dos agricultores com os orientadores técnicos agrícolas. **REDES - Revista Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 2, p. 224 - 241, maio/ago. 2014.

SARTORELLI, A. **Os meios e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco frente à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco - um estudo no município de Laranjeiras do Sul/PR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Fronteira Sul. 2014.

_____ ; RAMBO, A. G.; STOFFEL, J. . Os meios e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco frente à convenção quadro para o controle do tabaco um estudo no município de Laranjeiras do Sul/PR. In: 52º Congresso da SOBER. **Anais do 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2014.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

_____. O Trabalho Infantil no Ramo Agrícola Brasileiro: uma apreciação do estudo da OIT. Porto Alegre, Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Fetag-RS, **Série Documentos** nº 01, Janeiro de 2005.

_____ Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. **Relatório de atividades**. Porto Alegre, 2010a.

_____. Subsídios técnicos ao Grupo de Trabalho para a Implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. **Relatório de atividades**. Porto Alegre, 2010b.

_____. Ciências Sociais e Desenvolvimento. Apresentação. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 27, maio – agosto de 2011, p. 14 a 23.

_____ ; et. al. Diretrizes metodológicas para análise da diversificação dos meios de vida dos produtores de tabaco: referências para identificar estratégias alternativas a partir de resultados preliminares baseados em um estudo de caso no Brasil. **Relatório de atividades**. CQCT, Brasil, 2012.

_____ ; FREITAS, Tanise. Qualidade de Vida, Diversificação e Desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. **Revista**

Olhares Sociais. Dossiê Teoria Social e Desenvolvimento. Vol. 2, n. 1, janeiro-junho de 2013: 121 -142.

_____; LIBARDONI, P.J.; PANDOLFO, G.C. As Características e o Perfil dos Produtores de Tabaco com Base no Censo Agropecuário 2006. In: **TABACO, Sociedade e Território: Relações e Contradições no Sul do Brasil.** Rogério Leandro Lima da Silveira (organizador). – 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SCHOENHALS, Marlise; FOLLADOR, Franciele Aní Caovilla; SILVA, Caciana da. Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciativas de gestão ambiental na indústria do tabaco. **Revista de Engenharia Ambiental,** Espírito Santo do Pinhal, v. 6, n. 2, p. 16-37, maio/ago. 2009.

SCOONES, Ian. “Livelihoods perspectives and rural development”. **Journal of Peasant Studies.** Abingdon: Routledge Taylor & Francis Group, Vol. 36, No. 1, January 2009.

_____. **Sustainable Livelihoods and Rural Development.** Small books for big ideas. Agrarian change and peasant studies series, 2015. (manuscrito não publicado).

SEN, Amartya. A Sociological Approach to the Measurement of Poverty: A Reply to Professor Peter Townsend. **Oxford Economic Papers.** 37, pp. 669-676. 1985.

_____. A economia da vida e da morte. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 23, 1992. Disponível em : http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_23/rbcs23_10.htm

_____. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Revista Lua Nova,** São Paulo, n. 28-29, abr. 1993.

_____. Capacidad y Bienestar. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A.(org) **La Calidad de Vida.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. **Pobreza e Fomes: Um Ensaio sobre Direitos e Privações.** Lisboa: Terramar. 1999.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade Reexaminada.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. KLIKSBURG, Bernard. **As Pessoas em Primeiro Lugar. A Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAG. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/>

SEPÚLVEDA, S. Desenvolvimento Microrregional Sustentável: métodos para planejamento local. Brasília. IICA, 2005.

SEQUINATTO, L. **A insustentabilidade do uso do solo com fumicultura em terras declivosas**. 2007. 155 f. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

SILVA, J. B.; XAVIER, D. S.; BARBOZA, M. C. N.; AMESTOY, S. C.; TRINDADE, L. L.; SILVA, J. R. S. Fumicultores da zona rural de Pelotas (RS), no Brasil: exposição ocupacional e a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI). **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p. 347-353, abr./jun. 2013.

SILVEIRA, R.L.L; DORNELLES, M. A Produção de Tabaco no Sul do Brasil: um olhar Geográfico sobre sua Dinâmica Produtiva e Organização Territorial. In: **TABACO, Sociedade e Território: Relações e Contradições no Sul do Brasil**. Rogério Leandro Lima da Silveira (organizador). – 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SILVEIRA, K. R. K. **A Diversificação Produtiva em Áreas de Tabaco**: Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Dissertação. (PPGDR) UNISC, Santa Cruz do Sul, 2014.

SOUZA, C. R. de. **Políticas Ambientais, agricultura familiar e recomposição dos espaços rurais na Região Metropolitana de Curitiba**. UFPR – Tese de Doutorado Meio Ambiente e Desenvolvimento Região Metropolitana de Curitiba/PR. 2006

SUGDEN, Robert. Welfare, Resources and Capabilities: A Review of Inequality Reexamined by Amartya Sen. **Journal of Economic Literature**. Vol. 31, nº4, pp. 1947-1962. 1993.

TABACO, Sociedade e Território: Relações e Contradições no Sul do Brasil. Rogério Leandro Lima da Silveira (organizador). – 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

TAVOLUCCI, L.M.; FONSECA, M.L.P. Avaliação das condições de vida no setor sudeste de Uberlândia-MG. **Horizonte Científico**, v.1, n.1, 2007.

TROIAN, A.; EICHLER, M. L.; DAL SOGLIO, F. K. A Sustentabilidade na percepção Ambiental de Produtores de Tabaco e de Agentes de Desenvolvimento: o caso de Arvorezinha (RS). **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 26 - 49, set/dez 2012

_____. **Percepções e Projetos de Jovens Rurais Produtores de Tabaco de Arroio do Tigre/RS**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS. Porto Alegre, 2014.

TURCI, Silvana Rubano. Perfil de morbi-mortalidade de residentes em municípios fumicultores brasileiros. Resultados da pesquisa em PARAÍSO DO SUL, RS. **Conprev/INCA**. Maio, 2009.

VARGAS, M.; OLIVEIRA, B. F. de. Estratégias de diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 1, p. 175-192, Jan/Mar 2012.

_____. Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil: Uma análise comparativa em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo. In: **TABACO, Sociedade e Território: Relações e Contradições no Sul do Brasil**. Rogério Leandro Lima da Silveira (organizador). – 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

UBA, D. **Agricultores Familiares e Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco: o caso de Monte Castelo/SC**. Dissertação. (PPGEX – UFSM); Santa Maria, 2014. 148 p.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VITAL, Marcos H. E. 2007. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 235-276, dez. 2007.

VRIES, Peter de. **Don't compromise your desire for development!** A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. *Third World Quarterly*, 28 (1): 25-43, 2007.

WAQUIL, Paulo D. et al. Proposição do Índice de Condições de Vida. **Relatório de atividades**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007.

ZOTTI, C. F. **Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto - PR**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS Porto Alegre, 2010.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

INSTRUMENTO 1 – MEIOS DE VIDA (IMV)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Questionário N° _____ Data ____/____/____ Horário Início _____

1. Endereço:

a) Localidade _____

b) Município _____

2. Condição da unidade de produção:

1() Proprietário

2() Arrendatário

3() Meeiro

4() Assentado da reforma agrária. Assentamento _____

5() Outro _____

3. Área da unidade familiar:

3a) Área total _____ ha

3b) Área de tabaco _____ ha

3c) Área de mata _____ ha

4. Tipo de tabaco produzido pela família:

1 () Burley 2 () Virgínia 3 () Burley e Virgínia 4 () Outro _____

5. Quantos mil pés por safra são produzidos? _____

6. Há quanto anos produz tabaco? _____

7. A família é integrada a empresa(s) de tabaco?

0. Sim	1. Não	
--------	--------	--

Se sim, qual? _____

8. Composição do grupo familiar que reside na unidade de produção

Nº	Parentesco ^(*)	Sexo 1.M 0.F	Idade	Principal função ^(**)	Anos completos de estudo com aprovação	Está estudando ^(***)
1.	Entrevistado					
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						

(*) Em relação ao respondente, por exemplo, pai, mãe, avós, irmãos, filho, cônjuge.

(**) 1. Na unidade de produção 2. Fora da unidade de produção 3. Só estuda ou não trabalha por ser criança, idoso ou impossibilitado por algum motivo.

(***) 1. Sim 0. Não [A) Não, mas está em idade escolar B) Não, porque não chegou à idade escolar]

1. 1 CAPITAL FÍSICO

1.1.1. A família possui:

1.1.1.1	Casa de alvenaria	0.Não	1.Sim	
1.1.1.2	Energia elétrica	0.Não	1.Sim	
1.1.1.3	Água dentro de casa	0.Não	1.Sim	
1.1.1.4	Banheiros dentro de casa	0.Não	1.Sim	
1.1.1.5	Geladeira	0.Não	1.Sim	
1.1.1.6	Máquina de lavar roupa	0.Não	1.Sim	
1.1.1.7	Telefone (residencial ou celular)	0.Não	1.Sim	
1.1.1.8	Computador	0.Não	1.Sim	
1.1.1.9	Internet	0.Não	1.Sim	
1.1.1.10	Televisão	0.Não	1.Sim	
1.1.1.11	Automóvel e/ou motocicleta	0.Não	1.Sim	

1.1.2. Quanto às máquinas (para a produção em geral), a família tem:

1.1.2.1	Trator	0.Não	1.Sim	
1.1.2.2	Máquinas plantadeiras	0.Não	1.Sim	
1.1.2.3	Máquinas colheitadeiras	0.Não	1.Sim	
1.1.2.4	Pulverizador (para trator ou sobre rodas)	0.Não	1.Sim	
1.1.2.5	Roçadeira	0.Não	1.Sim	
1.1.2.6	Sistema de irrigação	0.Não	1.Sim	
1.1.2.7	Estufa elétrica [apenas para os que produzem tabaco de estufa – virgínia]	0.Não	1.Sim	
1.1.2.8	Tecedeira de fumo	0.Não	1.Sim	

1.1.3. Quanto às garantias e seguranças, a família possui seguro:

1.1.3.1	Contra Roubos	0.Não	1.Sim	
1.1.3.2	Contra Enchentes	0.Não	1.Sim	
1.1.3.3	Contra Seca	0.Não	1.Sim	
1.1.3.4	Contra Granizo	0.Não	1.Sim	
1.1.3.5	De Vida	0.Não	1.Sim	
1.1.3.6	Dos veículos	0.Não	1.Sim	

1.1.4. A área produtiva representa quanto do total da área da unidade familiar?

0. Nada	1. Um pouco (Até 25% ou =)	2. Quase metade (Até 50%)	3. Mais da metade (Até 75%)	4. A maior parte (Mais de 75%)	
---------	----------------------------	---------------------------	-----------------------------	--------------------------------	--

(*Não dar as opções: deixar que o respondente diga um valor e depois marcar)

1.1.5. Quanto ao acesso:

1.1.5.1. A unidade de produção fica a qual distância da principal cidade?

0. Mais de 30Km	1. Até 30Km	2. Até 10Km	
-----------------	-------------	-------------	--

1.1.5.2. As estradas que dão acesso à unidade produtiva familiar são:

0. De terra sem manutenção	1. De terra com manutenção	2. Asfaltadas (pavimentadas)	
----------------------------	----------------------------	------------------------------	--

1.1.5.3. Há transporte público/coletivo que possibilitam os deslocamentos da unidade familiar até outros lugares?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.2. CAPITAL NATURAL

1.2.1. Existem nascentes ou cursos d'água (vertentes, arroios, sangas, lajeados, rios...) na sua unidade de produção?

0. Não	1. Sim	99.NSA	
--------	--------	--------	--

1.2.2. Quanto da área total da *unidade familiar* é de mata/vegetação nativa?

0. Nada	1. Um pouco (Até 25% ou =)	2. Quase metade (Até 50%)	3. Mais da metade (Até 75%)	4. A maior parte (Mais de 75%)	
---------	----------------------------	---------------------------	-----------------------------	--------------------------------	--

1.2.3. Utiliza práticas de conservação do solo tais como?

1.2.3.1	Plantio em nível	0.Não	1.Sim	
1.2.3.2	Adubação verde	0.Não	1.Sim	
1.2.3.3	Plantio Direto	0.Não	1.Sim	
1.2.3.4	Rotação de culturas	0.Não	1.Sim	
1.2.3.5	Não uso do fogo	0.Não	1.Sim	

1.2.4. Quanto aos insumos químicos:**1.2.4.1. Como são adquiridos?**

0. Somente com a empresa	1. Somente em lojas locais	2. Empresa e lojas locais	3. Não usa
--------------------------	----------------------------	---------------------------	------------

1.2.4.2. Como são usados na unidade de produção (*nos cultivos em geral*)?

0. Conforme regras da empresa	1. Conforme a empresa e conhecimento próprio	2. Pelo conhecimento próprio	3. Não usa
-------------------------------	--	------------------------------	------------

1.2.5. Quanto ao uso da lenha.**1.2.5.1. Usa lenha no processo de secagem/cura do tabaco?**

0.Sim	1.Não	
-------	-------	--

1.2.5.2. Como a maior parte lenha é adquirida?

0. Comprada pela empresa	1. Comprada de terceiros	2. Parte própria parte comprada	3. Própria	4. Não utiliza
--------------------------	--------------------------	---------------------------------	------------	----------------

1.3. CAPITAL FINANCEIRO

1.3.1. Além do tabaco, os ganhos em dinheiro da família provêm de: (*não dar as opções ao respondente, deixando-o falar e após marcar a opção correspondente*).

1.3.1.1	Outras atividades agrícolas (<i>cultivo de soja, feijão, verduras, frutas, etc.</i>)	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.2	Criação de gado de leite ou corte ou outros animais.	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.3	Trabalho para terceiros (<i>safrista, temporário...</i>)	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.4	Trabalho não agrícola (<i>serviço, comércio, indústria, ensino nas escolas</i>)	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.5	Turismo (rural, ambiental...)	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.6	Processamento de produtos (<i>agroindústria</i>)	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.7	Arrendamento de terras (<i>para terceiros</i>)	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.8	Aposentadorias ou pensões	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.9	Transferências Sociais (<i>Ex. Bolsa Família</i>).	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%
1.3.1.10	Aluguel de imóvel na cidade.	0.0% (nada)	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%

1.3.2. Vendeu ou vende algum produto para:

1.3.2.1.	Terceiros (<i>intermediários, atravessadores, picaretas...</i>).	0. Não	1. Sim	
1.3.2.2.	Cooperativas ou associações	0. Não	1. Sim	
1.3.2.3.	Venda direta ao consumidor	0. Não	1. Sim	

1.3.2.4.	Venda a empresas	0. Não	1. Sim	
1.3.2.5.	Mercados criados pelo governo (<i>Ex. PAA, Pnae</i>).	0. Não	1. Sim	

1.3.3. Quanto dos ganhos anuais provém do plantio do tabaco? (Valor líquido _____)

0. Mais de 75%	1. Até 75%	2. Até 50%	3. Até 25%	4. Nada	
----------------	------------	------------	------------	---------	--

1.3.4. Quanto aos financiamentos:

1.3.4.1. Tem acesso a programas de financiamento (ex. Pronaf, financiamento de carro, outros)?

0. Não	1. Sim	
--------	--------	--

1.3.4.2. Em relação aos seus ganhos financeiros, o valor que paga em financiamentos, pronaf ou outro tipo de crédito é:

0. Alto	1. Razoável	2. Baixo	*NSA
---------	-------------	----------	------

*NSA: para aqueles que não possuem financiamento.

1.3.5. Quanto aos custos, gastos ou despesas:

1.3.5.1. Quanto dos ganhos totais da família são gastos na compra de alimentos básicos (carnes, vegetais, hortaliças, tomate, batata, feijão, frutas, sucos, etc) em supermercados ou feiras?

0. Mais de 75%	1. Até 75%	2. Até 50%	3. Até 25%	4. Nada	
----------------	------------	------------	------------	---------	--

1.3.5.2. Quanto dos ganhos totais da família destina-se ao pagamento do custeio da produção do fumo?

0. Mais de 75%	1. Até 75%	2. Até 50%	3. Até 25%	4. Nada	
----------------	------------	------------	------------	---------	--

(*Lembrar que quanto menor forem os gastos com pagamento de financiamentos, custos de produção, maior a "liberdade" em utilizar a renda e consequentemente menor vulnerabilidade financeira).

1.3.5.3. Tem contratação de mão de obra de terceiros/safristas/temporários?

0. Não	1. Sim	
--------	--------	--

1.4. CAPITAL HUMANO

1.4.1. Durante o período das safras de tabaco, com que frequência alguém da família tem:

1.4.1.1	Problemas de pele?	0. Sempre	1. Quase sempre	2. Às vezes	3. Raramente	4. Nunca
1.4.1.2	Vômitos?	0. Sempre	1. Quase sempre	2. Às vezes	3. Raramente	4. Nunca
1.4.1.3	Desmaios?	0. Sempre	1. Quase sempre	2. Às vezes	3. Raramente	4. Nunca
1.4.1.4	Enjoos?	0. Sempre	1. Quase sempre	2. Às vezes	3. Raramente	4. Nunca
1.4.1.5	Diarreia?	0. Sempre	1. Quase sempre	2. Às vezes	3. Raramente	4. Nunca
1.4.1.6	Dor de cabeça?	0. Sempre	1. Quase sempre	2. Às vezes	3. Raramente	4. Nunca
1.4.1.7	Dor nas costas que o impediu de realizar os trabalhos normalmente?	0. Sempre	1. Quase sempre	2. Às vezes	3. Raramente	4. Nunca

1.4.2. Ainda sobre saúde:

1.4.2.1	Alguém da família teve ou tem depressão?	0. Sim	1. Não	
1.4.2.2	Alguém da família usa remédios de receita controlada?	0. Sim	1. Não	
1.4.2.3	A família recebe visitas de profissionais de saúde?	0. Não	1. Sim	
1.4.2.4	A família consegue acessar hospital ou pronto atendimento?	0. Não	1. Sim	
1.4.2.5	O EPI para aplicação de agrotóxicos é usado?*	0. Não	1. Sim	

1.4.2.6	O EPI para colheita é usado?*	0.Não	1.Sim	
1.4.2.7	Alguém da família fuma?	0.Sim	1.Não	
1.4.2.8	Alguém da família teve ou tem câncer?	0.Sim	1.Não	

[**Observação:** (*) se o respondente afirma que usa parte dos equipamentos ou às vezes, assinale Não.

1.4.3. Em relação ao trabalho:

1.4.3.1. Quanto do tempo de trabalho em média é dedicado somente à produção de tabaco durante o ano?

0. Mais de 75%	1. Até 75%	2. Até 50%	3. Até 25%	4. Nada	
----------------	------------	------------	------------	---------	--

1.4.3.2. Tirando o fumo, quanto do tempo de trabalho em média é dedicado a atividades agrícolas ou não agrícolas dentro ou fora da *unidade familiar* durante o ano?

0. Nada	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%	
---------	------------	------------	------------	----------------	--

1.4.4. Durante toda a safra até entrega do fumo, tem tempo para descanso ou atividades de lazer com a família?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.4.5. Quanto à educação, os(as) jovens e adultos da família:

1.4.5.1. Têm ou tiveram a possibilidade de acesso à escola técnico agrícola?

0.Não	1.Sim	99.NSA*
-------	-------	---------

1.4.5.2. Têm ou tiveram possibilidade de frequentar a escola na comunidade onde mora?

0.Não	1.Sim	99.NSA*
-------	-------	---------

1.4.5.3. As crianças e adolescentes participam de todas as atividades agrícolas?

0.Não	1.Sim	99.NSA*
-------	-------	---------

[**Observação:** (*)NSA: no caso de não haver crianças em idade escolar.]

1.5. CAPITAL SOCIAL

1.5.1. Com que frequência os membros da família participam de:

1.5.1.1	Festas	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre
1.5.1.2	Atividades esportivas	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre
1.5.1.3	Atividades religiosas	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre
1.5.1.4	Atividades escolares	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre
1.5.1.5	Cooperativas	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre
1.5.1.6	Sindicatos de Trab. Rurais (sócios ou reuniões)	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre
1.5.1.7	Associações	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre
1.5.1.8	Atividades com Organiz. Não Governamentais	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1x mês)	2. Mensalmente (1x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1x semana)	4. Sempre que ocorre

1.5.2. A família busca informações em geral a partir de (...)?

1.5.2.1	Televisão	0.Não	1.Sim	
1.5.2.2	Rádio	0.Não	1.Sim	
1.5.2.3	Jornal	0.Não	1.Sim	
1.5.2.4	Vizinhos/parentes/amigos	0.Não	1.Sim	
1.5.2.5	Sindicato	0.Não	1.Sim	
1.5.2.6	Internet	0.Não	1.Sim	

1.5.3. Quanto às informações para produção:**1.5.3.1. A família tem assistência técnica dos instrutores das empresas?**

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.5.3.2. A família tem assistência técnica dos profissionais da Emater ou Embrapa ou de Universidades quanto à produção de outros cultivos?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.5.4. Ter histórico de produtores de tabaco na família teve influência na decisão da família em seguir plantando?

0.Sim	1.Não	
-------	-------	--

1.5.5. Se não pudesse mais plantar fumo...

1.5.5.1	Permaneceria na <i>unidade familiar</i>	0.Não	1.Sim	
1.5.5.2	Gostaria que seus filhos(as) permanecessem na <i>unidade familiar</i>	0.Não	1.Sim	

INSTRUMENTO 2 – BEM-ESTAR (IBE)

PENSANDO NO SEU BEM-ESTAR E NO BEM-ESTAR DE TODA A FAMÍLIA, NAQUILO QUE ACREDITAM SER “UMA VIDA BOA” E QUE GOSTARIAM DE TER, QUAL O GRAU DE SATISFAÇÃO...

2.1. PERCEPÇÃO FÍSICA**2.1.1 Em relação aos bens materiais que possuem vocês consideram:**

0. Nada suficiente	1. Pouco suficiente	2. Suficiente	3. Muito suficiente	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.1.2 Em relação aos instrumentos/ferramentas para o trabalho agrícola, acham que o que vocês têm é:

0. Nada	1. Pouco	2. Bom	3. Muito Bom	
---------	----------	--------	--------------	--

2.1.3 Pensando em problemas com enchente, granizo, seca e até roubo dentro da casa/*unidade familiar*, vocês acreditam que “ter seguro” é:

0. Nada importante	1. Pouco importante	2. Importante	3. Muito importante	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.1.4 Para plantar outros produtos que não o tabaco, acha que o tamanho da *unidade familiar* é:

0. Nada suficiente	1. Pouco suficiente	2. Suficiente	3. Muito suficiente	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.1.5. Pensando no deslocamento dos membros da família aos centros urbanos, à escola, aos postos de saúde e mercados, quanto às condições das estradas, elas estão:

0. Péssimas	1. Ruim	2. Boas	3. Muito Boas	
-------------	---------	---------	---------------	--

2.2. PERCEPÇÃO NATURAL**2.2.2 Desde que você iniciou o plantio do tabaco a vegetação nativa na unidade de produção:**

0. Não existe mais	1. Diminuiu	2. “Se manteve”	3. Aumentou	
--------------------	-------------	-----------------	-------------	--

2.2.3 Quanto à conservação e qualidade do solo vocês estão:

0. Nada satisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.2.4.1. Desde que você planta tabaco a quantidade de agrotóxicos utilizados:

0. Aumentou	1. "Se manteve"	2. Diminuiu	3. Não utiliza mais	
-------------	-----------------	-------------	---------------------	--

2.2.4.2. Quanto à produção sem o uso de agrotóxico em sua *unidade familiar*, acha que isto é:

0. Impossível	1. Pouco provável	2. Acontece seguidamente	3. Sempre acontece	
---------------	-------------------	--------------------------	--------------------	--

2.2.5. Com as novas leis ambientais, de preservação das margens dos rios e das matas nativas, vocês acham que isto interfere quanto na produção agrícola em geral?

0. Interfere muito	1. Interfere	2. Interfere pouco	3. Não interfere	
--------------------	--------------	--------------------	------------------	--

*Lembrar que o importante para análises sobre DH e QV é que os agricultores tenham uma relação de sustentabilidade com o meio em que vivem e o ideal é que não percebam as novas demandas ambientais como algo que os prejudique.

2.3. PERCEPÇÃO FINANCEIRA

2.3.1 As outras fontes de renda geradas na *unidade familiar*, que não o fumo são:

0. Nada importante	1. Pouco importante	2. Importante	3. Muito importante	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.3.2. Qual sua opinião sobre vender a produção em geral por meio de... [**Observação:** verificar a opinião do respondente mesmo que ele não comercialize sua produção por algum destes canais. Não dê a opção "Não Sabe". Assinale apenas se o mesmo realmente não conseguir expressar sua opinião].

2.3.2.1.... terceiros (*intermediários, atravessadores, picaretas...*) é:

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	99. Não sabe
---------------	---------	--------	--------------	--------------

2.3.2.2.... cooperativas ou associações é:

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	99. Não sabe
---------------	---------	--------	--------------	--------------

2.3.2.3. ... venda direta ao consumidor é:

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	99. Não sabe
---------------	---------	--------	--------------	--------------

2.3.2.4.... venda a empresas é:

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	99. Não sabe
---------------	---------	--------	--------------	--------------

2.3.2.5...mercados institucionais (*governos, prefeituras, ex: PAA, Pnae*)

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	99. Não sabe
---------------	---------	--------	--------------	--------------

2.3.3 Em relação à renda gerada pelo tabaco na unidade de produção a família está:

0. Nada satisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.3.4.1 Ter acesso às políticas de crédito agrícola ou financiamentos ajuda quanto na melhoria da produção e da estrutura da *unidade familiar*?

0. Não ajuda	1. Ajuda pouco	2. Ajuda	3. Ajuda muito	
--------------	----------------	----------	----------------	--

2.3.4.2. Acredita que produzir para o autoconsumo _____ na redução das despesas da família?

0. Não ajuda	1. Ajuda pouco	2. Ajuda	3. Ajuda muito	
--------------	----------------	----------	----------------	--

2.3.5. Caso sua família possua dívidas, como vocês se sentem em relação à possibilidade de pagamento?

0. Nada satisfeitos, pois não conseguem quitar as dívidas.	1. Pouco satisfeitos, mas conseguirão quitar as dívidas.	2. Satisfeitos, pois conseguiram quitar as dívidas.	3. Muito satisfeitos porque não possuem dívidas.	
--	--	---	--	--

2.4. PERCEPÇÃO HUMANA

2.4.1 Vocês acham que suas atitudes em relação aos cuidados com a própria saúde em relação ao trabalho são/estão:

0. Nada adequada/Ruim	1. Pouco adequada/Razoável	2. Adequada/Boa	3. Muito adequada/Ótima	99. NSA
-----------------------	----------------------------	-----------------	-------------------------	---------

2.4.2 Em relação aos serviços de saúde prestados na região (*hospitais, pronto atendimento, exames de rotina,...*) vocês estão:

0. Nada satisfeitos	1. Pouco satisfeitos	2. Satisfeitos	3. Muito satisfeitos	
---------------------	----------------------	----------------	----------------------	--

2.4.3.1. Pensando na sua produção e nas pessoas que trabalham junto, vocês acham que o tempo de trabalho dedicado só ao tabaco é:

0. Muito	1. Suficiente	2. Pouco	3. Quase nada	
----------	---------------	----------	---------------	--

2.4.3.2. Para a realização de outras atividades que também geram/gerariam renda, vocês acham que o cultivo do tabaco...

0. Não interfere	1. Interfere pouco	2. Interfere	3. Interfere muito	
------------------	--------------------	--------------	--------------------	--

2.4.4 Em relação ao tempo que vocês dedicam a ficar com a família, ou viajar, ou tirar férias, ou participar de atividades da comunidade, vocês acham que este tempo de lazer é:

0. Nada suficiente	1. Pouco suficiente	2. Suficiente	3. Muito suficiente	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.4.5. Qual a opinião da família sobre a necessidade de estudo dos filhos para dar continuidade às atividades na *unidade familiar*?

0. Nada importante	1. Pouco importante	2. Importante	3. Muito importante	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.5. PERCEPÇÃO SOCIAL

2.5.1.1. Vocês acham que participar das atividades sociais ou esportivas, festas comunidade, ir à igreja e conviver com pessoas que não moram na *unidade familiar* é:

0. Nada importante	1. Pouco importante	2. Importante	3. Muito importante	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.5.1.2 E vocês acham que participar das atividades de sindicatos, cooperativas, associações comunitárias, ONGs, desenvolvem na região, vocês:

0. Nada importante	1. Pouco importante	2. Importante	3. Muito importante	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

**Caso o respondente não tenha conhecimento de nenhuma instituição, assinalar NSA, mas somente se ele não conseguir responder.*

2.5.2 Mais que o conhecimento técnico, produtivo, é importante também saber sobre programas para desenvolvimento rural, informações sobre o cotidiano, assistência técnica, etc. Vocês acham que ter informações pela internet, TV, rádio é:

0. Nada importante	1. Pouco importante	2. Importante	3. Muito importante	
--------------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.5.3.1. Quando precisam de informações sobre a produção de tabaco, vocês confiam quanto nas informações passadas pelos técnicos das empresas?

0. Não confiam	1. Confiam pouco	2. Confiam	3. Confiam muito	
----------------	------------------	------------	------------------	--

2.5.3.2. E quando precisam de instruções para outros cultivos, vocês confiam quanto nas informações passadas pelas pessoas da Emater, Embrapa, Universidades, etc?

0. Não confiam	1. Confiam pouco	2. Confiam	3. Confiam muito	
----------------	------------------	------------	------------------	--

2.5.4. Pensando em tudo aquilo que vocês entendem por boas condições de vida, por ter uma vida com qualidade, acham que para isso plantar tabaco foi:

0. Muito importante	1. Importante	2. Pouco importante	3. Nada importante	
---------------------	---------------	---------------------	--------------------	--

**Lembrar que quanto menor a importância da cadeia produtiva do tabaco para a família, menor é sua dependência ou maior sua possibilidade de aderir outros cultivos.*

2.5.5 Qual sua opinião sobre a possibilidade dos filhos seguirem plantando tabaco?

0. Muito bom	1. Bom	2. Ruim	3. Muito ruim	9. Não sabe	
--------------	--------	---------	---------------	-------------	--

Gostam quanto de plantar fumo? _____

Hora de término: _____

ANEXO II – TABELAS ESTATÍSTICAS ANOVAs

1. Dimensão Física (Capital e Percepção)

ANOVA – CAPITAL FÍSICO						
		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Capital físico	Between Groups	,631	3	,210	13,389	,000
	Within Groups	3,867	246	,016		
	Total	4,499	249			
Posse de bens materiais	Between Groups	,245	3	,082	5,164	,002
	Within Groups	3,898	246	,016		
	Total	4,144	249			
Ferramentas de Trabalho	Between Groups	1,650	3	,550	11,979	,000
	Within Groups	11,292	246	,046		
	Total	12,941	249			
Seguros e Garantias	Between Groups	,334	3	,111	1,525	,209
	Within Groups	17,946	246	,073		
	Total	18,279	249			
Uso da Área da Propriedade	Between Groups	3,797	3	1,266	29,238	,000
	Within Groups	10,649	246	,043		
	Total	14,446	249			
Acesso e Deslocamentos	Between Groups	,770	3	,257	6,037	,001
	Within Groups	10,459	246	,043		
	Total	11,229	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Capital físico	Diversificado	Quase Diversificado	,056225	,023424	,080	-,00436	,11681
		Pouco Diversificado	,090193*	,025119	,002	,02522	,15517
		Especializado	,177724*	,029419	,000	,10163	,25382
	Quase Diversificado	Diversificado	-,056225	,023424	,080	-,11681	,00436
		Pouco Diversificado	,033968	,019324	,296	-,01602	,08395
		Especializado	,121499*	,024657	,000	,05772	,18528
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,090193*	,025119	,002	-,15517	-,02522
		Quase Diversificado	-,033968	,019324	,296	-,08395	,01602
		Especializado	,087531*	,026272	,005	,01957	,15549
	Especializado	Diversificado	-,177724*	,029419	,000	-,25382	-,10163
		Quase Diversificado	-,121499*	,024657	,000	-,18528	-,05772
		Pouco Diversificado	-,087531*	,026272	,005	-,15549	-,01957
Posse de bens materiais	Diversificado	Quase Diversificado	,038019	,023517	,371	-,02281	,09885
		Pouco Diversificado	,047377	,025219	,240	-,01786	,11261
		Especializado	,113784*	,029536	,001	,03738	,19019
	Quase Diversificado	Diversificado	-,038019	,023517	,371	-,09885	,02281
		Pouco Diversificado	,009358	,019401	,963	-,04083	,05954
		Especializado	,075766*	,024755	,013	,01173	,13980
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,047377	,025219	,240	-,11261	,01786
		Quase Diversificado	-,009358	,019401	,963	-,05954	,04083
		Especializado	,066408	,026377	,060	-,00182	,13464
	Especializado	Diversificado	-,113784*	,029536	,001	-,19019	-,03738
		Quase Diversificado	-,075766*	,024755	,013	-,13980	-,01173
		Pouco Diversificado	-,066408	,026377	,060	-,13464	,00182

Continuação...

Ferramentas de Trabalho	Diversificado	Quase Diversificado	,108815*	,040025	,035	,00528	,21235
		Pouco Diversificado	,170478*	,042921	,001	,05945	,28150
		Especializado	,286353*	,050270	,000	,15632	,41638
	Quase Diversificado	Diversificado	-,108815*	,040025	,035	-,21235	-,00528
		Pouco Diversificado	,061663	,033019	,245	-,02375	,14707
		Especializado	,177538*	,042132	,000	,06856	,28652
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,170478*	,042921	,001	-,28150	-,05945
		Quase Diversificado	-,061663	,033019	,245	-,14707	,02375
		Especializado	,115875	,044892	,051	-,00025	,23200
	Especializado	Diversificado	-,286353*	,050270	,000	-,41638	-,15632
		Quase Diversificado	-,177538*	,042132	,000	-,28652	-,06856
		Pouco Diversificado	-,115875	,044892	,051	-,23200	,00025
Seguros e Garantias	Diversificado	Quase Diversificado	-,053383	,050457	,715	-,18390	,07713
		Pouco Diversificado	-,055774	,054108	,732	-,19573	,08419
		Especializado	-,134729	,063372	,148	-,29865	,02920
	Quase Diversificado	Diversificado	,053383	,050457	,715	-,07713	,18390
		Pouco Diversificado	-,002390	,041626	1,000	-,11006	,10528
		Especializado	-,081345	,053113	,420	-,21873	,05604
	Pouco Diversificado	Diversificado	,055774	,054108	,732	-,08419	,19573
		Quase Diversificado	,002390	,041626	1,000	-,10528	,11006
		Especializado	-,078955	,056593	,504	-,22534	,06743
	Especializado	Diversificado	,134729	,063372	,148	-,02920	,29865
		Quase Diversificado	,081345	,053113	,420	-,05604	,21873
		Pouco Diversificado	,078955	,056593	,504	-,06743	,22534
Uso da Área da Propriedade	Diversificado	Quase Diversificado	,139245*	,038868	,002	,03871	,23978
		Pouco Diversificado	,239688*	,041681	,000	,13187	,34750
		Especializado	,429331*	,048817	,000	,30306	,55560
	Quase Diversificado	Diversificado	-,139245*	,038868	,002	-,23978	-,03871
		Pouco Diversificado	,100443*	,032065	,010	,01750	,18338
		Especializado	,290086*	,040914	,000	,18425	,39592

Continuação...

	Pouco Diversificado	Diversificado	-,239688*	,041681	,000	-,34750	-,13187	
		Quase Diversificado	-,100443*	,032065	,010	-,18338	-,01750	
		Especializado	,189643*	,043595	,000	,07688	,30241	
	Especializado	Diversificado	-,429331*	,048817	,000	-,55560	-,30306	
		Quase Diversificado	-,290086*	,040914	,000	-,39592	-,18425	
		Pouco Diversificado	-,189643*	,043595	,000	-,30241	-,07688	
	Acesso e Deslocamentos	Diversificado	Quase Diversificado	,048732	,038520	,586	-,05091	,14837
			Pouco Diversificado	,049711	,041307	,625	-,05714	,15656
			Especializado	,193828*	,048379	,000	,06869	,31897
Quase Diversificado		Diversificado	-,048732	,038520	,586	-,14837	,05091	
		Pouco Diversificado	,000979	,031778	1,000	-,08122	,08318	
		Especializado	,145096*	,040547	,002	,04021	,24998	
Pouco Diversificado		Diversificado	-,049711	,041307	,625	-,15656	,05714	
		Quase Diversificado	-,000979	,031778	1,000	-,08318	,08122	
		Especializado	,144117*	,043204	,005	,03236	,25587	
Especializado	Diversificado	-,193828*	,048379	,000	-,31897	-,06869		
	Quase Diversificado	-,145096*	,040547	,002	-,24998	-,04021		
	Pouco Diversificado	-,144117*	,043204	,005	-,25587	-,03236		

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

ANOVA – PERCEPÇÃO FÍSICA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Percepção Física	Between Groups	,103	3	,034	2,375	,071
	Within Groups	3,567	246	,015		
	Total	3,671	249			
Q.211	Between Groups	,072	3	,024	,516	,672
	Within Groups	11,502	246	,047		
	Total	11,575	249			
Q.212	Between Groups	,131	3	,044	1,006	,391
	Within Groups	10,700	246	,043		
	Total	10,831	249			
Q.213	Between Groups	,136	3	,045	,826	,480
	Within Groups	13,475	245	,055		
	Total	13,612	248			
Q.214	Between Groups	,663	3	,221	4,476	,004
	Within Groups	12,145	246	,049		
	Total	12,808	249			
Q.215	Between Groups	,430	3	,143	1,815	,145
	Within Groups	19,452	246	,079		
	Total	19,882	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Percepção Física	Diversificado	Quase Diversificado	,025922	,022497	,657	-,03227	,08411
		Pouco Diversificado	,049342	,024124	,174	-,01306	,11174
		Especializado	,066056	,028255	,092	-,00703	,13914

Continuação...

	Quase Diversificado	Diversificado	-.025922	,022497	,657	-.08411	,03227
		Pouco Diversificado	,023420	,018559	,588	-.02459	,07143
		Especializado	,040133	,023681	,329	-.02112	,10139
	Pouco Diversificado	Diversificado	-.049342	,024124	,174	-.11174	,01306
		Quase Diversificado	-.023420	,018559	,588	-.07143	,02459
		Especializado	,016714	,025232	,911	-.04855	,08198
	Especializado	Diversificado	-.066056	,028255	,092	-.13914	,00703
		Quase Diversificado	-.040133	,023681	,329	-.10139	,02112
		Pouco Diversificado	-.016714	,025232	,911	-.08198	,04855
Q.211	Diversificado	Quase Diversificado	,013603	,040396	,987	-.09089	,11809
		Pouco Diversificado	,006756	,043319	,999	-.10530	,11881
		Especializado	,056568	,050736	,681	-.07467	,18780
	Quase Diversificado	Diversificado	-.013603	,040396	,987	-.11809	,09089
		Pouco Diversificado	-.006847	,033325	,997	-.09305	,07935
		Especializado	,042965	,042522	,743	-.06703	,15296
	Pouco Diversificado	Diversificado	-.006756	,043319	,999	-.11881	,10530
		Quase Diversificado	,006847	,033325	,997	-.07935	,09305
		Especializado	,049812	,045308	,690	-.06739	,16701
	Especializado	Diversificado	-.056568	,050736	,681	-.18780	,07467
		Quase Diversificado	-.042965	,042522	,743	-.15296	,06703
		Pouco Diversificado	-.049812	,045308	,690	-.16701	,06739
Q.212	Diversificado	Quase Diversificado	,004021	,038961	1,000	-.09676	,10480
		Pouco Diversificado	,020800	,041781	,959	-.08727	,12887
		Especializado	,071455	,048934	,463	-.05512	,19803
	Quase Diversificado	Diversificado	-.004021	,038961	1,000	-.10480	,09676
		Pouco Diversificado	,016780	,032142	,954	-.06636	,09992
		Especializado	,067434	,041012	,356	-.03865	,17352
	Pouco Diversificado	Diversificado	-.020800	,041781	,959	-.12887	,08727
		Quase Diversificado	-.016780	,032142	,954	-.09992	,06636
		Especializado	,050654	,043699	,653	-.06238	,16369

							Continuação...
	Especializado	Diversificado	-,071455	,048934	,463	-,19803	,05512
		Quase Diversificado	-,067434	,041012	,356	-,17352	,03865
		Pouco Diversificado	-,050654	,043699	,653	-,16369	,06238
Q.213	Diversificado	Quase Diversificado	-,020043	,043867	,968	-,13352	,09343
		Pouco Diversificado	-,017436	,046983	,983	-,13897	,10410
		Especializado	-,080701	,055027	,459	-,22304	,06164
	Quase Diversificado	Diversificado	,020043	,043867	,968	-,09343	,13352
		Pouco Diversificado	,002607	,036210	1,000	-,09106	,09627
		Especializado	-,060657	,046171	,555	-,18009	,05877
	Pouco Diversificado	Diversificado	,017436	,046983	,983	-,10410	,13897
		Quase Diversificado	-,002607	,036210	1,000	-,09627	,09106
		Especializado	-,063265	,049141	,572	-,19038	,06385
	Especializado	Diversificado	,080701	,055027	,459	-,06164	,22304
		Quase Diversificado	,060657	,046171	,555	-,05877	,18009
		Pouco Diversificado	,063265	,049141	,572	-,06385	,19038
Q.214	Diversificado	Quase Diversificado	,055575	,041510	,539	-,05180	,16295
		Pouco Diversificado	,140162*	,044513	,010	,02502	,25530
		Especializado	,134068	,052134	,052	-,00079	,26892
	Quase Diversificado	Diversificado	-,055575	,041510	,539	-,16295	,05180
		Pouco Diversificado	,084586	,034244	,067	-,00399	,17316
		Especializado	,078492	,043695	,278	-,03453	,19152
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,140162*	,044513	,010	-,25530	-,02502
		Quase Diversificado	-,084586	,034244	,067	-,17316	,00399
		Especializado	-,006094	,046557	,999	-,12652	,11434
	Especializado	Diversificado	-,134068	,052134	,052	-,26892	,00079
		Quase Diversificado	-,078492	,043695	,278	-,19152	,03453
		Pouco Diversificado	,006094	,046557	,999	-,11434	,12652
Q.215	Diversificado	Quase Diversificado	,077038	,052532	,459	-,05885	,21292
		Pouco Diversificado	,096305	,056334	,321	-,04941	,24202

Continuação...

	Especializado	,148936	,065978	,111	-,02173	,31960
Quase Diversificado	Diversificado	-,077038	,052532	,459	-,21292	,05885
	Pouco Diversificado	,019268	,043337	,971	-,09283	,13137
	Especializado	,071898	,055298	,564	-,07114	,21493
Pouco Diversificado	Diversificado	-,096305	,056334	,321	-,24202	,04941
	Quase Diversificado	-,019268	,043337	,971	-,13137	,09283
	Especializado	,052630	,058921	,808	-,09978	,20504
Especializado	Diversificado	-,148936	,065978	,111	-,31960	,02173
	Quase Diversificado	-,071898	,055298	,564	-,21493	,07114
	Pouco Diversificado	-,052630	,058921	,808	-,20504	,09978

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

2. Dimensão Natural (Capital e Percepção)

ANOVA – CAPITAL NATURAL

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Capital Natural	Between Groups	,360	3	,120	7,044	,000
	Within Groups	4,185	246	,017		
	Total	4,545	249			
Presença de Água	Between Groups	,351	3	,117	1,106	,347
	Within Groups	26,049	246	,106		
	Total	26,400	249			
Presença de Vegetação Nativa	Between Groups	,145	3	,048	1,137	,335
	Within Groups	10,423	246	,042		
	Total	10,567	249			

Continuação...

Conservação do Solo	Between Groups	,429	3	,143	4,361	,005
	Within Groups	8,061	246	,033		
	Total	8,489	249			
Uso de Insumos Químicos	Between Groups	1,804	3	,601	14,125	,000
	Within Groups	10,474	246	,043		
	Total	12,278	249			
Uso de Lenha	Between Groups	1,139	3	,380	8,600	,000
	Within Groups	10,863	246	,044		
	Total	12,002	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Capital Natural	Diversificado	Quase Diversificado	,066457*	,024367	,034	,00343	,12949
		Pouco Diversificado	,100919*	,026130	,001	,03333	,16851
		Especializado	,125405*	,030604	,000	,04624	,20457
	Quase Diversificado	Diversificado	-,066457*	,024367	,034	-,12949	-,00343
		Pouco Diversificado	,034461	,020102	,318	-,01754	,08646
		Especializado	,058948	,025650	,101	-,00740	,12530
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,100919*	,026130	,001	-,16851	-,03333
		Quase Diversificado	-,034461	,020102	,318	-,08646	,01754
		Especializado	,024486	,027330	,807	-,04621	,09518
	Especializado	Diversificado	-,125405*	,030604	,000	-,20457	-,04624
		Quase Diversificado	-,058948	,025650	,101	-,12530	,00740
		Pouco Diversificado	-,024486	,027330	,807	-,09518	,04621
Presença de Água	Diversificado	Quase Diversificado	-,009972	,060791	,998	-,16722	,14728
		Pouco Diversificado	,027871	,065190	,974	-,14075	,19650
		Especializado	,103318	,076351	,530	-,09418	,30081

	Quase Diversificado	Diversificado	,009972	,060791	,998	-,14728	,16722
		Pouco Diversificado	,037842	,050151	,875	-,09188	,16757
		Especializado	,113290	,063991	,290	-,05223	,27881
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,027871	,065190	,974	-,19650	,14075
		Quase Diversificado	-,037842	,050151	,875	-,16757	,09188
		Especializado	,075448	,068184	,686	-,10092	,25182
	Especializado	Diversificado	-,103318	,076351	,530	-,30081	,09418
		Quase Diversificado	-,113290	,063991	,290	-,27881	,05223
		Pouco Diversificado	-,075448	,068184	,686	-,25182	,10092
Presença de Vegetação Nativa	Diversificado	Quase Diversificado	-,060719	,038454	,392	-,16019	,03875
		Pouco Diversificado	-,055184	,041236	,539	-,16185	,05148
		Especializado	-,081825	,048296	,329	-,20675	,04310
	Quase Diversificado	Diversificado	,060719	,038454	,392	-,03875	,16019
		Pouco Diversificado	,005535	,031723	,998	-,07652	,08759
		Especializado	-,021106	,040478	,954	-,12581	,08360
	Pouco Diversificado	Diversificado	,055184	,041236	,539	-,05148	,16185
		Quase Diversificado	-,005535	,031723	,998	-,08759	,07652
		Especializado	-,026641	,043130	,926	-,13820	,08492
	Especializado	Diversificado	,081825	,048296	,329	-,04310	,20675
		Quase Diversificado	,021106	,040478	,954	-,08360	,12581
		Pouco Diversificado	,026641	,043130	,926	-,08492	,13820
Conservação do Solo	Diversificado	Quase Diversificado	,052208	,033817	,413	-,03526	,13968
		Pouco Diversificado	,109978*	,036264	,014	,01618	,20378
		Especializado	,122360*	,042472	,022	,01250	,23222
	Quase Diversificado	Diversificado	-,052208	,033817	,413	-,13968	,03526
		Pouco Diversificado	,057770	,027898	,166	-,01439	,12993
		Especializado	,070153	,035597	,202	-,02192	,16223
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,109978*	,036264	,014	-,20378	-,01618
		Quase Diversificado	-,057770	,027898	,166	-,12993	,01439
		Especializado	,012383	,037929	,988	-,08573	,11049

Continuação...

	Especializado	Diversificado	-,122360*	,042472	,022	-,23222	-,01250
		Quase Diversificado	-,070153	,035597	,202	-,16223	,02192
		Pouco Diversificado	-,012383	,037929	,988	-,11049	,08573
Uso de Insumos Químicos	Diversificado	Quase Diversificado	,191377*	,038547	,000	,09167	,29109
		Pouco Diversificado	,236822*	,041337	,000	,12990	,34375
		Especializado	,275698*	,048414	,000	,15047	,40093
	Quase Diversificado	Diversificado	-,191377*	,038547	,000	-,29109	-,09167
		Pouco Diversificado	,045445	,031800	,482	-,03681	,12770
		Especializado	,084321	,040576	,163	-,02064	,18928
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,236822*	,041337	,000	-,34375	-,12990
		Quase Diversificado	-,045445	,031800	,482	-,12770	,03681
		Especializado	,038876	,043235	,805	-,07296	,15071
Especializado	Diversificado	-,275698*	,048414	,000	-,40093	-,15047	
	Quase Diversificado	-,084321	,040576	,163	-,18928	,02064	
	Pouco Diversificado	-,038876	,043235	,805	-,15071	,07296	
Uso de Lenha	Diversificado	Quase Diversificado	,164174*	,039257	,000	,06263	,26572
		Pouco Diversificado	,189939*	,042097	,000	,08105	,29883
		Especializado	,212104*	,049305	,000	,08457	,33964
	Quase Diversificado	Diversificado	-,164174*	,039257	,000	-,26572	-,06263
		Pouco Diversificado	,025765	,032385	,856	-,05801	,10954
		Especializado	,047930	,041323	,653	-,05896	,15482
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,189939*	,042097	,000	-,29883	-,08105
		Quase Diversificado	-,025765	,032385	,856	-,10954	,05801
		Especializado	,022165	,044031	,958	-,09173	,13606
	Especializado	Diversificado	-,212104*	,049305	,000	-,33964	-,08457
		Quase Diversificado	-,047930	,041323	,653	-,15482	,05896
		Pouco Diversificado	-,022165	,044031	,958	-,13606	,09173

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

ANOVA – PERCEPÇÃO NATURAL

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Percepção Natural	Between Groups	,063	3	,021	1,634	,182
	Within Groups	3,137	246	,013		
	Total	3,199	249			
Q.221	Between Groups	,086	3	,029	,569	,636
	Within Groups	11,285	223	,051		
	Total	11,371	226			
Q.222	Between Groups	,262	3	,087	1,695	,169
	Within Groups	12,656	246	,051		
	Total	12,917	249			
Q.223	Between Groups	,212	3	,071	1,832	,142
	Within Groups	9,506	246	,039		
	Total	9,718	249			
Q.224	Between Groups	,594	3	,198	5,868	,001
	Within Groups	8,303	246	,034		
	Total	8,897	249			
Q.225	Between Groups	,102	3	,034	,399	,754
	Within Groups	21,062	246	,086		
	Total	21,165	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Percepção Natural	Diversificado	Quase Diversificado	,021319	,021096	,743	-,03325	,07589
		Pouco Diversificado	,044702	,022622	,200	-,01381	,10322
		Especializado	,043292	,026495	,361	-,02524	,11183

Continuação...

	Quase Diversificado	Diversificado	-.021319	,021096	,743	-.07589	,03325
		Pouco Diversificado	,023383	,017403	,536	-.02163	,06840
		Especializado	,021973	,022206	,756	-.03547	,07941
	Pouco Diversificado	Diversificado	-.044702	,022622	,200	-.10322	,01381
		Quase Diversificado	-.023383	,017403	,536	-.06840	,02163
		Especializado	-.001410	,023661	1,000	-.06261	,05979
	Especializado	Diversificado	-.043292	,026495	,361	-.11183	,02524
		Quase Diversificado	-.021973	,022206	,756	-.07941	,03547
		Pouco Diversificado	,001410	,023661	1,000	-.05979	,06261
Q.221	Diversificado	Quase Diversificado	,017156	,043666	,979	-.09588	,13019
		Pouco Diversificado	,046361	,047425	,762	-.07640	,16912
		Especializado	,057478	,055611	,730	-.08647	,20143
	Quase Diversificado	Diversificado	-.017156	,043666	,979	-.13019	,09588
		Pouco Diversificado	,029205	,036667	,856	-.06571	,12412
		Especializado	,040322	,046775	,824	-.08076	,16140
	Pouco Diversificado	Diversificado	-.046361	,047425	,762	-.16912	,07640
		Quase Diversificado	-.029205	,036667	,856	-.12412	,06571
		Especializado	,011117	,050302	,996	-.11909	,14132
	Especializado	Diversificado	-.057478	,055611	,730	-.20143	,08647
		Quase Diversificado	-.040322	,046775	,824	-.16140	,08076
		Pouco Diversificado	-.011117	,050302	,996	-.14132	,11909
Q.222	Diversificado	Quase Diversificado	-.094994	,042373	,115	-.20460	,01461
		Pouco Diversificado	-.061715	,045439	,527	-.17925	,05582
		Especializado	-.067420	,053219	,585	-.20508	,07024
	Quase Diversificado	Diversificado	,094994	,042373	,115	-.01461	,20460
		Pouco Diversificado	,033279	,034957	,777	-.05714	,12370
		Especializado	,027574	,044604	,926	-.08780	,14295
	Pouco Diversificado	Diversificado	,061715	,045439	,527	-.05582	,17925
		Quase Diversificado	-.033279	,034957	,777	-.12370	,05714
		Especializado	-.005705	,047526	,999	-.12864	,11723

	Especializado	Diversificado	,067420	,053219	,585	-,07024	,20508
		Quase Diversificado	-,027574	,044604	,926	-,14295	,08780
		Pouco Diversificado	,005705	,047526	,999	-,11723	,12864
Q.223	Diversificado	Quase Diversificado	,077063	,036723	,156	-,01793	,17205
		Pouco Diversificado	,081895	,039381	,163	-,01997	,18376
		Especializado	,044339	,046123	,772	-,07497	,16364
	Quase Diversificado	Diversificado	-,077063	,036723	,156	-,17205	,01793
		Pouco Diversificado	,004833	,030296	,999	-,07353	,08320
		Especializado	-,032723	,038656	,832	-,13271	,06727
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,081895	,039381	,163	-,18376	,01997
		Quase Diversificado	-,004833	,030296	,999	-,08320	,07353
		Especializado	-,037556	,041189	,799	-,14410	,06899
	Especializado	Diversificado	-,044339	,046123	,772	-,16364	,07497
		Quase Diversificado	,032723	,038656	,832	-,06727	,13271
		Pouco Diversificado	,037556	,041189	,799	-,06899	,14410
Q.224	Diversificado	Quase Diversificado	,045956	,034321	,539	-,04282	,13473
		Pouco Diversificado	,115482*	,036805	,010	,02028	,21068
		Especializado	,146425*	,043106	,004	,03492	,25793
	Quase Diversificado	Diversificado	-,045956	,034321	,539	-,13473	,04282
		Pouco Diversificado	,069526	,028314	,070	-,00371	,14276
		Especializado	,100469*	,036128	,030	,00702	,19392
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,115482*	,036805	,010	-,21068	-,02028
		Quase Diversificado	-,069526	,028314	,070	-,14276	,00371
		Especializado	,030944	,038495	,853	-,06863	,13052
	Especializado	Diversificado	-,146425*	,043106	,004	-,25793	-,03492
		Quase Diversificado	-,100469*	,036128	,030	-,19392	-,00702
		Pouco Diversificado	-,030944	,038495	,853	-,13052	,06863
Q.225	Diversificado	Quase Diversificado	,059375	,054664	,698	-,08202	,20077
		Pouco Diversificado	,044616	,058619	,872	-,10701	,19625
		Especializado	,037208	,068655	,949	-,14038	,21480

Quase Diversificado	Diversificado	-,059375	,054664	,698	-,20077	,08202
	Pouco Diversificado	-,014759	,045096	,988	-,13141	,10189
	Especializado	-,022167	,057541	,981	-,17101	,12667
Pouco Diversificado	Diversificado	-,044616	,058619	,872	-,19625	,10701
	Quase Diversificado	,014759	,045096	,988	-,10189	,13141
	Especializado	-,007408	,061311	,999	-,16600	,15118
Especializado	Diversificado	-,037208	,068655	,949	-,21480	,14038
	Quase Diversificado	,022167	,057541	,981	-,12667	,17101
	Pouco Diversificado	,007408	,061311	,999	-,15118	,16600

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

3. Dimensão Financeira – Capital e Percepção

ANOVA – CAPITAL FINANCEIRO

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Capital Financeiro	Between Groups	1,195	3	,398	39,745	,000
	Within Groups	2,466	246	,010		
	Total	3,661	249			
Diversificação Financeira	Between Groups	1,287	3	,429	27,440	,000
	Within Groups	3,847	246	,016		
	Total	5,135	249			
Diversificação da Venda da Produção	Between Groups	1,230	3	,410	14,992	,000
	Within Groups	6,729	246	,027		
	Total	7,959	249			
Renda da Fumicultura	Between Groups	5,695	3	1,898	47,778	,000
	Within Groups	9,774	246	,040		
	Total	15,469	249			

Continuação...

Acesso a Financiamentos	Between Groups	,496	3	,165	2,299	,078
	Within Groups	17,613	245	,072		
	Total	18,109	248			
Custos e Despesas	Between Groups	,770	3	,257	10,054	,000
	Within Groups	6,281	246	,026		
	Total	7,051	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Capital Financeiro	Diversificado	Quase Diversificado	,103979*	,018705	,000	,05560	,15236
		Pouco Diversificado	,142214*	,020058	,000	,09033	,19410
		Especializado	,249800*	,023493	,000	,18903	,31057
	Quase Diversificado	Diversificado	-,103979*	,018705	,000	-,15236	-,05560
		Pouco Diversificado	,038235	,015431	,066	-,00168	,07815
		Especializado	,145821*	,019690	,000	,09489	,19675
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,142214*	,020058	,000	-,19410	-,09033
		Quase Diversificado	-,038235	,015431	,066	-,07815	,00168
		Especializado	,107586*	,020980	,000	,05332	,16185
	Especializado	Diversificado	-,249800*	,023493	,000	-,31057	-,18903
		Quase Diversificado	-,145821*	,019690	,000	-,19675	-,09489
		Pouco Diversificado	-,107586*	,020980	,000	-,16185	-,05332
Diversificação Financeira	Diversificado	Quase Diversificado	,059972	,023362	,053	-,00046	,12040
		Pouco Diversificado	,117057*	,025053	,000	,05225	,18186
		Especializado	,245701*	,029342	,000	,16980	,32160

Continuação...

	Quase Diversificado	Diversificado	-,059972	,023362	,053	-,12040	,00046
		Pouco Diversificado	,057085*	,019273	,018	,00723	,10694
		Especializado	,185730*	,024592	,000	,12212	,24934
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,117057*	,025053	,000	-,18186	-,05225
		Quase Diversificado	-,057085*	,019273	,018	-,10694	-,00723
		Especializado	,128645*	,026203	,000	,06086	,19642
	Especializado	Diversificado	-,245701*	,029342	,000	-,32160	-,16980
		Quase Diversificado	-,185730*	,024592	,000	-,24934	-,12212
		Pouco Diversificado	-,128645*	,026203	,000	-,19642	-,06086
Diversificação da Venda da Produção	Diversificado	Quase Diversificado	,083191*	,030897	,038	,00327	,16311
		Pouco Diversificado	,107023*	,033133	,008	,02132	,19273
		Especializado	,253997*	,038805	,000	,15362	,35437
	Quase Diversificado	Diversificado	-,083191*	,030897	,038	-,16311	-,00327
		Pouco Diversificado	,023833	,025489	,786	-,04210	,08976
		Especializado	,170806*	,032523	,000	,08668	,25493
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,107023*	,033133	,008	-,19273	-,02132
		Quase Diversificado	-,023833	,025489	,786	-,08976	,04210
		Especializado	,146974*	,034654	,000	,05733	,23661
	Especializado	Diversificado	-,253997*	,038805	,000	-,35437	-,15362
		Quase Diversificado	-,170806*	,032523	,000	-,25493	-,08668
		Pouco Diversificado	-,146974*	,034654	,000	-,23661	-,05733
Renda da Fumicultura	Diversificado	Quase Diversificado	,248932*	,037238	,000	,15261	,34525
		Pouco Diversificado	,357023*	,039932	,000	,25373	,46032
		Especializado	,529977*	,046769	,000	,40900	,65095
	Quase Diversificado	Diversificado	-,248932*	,037238	,000	-,34525	-,15261
		Pouco Diversificado	,108092*	,030720	,003	,02863	,18755
		Especializado	,281046*	,039198	,000	,17965	,38244
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,357023*	,039932	,000	-,46032	-,25373
		Quase Diversificado	-,108092*	,030720	,003	-,18755	-,02863
		Especializado	,172954*	,041766	,000	,06492	,28099

	Especializado	Diversificado	-,529977*	,046769	,000	-,65095	-,40900
		Quase Diversificado	-,281046*	,039198	,000	-,38244	-,17965
		Pouco Diversificado	-,172954*	,041766	,000	-,28099	-,06492
Acesso a Financiamentos	Diversificado	Quase Diversificado	,013533	,050090	,993	-,11604	,14310
		Pouco Diversificado	-,001037	,053857	1,000	-,14035	,13828
		Especializado	,134992	,062911	,142	-,02774	,29773
	Quase Diversificado	Diversificado	-,013533	,050090	,993	-,14310	,11604
		Pouco Diversificado	-,014570	,041507	,985	-,12194	,09280
		Especializado	,121460	,052726	,100	-,01493	,25785
	Pouco Diversificado	Diversificado	,001037	,053857	1,000	-,13828	,14035
		Quase Diversificado	,014570	,041507	,985	-,09280	,12194
		Especializado	,136029	,056317	,077	-,00965	,28171
	Especializado	Diversificado	-,134992	,062911	,142	-,29773	,02774
		Quase Diversificado	-,121460	,052726	,100	-,25785	,01493
		Pouco Diversificado	-,136029	,056317	,077	-,28171	,00965
Custos e Despesas	Diversificado	Quase Diversificado	,114695*	,029850	,001	,03748	,19191
		Pouco Diversificado	,150552*	,032010	,000	,06775	,23335
		Especializado	,185181*	,037491	,000	,08820	,28216
	Quase Diversificado	Diversificado	-,114695*	,029850	,001	-,19191	-,03748
		Pouco Diversificado	,035857	,024626	,466	-,02784	,09955
		Especializado	,070486	,031422	,115	-,01079	,15176
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,150552*	,032010	,000	-,23335	-,06775
		Quase Diversificado	-,035857	,024626	,466	-,09955	,02784
		Especializado	,034629	,033480	,729	-,05197	,12123
	Especializado	Diversificado	-,185181*	,037491	,000	-,28216	-,08820
		Quase Diversificado	-,070486	,031422	,115	-,15176	,01079
		Pouco Diversificado	-,034629	,033480	,729	-,12123	,05197

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

ANOVA – PERCEPÇÃO FINANCEIRA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Percepção Financeira	Between Groups	,540	3	,180	12,388	,000
	Within Groups	3,577	246	,015		
	Total	4,118	249			
Q.231	Between Groups	3,806	3	1,269	14,580	,000
	Within Groups	21,406	246	,087		
	Total	25,212	249			
Q.232	Between Groups	,209	3	,070	4,270	,006
	Within Groups	4,004	246	,016		
	Total	4,213	249			
Q.233	Between Groups	,483	3	,161	3,354	,020
	Within Groups	11,752	245	,048		
	Total	12,235	248			
Q.234	Between Groups	1,336	3	,445	6,591	,000
	Within Groups	16,358	242	,068		
	Total	17,694	245			
Q.235	Between Groups	,034	3	,011	,176	,913
	Within Groups	15,773	246	,064		
	Total	15,807	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Percepção Financeira	Diversificado	Quase Diversificado	,070373*	,022528	,011	,01210	,12864
		Pouco Diversificado	,085641*	,024158	,003	,02315	,14813
		Especializado	,170827*	,028294	,000	,09764	,24401

Continuação...

	Quase Diversificado	Diversificado	-,070373*	,022528	,011	-,12864	-,01210
		Pouco Diversificado	,015269	,018585	,844	-,03280	,06334
		Especializado	,100455*	,023714	,000	,03912	,16179
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,085641*	,024158	,003	-,14813	-,02315
		Quase Diversificado	-,015269	,018585	,844	-,06334	,03280
		Especializado	,085186*	,025267	,005	,01983	,15054
	Especializado	Diversificado	-,170827*	,028294	,000	-,24401	-,09764
		Quase Diversificado	-,100455*	,023714	,000	-,16179	-,03912
		Pouco Diversificado	-,085186*	,025267	,005	-,15054	-,01983
Q.231	Diversificado	Quase Diversificado	,182267*	,055108	,006	,03972	,32481
		Pouco Diversificado	,304722*	,059095	,000	,15186	,45758
		Especializado	,413246*	,069213	,000	,23421	,59228
	Quase Diversificado	Diversificado	-,182267*	,055108	,006	-,32481	-,03972
		Pouco Diversificado	,122455*	,045462	,038	,00486	,24005
		Especializado	,230979*	,058009	,001	,08093	,38103
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,304722*	,059095	,000	-,45758	-,15186
		Quase Diversificado	-,122455*	,045462	,038	-,24005	-,00486
		Especializado	,108523	,061809	,297	-,05136	,26840
	Especializado	Diversificado	-,413246*	,069213	,000	-,59228	-,23421
		Quase Diversificado	-,230979*	,058009	,001	-,38103	-,08093
		Pouco Diversificado	-,108523	,061809	,297	-,26840	,05136
Q.232	Diversificado	Quase Diversificado	,060843	,023835	,055	-,00081	,12250
		Pouco Diversificado	,065190	,025560	,055	-,00093	,13130
		Especializado	,104318*	,029936	,003	,02688	,18175
	Quase Diversificado	Diversificado	-,060843	,023835	,055	-,12250	,00081
		Pouco Diversificado	,004346	,019663	,996	-,04652	,05521
		Especializado	,043475	,025090	,309	-,02142	,10837
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,065190	,025560	,055	-,13130	,00093
		Quase Diversificado	-,004346	,019663	,996	-,05521	,04652
		Especializado	,039129	,026734	,461	-,03002	,10828

	Especializado	Diversificado	-,104318*	,029936	,003	-,18175	-,02688
		Quase Diversificado	-,043475	,025090	,309	-,10837	,02142
		Pouco Diversificado	-,039129	,026734	,461	-,10828	,03002
Q.233	Diversificado	Quase Diversificado	,124211*	,040966	,014	,01824	,23018
		Pouco Diversificado	,065497	,043876	,443	-,04800	,17899
		Especializado	,102244	,051388	,195	-,03068	,23517
	Quase Diversificado	Diversificado	-,124211*	,040966	,014	-,23018	-,01824
		Pouco Diversificado	-,058714	,033815	,307	-,14619	,02876
		Especializado	-,021967	,043117	,957	-,13350	,08957
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,065497	,043876	,443	-,17899	,04800
		Quase Diversificado	,058714	,033815	,307	-,02876	,14619
		Especializado	,036746	,045891	,854	-,08196	,15545
	Especializado	Diversificado	-,102244	,051388	,195	-,23517	,03068
		Quase Diversificado	,021967	,043117	,957	-,08957	,13350
		Pouco Diversificado	-,036746	,045891	,854	-,15545	,08196
Q.234	Diversificado	Quase Diversificado	,005159	,048630	1,000	-,12065	,13096
		Pouco Diversificado	,011629	,052364	,996	-,12384	,14709
		Especializado	,222231*	,061494	,002	,06315	,38131
	Quase Diversificado	Diversificado	-,005159	,048630	1,000	-,13096	,12065
		Pouco Diversificado	,006470	,040504	,999	-,09831	,11125
		Especializado	,217072*	,051769	,000	,08315	,35100
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,011629	,052364	,996	-,14709	,12384
		Quase Diversificado	-,006470	,040504	,999	-,11125	,09831
		Especializado	,210602*	,055292	,001	,06756	,35364
	Especializado	Diversificado	-,222231*	,061494	,002	-,38131	-,06315
		Quase Diversificado	-,217072*	,051769	,000	-,35100	-,08315
		Pouco Diversificado	-,210602*	,055292	,001	-,35364	-,06756
Q.235	Diversificado	Quase Diversificado	-,019668	,047305	,976	-,14203	,10270
		Pouco Diversificado	-,025973	,050728	,956	-,15719	,10524
		Especializado	,005569	,059414	1,000	-,14811	,15925

Quase Diversificado	Diversificado	,019668	,047305	,976	-,10270	,14203
	Pouco Diversificado	-,006305	,039025	,998	-,10725	,09464
	Especializado	,025237	,049795	,957	-,10357	,15404
Pouco Diversificado	Diversificado	,025973	,050728	,956	-,10524	,15719
	Quase Diversificado	,006305	,039025	,998	-,09464	,10725
	Especializado	,031543	,053058	,934	-,10570	,16879
Especializado	Diversificado	-,005569	,059414	1,000	-,15925	,14811
	Quase Diversificado	-,025237	,049795	,957	-,15404	,10357
	Pouco Diversificado	-,031543	,053058	,934	-,16879	,10570

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

4. Dimensão Humana (Capital e Percepção)

ANOVA – CAPITAL HUMANO

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Capital Humano	Between Groups	,331	3	,110	9,564	,000
	Within Groups	2,837	246	,012		
	Total	3,168	249			
Sintomas da DFVT	Between Groups	,036	3	,012	,251	,860
	Within Groups	11,854	246	,048		
	Total	11,890	249			
Cuidados com a Saúde	Between Groups	,053	3	,018	,533	,660
	Within Groups	8,114	246	,033		
	Total	8,166	249			
Tempo de Trabalho	Between Groups	4,057	3	1,352	45,297	,000
	Within Groups	7,345	246	,030		
	Total	11,402	249			

Continuação...

Tempo de Lazer	Between Groups	,456	3	,152	1,583	,194
	Within Groups	23,628	246	,096		
	Total	24,084	249			
Educação da Família	Between Groups	,354	3	,118	4,119	,007
	Within Groups	7,047	246	,029		
	Total	7,401	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Capital Humano	Diversificado	Quase Diversificado	,053756*	,020063	,039	,00186	,10565
		Pouco Diversificado	,097357*	,021514	,000	,04171	,15301
		Especializado	,113595*	,025198	,000	,04842	,17877
	Quase Diversificado	Diversificado	-,053756*	,020063	,039	-,10565	-,00186
		Pouco Diversificado	,043601*	,016551	,044	,00079	,08641
		Especializado	,059839*	,021119	,026	,00521	,11447
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,097357*	,021514	,000	-,15301	-,04171
		Quase Diversificado	-,043601*	,016551	,044	-,08641	-,00079
		Especializado	,016238	,022502	,888	-,04197	,07444
	Especializado	Diversificado	-,113595*	,025198	,000	-,17877	-,04842
		Quase Diversificado	-,059839*	,021119	,026	-,11447	-,00521
		Pouco Diversificado	-,016238	,022502	,888	-,07444	,04197
Sintomas da DFVT	Diversificado	Quase Diversificado	,022273	,041009	,948	-,08380	,12835
		Pouco Diversificado	,003804	,043976	1,000	-,10995	,11756
		Especializado	-,010032	,051505	,997	-,14326	,12320

Continuação...

	Quase Diversificado	Diversificado	-,022273	,041009	,948	-,12835	,08380
		Pouco Diversificado	-,018469	,033831	,948	-,10598	,06904
		Especializado	-,032304	,043167	,877	-,14396	,07936
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,003804	,043976	1,000	-,11756	,10995
		Quase Diversificado	,018469	,033831	,948	-,06904	,10598
		Especializado	-,013835	,045996	,991	-,13281	,10514
	Especializado	Diversificado	,010032	,051505	,997	-,12320	,14326
		Quase Diversificado	,032304	,043167	,877	-,07936	,14396
		Pouco Diversificado	,013835	,045996	,991	-,10514	,13281
Cuidados com a Saúde	Diversificado	Quase Diversificado	,014868	,033928	,972	-,07289	,10263
		Pouco Diversificado	-,016583	,036383	,968	-,11069	,07753
		Especializado	-,017063	,042612	,978	-,12729	,09316
	Quase Diversificado	Diversificado	-,014868	,033928	,972	-,10263	,07289
		Pouco Diversificado	-,031451	,027989	,675	-,10385	,04095
		Especializado	-,031931	,035714	,808	-,12431	,06045
	Pouco Diversificado	Diversificado	,016583	,036383	,968	-,07753	,11069
		Quase Diversificado	,031451	,027989	,675	-,04095	,10385
		Especializado	-,000480	,038053	1,000	-,09891	,09795
	Especializado	Diversificado	,017063	,042612	,978	-,09316	,12729
		Quase Diversificado	,031931	,035714	,808	-,06045	,12431
		Pouco Diversificado	,000480	,038053	1,000	-,09795	,09891
Tempo de Trabalho	Diversificado	Quase Diversificado	,232105*	,032281	,000	,14861	,31560
		Pouco Diversificado	,345178*	,034616	,000	,25564	,43472
		Especializado	,418175*	,040543	,000	,31330	,52305
	Quase Diversificado	Diversificado	-,232105*	,032281	,000	-,31560	-,14861
		Pouco Diversificado	,113074*	,026630	,000	,04419	,18196
		Especializado	,186070*	,033980	,000	,09818	,27396
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,345178*	,034616	,000	-,43472	-,25564
		Quase Diversificado	-,113074*	,026630	,000	-,18196	-,04419
		Especializado	,072997	,036206	,185	-,02066	,16665

Continuação...

	Especializado	Diversificado	-,418175*	,040543	,000	-,52305	-,31330
		Quase Diversificado	-,186070*	,033980	,000	-,27396	-,09818
		Pouco Diversificado	-,072997	,036206	,185	-,16665	,02066
Tempo de Lazer	Diversificado	Quase Diversificado	-,037749	,057898	,915	-,18751	,11201
		Pouco Diversificado	,042363	,062087	,904	-,11824	,20296
		Especializado	,073906	,072717	,740	-,11419	,26200
	Quase Diversificado	Diversificado	,037749	,057898	,915	-,11201	,18751
		Pouco Diversificado	,080113	,047763	,338	-,04344	,20366
		Especializado	,111656	,060945	,261	-,04599	,26930
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,042363	,062087	,904	-,20296	,11824
		Quase Diversificado	-,080113	,047763	,338	-,20366	,04344
		Especializado	,031543	,064938	,962	-,13643	,19952
	Especializado	Diversificado	-,073906	,072717	,740	-,26200	,11419
		Quase Diversificado	-,111656	,060945	,261	-,26930	,04599
		Pouco Diversificado	-,031543	,064938	,962	-,19952	,13643
Educação da Família	Diversificado	Quase Diversificado	,037590	,031619	,634	-,04420	,11938
		Pouco Diversificado	,097518*	,033907	,023	,00981	,18522
		Especializado	,103428*	,039712	,048	,00071	,20615
	Quase Diversificado	Diversificado	-,037590	,031619	,634	-,11938	,04420
		Pouco Diversificado	,059928	,026085	,101	-,00754	,12740
		Especializado	,065837	,033283	,199	-,02026	,15193
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,097518*	,033907	,023	-,18522	-,00981
		Quase Diversificado	-,059928	,026085	,101	-,12740	,00754
		Especializado	,005909	,035464	,998	-,08582	,09764
	Especializado	Diversificado	-,103428*	,039712	,048	-,20615	-,00071
		Quase Diversificado	-,065837	,033283	,199	-,15193	,02026
		Pouco Diversificado	-,005909	,035464	,998	-,09764	,08582

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

ANOVA – PERCEPÇÃO HUMANA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Percepção Humana	Between Groups	,306	3	,102	6,615	,000
	Within Groups	3,795	246	,015		
	Total	4,101	249			
Q.241	Between Groups	,406	3	,135	2,003	,114
	Within Groups	16,605	246	,067		
	Total	17,010	249			
Q.242	Between Groups	,151	3	,050	1,060	,367
	Within Groups	11,696	246	,048		
	Total	11,847	249			
Q.243	Between Groups	,380	3	,127	2,835	,039
	Within Groups	10,996	246	,045		
	Total	11,376	249			
Q.244	Between Groups	,047	3	,016	,296	,828
	Within Groups	13,030	246	,053		
	Total	13,077	249			
Q.245	Between Groups	1,453	3	,484	7,813	,000
	Within Groups	15,001	242	,062		
	Total	16,453	245			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Percepção Humana	Diversificado	Quase Diversificado	,056830	,023204	,071	-,00319	,11685
		Pouco Diversificado	,087329*	,024883	,003	,02296	,15169
		Especializado	,119178*	,029144	,000	,04379	,19456

Continuação...

	Quase Diversificado	Diversificado	-,056830	,023204	,071	-,11685	,00319
		Pouco Diversificado	,030498	,019143	,384	-,01902	,08001
		Especializado	,062347	,024426	,055	-,00083	,12553
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,087329*	,024883	,003	-,15169	-,02296
		Quase Diversificado	-,030498	,019143	,384	-,08001	,01902
		Especializado	,031849	,026026	,612	-,03547	,09917
	Especializado	Diversificado	-,119178*	,029144	,000	-,19456	-,04379
		Quase Diversificado	-,062347	,024426	,055	-,12553	,00083
		Pouco Diversificado	-,031849	,026026	,612	-,09917	,03547
Q.241	Diversificado	Quase Diversificado	,020679	,048536	,974	-,10487	,14622
		Pouco Diversificado	,085570	,052048	,356	-,04906	,22020
		Especializado	,111665	,060959	,261	-,04602	,26935
	Quase Diversificado	Diversificado	-,020679	,048536	,974	-,14622	,10487
		Pouco Diversificado	,064891	,040040	,369	-,03868	,16846
		Especializado	,090986	,051090	,285	-,04117	,22314
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,085570	,052048	,356	-,22020	,04906
		Quase Diversificado	-,064891	,040040	,369	-,16846	,03868
		Especializado	,026095	,054438	,964	-,11472	,16691
	Especializado	Diversificado	-,111665	,060959	,261	-,26935	,04602
		Quase Diversificado	-,090986	,051090	,285	-,22314	,04117
		Pouco Diversificado	-,026095	,054438	,964	-,16691	,11472
Q.242	Diversificado	Quase Diversificado	,046335	,040735	,667	-,05903	,15170
		Pouco Diversificado	,077322	,043683	,290	-,03567	,19032
		Especializado	,055553	,051162	,699	-,07679	,18789
	Quase Diversificado	Diversificado	-,046335	,040735	,667	-,15170	,05903
		Pouco Diversificado	,030987	,033605	,793	-,05594	,11791
		Especializado	,009217	,042879	,996	-,10170	,12013
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,077322	,043683	,290	-,19032	,03567
		Quase Diversificado	-,030987	,033605	,793	-,11791	,05594
		Especializado	-,021769	,045689	,964	-,13995	,09641

	Especializado	Diversificado	-,055553	,051162	,699	-,18789	,07679
		Quase Diversificado	-,009217	,042879	,996	-,12013	,10170
		Pouco Diversificado	,021769	,045689	,964	-,09641	,13995
Q.243	Diversificado	Quase Diversificado	,100267	,039496	,057	-,00190	,20243
		Pouco Diversificado	,077360	,042354	,263	-,03220	,18692
		Especializado	,130638*	,049606	,044	,00232	,25895
	Quase Diversificado	Diversificado	-,100267	,039496	,057	-,20243	,00190
		Pouco Diversificado	-,022907	,032583	,896	-,10719	,06137
		Especializado	,030371	,041575	,885	-,07717	,13791
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,077360	,042354	,263	-,18692	,03220
		Quase Diversificado	,022907	,032583	,896	-,06137	,10719
		Especializado	,053278	,044299	,626	-,06131	,16787
	Especializado	Diversificado	-,130638*	,049606	,044	-,25895	-,00232
		Quase Diversificado	-,030371	,041575	,885	-,13791	,07717
		Pouco Diversificado	-,053278	,044299	,626	-,16787	,06131
Q.244	Diversificado	Quase Diversificado	-,000926	,042995	1,000	-,11214	,11029
		Pouco Diversificado	,013072	,046106	,992	-,10619	,13233
		Especializado	,039765	,054000	,882	-,09992	,17945
	Quase Diversificado	Diversificado	,000926	,042995	1,000	-,11029	,11214
		Pouco Diversificado	,013998	,035469	,979	-,07775	,10575
		Especializado	,040691	,045258	,805	-,07638	,15776
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,013072	,046106	,992	-,13233	,10619
		Quase Diversificado	-,013998	,035469	,979	-,10575	,07775
		Especializado	,026692	,048223	,946	-,09805	,15143
	Especializado	Diversificado	-,039765	,054000	,882	-,17945	,09992
		Quase Diversificado	-,040691	,045258	,805	-,15776	,07638
		Pouco Diversificado	-,026692	,048223	,946	-,15143	,09805
Q.245	Diversificado	Quase Diversificado	,124586*	,047074	,043	,00281	,24637
		Pouco Diversificado	,193497*	,050295	,001	,06339	,32361
		Especializado	,261560*	,059242	,000	,10830	,41482

Quase Diversificado	Diversificado	-,124586*	,047074	,043	-,24637	-,00281
	Pouco Diversificado	,068910	,038511	,281	-,03072	,16854
	Especializado	,136973*	,049630	,031	,00858	,26536
Pouco Diversificado	Diversificado	-,193497*	,050295	,001	-,32361	-,06339
	Quase Diversificado	-,068910	,038511	,281	-,16854	,03072
	Especializado	,068063	,052695	,569	-,06826	,20438
Especializado	Diversificado	-,261560*	,059242	,000	-,41482	-,10830
	Quase Diversificado	-,136973*	,049630	,031	-,26536	-,00858
	Pouco Diversificado	-,068063	,052695	,569	-,20438	,06826

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

5. Dimensão Social (Capital e Percepção)

ANOVA – CAPITAL SOCIAL

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Capital Social	Between Groups	1,775	3	,592	56,127	,000
	Within Groups	2,593	246	,011		
	Total	4,367	249			
Participação Social	Between Groups	,286	3	,095	3,042	,030
	Within Groups	7,706	246	,031		
	Total	7,991	249			
Acesso a informações	Between Groups	,938	3	,313	9,338	,000
	Within Groups	8,238	246	,033		
	Total	9,176	249			
Assistência técnica agrícola e informações	Between Groups	1,503	3	,501	7,934	,000
	Within Groups	15,533	246	,063		
	Total	17,036	249			

Continuação...

Influência Familiar na produção de tabaco	Between Groups	,053	3	,018	,238	,870
	Within Groups	18,347	246	,075		
	Total	18,400	249			
Sucessão na Fumicultura	Between Groups	16,202	3	5,401	79,302	,000
	Within Groups	16,754	246	,068		
	Total	32,956	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Capital Social	Diversificado	Quase Diversificado	,043931	,019179	,103	-,00568	,09354
		Pouco Diversificado	,149573*	,020567	,000	,09637	,20277
		Especializado	,260885*	,024088	,000	,19858	,32319
	Quase Diversificado	Diversificado	-,043931	,019179	,103	-,09354	,00568
		Pouco Diversificado	,105642*	,015822	,000	,06472	,14657
		Especializado	,216954*	,020188	,000	,16473	,26917
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,149573*	,020567	,000	-,20277	-,09637
		Quase Diversificado	-,105642*	,015822	,000	-,14657	-,06472
		Especializado	,111312*	,021511	,000	,05567	,16695
	Especializado	Diversificado	-,260885*	,024088	,000	-,32319	-,19858
		Quase Diversificado	-,216954*	,020188	,000	-,26917	-,16473
		Pouco Diversificado	-,111312*	,021511	,000	-,16695	-,05567
Participação Social	Diversificado	Quase Diversificado	,053729	,033064	,366	-,03180	,13925
		Pouco Diversificado	,051372	,035456	,470	-,04034	,14309
		Especializado	,125060*	,041526	,015	,01764	,23248
	Quase Diversificado	Diversificado	-,053729	,033064	,366	-,13925	,03180
		Pouco Diversificado	-,002356	,027276	1,000	-,07291	,06820
		Especializado	,071332	,034804	,173	-,01869	,16136

	Pouco Diversificado	Diversificado	-,051372	,035456	,470	-,14309	,04034
		Quase Diversificado	,002356	,027276	1,000	-,06820	,07291
		Especializado	,073688	,037084	,196	-,02224	,16961
	Especializado	Diversificado	-,125060*	,041526	,015	-,23248	-,01764
		Quase Diversificado	-,071332	,034804	,173	-,16136	,01869
		Pouco Diversificado	-,073688	,037084	,196	-,16961	,02224
Acesso a informações	Diversificado	Quase Diversificado	,068511	,034187	,189	-,01992	,15694
		Pouco Diversificado	,138698*	,036661	,001	,04387	,23353
		Especializado	,200529*	,042938	,000	,08946	,31160
	Quase Diversificado	Diversificado	-,068511	,034187	,189	-,15694	,01992
		Pouco Diversificado	,070187	,028203	,064	-,00277	,14314
		Especializado	,132018*	,035987	,002	,03893	,22510
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,138698*	,036661	,001	-,23353	-,04387
		Quase Diversificado	-,070187	,028203	,064	-,14314	,00277
		Especializado	,061831	,038345	,373	-,03735	,16102
	Especializado	Diversificado	-,200529*	,042938	,000	-,31160	-,08946
		Quase Diversificado	-,132018*	,035987	,002	-,22510	-,03893
		Pouco Diversificado	-,061831	,038345	,373	-,16102	,03735
Assistência técnica agrícola e informações	Diversificado	Quase Diversificado	,058405	,046944	,599	-,06302	,17983
		Pouco Diversificado	,120401	,050340	,081	-,00981	,25062
		Especializado	,263198*	,058959	,000	,11069	,41571
	Quase Diversificado	Diversificado	-,058405	,046944	,599	-,17983	,06302
		Pouco Diversificado	,061997	,038727	,380	-,03818	,16217
		Especializado	,204793*	,049415	,000	,07697	,33261
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,120401	,050340	,081	-,25062	,00981
		Quase Diversificado	-,061997	,038727	,380	-,16217	,03818
		Especializado	,142796*	,052652	,036	,00660	,27899
	Especializado	Diversificado	-,263198*	,058959	,000	-,41571	-,11069
		Quase Diversificado	-,204793*	,049415	,000	-,33261	-,07697
		Pouco Diversificado	-,142796*	,052652	,036	-,27899	-,00660

Continuação...

Influência Familiar na produção de tabaco	Diversificado	Quase Diversificado	-,015670	,051018	,990	-,14764	,11630
		Pouco Diversificado	,018952	,054710	,986	-,12257	,16047
		Especializado	-,011312	,064077	,998	-,17706	,15443
	Quase Diversificado	Diversificado	,015670	,051018	,990	-,11630	,14764
		Pouco Diversificado	,034622	,042088	,844	-,07425	,14349
		Especializado	,004357	,053704	1,000	-,13456	,14327
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,018952	,054710	,986	-,16047	,12257
		Quase Diversificado	-,034622	,042088	,844	-,14349	,07425
		Especializado	-,030264	,057222	,952	-,17828	,11775
	Especializado	Diversificado	,011312	,064077	,998	-,15443	,17706
		Quase Diversificado	-,004357	,053704	1,000	-,14327	,13456
		Pouco Diversificado	,030264	,057222	,952	-,11775	,17828
Sucessão na Fumicultura	Diversificado	Quase Diversificado	,054131	,048753	,684	-,07198	,18024
		Pouco Diversificado	,418060*	,052281	,000	,28283	,55329
		Especializado	,726244*	,061232	,000	,56786	,88463
	Quase Diversificado	Diversificado	-,054131	,048753	,684	-,18024	,07198
		Pouco Diversificado	,363929*	,040219	,000	,25989	,46796
		Especializado	,672113*	,051319	,000	,53937	,80486
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,418060*	,052281	,000	-,55329	-,28283
		Quase Diversificado	-,363929*	,040219	,000	-,46796	-,25989
		Especializado	,308184*	,054682	,000	,16674	,44963
	Especializado	Diversificado	-,726244*	,061232	,000	-,88463	-,56786
		Quase Diversificado	-,672113*	,051319	,000	-,80486	-,53937
		Pouco Diversificado	-,308184*	,054682	,000	-,44963	-,16674

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

ANOVA – PERCEÇÃO SOCIAL

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Percepção Social	Between Groups	,077	3	,026	1,582	,194
	Within Groups	3,995	246	,016		
	Total	4,072	249			
Q.251	Between Groups	,545	3	,182	4,152	,007
	Within Groups	10,758	246	,044		
	Total	11,302	249			
Q.252	Between Groups	,946	3	,315	4,969	,002
	Within Groups	15,610	246	,063		
	Total	16,556	249			
Q.253	Between Groups	,436	3	,145	4,265	,006
	Within Groups	8,379	246	,034		
	Total	8,815	249			
Q.254	Between Groups	,374	3	,125	2,156	,094
	Within Groups	13,301	230	,058		
	Total	13,675	233			
Q.255	Between Groups	,167	3	,056	,610	,609
	Within Groups	22,397	246	,091		
	Total	22,564	249			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Percepção Social	Diversificado	Quase Diversificado	,014164	,023808	,934	-,04742	,07575
		Pouco Diversificado	,041242	,025531	,372	-,02480	,10728
		Especializado	,050384	,029902	,334	-,02696	,12773

Continuação...

	Quase Diversificado	Diversificado	-,014164	,023808	,934	-,07575	,04742
		Pouco Diversificado	,027078	,019641	,514	-,02373	,07788
		Especializado	,036220	,025061	,472	-,02860	,10104
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,041242	,025531	,372	-,10728	,02480
		Quase Diversificado	-,027078	,019641	,514	-,07788	,02373
		Especializado	,009142	,026703	,986	-,05993	,07821
	Especializado	Diversificado	-,050384	,029902	,334	-,12773	,02696
		Quase Diversificado	-,036220	,025061	,472	-,10104	,02860
		Pouco Diversificado	-,009142	,026703	,986	-,07821	,05993
Q.251	Diversificado	Quase Diversificado	,094581	,039067	,076	-,00647	,19563
		Pouco Diversificado	,111779*	,041894	,040	,00341	,22014
		Especializado	,166408*	,049066	,004	,03949	,29333
	Quase Diversificado	Diversificado	-,094581	,039067	,076	-,19563	,00647
		Pouco Diversificado	,017198	,032229	,951	-,06617	,10056
		Especializado	,071827	,041123	,302	-,03455	,17820
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,111779*	,041894	,040	-,22014	-,00341
		Quase Diversificado	-,017198	,032229	,951	-,10056	,06617
		Especializado	,054629	,043817	,598	-,05871	,16797
	Especializado	Diversificado	-,166408*	,049066	,004	-,29333	-,03949
		Quase Diversificado	-,071827	,041123	,302	-,17820	,03455
		Pouco Diversificado	-,054629	,043817	,598	-,16797	,05871
Q.252	Diversificado	Quase Diversificado	-,023791	,047060	,958	-,14552	,09794
		Pouco Diversificado	,088414	,050465	,299	-,04212	,21895
		Especializado	,133502	,059105	,111	-,01938	,28639
	Quase Diversificado	Diversificado	,023791	,047060	,958	-,09794	,14552
		Pouco Diversificado	,112205*	,038822	,022	,01178	,21263
		Especializado	,157294*	,049537	,009	,02916	,28543
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,088414	,050465	,299	-,21895	,04212
		Quase Diversificado	-,112205*	,038822	,022	-,21263	-,01178
		Especializado	,045089	,052782	,828	-,09144	,18162

	Especializado	Diversificado	-,133502	,059105	,111	-,28639	,01938
		Quase Diversificado	-,157294*	,049537	,009	-,28543	-,02916
		Pouco Diversificado	-,045089	,052782	,828	-,18162	,09144
Q.253	Diversificado	Quase Diversificado	,095133*	,034478	,031	,00595	,18432
		Pouco Diversificado	,122252*	,036973	,006	,02661	,21789
		Especializado	,126934*	,043303	,019	,01492	,23895
	Quase Diversificado	Diversificado	-,095133*	,034478	,031	-,18432	-,00595
		Pouco Diversificado	,027119	,028443	,776	-,04646	,10069
		Especializado	,031801	,036293	,817	-,06208	,12568
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,122252*	,036973	,006	-,21789	-,02661
		Quase Diversificado	-,027119	,028443	,776	-,10069	,04646
		Especializado	,004682	,038671	,999	-,09535	,10471
	Especializado	Diversificado	-,126934*	,043303	,019	-,23895	-,01492
		Quase Diversificado	-,031801	,036293	,817	-,12568	,06208
		Pouco Diversificado	-,004682	,038671	,999	-,10471	,09535
Q.254	Diversificado	Quase Diversificado	-,095174	,046212	,170	-,21477	,02442
		Pouco Diversificado	-,061650	,049664	,601	-,19018	,06688
		Especializado	-,134619	,058053	,097	-,28485	,01562
	Quase Diversificado	Diversificado	,095174	,046212	,170	-,02442	,21477
		Pouco Diversificado	,033524	,038421	,819	-,06590	,13295
		Especializado	-,039445	,048782	,850	-,16569	,08680
	Pouco Diversificado	Diversificado	,061650	,049664	,601	-,06688	,19018
		Quase Diversificado	-,033524	,038421	,819	-,13295	,06590
		Especializado	-,072969	,052065	,500	-,20771	,06177
	Especializado	Diversificado	,134619	,058053	,097	-,01562	,28485
		Quase Diversificado	,039445	,048782	,850	-,08680	,16569
		Pouco Diversificado	,072969	,052065	,500	-,06177	,20771
Q.255	Diversificado	Quase Diversificado	,011583	,056370	,997	-,13423	,15739
		Pouco Diversificado	-,044610	,060449	,882	-,20097	,11175
		Especializado	-,040505	,070798	,940	-,22364	,14263

Quase Diversificado	Diversificado	-,011583	,056370	,997	-,15739	,13423
	Pouco Diversificado	-,056192	,046503	,622	-,17648	,06410
	Especializado	-,052087	,059337	,816	-,20557	,10140
Pouco Diversificado	Diversificado	,044610	,060449	,882	-,11175	,20097
	Quase Diversificado	,056192	,046503	,622	-,06410	,17648
	Especializado	,004105	,063225	1,000	-,15944	,16765
Especializado	Diversificado	,040505	,070798	,940	-,14263	,22364
	Quase Diversificado	,052087	,059337	,816	-,10140	,20557
	Pouco Diversificado	-,004105	,063225	1,000	-,16765	,15944

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

6. Grau de Diversificação

		ANOVA				
		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Uso da área de terra da Unidade produtiva	Between Groups	3,797	3	1,266	29,239	,000
	Within Groups	10,649	246	,043		
	Total	14,446	249			
Uso de Insumos na Fumicultura (químicos e lenha)	Between Groups	2,849	3	,950	18,476	,000
	Within Groups	12,647	246	,051		
	Total	15,496	249			
Renda Líquida da Fumicultura	Between Groups	2,418	3	,806	44,858	,000
	Within Groups	4,420	246	,018		
	Total	6,838	249			
Tempo de Trabalho na Fumicultura e outras atividades	Between Groups	4,103	3	1,368	44,641	,000
	Within Groups	7,537	246	,031		
	Total	11,640	249			

		Continuação...				
Sucessão Familiar na Fumicultura	Between Groups	16,198	3	5,399	79,303	,000
	Within Groups	16,681	245	,068		
	Total	32,880	248			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Categorias de Diversificação	(J) Categorias de Diversificação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Uso da área de terra da Unidade produtiva	Diversificado	Quase Diversificado	,139245*	,038869	,002	,03870	,23979
		Pouco Diversificado	,239688*	,041682	,000	,13187	,34750
		Especializado	,429346*	,048818	,000	,30307	,55562
	Quase Diversificado	Diversificado	-,139245*	,038869	,002	-,23979	-,03870
		Pouco Diversificado	,100443*	,032066	,010	,01750	,18339
		Especializado	,290101*	,040915	,000	,18427	,39593
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,239688*	,041682	,000	-,34750	-,13187
		Quase Diversificado	-,100443*	,032066	,010	-,18339	-,01750
		Especializado	,189658*	,043596	,000	,07689	,30243
	Especializado	Diversificado	-,429346*	,048818	,000	-,55562	-,30307
		Quase Diversificado	-,290101*	,040915	,000	-,39593	-,18427
		Pouco Diversificado	-,189658*	,043596	,000	-,30243	-,07689
Uso de Insumos na Fumicultura (químicos e lenha)	Diversificado	Quase Diversificado	,186610*	,042358	,000	,07704	,29618
		Pouco Diversificado	,310201*	,045423	,000	,19271	,42769
		Especializado	,315422*	,053200	,000	,17781	,45303
	Quase Diversificado	Diversificado	-,186610*	,042358	,000	-,29618	-,07704
		Pouco Diversificado	,123591*	,034944	,003	,03320	,21398
		Especializado	,128813*	,044587	,022	,01348	,24415

Continuação...

	Pouco Diversificado	Diversificado	-,310201*	,045423	,000	-,42769	-,19271
		Quase Diversificado	-,123591*	,034944	,003	-,21398	-,03320
		Especializado	,005222	,047509	1,000	-,11767	,12811
	Especializado	Diversificado	-,315422*	,053200	,000	-,45303	-,17781
		Quase Diversificado	-,128813*	,044587	,022	-,24415	-,01348
		Pouco Diversificado	-,005222	,047509	1,000	-,12811	,11767
Renda Líquida da Fumicultura	Diversificado	Quase Diversificado	,179309*	,025041	,000	,11454	,24408
		Pouco Diversificado	,248049*	,026852	,000	,17859	,31751
		Especializado	,340121*	,031450	,000	,25877	,42147
	Quase Diversificado	Diversificado	-,179309*	,025041	,000	-,24408	-,11454
		Pouco Diversificado	,068740*	,020658	,006	,01531	,12217
		Especializado	,160812*	,026359	,000	,09263	,22899
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,248049*	,026852	,000	-,31751	-,17859
		Quase Diversificado	-,068740*	,020658	,006	-,12217	-,01531
		Especializado	,092072*	,028086	,007	,01942	,16472
	Especializado	Diversificado	-,340121*	,031450	,000	-,42147	-,25877
		Quase Diversificado	-,160812*	,026359	,000	-,22899	-,09263
		Pouco Diversificado	-,092072*	,028086	,007	-,16472	-,01942
Tempo de Trabalho na Fumicultura e outras atividades	Diversificado	Quase Diversificado	,222845*	,032700	,000	,13826	,30743
		Pouco Diversificado	,345178*	,035066	,000	,25447	,43588
		Especializado	,418175*	,041070	,000	,31194	,52441
	Quase Diversificado	Diversificado	-,222845*	,032700	,000	-,30743	-,13826
		Pouco Diversificado	,122333*	,026976	,000	,05255	,19211
		Especializado	,195330*	,034421	,000	,10629	,28437
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,345178*	,035066	,000	-,43588	-,25447
		Quase Diversificado	-,122333*	,026976	,000	-,19211	-,05255
		Especializado	,072997	,036677	,194	-,02187	,16787
	Especializado	Diversificado	-,418175*	,041070	,000	-,52441	-,31194
		Quase Diversificado	-,195330*	,034421	,000	-,28437	-,10629
		Pouco Diversificado	-,072997	,036677	,194	-,16787	,02187

Continuação...

Sucessão Familiar na Fumicultura	Diversificado	Quase Diversificado	,072490	,048807	,448	-,05376	,19874
		Pouco Diversificado	,430881*	,052274	,000	,29566	,56610
		Especializado	,739065*	,061224	,000	,58069	,89744
	Quase Diversificado	Diversificado	-,072490	,048807	,448	-,19874	,05376
		Pouco Diversificado	,358391*	,040288	,000	,25418	,46260
		Especializado	,666575*	,051370	,000	,53369	,79946
	Pouco Diversificado	Diversificado	-,430881*	,052274	,000	-,56610	-,29566
		Quase Diversificado	-,358391*	,040288	,000	-,46260	-,25418
		Especializado	,308184*	,054675	,000	,16675	,44961
	Especializado	Diversificado	-,739065*	,061224	,000	-,89744	-,58069
		Quase Diversificado	-,666575*	,051370	,000	-,79946	-,53369
		Pouco Diversificado	-,308184*	,054675	,000	-,44961	-,16675

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

ANEXO III – TABELAS IDH 2000 E 2010

Índice de Desenvolvimento Humano dos 30 municípios com maior produção de tabaco no Rio Grande do Sul – 2000.

Nome do Município	% da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	% da população de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ens. Fund. ou que já concluiu.	% da população de 15 a 17 anos com fundamental completo	% da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo	Subíndice de frequência escolar da população jovem - IDHM Educação	% da população de 18 anos ou mais com fundamental completo	Subíndice de escolaridade fundamental da população adulta - IDHM Educação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação	Esperança de vida ao nascer	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade	Renda per capita média	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
AGUDO	50,25	83,74	39,78	21,43	0,488	23,41	0,234	0,382	73,20	0,803	550,66	0,680	0,593
AMARAL FERRADOR	78,96	90,24	66,25	33,69	0,673	29,75	0,298	0,513	73,21	0,804	466,14	0,653	0,646
ARROIO DO TIGRE	40,92	76,97	61,92	26,53	0,516	18,48	0,185	0,367	71,60	0,777	287,84	0,576	0,548
BARÃO DO TRIUNFO	69,02	76,28	50,86	26,70	0,557	41,99	0,420	0,507	71,17	0,770	533,50	0,675	0,641
BARROS CASSAL	74,29	85,36	71,19	27,31	0,645	18,16	0,182	0,423	72,18	0,786	299,59	0,582	0,578
BOQUEIRÃO DO LEÃO	46,68	90,70	87,09	0,00	0,561	28,43	0,284	0,447	71,16	0,769	405,77	0,631	0,601
CAMAQUÃ	68,90	68,52	42,89	17,72	0,495	14,94	0,149	0,332	71,11	0,769	267,81	0,564	0,524
CANDELÁRIA	84,61	93,46	69,73	48,96	0,742	28,83	0,288	0,541	75,17	0,836	430,63	0,641	0,662
CANGUÇU	81,11	92,93	47,69	44,75	0,666	23,14	0,231	0,468	75,68	0,845	495,53	0,663	0,640
CERRO BRANCO	31,50	65,27	37,92	17,83	0,381	38,38	0,384	0,382	73,30	0,805	428,88	0,640	0,582
CERRO GRANDE DO SUL	47,52	66,45	28,82	8,44	0,378	14,38	0,144	0,274	71,27	0,771	374,38	0,618	0,507
CHUVISCA	47,96	77,90	46,14	14,58	0,466	18,99	0,190	0,346	68,39	0,723	394,83	0,627	0,539
DOM FELICIANO	53,00	59,02	36,44	7,59	0,390	30,20	0,302	0,358	74,24	0,821	639,60	0,704	0,591
GRAMADO XAVIER	80,57	89,44	64,56	30,95	0,664	23,64	0,236	0,470	71,63	0,777	724,85	0,724	0,642
HERVEIRAS	87,45	87,94	62,59	42,34	0,701	35,40	0,354	0,558	71,10	0,768	819,69	0,744	0,683
JAGUARI	43,79	74,42	50,92	20,06	0,473	22,88	0,229	0,371	70,60	0,760	389,28	0,624	0,560
LAGOA BONITA DO SUL	47,31	81,87	43,07	2,96	0,438	25,81	0,258	0,367	71,26	0,771	421,51	0,637	0,565

LAGOÃO	70,61	90,73	70,22	26,69	0,646	22,77	0,228	0,457	73,26	0,804	411,15	0,633	0,615
PARAÍSO DO SUL	96,11	89,47	62,33	35,26	0,708	34,14	0,341	0,555	74,16	0,819	725,44	0,724	0,690
PASSA SETE	73,50	80,31	61,00	31,11	0,615	34,37	0,344	0,507	74,51	0,825	619,14	0,699	0,664
PASSO DO SOBRADO	100,00	68,47	65,66	0,00	0,585	12,32	0,123	0,348	72,39	0,790	429,21	0,640	0,560
PELOTAS	71,03	77,37	52,96	17,19	0,546	31,71	0,317	0,455	71,41	0,774	443,99	0,645	0,610
RIO PARDO	60,26	74,09	41,96	21,56	0,495	22,74	0,227	0,382	70,25	0,754	415,31	0,635	0,568
SANTA CRUZ DO SUL	55,41	74,49	48,76	21,09	0,499	30,12	0,301	0,422	69,59	0,743	456,53	0,650	0,588
SÃO LOURENÇO DO SUL	52,78	76,74	58,86	25,25	0,534	24,90	0,249	0,414	69,22	0,737	561,80	0,683	0,593
SEGREDO	81,33	87,07	55,29	38,05	0,654	25,77	0,258	0,480	73,91	0,815	466,05	0,653	0,635
SERTÃO SANTANA	77,04	93,66	56,53	35,76	0,657	18,57	0,186	0,431	70,96	0,766	326,77	0,596	0,582
SINIMBU	63,27	78,23	51,07	26,97	0,549	47,84	0,478	0,524	72,38	0,790	593,18	0,692	0,659
VALE DO SOL	72,37	57,57	53,80	12,26	0,490	36,30	0,363	0,443	70,63	0,761	621,31	0,699	0,618
VENÂNCIO AIRES	67,80	77,09	51,70	38,32	0,587	25,63	0,256	0,445	72,69	0,795	546,17	0,679	0,622
VERA CRUZ	84,04	83,80	67,57	33,60	0,673	29,38	0,294	0,511	69,74	0,746	503,89	0,666	0,633

Fonte: IPEA – PNUD – Fundação João Pinheiro

Índice de Desenvolvimento Humano dos 30 municípios com maior produção de tabaco no Rio Grande do Sul – 2010

Nome do Município	% da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	% da população de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ens. Fund. ou que já concluiu.	% da população de 15 a 17 anos com fundamental completo	% da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo	Subíndice de frequência escolar da população jovem - IDHM Educação	% da população de 18 anos ou mais com fundamental completo	Subíndice de escolaridade fundamental da população adulta - IDHM Educação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação	Esperança de vida ao nascer	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade	Renda per capita média	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
AGUDO	86,92	78,51	51,42	27,65	0,611	38,52	0,385	0,524	75,84	0,847	861,06	0,752	0,694
AMARAL FERRADOR	73,59	86,25	53,68	23,76	0,593	27,08	0,271	0,457	73,13	0,802	499,77	0,664	0,624
ARROIO DO TIGRE	91,30	97,09	67,02	43,83	0,748	36,64	0,366	0,589	75,90	0,848	654,51	0,708	0,707
BARÃO DO TRIUNFO	72,86	91,16	51,80	31,62	0,619	20,48	0,205	0,428	74,28	0,821	441,81	0,645	0,610
BARROS CASSAL	71,62	92,23	55,15	37,47	0,641	30,36	0,304	0,500	72,71	0,795	587,45	0,690	0,650
BOQUEIRÃO DO LEÃO	89,78	88,96	61,30	29,07	0,673	39,19	0,392	0,562	75,59	0,843	726,61	0,725	0,700
CAMAQUÁ	75,92	92,55	67,50	28,75	0,662	44,00	0,440	0,578	74,14	0,819	686,36	0,715	0,697
CANDELÁRIA	64,32	90,46	55,87	34,30	0,612	37,71	0,377	0,521	75,49	0,842	620,92	0,699	0,674
CANGUÇU	67,00	90,15	60,83	28,73	0,617	31,03	0,310	0,491	74,15	0,819	562,54	0,683	0,650
CERRO BRANCO	89,27	91,41	57,27	47,69	0,714	28,69	0,287	0,527	73,93	0,816	519,95	0,671	0,661
CERRO GRANDE DO SUL	64,91	90,18	54,36	30,08	0,599	34,65	0,347	0,499	76,28	0,855	527,88	0,673	0,660
CHUVISCA	73,71	96,62	53,83	22,66	0,617	21,92	0,219	0,437	74,10	0,818	471,66	0,655	0,616
DOM FELICIANO	58,22	83,92	49,94	18,67	0,527	21,26	0,213	0,390	74,10	0,818	409,72	0,633	0,587
GRAMADO XAVIER	66,82	95,74	66,47	29,25	0,646	25,42	0,254	0,473	72,50	0,792	552,44	0,681	0,634
HERVEIRAS	68,14	94,31	34,57	40,75	0,594	24,27	0,243	0,441	72,50	0,792	516,11	0,670	0,616
JAGUARI	73,15	93,82	63,61	29,68	0,651	42,92	0,429	0,567	76,93	0,866	772,25	0,734	0,712
LAGOA BONITA DO SUL	57,33	97,08	62,67	47,91	0,662	35,70	0,357	0,539	73,05	0,801	608,88	0,696	0,670
LAGOÃO	82,05	93,24	53,23	36,62	0,663	29,27	0,293	0,505	74,34	0,822	432,78	0,641	0,643
PARAÍSO DO SUL	79,58	94,30	56,80	43,06	0,684	33,11	0,331	0,537	74,84	0,831	593,01	0,692	0,676

PASSA SETE	78,08	89,91	55,71	26,58	0,626	28,45	0,285	0,482	71,94	0,782	427,13	0,639	0,622
PASSO DO SOBRADO	83,42	92,51	62,94	37,34	0,691	35,06	0,351	0,551	76,04	0,851	732,19	0,726	0,698
PELOTAS	77,86	86,19	55,85	43,85	0,659	57,99	0,580	0,632	75,64	0,844	894,35	0,758	0,739
RIO PARDO	68,51	87,32	55,24	33,53	0,612	47,04	0,470	0,560	75,75	0,846	633,10	0,702	0,693
SANTA CRUZ DO SUL	86,29	91,35	61,09	54,99	0,734	61,91	0,619	0,693	76,10	0,852	1.036,87	0,782	0,773
SÃO LOURENÇO DO SUL	71,98	88,10	59,53	34,84	0,636	36,35	0,364	0,528	75,95	0,849	713,88	0,722	0,687
SEGREDO	75,66	95,82	60,89	35,13	0,669	32,41	0,324	0,525	73,63	0,811	528,42	0,673	0,659
SERTÃO SANTANA	84,62	91,76	64,10	30,45	0,677	33,30	0,333	0,534	74,94	0,832	783,19	0,737	0,689
SINIMBU	83,71	89,92	49,55	32,82	0,640	23,14	0,231	0,456	72,50	0,792	610,76	0,697	0,631
VALE DO SOL	71,63	85,22	48,44	24,38	0,574	25,68	0,257	0,439	73,78	0,813	553,23	0,681	0,624
VENÂNCIO AIRES	85,69	84,36	58,86	43,70	0,682	46,37	0,464	0,600	74,09	0,818	779,48	0,736	0,712
VERA CRUZ	88,45	95,20	70,87	45,55	0,750	47,19	0,472	0,643	75,52	0,842	790,95	0,738	0,737

Fonte: IPEA – PNUD – Fundação João Pinheiro

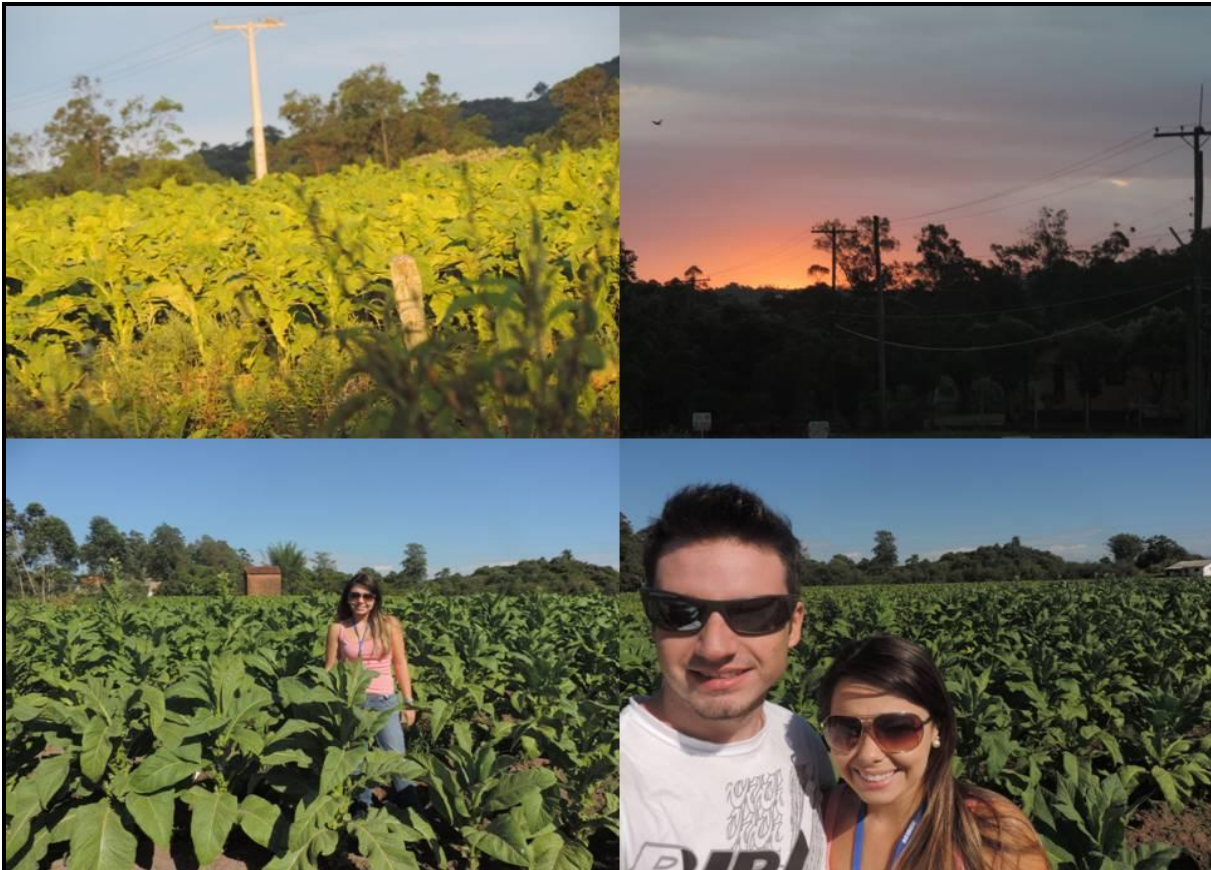
ANEXO IV – IMAGENS PESQUISA DE CAMPO



Boqueirão do Leão – RS



Paraíso do Sul – RS



Passo do Sobrado – RS



Santa Cruz do Sul – RS



Segredo – RS



Sinimbu – RS



Sinimbu – RS



Sinimbu – RS



Vale do Sol – RS



Vera Cruz – RS